

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**LEITURA E CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA
DA
EDUCAÇÃO SINDICAL - BRASIL 1945/1990**

SILVIA MARIA MANFREDI

Tese de Livre Docência
apresentada à Faculdade
de Educação da
Universidade Estadual de Campinas

CAMPINAS - 1994

Aos meus "Koukas"

Evangelos

Nikolas Alexandre e

Stefano Andreas

À psicanalista Ada Manfredi,

sempre viva em minha memória.

Alla cara mamma Anna Maria Manassero Manfredi,

exemplo de coragem e determinação.

Alle Cugine - Anna Dardanello e Marina Dardanello Pagliano,

*ao nosso reencontro; à descoberta de que
podemos reconstruir novos laços afetivos
apesar das muitas ... milhas que
nos separam.*

À Vera Lucia Rossi Soeiro,

a amiga de sempre, para sempre.

A Tia Niki,

exemplo de força, meiguice e tenacidade.

Apostando no FUTURO.....

À "ala jovem de Manfredonia".

Claudio, Luiz Humberto, Marcello, Ana Paola, Alexandre, Mônica,
Marco Antonio, Serginho, Renata, Yohan, Elisa.....,Claudia, Lucca e
Pier Luigi.

MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS

Às entidades que possibilitaram a realização deste trabalho

CNPq

CESIT / I.E. UNICAMP

CENTRO DE MEMORIA SINDICAL e ASMOB

CENTRAIS SINDICAIS: CUT, CGT e FORÇA SINDICAL

INSTITUTO CAJAMAR

INSTITUTO ROBERTO MORENA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

SINDICATO DOS QUÍMICOS E PLÁSTICOS DE S. PAULO

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT

À Armenio Guedes, Jacob Gorender e Hercules Corrêa,

pela valiosa contribuição de seus locantes depoimentos.

Ai cari cugini - Anna e Marco Blengini,

que colocaram à minha disposição a infra-estrutura material e de serviços de seu escritório comercial, quando realizei pesquisas na Itália, em 1992, "Mai più dimenticherò il mio tavolo di lavoro in Via Sant'Agostino".

Aos colegas e amigos

Solange Bastos, Paulo Carvalho, Marcelo Alves, Karla Vidal, Luis de Azevedo,

com quem pude partilhar a rica e desafiante tarefa, por vezes também desgastante, de "fazer e pensar" a formação sindical.

Ana Lúcia de Farias, Corinta Geraldi, Decio Pacheco, Heloisa de Mattos Hofling, Ivan A. do Amaral, Hilário Fracalanza, Liliana Segnini, Maria Cristina M. Pretti, Maria Elizabete S.P. Xavier, Milton José de Almeida, Rosely Schenetzler, Vani M. Kenski, Sarita Moisés e Zeila de Brito Fabri.

com os quais compartilhei momentos significativos da minha trajetória profissional, na Faculdade de Educação da Unicamp.

À Neide Pereira Baldovinotti e Mario A. Andrade

responsáveis pela digitação e editoração final do texto

ÍNDICE

A PROPÓSITO	1
I - EDUCAÇÃO SINDICAL - UMA TRADIÇÃO ANTIGA NO MOVIMENTO	6
II - DA IMPOSIÇÃO AO CONVENCIMENTO	12
O MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL NO FIM DO ESTADO NOVO	12
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE DIVULGAÇÃO DA IDEOLOGIA CORPORATIVISTA	13
III - A RESISTÊNCIA E A TENTATIVA DE ROMPER AS AMARRAS COM A ESTRUTURA OFICIAL	24
O MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL, NO PERÍODO DE 1945-50	24
A EDUCAÇÃO POSSÍVEL DURANTE A RESISTÊNCIA	27
A DICOTOMIA - EDUCAÇÃO DE QUADROS DIRIGENTES X EDUCAÇÃO DE MASSA - TÊM RAÍZES HISTÓRICAS	31
AS ESCOLAS DE QUADROS - CONCEPÇÃO, OBJETIVOS	32
PROPOSTA PEDAGÓGICA	34
AVALIANDO OS CURSOS À LUZ DA EXPERIÊNCIA DE HOJE	39
ATUAÇÃO E PROPOSTA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	43
UMA TRADIÇÃO QUE SE MANTÉM VIVA	46
IV - TOMANDO FÔLEGO E RECUPERANDO A FORÇA	56
O MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL NAS CONJUNTURAS DA DÉCADA DE 50	56
A EDUCAÇÃO SINDICAL OSCILA ENTRE A PERSPECTIVA LEGALISTA E A BUSCA DE OUTRAS ALTERNATIVAS	60
V - O GRANDE PIQUE DOS ANOS 60 "VAMOS ESTOURAR A BOCA DO BALÃO?"	67
O MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 60	67
A EDUCAÇÃO SINDICAL: CONTINUIDADE E INOVAÇÃO	71
O INSTITUTO CULTURAL DO TRABALHO	75
A EDUCAÇÃO SINDICAL NAS ENTIDADES DIRIGIDAS POR NACIONALISTAS, COM A ORIENTAÇÃO DO P.C.B.	77
OS INTELLECTUAIS E A EDUCAÇÃO EM SINDICATOS	81
A EDUCAÇÃO E AS TENDÊNCIAS NÃO HEGEMÔNICAS	85
A IGREJA CATÓLICA E A EDUCAÇÃO SINDICAL	86
VI - DESCONTINUIDADE E RUPTURA: - A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA DO PRÓPRIO MOVIMENTO.....	105
A FORMAÇÃO SINDICAL NOS "SUBTERRÂNEOS DA RESISTÊNCIA" - A DÉCADA DE SETENTA.	106
A FORMAÇÃO SINDICAL NOS ANOS 80	109
A CONSTRUÇÃO DE MODELO PRÓPRIO DE FORMAÇÃO SINDICAL.	111
A FORMAÇÃO SINDICAL NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 80	111
VII. A FORMAÇÃO E AS CENTRAIS SINDICAIS NA DÉCADA DE 80	150
O PROJETO E AS PRÁTICAS FORMATIVAS DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT	150
A FORMAÇÃO SINDICAL NA CGT	167
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO FORMATIVO DA FORÇA SINDICAL	172
VIII - MATRIZES DISCURSIVAS DA FORMAÇÃO SINDICAL CUTISTA	177
A MATRIZ MARXISTA	178
A MATRIZ DA EDUCAÇÃO POPULAR	183
A MATRIZ PEDAGÓGICA PAULO FREIRIANA	190
IX CONCLUSÕES E INTERROGAÇÕES QUE PERMANECEM	204
EXTRAPOLANDO AS CONCLUSÕES... UM RECADO AOS LEITORES	210
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	212

A PROPÓSITO

Antes de dar início à reflexão sobre a **EDUCAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA**, gostaria de fazer uma rápida apresentação do conteúdo e sentido deste trabalho. Esta tese, que ora submeto à apreciação pública, é fruto de um trabalho de docência, pesquisa, intervenção e assessoria, ao longo dos últimos dez anos. Representa uma parte significativa de meu trabalho educativo com trabalhadores e formadores sindicais e, de minha praxis teórica como docente e pesquisadora na Unicamp.

Este trabalho constituiu um esforço de teorização a partir das práticas educativas em que estive envolvida e tem como preocupação central resgatar e refletir sobre experiências e práticas de educação dos trabalhadores brasileiros, no seu processo de constituição como sujeitos coletivos, isto é, como sujeitos instituintes/instituídos de coletividades aonde se constroem identidades e se organizam práticas que visam defender direitos, interesses e vontades.

Em 1983, após ter concluído minha tese de doutorado, que constituiu um primeiro intento de resgatar a educação sindical no Estado de São Paulo, enquanto objeto de pesquisa, dei-me conta de que estava desvelando uma dimensão importante da educação das classes subalternas, desconsiderada pela historiografia oficial da educação brasileira, que enfoca o sistema escolar como sendo o “locus” privilegiado da educação dos subalternos, quando estes, em sua grande maioria, sequer chegam a frequentá-la, e quando o fazem, são precocemente expulsos.

A descoberta de que a educação dos trabalhadores - do campo e da cidade - acontece em outros espaços (notadamente no trabalho) e, que está associada a formas e processos de sociabilidade cotidiana e movimentos coletivos - de associação, organização, luta e expressão - fez com que me voltasse ao passado para resgatar uma história que ainda está por desvendar e escrever. A visão predominante entre os estudiosos da educação sempre desqualificou as experiências para-escolares, em virtude do predomínio das “representações instituídas”, centradas no binômio Estado-Escola, em que o Estado constitui o agente privilegiado na promoção de mudanças sociais. Tal representação, em sendo dominante, fez com que as práticas culturais e educacionais dos diversos grupos sociais populares, resultantes de sua inserção real no mundo das relações sociais historicamente dadas, fossem subestimadas e consideradas pouco relevantes tanto do ponto de vista político, como sócio - cultural.

O convívio e a identificação com as experiências de educação que acontecem em outros lugares sociais, principalmente junto ao movimento operário-sindical (sindicatos, associações culturais de trabalhadores, Dieese) distanciaram-me da representação instituída, que privilegia a escola e o sistema escolar, como objeto de pesquisa, e foram me aproximando cada vez mais daqueles cientistas sociais que fazem coro em favor das representações identificadas com a “visão instituinte” das práticas e movimentos sociais.

Isto posto, para dar vazão à minha curiosidade intelectual e dar “vez e voz” aos **excluídos da História**, como diria Michelle Perrot, durante um bom tempo dediquei-me à complexa e “desprestigiada” tarefa de recuperar as experiências e práticas de educação sindical no Brasil.

Em que consistiu essa busca ?

A pesquisa sobre o período 1964/1978, já me havia apontado alguns caminhos a trilhar. Havia constatado que o modelo de educação sindical que começa a se configurar no final dos anos 70, contrastava com o anterior, do período que se convencionou chamar de “modelo populista”. Além do mais, o prenúncio de outro modelo de formação, identificado com as propostas do “novo sindicalismo”, parecia reinaugurar um outro padrão de educação sindical, pautado numa perspectiva autônoma, do ponto de vista político-ideológico e organizativo. Fui, então, à procura de algumas respostas às seguintes indagações:

.Quais seriam as características de cada um dos “modelos de formação” sindical - o do sindicalismo pré-64 e aquele das décadas 70/80?

.Em que condições histórico-concretas se configuram e legitimam tais modelos ?

.Qual o papel que a educação teve na institucionalização dos sindicatos de Estado, no Brasil ?

.Quais os mecanismos e instâncias político-institucionais que agenciam tais práticas educativas, no movimento operário - sindical em cada período considerado ?

.Quais foram as matrizes culturais, o conjunto de significados e representações que balizaram os pressupostos e práticas educativas levadas a efeito pelos protagonistas envolvidos ?

. Em que e por que o modelo de formação emergente durante os anos 70/80, se configura e estrutura como um novo padrão, indicativo de um processo de ruptura/descontinuidade ?

Enfrentando o desafio de fornecer respostas a estas indagações, ancorei-me numa estratégia de pesquisa histórico-sociológica, usando como paradigmas autores contemporâneos que se situam no campo do marxismo. Contudo, a matriz teórico-metodológica nuclear foi o trabalho inédito de Eder Sader (1986), sobre os movimentos sociais da década de 70, no Brasil.

Mergulhando no passado, fiz um movimento de resgate e reconstrução das experiências e práticas já vivenciadas, visando descrevê-las e datá-las, a partir de suas características, determinações estruturais, contradições, embates, procurando sempre que possível identificar disputas político-ideológicas, significados e representações que orientaram seus principais agentes e protagonistas.

Procurei reconstruir as condições histórico-concretas, as “configurações epocais”, que engendraram cada um dos modelos formativos que buscava compreender. Tomando como ponto de partida e comparação, o modelo de educação sindical dos grupos anarco-sindicalistas (hegemônicos, no movimento, até a década de 20), tratei de analisar o processo de configuração do “modelo populista”. Tal modelo, a meu ver, constituiu-se durante o processo de institucionalização e controle do sindicalismo brasileiro, por parte do Estado, configurando-se como um processo de ruptura/descontinuidade em relação ao modelo anterior. Sobreviveu e persistiu por mais de três décadas, apesar de ter sofrido algumas redefinições, nas conjunturas de redemocratização política e rearticulação/mobilização das classes subalternas. O prenúncio e configuração de um outro modelo de educação sindical, irá se dar durante o período autoritário (meados da década de 60 até 1978) - anos de resistência e retomada do movimento sindical. A década de 80, revelará, por sua vez, o desenvolvimento de um modelo de educação sindical diferente do anterior, indicativo de outro processo de ruptura.

Não me interessava apreender cada modelo separadamente como elos estruturantes e sequenciados de uma cadeia histórico-temporal. Procurei entendê-los e explicá-los a partir de uma perspectiva histórico-crítica, entendendo-os como modelos que se produziram em

condições histórico-sociais distintas , que mantêm entre si elementos de continuidade/ descontinuidade/ruptura . Interessava - me apreender como e em que o presente contém , reproduz e rompe com o passado. Daí o esforço de completar o movimento de reconstrução da trajetória do passado, estabelecendo vínculos com o presente, buscando entender como o passado baliza o presente, nas palavras de Lefebvre, como “a história persiste e age sobre o atual”.

Não foram poucas as dificuldades que tive de enfrentar para dar conta de forma satisfatória, embora sabendo-a incompleta, desta faceta da história da educação das classes subalternas no Brasil. As principais dificuldades foram de duas ordens: a primeira, devida à escassez de estudos e pesquisas sobre o tema -educação e ou formação sindical. Os estudos existentes que tomam como objeto de estudo o movimento operário-sindical no Brasil, priorizam temáticas e questões que dizem respeito a dimensões históricas e político - organizativas atinentes a: formas, processos e movimentos de resistência , reivindicação , pressão e luta; formas de luta e organização e mobilização (centradas ora no cotidiano do trabalho, ora nos sindicatos);interferência e relações com o Estado e partidos políticos. Enfim ,temas relativos a estrutura e dinâmica do próprio movimento operário-sindical , suas relações com o Estado e outras instâncias da sociedade civil, com pouca ou nenhuma ênfase nos temas de interface como educação , cultura sindical , formação/organização , formação sindical e poder político em entidades sindicais etc...

A segunda dificuldade está relacionada com o acesso a fontes documentais em si, quer fossem escritas ou orais. Como se sabe , a tradição oral entre os trabalhadores constitui uma das principais fontes de dados. Contudo , mesmo incorporando os relatos orais, como uma das fontes básicas, tive muita dificuldade para obter depoimentos de trabalhadores e dirigentes das décadas de 40 e 50. A dispersão e dificuldade de acesso a muitos desses militantes , mais antigos , fez com que os contatos e entrevistas realizadas se restringissem ao círculo de contatos que foi possível construir. É recente a preocupação de resgate da memória dos dirigentes mais antigos . Por conta disso, algumas entidades têm criado centros de documentação e memória ,que possuem acervos com entrevistas e depoimentos. Infelizmente tais iniciativas ainda constituem uma minoria e, dentre as histórias de vida registradas e documentadas a que tivemos acesso,os temas educativos e culturais não constituem o eixo central. Assim sendo, a mesma dificuldade em rastrear informações pertinentes à nossa temática de investigação persistiu , quando do manuseio de fontes escritas - periódicos da imprensa sindical , textos e documentos .

A dificuldade de acesso a fontes documentais primárias é resultante da não priorização, ao nível do movimento operário-sindical brasileiro de centros de memória e documentação. Os vendavais “repressivos e dispersivos” das constantes intervenções por parte do Ministério do Trabalho, aliada à tradição de oralidade, contribuí^{RPM} para que iniciativas de criação de centros de memória não se espalhassem, a não ser, na última década.

Feitas estas ressalvas, passo aos procedimentos de coleta de dados de que me utilizei. Foram de três tipos : **fontes orais** - depoimentos individuais, concedidos através de entrevistas; relatos de história de vida, registrados e arquivados em Centros de Memória de Entidades Sindicais; **fontes escritas do movimento** - imprensa sindical e partidária; textos e documentos produzidos por dirigentes e/ou assessores sindicais e políticos; memórias de autoria de dirigentes e sindicalistas; **fontes escritas sobre o movimento** - teses, livros, artigos e textos de autoria de cientistas sociais, produzidos em instituições universitárias.

Recorri, sempre que possível, tanto a fontes escritas, como orais, com o intuito de dar “vez e voz” a falas e discursos que fossem a expressão de sujeitos diferenciados (sindicalistas, dirigentes político-partidários, jornalistas, assessores sindicais, pesquisadores). A partir dessa diversidade de falas pude reconstruir as “configurações epocais” e, no seu interior, as práticas educativas predominantes - os sujeitos e agências protagonistas. Quando da utilização dos depoimentos extraídos de entrevistas, reproduzi as falas originais, sem fazer qualquer mudança de sintaxe e concordância.

Ciente do desafio teórico-metodológico que tal empreitada constitui, procurei enfrentá-lo da melhor maneira possível, sabendo de antemão, que estava desvendando facetas de uma história muito mais rica e extensa. Sei que muitos leitores, sindicalistas, trabalhadores e pesquisadores dos diferentes estados e regiões desse imenso país, não se sentirão pouco representados, pois o trabalho nem sempre conseguiu dar conta das especificidades e peculiaridades regionais. Uma pesquisa qualitativa de tal monta, em nível de Brasil, requer um ou mais coletivos de pesquisadores que assumam essa gigantesca tarefa. Como diz o dito popular- “uma andorinha só não faz verão”- uma só pesquisadora tentando fazer render ao máximo os poucos recursos de pesquisa obtidos, por mais “quixotesca” que tenha sido a sua disposição, não conseguiria levar a cabo tal tarefa.

Considero este trabalho de reconstrução da trajetória da educação no movimento sindical brasileiro, o início de uma tarefa que espero seja atraente para outros pesquisadores.

I- EDUCAÇÃO SINDICAL - UMA TRADIÇÃO ANTIGA NO MOVIMENTO

Tradicionalmente, a maioria dos estudos e pesquisas brasileiras que abordam o tema - EDUCAÇÃO E TRABALHO - centram-se nas instâncias, processos e sistemas de formação e qualificação do trabalhador enquanto mão-de-obra/força de trabalho. Não descartamos a importância de tais estudos, contudo queremos ressaltar a importância de outra dimensão da educação dos trabalhadores, relegada e até excluída da história da educação no Brasil, qual seja: os processos e práticas educativas em que os próprios trabalhadores gestam ao se constituírem enquanto sujeitos sociais e políticos. Referimo-nos aos processos através dos quais os trabalhadores se organizam e lutam coletivamente para defender seus direitos, interesses e vontades.

Segundo pesquisas realizadas nos últimos quinze anos, por cientistas sociais⁽¹⁾ brasileiros, o processo de construção da identidade coletiva se dá através de pequenas lutas, que se forjam nos locais de trabalho e de moradia e se convertem em movimentos mais amplos e abrangentes: movimentos grevistas; reivindicatórios por melhores condições de moradia, educação, transporte, saúde etc..., movimentos de participação política...

É na teia da constituição dessas lutas que se forjam as condições para a tomada de consciência do que significa ser trabalhador (como sujeito coletivo). Essa aprendizagem que se dá no cotidiano e nos momentos de embates envolve ensinamentos adquiridos através da vivência, mas também está perpassada por um conjunto de práticas e experiências educativas mais sistemáticas realizadas em espaços de troca, reflexão e teorização.

Denominamos de educação sindical aquelas práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo: os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc., promovidas por entidades de classe, ou outras organizações sócio-culturais, com o intuito de veicular projetos e propostas político-sindicais e formar quadros organizativos. Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical, aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores - a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro, cinema etc....

As práticas e experiências sistemáticas de educação ou formação sindical sempre fizeram parte da história do movimento operário-sindical brasileiro, adquirindo características e matizes diferentes por

injunção das condições gerais e da dinâmica específica do próprio movimento operário-sindical, em cada período histórico. Procurando reconstruí-las recorreremos à história.

A partir dos estudos de Luizetto (1984) e Ghiraldelli (1987) sobre a história da educação no movimento operário-sindical brasileiro, constata-se que durante as duas primeiras décadas deste século (1906-1920) vingaram no movimento sindical as propostas educativas dos grupos anarquistas. Essas propostas tinham um caráter totalizante, mantendo um alto grau de articulação e coerência com as concepções e práticas de ação sindical e com um projeto de transformação e emancipação social.

No quadro que se segue, tentamos recapitular (sinteticamente) as principais características das concepções anarquistas brasileiras em relação à sociedade, ao sindicalismo e à educação. Para elaborar esse quadro, tomamos como fonte básica de pesquisa o trabalho de Magnani (1982)(?).

Do quadro exposto, pode-se constatar algumas correlações interessantes:

- a) a própria concepção de sindicalismo e ação sindical (como ação-direta) combina-se com processos e práticas educativas estabelecidas para o próprio movimento, incorporando simultaneamente a formação sindical com a formação político-ideológica (divulgação do ideário anarquista);
- b) a não existência de quadros dirigentes (sejam eles sindicais e/ou políticos), que decorrem da própria concepção de sindicato e da negação de um partido institucionalizado, não os leva a conceber práticas educativas estruturalmente diferenciadas - uma para a grande maioria dos trabalhadores e outra para os dirigentes;
- c) a identificação do Estado, enquanto uma instância institucional, que apenas representa os interesses da burguesia e a negação da própria sociedade e educação burguesa, leva-os a propor e a vivenciar experiências educativas autônomas e independentes do Estado, da Igreja e das classes dominantes (experiências estas que visavam não só a educação de adultos mas também a educação infantil).

Segundo nossa leitura, o projeto de educação (particularmente dos anarco-sindicalistas) combina: educação para a ação sindical (ou seja formação político-sindical - através da imprensa operária, dos congressos, círculos de estudos), com a educação escolar destinada a crianças (através das escolas livres) e adultos (universidade popular) num projeto global, classista, estruturado de forma autônoma e independente do Estado e do sistema escolar burguês. Além disso; como bem mostram Hardman e Luizetto, se articula com outras práticas culturais massivas e populares (teatro, música, festivais de poesia, piquiniques, etc...), promovidos pelos libertários nos bairros operários de São Paulo, no início do século.

Não temos a intenção de analisar o mérito desse projeto educativo, sua eficiência histórica, ou mesmo de sua importância e limites do ponto de vista político-ideológico. O que gostaríamos de ressaltar no projeto de educação dos libertários, é seu caráter globalizante, sua diversificação - abrangendo ao mesmo tempo aspectos culturais, educativos, literários; a complementaridade entre as atividades e práticas de educação mais espontâneas com atividades planejadas, caracterizando-se como um projeto de educação classista (destinado às crianças, jovens e adultos) voltado para a emancipação político-ideológica e cultural da classe operária.

É bem verdade que estas características, como mostram Hardman e Magnani, devem-se às condições de relativa segregação e confinamento a que estava submetido o proletariado no início da

expansão da sociedade burguesa tanto na Europa, como no Brasil. Aqui em nosso país essas condições de isolamento acentuaram-se em virtude de outros fatores históricos - "um proletariado que vivia a dupla situação de imigrante estrangeiro e de uma força de trabalho segregada pelo capital e pelo Estado." (3)

No caso dos libertários, tais processos de separatismo e a segregação propiciaram o florescimento de um projeto educativo singular, próprio e autônomo. Contudo, é provável que, quando esses mecanismos se tornam mais fluidos, mais disfarçados (tanto no nível da sociedade global, como nas relações entre as classes e destas com o Estado) haja também uma tendência ao escamoteamento da identidade específica das classes subalternas, que, por sua vez, passam a adotar e incorporar modelos e práticas culturais e de educação das classes hegemônicas dominantes (na concepção Gramsciana) e, a consequente perda na perspectiva de criticá-las e superá-las, tendo em vista a necessidade de elaboração de um projeto político-pedagógico próprio de disputa da hegemonia.

É nessa linha de interpretação que tendemos a explicar as mudanças que ocorreram no período posterior a 45 em relação aos projetos educativos que surgem dentro do movimento sindical brasileiro, que perdem a perspectiva de globalidade e a abrangência, setorizando e segmentando as práticas e processos educativos em - educação escolar x não escolar (popular, sindical, informal, etc...); educação de base x educação de quadros; educação sindical x educação política etc... Estas segmentações acabam também por gerar uma divisão de esferas e responsabilidades, cabendo ao Estado - a educação escolar (tanto da criança como dos adultos), aos partidos - a educação política e a formação de quadros enquanto que a educação ou formação sindical é de responsabilidade das entidades sindicais e, assim por diante.

Ainda, a título de hipótese, parece-nos que especificamente ao nível do movimento sindical brasileiro, a institucionalização das entidades sindicais, através de seu reconhecimento formal e jurídico, também parece ter contribuído para o controle político-ideológico, no sentido de propiciar uma ruptura histórica na reconstrução de um projeto de sindicalismo e de educação autônomo(4) da classe trabalhadora brasileira.

NOTAS - CAPÍTULO I

- (1) Há uma vasta bibliografia que trata deste tema, mencionarei aqui apenas dois livros importantes que remetem a outras leituras de aprofundamento: MARTINS, José de Souza - Caminhada no Chão da Noite, São Paulo, Editora Hucitec, 1989 e SADER, Eder - Quando novos personagens entraram em cena, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988.
- (2) Historicamente, nos movimentos anarquistas encontra-se uma diversidade muito grande de concepções acerca das questões referentes à educação, à revolução, à organização da futura sociedade, como nos mostra Luizetto (1987). As concepções aqui relatadas referem-se às duas correntes de libertários que segundo Magnani, predominaram em São Paulo, no movimento operário-sindical - os anarco-comunistas e anarco-sindicalistas. As concepções aqui retratadas foram extraídas pela autora dos jornais "La Bataglia" e "Terra-Livre" que divulgavam as posições ideológicas das duas correntes retro-mencionadas.
- (3) Hardman, Foot F. - Nem Pátria, nem Patrão. São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1983, p. 78.
- (4) À idéia de autonomia tem-se atribuído múltiplos sentidos. Adotamos aqui a noção de autonomia como "capacidade interna (individual e coletiva) para se auto-determinar e auto-realizar. Do grego, autos (si mesmo) e nomos (lei) autonomia significa a capacidade para dar-se a si mesmo a sua própria lei e, nessa ação, constituir-se a si mesmo como sujeito". Com esta conotação, entendo uma perspectiva autônoma de formação, como sendo a capacidade do próprio movimento sindical de gestar experiências voltadas para a construção de sua própria identidade, isto é de um projeto coletivo, elaborado e decidido do seu interior (das próprias instâncias coletivas de decisão) e não em função de agentes externos (Estado, partido, movimento sindical internacional etc...) - CHAUI, Marilena - PT - Por uma nova política. In: Revista Desvios. São Paulo, ano 1, n. 1, novembro, 1982, p. 97.

II - DA IMPOSIÇÃO AO CONVENCIMENTO

A. O MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL NO FIM DO ESTADO NOVO

Durante o Estado Novo - principalmente no período que vai de 1935 a 1942 - "as organizações independentes dos trabalhadores desapareceram golpeadas pela intensa repressão e se consolidou o aparelho burocrático sindical, esvaziado porém de conteúdo"⁽¹⁾.

É na conjuntura que vai de 1943 até sua queda em outubro de 1945, que Getúlio Vargas estuda a possibilidade de implantar uma alternativa corporativista nos moldes de uma república sindicalista. Segundo historiadores e políticos, seria neste período que ele vai gestar e procurar implantar o projeto de atração da massa dos trabalhadores (como bases ativas para a redemocratização, com Getúlio) e a transformação dos sindicatos em organismos de Estado ⁽²⁾.

Tal projeto, muito bem analisado por Angela Castro Gomes (1988) caracteriza-se pela construção da ideologia da outorga de direitos, envolvendo uma expectativa de "reciprocidade dos trabalhadores, diante dos favores que lhes são concedidos pelo Estado".

É nesta conjuntura que o Estado Brasileiro "se esforçou para implementar seu projeto de organização sindical corporativista(...)

Neste sentido, ao contrário do que a literatura sobre o tema sugere, não existia sindicalismo corporativista no Brasil de 1931 a 1943. Existiam leis, como a de 1931 e a de 1939, que consagravam um modelo de organização sindical corporativa, mas este modelo não tinha vigência senão formal, o que absolutamente não preocupava nem ocupava o Ministério do Trabalho(...) O sindicalismo corporativista, desta forma, iria ser realmente implementado, não no momento autoritário por excelência do Estado Novo, mas no período de "transição" do pós-42, quando a questão da mobilização de apoios sociais tornou-se uma necessidade inadiável ante a própria transformação do regime"⁽³⁾.

Dentro desta linha de reflexão, é possível constatar que, no Brasil, a dimensão política do projeto corporativista foi acionada para respaldar um regime que buscava a saída do autoritarismo. O objetivo da propaganda do corporativismo brasileiro, no pós-42, não era mais simplesmente criar uma massa que seguisse a proposta do Estado por ausência de alternativas. Era, em certo sentido específico, mobilizar, preparando e criando seguidores.

Segundo Castro (1988), um dos personagens centrais na articulação e divulgação do projeto corporativista teria sido Alexandre Marcondes Filho, que Getúlio nomeou como Ministro do Trabalho em 29 de dezembro de 1941 ⁽⁴⁾.

“Em janeiro de 1942 o novo ministro passou a ocupar, todas as quintas-feiras, durante dez minutos, os microfones do programa “Hora do Brasil”, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e irradiado pela Radio Nacional”.

“Durante praticamente todo o seu período ministerial - de janeiro de 1942 a julho de 1945 - Marcondes falou semanalmente pelo rádio, realizando mais de duzentas palestras. No dia seguinte ao seu pronunciamento, portanto todas as sextas-feiras, o jornal oficial do Estado Novo - A Manhã - publicava o texto, que assim podia ser melhor fixado pelo público. Reforçando ainda mais este procedimento, a partir de 1944 Marcondes passou a falar diariamente na Rádio Mauá. A nova estação, chamada a “Rádio dos Trabalhadores”, emitia pequenas chamadas de cerca de três minutos em horários chave, como por exemplo no intervalo de programas musicais de grande audiência popular”⁽⁵⁾.

1. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE DIVULGAÇÃO DA IDEOLOGIA CORPORATIVISTA

A construção da estrutura sindical oficial (e a ideologia corporativista que lhe dá suporte) não foi somente produto da repressão e do silêncio a que foram subjugados os setores mais combativos e de esquerda do movimento operário-sindical brasileiro. Foi também o resultado de uma série de medidas legais e político-ideológicas engenhosamente articuladas, dentre as quais a educação constituiu um dos mecanismos de propaganda e convencimento.

“A entrada de Marcondes na pasta do Trabalho inaugurou efetivamente um período de realizações (Lei de Abono Familiar, criação do SAPS, programas de construção de vilas operárias, programa de recreação operária), no qual se destacava o atendimento por parte dos Institutos Previdenciários (...) Porém era o tema da sindicalização que articulava e dava sentido a todos os demais” (...) O ano de 1943 deveria ser o ano dedicado a uma campanha de sindicalização que objetivava reivivificar o perfil da nossa vida sindical”⁽⁶⁾.

Este programa adveio da necessidade de dinamizar os sindicatos oficiais que não tinham qualquer representatividade e vitalidade.

“Por iniciativa dos ministros anteriores Agamenon Magalhães e de Waldemar Falcão haviam sido feitas 3 pesquisas em julho de 1935, dezembro de 1936 e dezembro de 1938 - que levantaram a massa sindicalizada em vários estados do país, com destaque para o Distrito Federal. Apesar das falhas técnicas e as dificuldades os dados eram desalentadores”⁽⁷⁾.

O baixo índice de sindicalização,⁽⁸⁾ associado à necessidade política de implementar um projeto que sensibilizasse as massas trabalhadoras, levou o Ministério do Trabalho a implementar uma política de sindicalização associada a uma ampla campanha educativa. No âmbito da sindicalização foram criados: o Imposto Sindical e a Comissão de Enquadramento Sindical.

“Nessa ocasião, o Departamento Nacional do Trabalho encarregado de todas as atividades relacionadas com o sindicalismo, também passou por uma significativa transformação. De um lado, foi criada a Divisão de Organização e Assistência Sindical, que a partir de então passaria a organizar, assistir e fiscalizar todas as atividades dos sindicatos, e, de outro, o diretor do DNT desde a administração anterior, Luiz Augusto do Rêgo Monteiro, foi afastado, assumindo em seu lugar José Segadas Vianna, membro da assessoria do ministro Marcondes. A saída de Luiz Augusto do Rêgo Monteiro em 1943, após uma visita à Argentina, onde falou a militares de tendência “direitista”, significou mais do que uma troca de nomes. Vindo da administração de Waldemar Falcão, que tinha fortes ligações com a militância católica, Rêgo Monteiro tinha inclinações não muito adequadas ao novo momento político. Se o ministério Agamenon Magalhães caracterizara-se pela repressão ao sindicalismo plural e autônomo (aliás consagrado na Constituição de 1934) e pela perseguição e prisão de muitos líderes (principalmente pós-35), o ministério Waldemar Falcão fora o período de criação de novos líderes ... tratava-se de homens “inteiramente submissos à orientação ministerial, interessados apenas em si próprios e, em decorrência, desvinculados dos trabalhadores sindicalizados”. Os “mergulhadores” - dirigentes nascidos no pós-37 - dominavam os sindicatos em 1943 e, na ótica no novo diretor do DNT, não constituíam material suficiente para a implementação do projeto sindical de Marcondes e de Vargas. O ministério queria sindicatos e líderes convencidos das qualidades do sistema corporativista, o que não significa necessariamente submissão total. A vivificação do sindicalismo corporativo deverá passar por um esforço eminentemente pedagógico e não fundamentalmente repressivo”⁽⁹⁾.

Dentro desse espírito foi criada no ministério uma Comissão Técnica de Orientação Sindical, que deveria desenvolver um programa de trabalho, orientado para os seguintes objetivos:

- “a) promover o desenvolvimento do espírito sindical;**
- b) divulgar a orientação governamental relativa à vida sindical;**
- c) organizar cursos de preparação de trabalhadores para a administração sindical e de especialização e orientação dos atuais administradores;**
- d) prestar aos sindicatos toda a colaboração que for julgada necessária”⁽¹⁰⁾.**

Com o intuito de atender a esses objetivos planejou-se e desenvolveu-se um trabalho educativo e propagandístico meticuloso que perdurou durante toda a gestão de Marcondes 1942-1945.

A partir do estudo de Castro, podemos distinguir nesse plano educativo três níveis de atividades dirigidas para:

- a) a grande massa de trabalhadores através do programa de rádio e da imprensa oficial;
- b) os dirigentes e militantes sindicais através de cursos e reuniões;
- c) o grande público, através de boletins e revistas.

- Um programa de rádio para trabalhadores em cadeia nacional

“Durante todo o período que esteve à testa do Ministério do Trabalho, Marcondes falou semanalmente (todas as quintas-feiras) pelo rádio realizando mais de 200 palestras. No dia seguinte ao seu pronunciamento, portanto todas as sextas-feiras, o jornal oficial do Estado Novo - A Manhã - publicava o texto, que assim podia ser melhor fixado pelo público. Reforçando ainda mais esse procedimento, a partir de 1944, Marcondes passou a falar diariamente na Rádio Mauá. Esta nova estação, chamada a “Rádio dos Trabalhadores”, emitia pequenas chamadas de cerca de três minutos em horários chaves, como, por exemplo, no intervalo de programas musicais de grande audiência popular”.

“As palestras semanais enfocavam toda a legislação social produzida, regulamentada e reformada a partir do ano de 1930, com ênfase especial para as iniciativas da administração do Ministério do Trabalho. A história das leis sociais, seu conteúdo, seus pontos polêmicos, tudo isto era tratado pelo ministro em tom pedagógico e até mesmo paternal (...). Frequentemente Marcondes designava também uma audiência privilegiada: os aposentados, as mulheres trabalhadoras, os pais dos menores trabalhadores, os empregados de uma certa empresa na Amazônia, os migrantes, etc. (...) Além dos assuntos vinculados diretamente à sua pasta, Marcondes abordava alguns temas da conjuntura política nacional e internacional, e de certas notícias da esfera administrativa (já que seu ministério também abrangia o de Indústria e Comércio(...))

A preparação das palestras semanais ficava a cargo de um “staff” ministerial que estudava e preparava os textos dos novos decretos, bem como se encarregava da reforma das leis anteriores. Segundo o depoimento de José Segadas Vianna, este grupo era integrado por Luís Augusto do Rêgo Monteiro (afastado em 1943), Arnaldo Sussekind, Oscar Saraiva, Dorval Lacerda e ele próprio. Contudo, Marcondes não recebia textos prontos, fechados. A ele era indicada a temática e o curso da palestra, mas

a montagem definitiva do discurso ficava a seu cargo pessoal. Nesse sentido, o diálogo com os trabalhadores deixa entrever a dimensão personalista da tarefa, reforçada pelo fato de que só Marcondes proferia as palestras(...)

"O balanço de Marcondes em fins de 1942 e, sobretudo em sua última palestra, em julho de 1945 (quando o programa deixou de ir ao ar porque a situação política já havia se modificado), é de que o sucesso do programa fora muito grande. O ministério, ao longo destes anos, não cessava de receber consultas, comentários, referências e sugestões de um público que incluía trabalhadores e muitos outros setores" ⁽¹¹⁾.

- Cursos de administração sindical

Destinado a um público mais seleto de trabalhadores com o intuito de formar os atuais ou futuros dirigentes, foi criado, no segundo semestre de 1943, o Curso de Orientação Sindical.

Ao justificar a necessidade desses cursos, Marcondes afirma em uma de suas conferências:

"Em virtude de nossa legislação social ser uma legislação outorgada pela clarividência do presidente Getúlio Vargas, os trabalhadores não estão ainda perfeitamente amadurecidos para usufruir completamente de todos os benefícios concedidos pelos vários diplomas assistenciais (...) Por isso, a Comissão (CTOS) organizará cursos de preparação de trabalhadores para a administração sindical. Neles poderão inscrever-se, não só aqueles que já exercem os cargos e desejam adquirir novos conhecimentos ou aprimorar os que já possuem, como também os demais trabalhadores, porque o direito de aspirar à escolha dos seus companheiros e de dar excelente desempenho aos mandatos recebidos é um direito que a lei a todos reconhece. O que a Comissão, enfim, objetiva promover é uma compreensão melhor e uma competência mais aprofundada dos preceitos e dos conhecimentos indispensáveis ao bom administrador, afim de que a vida patrimonial, a vida legal e a vida social dos sindicatos produzam todos os sadios resultados que o Estado delas espera"⁽¹²⁾.

"Em um total de 15 aulas, o curso - também publicado em livro pelo Ministério do Trabalho - envolveu todos os assuntos que dizem respeito à vida de um sindicato. Alguns títulos de aulas podem traduzir a preocupação dominante no curso: a formação de dirigentes sindicais bem informados e afinados com a legislação da época. Assim houve aulas sobre: como se deve dirigir um sindicato; organização administrativa dos sindicatos; o imposto sindical e as associações profissionais; os serviços de assistência jurídica dos sindicatos e sua organização; os problemas médico-sociais e sua solução através da assistência dos sindicatos a seus associados; a necessidade dos sindicatos manterem recreação para o corpo e o espírito de seus associados."⁽¹³⁾

As aulas (tipo conferências) foram proferidas pelo próprio ministro do Trabalho e outros membros da Comissão Técnica de Orientação Sindical e do Ministério. "Pronunciadas no auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas, elas eram irradiadas pela emissora da Prefeitura - a PRDs - e também publicadas no jornal - A Manhã. Receberam também a atenção de Marcondes Filho em suas palestras na Hora do Brasil. Ele fazia um pequeno resumo das aulas e sempre comentava sua importância, afirmando que os textos seriam amplamente reproduzidos e distribuídos nos diversos estados da federação, de forma que os trabalhadores não residentes no Distrito Federal tivessem fácil acesso aos mesmos" (14).

O periódico do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro - O Bancário - faz referência tanto ao programa de rádio de Marcondes, como a criação dos cursos de administração sindical. Esse mesmo jornal também menciona a existência de reuniões mensais de dirigentes sindicais, promovidas pela CTOS.

"O Diretor do Departamento Nacional do Trabalho e Presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical, enviava uma circular comunicando que a sua comissão "para melhor cumprimento da finalidade dos trabalhos, em que tão vivamente estão empenhados, de esclarecer as massas trabalhadoras, sobre a magnífica legislação que os ocupa e de criar entre elas a mais lúcida consciência sindical, resolveu receber, em audiência, nas últimas terças-feiras de cada mês, todos os dirigentes sindicais do Distrito Federal" (15).

Outras iniciativas educacionais e assistenciais do CTOS

Além do curso, a CTOS lançou em novembro de 1943 o tablóide Vargas - Boletim do Trabalhador, publicação especializada destinada a operários. Com uma tiragem de 250.000 exemplares (considerada a maior tiragem do Brasil), esta publicação mensal seria distribuída gratuitamente pelo ministério.

"Seu objetivo era igualmente esclarecer os trabalhadores sobre tudo o que se relacionava com a legislação social, havendo reportagens diversas sobre a vida sindical do país(...) Outras iniciativas da CTOS foram a criação do Serviço de Recreação Operária, destinado a promover atividades culturais e esportivas destinadas aos trabalhadores sindicalizados; a formação da Discoteca Social - Trabalhista, que gravava em discos as palestras promovidas, tendo em vista a distribuição de cópias para as emissoras de rádio dos diversos estados; e o desenvolvimento de uma intensa propaganda feita pelo rádio e jornais com o objetivo de promover a sindicalização." (16)

Durante esse mesmo ano, 1943, em que foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho, também foram publicadas e distribuídas gratuitamente 50.000 exemplares de uma edição popular da C.L.T - Consolidação das Leis do Trabalho.

O Serviço de Recreação Operária

Uma outra novidade idealizada por Marcondes foi o **Serviço de Recreação Operária (S.R.O.)** - instituído pela Portaria nº.68, de 6 de dezembro de 1943, para promover a realização de atividades culturais e desportivas em benefício dos trabalhadores e respectivas famílias. Este serviço era mantido com uma parcela de 25% do Fundo Social Sindical, isto é, pelo recém-criado Imposto Sindical. O S.R.O. tinha sua sede central na Capital da República, estando administrativamente vinculado ao Ministro de Estado e, financeiramente, à Comissão do Imposto Sindical. A Portaria que o instituiu previa a criação, no âmbito dos Estados, de Comissões Regionais de Recreação (C.R.R.), com participação paritária de representantes de entidades sindicais de empregados, preferencialmente, dos graus superiores.

As justificativas teóricas adotadas para a criação de tal programa coadunam-se perfeitamente com a proposta de sindicalismo de estado que lhe deu suporte:

“O aproveitamento adequado das horas de lazer do trabalhador e de sua família constitui o corolário sem o qual não poderão atingir seus objetivos os repousos que a lei assegura ao operário na execução dos contratos coletivos(...) Ao Estado interessa que sua população não degenerere, e para isso, há de evitar o desgaste que no organismo físico produz um regime de trabalho sem repouso(...) Ademais, a recreação dos trabalhadores, além de concorrer decisivamente para restaurar o equilíbrio biológico entre o espírito e o corpo, tornando-se, assim fonte de saúde do povo e da produção do país, desempenha relevante papel na educação social do operariado e na dignificação do trabalhador, que deve usufruir dos benefícios e prazeres incorporados à civilização(...) Difundindo sua ação educativa e recreativa, através do livro, da música, do teatro, do cinema, dos jogos sociais, da educação-física, dos desportos e do escotismo, os benefícios proporcionados por este Serviço não constituem um favor ou uma esmola do Estado, mas um direito de todo aquele que paga o imposto sindical.”⁽¹⁷⁾

Ao Serviço de Recreação Operária competia promover, diretamente ou subsidiar, as entidades sindicais para que desenvolvessem as seguintes atividades: **atividades culturais** - criação de bibliotecas, centros de leitura, bibliotecas itinerantes, apresentação e montagem de peças teatrais, mostras de cinema, organização de discotecas e distribuição de discos; **atividades desportivas** - organização de jogos, competições e olimpíadas das diferentes modalidades esportivas: futebol, voleibol, basquetebol, box, tênis de mesa, xadrez etc... e **atividades recreativas** - festas, excursões, acampamentos, escotismo etc...

Na documentação disponível também encontramos alguns dados quantitativos, referentes ao período 1944-1947, que indicam a expansão desse Serviço mesmo após a saída de Marcondes do Ministério do Trabalho.

**QUADRO GERAL DE ATIVIDADES
DE MAIO 1944, A 31 DE DEZEMBRO DE 1947**

ATIVIDADES	944 23/5/44 a 31/12/44	1945	1946	1947	totais
Bibliotecas permanentes p/empréstimo de livros a domicílio	1	3	3	4	11
livros retirados		3298	4711	5216	13226
Biblioteca doadas a Sindicatos	-	24	26	38	88
Discotecas doadas a Sindicatos	-	20	2	9	31
Amplificação de som	-	53	145	1322	330
Cine nos Centros, Sindicatos e Empresas	45	89	95	171	400
-Plateia de trabalhadores	-	-	-	64925	64925
Espetáculos teatrais	3	3	22	26	59
- Plateia de trabalhadores	2822	4533	23651	21617	52623
Espetáculos artístico-musicais		3	12	15	30
- Plateia de trabalhadores	-	2210	12550	15470	30230
Sessões de ginástica nos centros	-	54	60	85	199
- Participantes	-	-	-	125	125
Competições de futebol (oficiais)	156	152	210	116	634
- Sindicatos participantes	12	17	15	13	57
Trabalhadores Sindicalizados inscritos	301	420	401	355	1477
Jogos amistosos de futebol	-	25	21	72	118
-Participantes	-	-	-	192	192
Outros jogos desportivos	94	115	131	2966	636
-Participantes	-	-	-	667	667
Competições da 1ª Olimpíada Operária	-	-	-	304	304
-Sindicatos concorrentes	-	-	-	15	15
-Equipes de empresas inscritas	-	-	-	198	198
- Trabalhadores inscritos	-	-	-	1060	1060
Excursões	1	5	6	25	37
-nº de participantes	647	2718	1422	2908	7695
Associações de escotismo em Sindicatos	6	8	8	6	28
-Escoteiros inscritos	313	359	330	238	1240
Acampamentos gerais	4	4	5	3	16
-nº de participantes	-	203	190	184	577
-Básquet, acampamentos, excursões e passeios de tropa	103	152	142	155	552
Reuniões de sede	392	768	728	698	2586
Exames médicos					
-Trabalhadores desportistas	301	420	401	1310	2432
Escoteiros de sindicatos	105	358	109	177	749
-Participantes da 1ª Olimpíada Operária	--	-	-	967	967
Trabalhadores inscritos no Centros de Recreação:	-	-	-	-	-
-Gávea	--	-	-	452	452
-Realengo	-	-	-	321	321
-Olaria	-	-	-	420	420
Distribuição de brinquedos ou utilidades em Natal	30000	2340	16000	4350	52690

Durante quase 10 anos, o S.R.O. teve como diretor Armando Sussekind, tendo sido substituído por Munilo Miranda após a morte de Getúlio Vargas em 1955, na gestão do presidente João Café Filho. Em 1964 o Serviço foi extinto pelo governo militar.

A fundamentação teórica deste programa cultural torna, como matriz geradora, experiências e formulações elaboradas nos Estados Unidos. Durante o período do fascismo, na Itália, correndo *pari-passo* com o modelo de sindicalismo corporativo, idealizado durante a gestão de Mussolini, o Estado idealizou um projeto semelhante, intitulado “**Opera Nazionale Dopolavoro**”. É difícil afirmar que tenha havido um transplante direto de tal programa para as condições brasileiras. Contudo, no plano das formulações e das atividades desenvolvidas, não nos parece que as coincidências sejam puramente acidentais, pois de forma muito mais eficiente e massiva o “**Dopolavoro**” foi, segundo seus pesquisadores, uma entidade de mediação social. Serviu, ao mesmo tempo, como elemento orgânico do regime (fascista), proporcionando a oportunidade aos membros das classes subalternas para ampliarem seu próprio horizonte mental e cultural e de instrumento de controle social e doutrinação político. ⁽¹⁸⁾

Segundo Guernini e Pluviano (1991), o programa cultural e recreativo, designado “**Dopolavoro**”, já fora idealizado, no início da década de 20, por iniciativa patronal. Contudo, será a partir de 1923 que o movimento fascista, através das suas organizações sindicais, apóia e se apropria de tais iniciativas, expandindo o movimento para todo o território nacional italiano. A adesão cresceu vertiginosamente, de modo que, em 1940, contava com mais de 4 milhões de participantes. O programa abrangia: atividades esportivas das mais diferentes modalidades (competitivas ou não); atividades recreativas (bailes, corais, jogos de “bocce”), atividades culturais ativas (bandas musicais, concursos de poesia) e passivas (bibliotecas, teatro, concertos musicais, cinema, conferências, cursos de economia doméstica, higiene e saúde, corte e costura), e escuta radiofônica nos bairros operários e núcleos camponeses.

Segundo os pesquisadores acima mencionados, essas atividades tiveram o mérito de propiciar o acesso de vastos setores da população à prática e modelos culturais e recreativo-esportivas, que as barreiras sócio-econômicas os impediavam de usufruir. Contudo, acrescentam os autores, a obtusidade burocrática, a pobreza cultural dos animadores e a piegas e martelante proposição das temáticas políticas, agregada a atitudes de desconsideração com as tradições e hábitos regionais e locais, fizeram com que o “**Dopolavoro**”, ao invés de se transformar num instrumento de crescimento cultural das classes populares, exercesse predominantemente funções de organização do consenso e de mediação social. ⁽¹⁹⁾

Independentemente do modelo que serviu como matriz ideológica, tanto no caso italiano, como no brasileiro, as funções exercidas foram semelhantes.

Como bem observa Castro, o estímulo à sindicalização era acompanhado de todo um esforço de propaganda doutrinária que além de divulgar os benefícios sociais advindos da criação de um conjunto de leis trabalhistas também envolvia a divulgação de um regime sindical específico - o regime corporativista.

“Defender a ampliação dos efetivos sindicais, esclarecer que o trabalhador devia procurar o sindicato, pois só assim receberá assistência jurídica e médica, treinar líderes que, como bons administradores, também compreendessem o espírito da legislação sindical e social, tudo isto constituía a parte pragmática de uma política mais global de afirmação do corporativismo.(...) O tratamento que os “propagandistas” do Estado Novo deram à temática do corporativismo foi, portanto, cuidadoso. O que era o corporativismo, quais eram suas origens e suas relações com os regimes da atualidade, qual era a natureza específica - democrática e cristã - do corporativismo brasileiro, tudo isto precisava ser explicitado, de forma diferenciada, para um amplo público de receptores. Neste aspecto, pode-se observar certas distinções entre o material encontrado na revista de Cultura Política e aqueles dos Boletins. No primeiro caso, o corporativismo era analisado como um sistema de organização e representação social, cujo principal mérito e característica era o fato original de não ser vinculado nem ao liberalismo, nem ao totalitarismo. A questão, desta forma, era colocada em termos de doutrina corporativista. Já nos Boletins e nas falas de Marcondes, a ênfase era dada a aspectos práticos, de operacionalização do corporativismo (...)

No Brasil, era igualmente fundamental desvincular a adoção do sindicalismo corporativista dos regimes totalitários socialistas ou fascistas Nosso regime diferenciava-se dos demais corporativismos (alemão, austríaco, italiano e até português e espanhol), já que adotava uma estrutura organizativa eminentemente representativa. O corporativismo brasileiro, consagrava o direito à própria produção organizar-se através de sindicatos, definidos com o órgãos coordenados pelo Estado, no exercício de funções delegadas pelo poder público. Essa dimensão oficial era imprescindível a todo corporativismo moderno, já que por ela se garantiam as próprias tarefas de representação das corporações profissionais.” (20)

Embora seja, difícil aquilatar a eficácia político-ideológica dessa campanha educativa tão bem articulada em prol da implantação do sindicalismo oficial e da concepção que lhe dá suporte - o corporativismo - o que convém assinalar, para finalizar esta parte, seriam alguns pontos de inflexão bastante significativos:

a) do ponto de vista educativo, é a primeira vez que o Estado, toma para si a iniciativa de articular um projeto educativo abrangente, contrapondo-se à queles gestados pelas tendências de esquerda no período pré-30 (principalmente pelos anarco-sindicalistas). Durante o Estado Novo, na gestão dos Ministros - Waldemar Falcão e seu sucessor Agamenon, o Ministério apóia a proposta desenvolvida pelo movimento circuísta articulada e desenvolvida pela Igreja Católica (21), pois havia uma grande afinidade entre as duas propostas (a da Igreja e do Estado) sendo ambas alicerçadas em concepções assistencialistas e anti-comunistas.

b) a proposta governamental de sindicalismo concebia as atividades educativas como equivalentes às de caráter recreacional e assistencial, esvaziando-as de seu significado político explícito, isto é, atribuindo-lhe uma conotação aparentemente neutra e depurada de intenções político-ideológicas.

c) o estilo de educação sindical inaugurado neste período sobreviverá até a década de 60, combinando-se na maior parte das vezes com outras iniciativas levadas a efeito por setores de esquerda, que se nortearam por uma perspectiva mais classista, como veremos mais adiante.

NOTAS - CAPÍTULO II

- (1) FAUSTO, Boris - Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945) in Novos Estudos CEBRAP, n. 20, São Paulo, março 1988, pp. 26 e 27.
- (2) A esse respeito ver FAUSTO, Boris op. cit. e SPINDEL, Arnaldo - O Partido Comunista na Gênese do Populismo, Ed. Símbolo, S.Paulo, 1980.
- (3) GOMES, Angela de Castro - A Invenção do Trabalhismo, Edições Vértice e IUPERJ, São Paulo, 1988, p.276.
- (4) Marcondes era um bem sucedido advogado paulista, cujo escritório era frequentado pela nata do empresariado de São Paulo, ao que se acrescentava sua amizade com o jornalista Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia dos Diários Associados. Não se tratava de um homem que tivesse a política do trabalho como métier, contudo era muito bem relacionado com o então presidente da FIESP, Roberto Simonsen. Durante sua gestão, assegurou o livre acesso do empresariado no Ministério do trabalho, que era também da Indústria e Comércio. GOMES, Angela de Castro - op. cit., pp. 199-200.
- (5) GOMES, Angela de Castro - op.cit., p. 229.
- (6) Idem, Ibidem - op. cit., p. 268.
- (7) Idem, Ibidem - op. cit., p. 269.
- (8) No ano de 1936-37 o número de operários cariocas sindicalizados era de 161.554, chegando a superar o número total de trabalhadores sindicalizados - 145, 657. Os mesmos dados apurados em 1938, apontaram para índices semelhantes, in GOMES, Angela de Castro - op. cit., p. 269.
- (9) Idem, Ibidem - op. cit., pp - 271-272.
- (10) Idem, Ibidem - op. cit., pp. 272-273.
- (11) Idem, Ibidem - op. cit., pp. 229 até 234. O Índice do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, consultado na Biblioteca da O.I.T., em Genebra, do ano de 1953, contém uma listagem completa dos Assuntos abordados por Marcondes em suas palestras, durante o período - 10/12/42 a 13/07/45.
- (12) Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n.105, Ano IX, maio de 1943, pp. 389/390.
- (13) Idem, Ibidem - op. cit., p. 274.
- (14) Idem, Ibidem - op. cit., p. 273.
- (15) O Bancário - Período do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro - junho de 1943 e março/abril de 1944.
- (16) GOMES, Angela de Castro - op. cit., p. 274.
- (17) SUSSEKIND, Arnaldo (presidente do S.R.O.)-**Recreação Operária**. Rio de Janeiro, Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, 1948 (publicação obtida na ILOS'LIBRARY, Genebra, 1992).
- (18) GUERRINI, Irene e PLUVIANO, Marco - Lettere al Dopolavoro della Ercole Marelli Dai fronti della seconda Guerra Mondiale, In Diferenza Rivendicazione Supplica - Le lettere ai potenti a cura di Camillo Zadra-Gianluigi Fait, Treviso (Itália), Pagus Edizioni, 1991, p. 227 a 239.
- (19) GUERRINI e PLUVIANO - Op.cit., p. 230.
- (20) Idem, Ibidem - op. cit., pp. 275, 277, 278.
- (21) O movimento circulista será desenvolvido no capítulo IV deste trabalho.

III - A RESISTÊNCIA E A TENTATIVA DE ROMPER AS AMARRAS COM A ESTRUTURA OFICIAL

O MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL, NO PERÍODO DE 1945-50

Em meados de 1945 inicia-se um processo de desmantelamento do Estado Novo, provocado por uma conjunção de fatores internos e externos (em função da proximidade da derrota do nazi-fascismo).

O conjunto de forças internas que se agrupam em oposição a Vargas reúnem "desde setores das oligarquias regionais prejudicadas pela Revolução de 1930, passando pela oposição burguesa liberal, até setores da esquerda democrática e o próprio Partido Comunista, que se reagrupava na clandestinidade. As pressões sobre o governo são tais que já no dia 22 de fevereiro de 1945 ele proclama a sua intenção de convocar eleições gerais ainda aquele ano. No dia 28 de fevereiro é decretado o Ato Adicional nº 9, que estabelece eleições diretas para a Presidência da República e proporcionais para o Parlamento Nacional. No dia 18 de abril o governo decreta a anistia geral a seus adversários políticos, beneficiando desde liberais até comunistas".⁽¹⁾

A retomada do processo de democratização possibilita a articulação de uma nova estrutura partidária, que manteria seus traços essenciais até 1964,⁽²⁾ e recoloca a questão operária na ordem do dia.

"Em 1945 e 1946, no imediato pós-guerra, diante da mobilização e participação da classe operária nunca antes vista na história do Brasil, as atenções dos grupos políticos se voltam para ela, mesmo que para propor a sua exclusão" ⁽³⁾ .

No plano sindical, há uma retomada das lutas dos trabalhadores, apesar de as entidades sindicais terem estado sob a intervenção e o controle governamental durante a vigência do regime ditatorial.

A ascensão do movimento grevista, neste período, deve-se ao restabelecimento das garantias democráticas; à anistia política e ao ascenso da esquerda em todo o mundo e ao arrocho salarial a que foram submetidos os trabalhadores durante o período da II Guerra.

Apesar do sindicalismo "ministerialista" atuar contra a realização de greves, durante o período de 1945 a 1947, estas se intensificam como principais formas de luta.

Segundo estudo de Maranhão (1979), tais greves são motivadas por razões de ordem econômica .

"Devido à super-exploração por causa da mobilização militar, do trabalho fabril em função da guerra, e a deterioração do salário real que se manteve até o final do governo Dutra , bem como por motivações políticas - liberdade e autonomia sindical, direito de greve, eleições livres para as entidades de trabalhadores". ⁽⁴⁾

Nos dois primeiros meses de 1946, registraram-se mais de 60 greves. No Estado de São Paulo estouraram 33 greves, sendo que 12 foram organizadas pelos sindicatos de categoria ou de acordo com comissões de empresa; 15 foram decididas por comissões de empresa e/ou estimuladas por organizações independentes dos sindicatos oficiais. O mesmo ocorreu até maio de 1947, sendo que dos 22 movimentos grevistas, ocorridos em São Paulo, 12 foram organizados por comissões de empresa.

Os sindicatos ocupados por interventores não tinham muito crédito junto aos trabalhadores em geral, o que fazia que estes se organizassem a partir do próprio local de trabalho.

As principais greves deste período, em São Paulo, conforme o estudo de Maranhão foram realizadas por: metalúrgicos, bancários, funcionários públicos, secretários, ferroviários, portuários de Santos, motoristas de ônibus, têxteis. Em 1946, a greve mais abrangente foi a greve geral dos bancários que atingiu 12 estados do Brasil. Esta greve durou quase 20 dias de 24 de janeiro a 13 de fevereiro de 1946 ⁽⁵⁾.

Após a posse do General Dutra em 1945, por pressões dos empresários, o governo federal decreta a lei no 9.070, que proibia as greves. Durante o ano de 1946, enquanto imperou um clima de liberdade, durante o período que precedeu a promulgação da Nova Constituição, a lei não foi aplicada, mas, a partir de maio de 1947, o governo desencadeou uma nova onda de repressão sobre o movimento. Skidmore afirma que, em 1947, houve intervenção em 143 sindicatos, de um total de 944 em todo o país. Schmitter afirma que, no último ano de Dutra, ainda havia 234 sindicatos sob intervenção, enquanto Basbaum estima que houve cerca de 400 intervenções durante o período ⁽⁶⁾.

Apesar de toda a repressão sobre as entidades de classe, só em São Paulo, segundo Maranhão, ocorreram 19 greves, o que não indica um refluxo total do movimento operário. A maior parte dessas greves eram organizadas e incentivadas por comissões organizadas no local de trabalho ou por associações civis criadas pelos próprios trabalhadores. Tais comissões e associações tiveram um papel importante na formação de novas lideranças operárias, muitas das quais passariam, depois de 50, a disputar as eleições nas diretorias sindicais, desbancando as diretorias não combativas.

Segundo vários estudiosos do período, no plano institucional a revitalização do sindicalismo, no período pós-45 estaria associada: a) à retomada dos movimentos grevistas a partir do local de trabalho e b) à articulação de entidades e/ou associações independentes (ou paralelas) da estrutura oficial.

“No plano da organização, já no início de 1945, surgem grupos independentes como a União Trabalhista Democrática, dos Carris Urbanos de São Paulo, a União dos Trabalhadores Intelectuais, dos jornalistas paulistas. O Comitê Democrático dos Trabalhadores” e o “Movimento Unitário Sindical”... Todos esses grupos fundamentavam seu programa em reivindicações de liberdade e autonomia sindical, direito de greve, eleições livres em suas entidades, etc. Alguns deles agiam sob a influência dos comunistas. Quando Getúlio deu sinal verde para uma liberalização relativa do sindicalismo, o PCB tomou a dianteira em 30 de abril, propondo a criação junto com líderes não-comunistas (num total de 300, de três estados da federação) do M.U.T. (Movimento de Unificação dos Trabalhadores). ⁽⁷⁾

Uma das atividades sindicais mais importantes realizadas pelo MUT foi o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, em setembro de 1946, que contou com a presença de 2400 delegados de todo o Brasil.

Após um embate com os ministerialistas que deixam o Congresso, os petebistas e comunistas aprovaram a formação da Confederação Geral dos Trabalhadores, mesmo sem o reconhecimento oficial

“A atuação da maioria dos representantes do MUT, nas comissões do Congresso, tinha um caráter de luta contra a estrutura oficial. O princípio da verticalidade era eliminado, nas suas propostas, pela criação de uniões sindicais por município e estado. Perspectivava-se a criação de sindicatos por grupo profissional, não apenas por categoria, e se incorporavam os pontos do MUT sobre a autonomia dos sindicatos, tais como: a não padronização dos estatutos, liberdade de sindicalização para todos os trabalhadores rurais e urbanos, simplificação dos processos de registro etc... Propunha-se também a eleição, nas empresas, do delegado sindical e, definia-se a greve como direito inalienável e sagrado do trabalhador ... Entretanto manteve-se o imposto sindical, cuja arrecadação e fiscalização ficavam nas mãos do Ministério”.⁽⁸⁾

Para Weffort, esse é o argumento que o leva a justificar porque o MUT não lutava efetivamente contra a estrutura corporativa. Para Maranhão, o não questionamento dessa estrutura deveu-se ao fato de não terem usado a força dinâmica dos organismos de base - as comissões de empresa - como pilares mestres para redefinir organicamente os vínculos entre os trabalhadores e as direções sindicais.

Após as várias medidas repressivas tomadas por Dutra contra o movimento operário-sindical, bem como a cassação do Partido Comunista, em 7 de maio de 1947, seguiu-se um período de refluxo das atividades sindicais e a resistência operária, nos setores mais combativos, se fará através da criação de associações paralelas, registradas como entidades civis. Entre os militantes comunistas essa orientação estava em consonância com a “nova linha” de esquerda do PCB, definida pelo Manifesto de agosto de 1950.⁽⁹⁾

Esta nova linha, em termos de política sindical, levou a luta dos trabalhadores a uma radicalização.

“Dada a intimidade entre as lideranças operárias e o PCB, o estímulo à radicalização por sua vez multiplicou a combatividade de certos setores do movimento, mesmo quando essa combatividade se manifestasse em tal ausência de condições, que isolava as lideranças das bases. É a época das ‘greves de gancho’, ‘greves no apito’, enfrentamentos diretos com a polícia (...) mas é também o momento em que, em meio aos muitos fracassos da linha “de esquerda” em uma conjuntura tão difícil, os sucessos do movimento operário só ocorreram onde houve sólida organização de base, ‘comissões’ nos locais de trabalho, com um mínimo de durabilidade”⁽¹⁰⁾

“A linha sindical do PCB entre 50 e 52 era uma proposta de afastamento dos sindicatos oficiais, no sentido de esvaziá-los e formar sindicatos ou associações de trabalhadores independentes. Aí foi um total afastamento, porque esses sindicatos que nós organizávamos, na realidade eram fornecidos por grupos de comunistas e alguns trabalhadores mais próximos ao partido. Não chegaram a criar raízes nas bases, eram grupúsculos. Era até caricatural essa organização, porque os mesmos comunistas que formavam o comitê ou organização sindical fantasma que haviam sido criados, este e outros prolongamentos com expressões de massa que o partido se dava”⁽¹¹⁾

“... A verdade é que o movimento operário nos anos de 1948 a 1950 não teve oportunidade de desenvolver uma alternativa político-sindical própria, que desse expressão mais geral à sua combatividade reivindicatória; ou que permitisse a essa combatividade se expandir para outros setores da classe. A ‘nova linha’ de esquerda do PCB, ao recomendar a seus líderes de base que fossem às portas de fábrica pregar uma luta do tipo revolucionário, afastou muitos militantes das suas tarefas específicas de tipo sindical, que só seriam retomadas plenamente a partir de 1952. A completa ausência de canais institucionais de expressão de demandas tanto reivindicatórias quanto políticas, no quadro repressivo daqueles três anos condenou o movimento operário a se limitar à sobrevivência”.⁽¹²⁾

1 - A EDUCAÇÃO POSSÍVEL DURANTE A RESISTÊNCIA

“Então o que havia naquela época era uma situação muito difícil, e eu confesso a você que não participei e acho, e tenho até um pouco de convicção, que não havia curso sindical algum, não existia nada, era uma repressão muito grande. Não tinha outro curso sindical, porque na realidade o que tinha na atividade sindical, esse tipo de entrosamento que para fazer uma assembléia precisava se dirigir, através do presidente do sindicato, ao chefe de polícia para fazer uma assembléia, que era para discutir salário, e salário baseado muito em questão de custo de vida. Então se você pode chamar de educação sindical o que eu vou relatar, você chame, eu acho até que naquela época eu não diria que aquilo era educação sindical, mas hoje eu já me atreveria a chamar de educação sindical. Então, nós para enfrentarmos a batalha da assembléia e posteriormente para enfrentar o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, nós desenvolvemos uma atividade em termos de reuniões onde nós treinamos as pessoas para fazer levantamento do custo de vida .

Fazíamos reuniões com as pessoas para instruir que todas as compras que fossem feitas em todos os cantos, deviam ser anotadas fazendo uma espécie de caderneta, por exemplo: as pessoas iam à feira e anotavam. Tinha a caderneta da feira da família tal, a caderneta da feira da família outro, e assim sucessivamente, nós conseguimos entre a realização dessa assembléia e depois a batalha que travamos no tribunal, e isso se repetiu nos outros anos, nós conseguimos ter organizadamente, por essas representações de empresa, aquilo que era considerado levantamento do custo de vida, era um trabalho minucioso, de treinamento das pessoas, de educar(...)

Esses treinamentos em pequenas reuniões clandestinas que fazíamos em casa de um de nós, fazíamos as vezes na empresa. No caso da Fábrica Bonfim Madeira, no Cajú, eu fiz várias reuniões dessas dentro do Cemitério do Cajú; nós íamos no fundo do Cemitério para discutir isso, para explicar para as pessoas qual era a finalidade de fazer aquele levantamento. Imagine você, um trabalhador têxtil trabalhando com estatística, montando estatística, você sabe perfeitamente que isso é um trabalho complicadíssimo para a pessoa que profissionalmente é estatístico, imagine para nós que não éramos, foi muito difícil. O processo de reivindicar passava por 2 momentos: um de fazer a assembléia e outro, nós já sabíamos que os patrões negavam o pedido de aumento, mas a gente justificava perante eles, aí ia bater na barra da Justiça, por exemplo no Tribunal. Então fazíamos o seguinte: quando o processo ia à Justiça do Trabalho, nós organizávamos fábrica por fábrica, todos os dias cada fábrica tinha que dar uma comissão de trabalhadores, preferencialmente contendo mulheres, para visitar as esposas dos juizes, nós íamos de casa em casa de juiz, nós tínhamos um levantamento dos endereços e essas comissões iam com essas cadernetas de feira, com tudo, para mostrar às mulheres dos juizes que era impossível à família operária tecelã sobreviver com aquele salário e com aquelas despesas que estava tendo.

Além desse trabalho sobre o custo de vida o que a gente praticava muito era uma espécie de troca de opiniões para implementar e tornar eficientes e convencedores os nossos escritos e as nossas palavras em termos de agitação, por exemplo: eu fui várias vezes treinado para fazer um discurso na assembléia; a gente sentava, discutia, fazia os esquemas. A primeira vez que eu falei numa assembléia foi a partir de um esquema desses que foi feito numa reunião: o que era

importante dizer na assembléia, geralmente o ponto alto, o que arrancava grandes aplausos da assembléia; é quando a gente chegava e fazia comparação entre o que se via estatisticamente e os gastos familiares, explicando porque tinha que ter o aumento, que o aumento tinha que sair de qualquer jeito, inclusive com greve. Mas, isso saía da área da estatística e passava para a área da agitação e propaganda, este foi o primeiro período, foi uma prática comum, normal, que nós tivemos. A outra prática consistiu num trabalho, que também era feito por pequenas reuniões, grupos de pessoas de diferentes empresas para descobrir os caminhos de organização e de ação dentro da empresa. Nós tratamos muito dessa questão. Houve também um estudo do estatuto do sindicato e nós verificamos que pelo estatuto havia a possibilidade (a própria diretoria do sindicato aceitava) de usar cobradores da mensalidade sindical por fábrica e por seção. Então, nós começamos todo um trabalho de convencer muita gente para se inscrever individualmente no sindicato para ser cobrador e realizar a função de cobrador, com isso nós colocamos muita gente em grandes empresas e, dentro dessas empresas em várias seções, nós passamos a ter uma espécie de presença real. Ao fazer a cobrança do recibo, aí ele era orientado para conversar com os trabalhadores sobre os levantamentos estatísticos, sobre os salários, trocar idéias, de forma que quando nós nos encontrávamos nos sindicatos com outros cobradores, eu era um desses cobradores sindicais, nós sabíamos a reação das pessoas nas seções a respeito dos problemas.

Eu diria mesmo que foi o primeiro elemento de organização sindical no local de trabalho de que eu participei dele; era muito reduzido, é claro que quando isso foi percebido a ação do cobrador foi muito contida pela diretoria e pela própria ação do Ministério do Trabalho. Depois de muitas reuniões, nós chegamos à conclusão de que as pessoas comuns que não tinham vínculo político partidário não aguentavam aquele tipo de coerção e alguns até desistiam de ser cobradores, tinham medo, então nós tivemos que diminuir a exigência informativa. Foi aí que surgiu a idéia de nós constituirmos em comissões clandestinas de fábricas que eram compostas, naquele período fundamentalmente, por comunistas, por trabalhistas e por getulistas. Os getulistas eles enfrentavam o problema diferentemente porque havia um conflito entre o que a liderança fazia e o sentimento operário do getulista na empresa; não adiantava o chefe dizer que não era para fazer greve porque o getulista, pela própria coação econômica do capital sobre ele, ele acabava fazendo com muita eficiência esse trabalho organizatório. Aí entrou numa faixa de organização com um teor muito mais político-sindical. Isso foi por volta de 44, 45 e

46. Depois de 47 e 48 continuou esse tipo de comissão foi mantida nesse nível e se modificou, embora houvesse uma contradição política entre o PCB e Getúlio Vargas no plano da política geral, no plano da fábrica esse conflito na área sindical, ele não se efetivou porque o processo solidificou-se e desenvolveu uma aliança trabalhista e comunista que foi crescendo, crescendo, crescendo e foi o que obrigou e ajudou o PCB em 54 a fazer a famosa política do Prestes, no sentido de mudar a posição com relação a Getúlio Vargas.”⁽¹³⁾

Como se pode observar através do depoimento do militante e dirigente sindical Hércules Corrêa, a educação sindical, durante o período da resistência, constituía, essencialmente, de atividades semi ou totalmente clandestinas. Eram práticas educativas espontâneas, informais, próprias do *savoir-faire* do cotidiano dos militantes operários e serviam para dar suporte às práticas sindicais possíveis, tanto para iniciar ou manter núcleos organizados nos locais de trabalho, como para driblar o controle dos interventores e/ou dirigentes sindicais pelegos.

Para os militantes sindicais que tinham alguma articulação partidária, como já foi citado anteriormente, as discussões de cunho mais político-ideológico faziam-se ao nível de iniciativas organizadas e desenvolvidas pelos partidos políticos. É, pois, nesse contexto histórico que surge a nosso ver a dicotomia entre educação de massa x educação de quadros.

Uma das principais polemicas existentes hoje no movimento sindical brasileiro diz respeito ao problema da formação de base x formação de quadros. De modo geral, por formação de base entende-se aquela educação (intencionalmente planejada) que visa atingir os trabalhadores que pertencem à base profissional e territorial de um sindicato, por educação de quadros, entende-se aquela formação mais consistente política e ideologicamente que se destina aos quadros dirigentes atuais ou futuros (de militantes e/ou ativistas com potencialidades para se tornarem futuros dirigentes).

Tal dicotomia - educação de base x educação de dirigentes - não nos parece tão somente calcada nas conhecidas categorias conceituais usadas pelos diferentes analistas e cientistas sociais e políticos - massa/direção; massa/vanguarda; dirigidos/dirigentes; povo/elite dirigente etc... Tendemos a interpretar tal problemática a partir de uma perspectiva mais abrangente e histórica, como um dicotomia herdada do passado e que teria se cristalizado no movimento operário-sindical brasileiro, de um lado, em virtude do próprio ideário de alguns setores da esquerda brasileira e, de outro, em função das características das concepções e práticas sindicais e educacionais, que se configuram ao longo do movimento operário-sindical no Brasil, a partir da segunda metade da década de 40 e início de 50.

2. - A DICOTOMIA - EDUCAÇÃO DE QUADROS DIRIGENTES X EDUCAÇÃO DE MASSA - TEM RAÍZES HISTÓRICAS

A presença do PC no movimento operário-sindical, no período em questão, como mostram vários estudos é incontestável. Sem deixar de considerar as várias conjunturas repressivas que obrigaram vários de seus militantes a se refugiarem no exílio, na clandestinidade, ou mesmo a permanecerem trancafiados em presídios, o que ^{SE} percebe (como veremos mais adiante) na tradição comunista do período em foco é o nítido privilégio que se concedia à formação político-partidária e sua falta de sintonia com a formação sindical. Mesmo levando em conta as condições repressivas que dificultaram a articulação de projetos de educação e cultura destinados à grande massa de trabalhadores (que também não foram gestados nos breves interregnos em que o PCB esteve na legalidade), é nossa hipótese de que a inexistência de um projeto educacional voltado para as bases tenha como um de seus determinantes básicos a concepção política global e a "linha revolucionária" definida no manifesto de Agosto de 1950, que priorizava exclusivamente a formação de quadros, e que refletia uma posição "vanguardista" de revolução como afirma um ex-militante.

Naquela época achava-se que "as grandes transformações da história eram feitas por um partido de vanguarda que não precisava nem que toda a classe (ou pelo menos uma parte significativa dela) aderisse ao partido, bastava uma minoria consciente e seleta. No fundo tratava-se de uma teoria baseada na visão de que uma minoria ativa através da propaganda e da agitação bem orientada para a tomada de assalto do palácio de inverno (a tomar o poder) e depois viria toda a solidificação do poder a partir de cima para baixo. Era uma concepção de fundo golpista, que não levava em conta a idéia hoje tão conhecida e difundida na esquerda, que é a questão da hegemonia Gramsciana." (14)

A análise da proposta das bibliotecas marxistas e da escola de quadros, no período 1948 a 56, vem corroborar e alicerçar essa nossa hipótese.

Segundo Almeida (1983) "as bibliotecas marxistas e as escolas do partido emergem contemporaneamente na vida partidária. São produzidas num contexto de revisão tática do PCB(...) As revisões da tática levaram o Comitê Central a realizar uma radicalização, o Manifesto de Agosto, que aparentemente não foi acompanhada com o entusiasmo necessário pelas organizações de base. E as dificuldades apontadas pelos dirigentes passaram a convergir para a denominada 'luta ideológica' (15)

Até então, haviam existido poucos cursos e, durante o período de legalidade a pouco conhecida e estudada "Universidade do Povo", que cumpria um papel mais de educação de massa do que as escolas do partido.

Segundo Armênio Guedes, “uma das primeiras escolas de que tive notícia teriam surgido no Rio de Janeiro ainda durante os anos de 1945 e 1946. Era pretenciosamente chamada de Escola Nacional de Formação de Quadros do PC. Estava sob a responsabilidade de uma comissão de educação que selecionava os quadros que estavam surgindo no partido para dar-lhes uma educação política e, para definir a programação que deveria nortear o trabalho da escola. Os professores eram os próprios dirigentes partidários e, um ou outro intelectual, que tivesse uma certa especialização neste ou aquele ramo de conhecimento da política. O conteúdo girava em torno da política do partido, alguns pontos da teoria marxista. Havia também cursos que tratavam de temas específicos, pontuando questões referentes às diferentes frentes de atuação do partido - trabalho de massa sindical, com mulheres, com a juventude; aí havia na programação de temas orientados especificamente para quem atuava nessas áreas.

Depois vem a ilegalidade do partido em 1947, o que interrompeu o trabalho inicial da Escola de Formação de Quadros. Nesse período só teve escolas no Rio e em São Paulo. É possível que tenha chegado a se formar cursos em outros Estados, pois aqueles que atuavam nessas escolas (que eram a nata intelectual do partido) tinham como missão, tarefa, organizar cursos ligeiros para outros militantes nos seus comitês estaduais. Após um período de interrupção são retomadas no final da década de 40, no início dos anos 50, depois do Manifesto de Agosto, em função da nova linha insurreccional do partido”⁽¹⁶⁾

Pretendemos nos deter na análise nas escolas de quadros, pois acreditamos que a experiência do PC, dos anos 50, tenha influenciado tanto conceptual como metodologicamente a atuação dos demais grupos de esquerda no âmbito da formação político-sindical. no movimento operário-sindical nos anos subsequentes. Arriscar-nos-famos a dizer que tal influência se espraiou até nossos dias, apesar de ser mais difusa e menos explícita.

2..1. - AS ESCOLAS DE QUADROS - CONCEPÇÃO, OBJETIVOS

Em 1950, as escolas do partido do P.C.B. são pensadas e orientadas para assegurar uma fundamentação político-ideológica a seus militantes, de modo a garantir uma certa homogeneidade, que era fundamental ao partido, principalmente naquela conjuntura.

"Durante o período de 50-56 (quando eu entro nessa história) foi um período realmente de intensa atividade de educação. A direção do Partido naquela época entendeu que a formação ideológica dos militantes era algo muito importante. Então começaram a ser organizadas escolas clandestinas que funcionavam em casas, que tinham aparência normal; ficavam aos cuidados de uma família que cuidava do aspecto aparente, mas dentro ficavam de 20 até 30 dias. As escolas ampliaram-se bastante no período 50/56 praticamente em todos os estados onde o PC tinha alguma base importante havia uma escola. Acredito que em certo momento o PCB deve ter tido umas 30 escolas funcionando simultaneamente".⁽¹⁷⁾

A formação político-ideológica tinha um papel homogeneizador no seguinte sentido:

a) de uniformização, aparando diferenças de origem social

"A função precípua da educação dentro do PCB não era propriamente o aumento de reflexão e nem do aprimoramento intelectual, mas sim formar indivíduos capazes de dirigir uma organização política clandestina, tida como revolucionária. Através dessa formação tratava-se de diluir as diferenças entre os denominados 'intelectuais' e os 'trabalhadores', entre os letrados e os iletrados, entre os oriundos de famílias proprietárias e os filhos da classe operária (...)

Os cursos são montados para militantes. Tudo se dissolve nesta noção de militante. A uniformidade desejada é engendrada através da escola do partido, que transformará milhares de militantes em quadros. Estes seriam os dirigentes revolucionários, encerrando as qualidades e virtudes preconizadas pelo código de ética partidário".⁽¹⁸⁾

b) de uniformização, no sentido de criar adeptos incondicionais

A escola funciona como impingindo ao conjunto de militantes o 'approach' tido como adequado, "justo" e conveniente pela direção partidária. "Eram cursos marcados pela orientação pragmática da direção do partido, tratando de convencer os militantes sobre a 'linha política' do partido"⁽¹⁹⁾ (...) Não tinham caráter analítico, nem crítico, nem de especulação sobre a história e a realidade social brasileira (...) Nesse sentido as escolas funcionaram no sentido de favorecer um certo tipo de uniformização que inibiu a crítica, a polêmica, senão a própria possibilidade de luta interna". Tanto é que quando esta começa a despontar por volta de 56 (após o XXº Congresso) as escolas são desativadas (...)

Em função da priorização da perspectiva homogeneizadora e de reprodução da proposta política da direção, é possível compreender a rígida centralização e o excessivo controle existente sobre a escolha dos programas, dos professores e dos alunos. Tudo era estabelecido pela "Seção de Educação", diretamente

vinculada ao Comitê Central. Era ela quem estabelecia as diretrizes gerais; os programas eram elaborados sob sua direta supervisão, enquanto que os educadores indicados, designados como propagandistas e professores, tinham seus nomes apreciados pelo Comitê.”⁽²⁰⁾

As escolas, além da educação teórica e política do militante, também objetivavam “formar o seu caráter”, o que implica em dizer que serviam como mecanismo para selecionar e eleger aqueles militantes que se tornariam quadros, ou seja, é através da escola que se efetiva e legítima a ascensão dentro da estrutura partidária.

2.2. - PROPOSTA PEDAGÓGICA

a) Tipos de curso, duração e seleção de alunos

O projeto da escola incluía um conjunto de cursos organizados em níveis e com duração diferente. Embora não se tenha constatado critérios explícitos únicos que regessem essa graduação hierárquica, pode-se identificar basicamente dois tipos de cursos - os cursos elementares destinados a militantes em geral e aqueles que se destinavam aos dirigentes intermediários e superiores. Cursos destinados aos dirigentes dos comitês estaduais, do próprio Comitê Central e intelectuais, jornalistas, que tinham a pretensão de transmitir a doutrina e as questões da linha política do partido. Os primeiros tinham a duração de um a quatro dias; em alguns estados foram organizados cursos de férias (para juventude operária) e cursos específicos (para discutir o Programa e o Estatuto) com duração de 4 aulas. Aqueles destinados aos quadros intermediários e superiores tinham duração de 6 a 15 dias ou mais, podendo chegar até um mês.

Para estes foi organizado o chamado curso Stálin, dirigido e ministrado pelos membros do Comitê Central.

Ainda no âmbito dos cursos superiores havia também um curso realizado no exterior que “não constitui, enquanto tal, uma parte da escola do PCB, mas representa uma instância de todos os PCs - regidos pelo COMINTERN. Mais seletivos ainda que os Cursos Stálin, estes cursos eram destinados exclusivamente aos dirigentes superiores”.⁽²¹⁾

Segundo Almeida (1983), quando se pesquisa o real funcionamento dos cursos,

“Observa-se que não há propriamente uma seriação. Não se parte do primário para se chegar ao superior. Não há igualmente uma seriação na temática abordada. O que existe de fato é uma ênfase na duração. A seriação vale pelo tempo que dura o curso. A duração apresenta-se definitivamente associada ao grau de dedicação do militante à organização partidária. A disponibilidade total e integral consiste uma premissa básica, que assegura a ascensão a postos-chaves dentro da estrutura partidária (...)

Quanto aos alunos para serem indicados deveriam enquadrar-se nos seguintes critérios: a) ser militante responsável e haver demonstrado sua capacidade de realização; b) a idade não deve ultrapassar 40 anos; c) ter um tempo mínimo de Partido de um ano; d) não haver

após sua filiação ao Partido, cometido qualquer ato ou tomado qualquer atitude contrária aos interesses da classe operária; e) capacidade intelectual para participar de um curso; f) deve-se, enfim exigir uma biografia de cada camarada proposto para participar do curso. As biografias devem ser examinadas pela direção, a quem cabe a aprovação final da lista dos alunos, com a assistência da comissão nacional de educação.” (22)

b) Conteúdo e proposta metodológica

Como já afirmamos os cursos eram ministrados em “aparelhos” e funcionavam como uma espécie de internato.

“E pareciam um internato, entrar e sair todo dia era impraticável porque isso chamaria a atenção. Permaneciam no local às vezes 20, 30 até 40 dias encerrados, com uma vida muito disciplinada para que a escola pudesse funcionar. Tinham um dia inteiro de trabalho. Comumente o sistema adotado era o seguinte: no período da manhã era dada uma conferência; pela tarde, havia leitura de materiais recomendados (o estudo individual) à tarde e eventualmente havia a formação de grupos de debate; à noite o que se chamava de sabatina: o professor fazia perguntas, ouvia respostas e fazia comentários”. (23)

Quanto ao estudo individual era considerado o “método principal para a elevação do nível teórico dos militantes”, existindo uma orientação quanto a forma de realizá-lo. Deveria ser:

- . rigorosamente organizado;
- . sistemático, estabelecendo dias, horários, tempo, etc...;
- . planificado estabelecimento de um plano com o cronograma;
- . controlado - anotado em cadernos e controlado: por um companheiro responsável e através de sabatinas (um tipo de prova oral).

Os estudos coletivos constituíam-se através da formação de círculos de leitura onde um militante lia o texto, explicando os termos ou trechos mais difíceis.

Para todos os cursos - elementares, médios ou superiores existia uma programação estabelecendo os temas que deveriam orientar as atividades individuais, coletivas; forneciam as indicações bibliográficas e o modo para se aprofundar cada tema.

Segundo Almeida (1983) “não obstante as graduações dos cursos e as recomendações diferenciadas para os vários tipos de atividades de estudo - individual/coletivo - observa-se que há textos que estão além dessas distinções. Há títulos que são comuns a todos os cursos em quaisquer níveis. O caso mais ilustrativo é o da História do PC(b) da URSS(...) Trata-se de um texto que é estudado desde os cursos das ‘organizações de base’ (os comitês) até as escolas de ‘dirigentes superiores’ da União Soviética”. (24)

Ainda segundo este autor, a bibliografia básica adotada nos cursos era composta por 2 agrupamentos temáticos - o primeiro envolvendo: a História do PC da URSS, Biografia de Stalin e as suas Obras, mas destacadas com Fundamentos do Leninismo e O Partido. Quanto aos textos de Marx e Engels que são adotados são aqueles de 1848, no Manifesto Comunista. Para o estudo individual indicava-se também artigos da imprensa comunista - Democracia Popular, Classe Operária, Voz Operária, Problemas, etc...⁽²⁵⁾

O autor acima mencionado fez uma exaustiva análise desses materiais e verificou uma grande coincidência do material dos cursos com as chamadas bibliotecas marxistas.⁽²⁶⁾ A este respeito o autor comenta que os textos predominantes são do tipo compêndio, contendo, na maioria das vezes, as nações essenciais, de forma esquemática, que, tende a reducionismos.

“Visando a divulgação e com pretensões didáticas evidentes os manuais findaram por apresentar a teoria marxista como acabada e definitiva. Porquanto a teoria está concluída e não em permanente elaboração, conforme sugeria Gramsci ao analisar o manual de Bukarin, não existem mais novidades ou inovações senão aquelas oriundas da aplicação e da prática partidária. Interessa mesmo é transmitir. A atividade do militante deve estar submetida à difusão e à propaganda, não há lugar para dúvidas. Não há também porque pesquisar ou reinterpretar os clássicos desta tradição teórica, só se justificando os exercícios de ‘aplicação da teoria sobre a realidade.’ Com o predomínio desta ideologia do manual e suas consequências o conhecimento fica determinado à aplicação⁽²⁷⁾ à visão pragmática do que fazer, sempre privilegiando a utilidade como critério de eficiência.”

Dessa forma, acaba predominando uma visão dogmática, estática, da teoria marxista sem que se aprofundem os conceitos essenciais que lhe animam e dão sentido. Esta forma de abordagem do conteúdo, além de não permitir uma apropriação crítica da própria teoria, impede a polêmica e não garante uma apropriação do marxismo como uma teoria cujas categorias de análise são eminentemente históricas, encorajando militantes e dirigentes a utilizá-las como instrumentos de análise para revitalizar a sua própria prática histórica.

A possibilidade de aprofundamento ficava restrita a uns poucos dirigentes escolhidos para fazer os cursos no exterior. Com relação a este aspecto Almeida afirma:

“A leitura que se faz de um manual do curso de organizações de base não tem o mesmo refinamento que aquela feita nas escolas superiores do PCUS. Esta distinção é essencial para se entender o mecanismo da escola ... À medida que ascende, o militante tem oportunidade de discutir segundo outras modalidades os fundamentos da versão oficial da doutrina marxista e da própria história da revolução. O aprendizado por contraste ou a confirmação do transmitido oficialmente pela leitura das versões concorrentes situam-se nesta etapa superior reservada aos partidári-

os mais fiéis, que foram filtrados convenientemente para os cargos de direção. A confiabilidade justifica o acesso aos livros proibidos, porque de lembrar que a escola de partido tem a lista dos proibidos, tem a sua anti-biblioteca. Tal “index” não inclui necessariamente livros marxistas, mas sim aqueles que são produto de frações que batalharam no seio dos próprios PCs e foram excluídos, como será o caso de L. Trotsdki. Assim, há um nível em que é permitido ao militante a leitura de textos adversos que jamais seriam distribuídos às bases visto que a versão oficial é transmitida como irrefutável, não havendo como desdizê-la”. (28)

É por isso que, “A presença marcante e severa da escola de partido no PCB, nos anos 50, cria também impasses à incorporação de vanguardas teóricas, alheias à rotina partidária e aos seus moldes analíticos (...) no caso brasileiro o marxismo começava a se desenvolver fora das fronteiras do partido comunista, alheio à severidade dos esquemas de análise e mais aberto às reinterpretações da ortodoxia” (29)

O que Guedes, define uma tendência para o “gueto”.

A proposta dos Cursos Stálin, segundo alguns militantes, é bem um exemplo do que afirmamos acima.

“O chamado curso Stálin foi dado para dirigentes e intelectuais, por volta de 1953-54. Stálin havia morrido em 1953, foi uma homenagem a ele, o curioso é que a partir da morte de Stálin, já se iniciou na URSS uma crítica a ele, mas aqui não se sentiu isso, era preciso que viesse o 20º Congresso em 1956, para que a coisa ficasse clara Era um curso de 30 dias e girava parte dele em torno dos documentos do Partido Soviético, que eram os documentos e escritos do Stálin, os relatórios do 19º Congresso do Partido Comunista da URSS (de 1952). Durante o curso procura-se destrinchar esses documentos e certos aspectos das questões de política internacional, com uma tônica enfática na fidelidade incondicional à URSS. A outra parte do curso girava em torno dos documentos do próprio Partido, seus informes, artigos de dirigentes. Expunha-se qual era a linha do Partido, estratégia política para o nosso país. Esses eram os dois eixos do curso. Como as escolas tinham bibliotecas, os alunos tinham hora para a leitura de textos recomendados, hora para discussão em grupo e à noite em geral era dedicada ao que se chamada sabatina ... Os professores dos cursos tinham que ter um lastro cultural marxista e de informação de caráter geral, econômico, social, etc., para poder fundamentar e fazer uma aula” (30)

... “O que eu quero dizer sobre esses cursos, e eu fui professor deles, mas vendo-os na perspectiva de hoje, nós vemos que eram de um fechamento tremendo, para usar o termo tão usado e abusado - eram terrivelmente dogmáticos. Não havia

nenhuma possibilidade de alguém levantar uma dúvida sobre o que Stálin disse, sobre os outros, então nem pensar. O mesmo pode-se dizer em relação à própria direção do Partido aqui no Brasil, os documentos também eram sagrados; podia-se formular perguntas a respeito, isso o curso permitia, levantar dúvidas sobre uma questão ou outra, mas a resposta era de quem interpreta o Alcorão ou a Bíblia...⁽³¹⁾.

A divulgação do “marxismo-leninismo” de forma esquemática e padronizada não constituiu uma peculiaridade do PC brasileiro. Fazia parte de um esquema mais amplo, próprio da atuação da maioria dos PCs dos países do Ocidente, daquela época. Paolo Spriano (1992) ao fazer uma história crítica do período pós-guerra, recupera de forma muito viva o formato e o sentido desses cursos, também ministrados pelo PCI Partido Comunista Italiano. Vejamos alguns de seus comentários:

“O famigerado e famoso curso Breve curso da História do PC da União Soviética, uma verdadeira “bússola do comunismo” atingiu curvas de divulgação hiperbólicas, desde o início de sua difusão, entre 1938-1939, quando foi traduzido para várias línguas. De uma tiragem inicial de 673.000 cópias atingiu, em 1948, o montante de 34 milhões de cópias(...) No conteúdo desta obra coletiva (uma falsificação clamorosa, em muitos casos grotesca da história política da URSS e das lutas internas do partido bolchevique), destacava-se o clássico quarto capítulo, de autoria de Stálin, publicado desde 1944, sob o título *Materialismo dialético e materialismo histórico*. No prefácio de apresentação, da primeira edição italiana, comenta-se que o ensino “representa o que há de mais simples e, ao mesmo tempo, de mais profundo sobre o que se havia escrito, até então, a respeito do ‘marxismo - leninismo’. É este o ponto que quero ressaltar: - a simplificação (...) Abordagens reducionistas aliadas a versões com ênfases em ‘verdades absolutas’ faziam parte da popularização do ‘socialismo científico’ entre os núcleos organizados da classe operária, desde meados do século XIX. Mas, a leva de “revolucionários profissionais”, pós segunda guerra mundial, cresceu numericamente, multiplicando-se nas escolas no partido (em diferentes níveis) cursos sobre - Mary, Lenin, Stálin, Togliati. Um doutrinamento imponente com características de massa. Contudo, essa segunda onda de atividades - que não por acaso cresce durante o período da guerra fria e de polarização extrema entre dois campos ideológicos - o grau de “veracidade” é muito mais alto. O famoso capítulo quarto, dá ao militante, de forma extrema e sugestivamente esquemática, a convicção de possuir as chaves de acesso ao conhecimento, como já salientou Valentino Gerratana: ‘cada conceito é resultante de uma definição axiomática e cada definição, por sua vez, se desdobra numa série de definições muito simples, de modo que nas conclusões, fique evidente que o socialismo proletário é diretamente deduzível do materialismo histórico e dialético? Evidências e simplificações dedutivas foram deste o início e, permanecerão, as principais características das teorizações estalinistas. Tudo o que não estiver de acordo com tais requisitos deve ser colocado à parte.’”

Avaliando essa experiência histórica, Spriano ressalta:

“O que se convencionou chamar de ‘decisionismo teórico’ e que produziu efeitos de fossilização no patrimônio do próprio marxismo, produziu entretanto uma certa homogeneização cultural entre os quadros do partido, o ativista, e a grande massa de simpatizantes, sedenta de ‘formação teórica’ ... Entre muitos, predominava a convicção de possuir na teoria uma arma imbatível. Bastava estudá-la, e dela se apropriar coletivamente e individualmente...”

Além disso, gerou um outro fenômeno. O ‘breve curso de marxismo’ pelo fato de se ter transformado num instrumento fundamental de estudo (através de um veículo privilegiado, a História) sugere que, na trajetória política do partido bolchevique (tal como foi reconstruída), venha a prevalecer e triunfar a chamada ‘linha correta’, desde Lenin até Stalin. Esta foi a idéia mestra, que através dos cursos, se divulgou para todos os partido comunistas.”

Concluindo o autor ressalta que os conteúdos abordados nos cursos, ao tomarem a história da URSS, como modelo e bússola, concorreram para cultivar “o amor ao mito da URSS”.⁽³²⁾

2.3. AVALIANDO OS CURSOS À LUZ DA EXPERIÊNCIA DE HOJE

“Os cursos, apesar de terem sido marcados por essa orientação dogmática, de um verdadeiro ‘catecismo comunista’, tiveram uma influência muito grande do ponto de vista de formação conceitual e ideológica para muitas pessoas, militantes que, na vida prática, não tinham tempo para ler. Nos cursos, eles ouviam coisas importantes; havia uma coerência naquilo que se apresentava; eles podiam ler, discutir, fazer perguntas, esclarecer dúvidas. Acho que esses cursos tinham um efeito extraordinário. O grande problema é que eles foram se chocar com a realidade, tanto do ponto de vista do dogmatismo soviético, com o XXº Congresso (em 1956), quanto em relação à realidade brasileira que demonstrou o erro da linha política que estava sendo pregada e apenas em parte implementada, como eu analiso em meu livro ‘Combate nas Trevas’ ... Porque eu digo que somente em parte ela se implementava. Porque pregava a luta armada e ninguém fez essa luta, não era o momento dela, naqueles anos 50 a 56. Agora o que se deu em 56 é que aí veio o informe de Kruschov. Foi primeiro publicado no jornal ‘O Estado de São Paulo’ e foi declarado apócrifo, mas logo em seguida veio a confirmação de que era verdadeiro. Isso foi um choque tremendo, causou

um reboiço enorme de alto a baixo no Partido. Jornais importantes do Partido - Imprensa Popular, A Voz Operária (ambos do Rio de Janeiro) através da iniciativa de suas próprias redações abriram o debate, porque a direção não se definia, nem abria o debate. Aí foi um tal de artigos assinados dizendo tudo o que podiam. Jorge Amado, por exemplo, escreveu o artigo 'Mar de Lama' e muitos outros artigos se sucederam. Isso criou uma situação que não permitia mais a continuação das escolas porque os alunos iriam para as aulas cheios de dúvidas e problemas e nem os professores tinham condições de resolver, porque tanto eles como a direção estava em xeque. Então, é por isso que em 1956 encerra-se essa atividade educativa. Como a direção foi posta em xeque, criou-se um grande ceticismo sobre a direção. Surge primeiro a dissidência de Agildo Barata que, saindo do Partido, levou consigo um número considerável de intelectuais. Enfim, não só os dirigentes, como toda a doutrina que o partido vinha ensinando foi posta em xeque. Foram necessários alguns anos, até chegar ao 5o Congresso (em 1960) quando foi elaborada uma nova orientação política, é que se elegeu uma nova direção que recuperou credibilidade diante do Partido. Enquanto isso não acontecia, não era possível realizar um trabalho de educação".⁽³³⁾

A avaliação crítica aos cursos em decorrência da falência de uma linha política insurrecional também é assim comentada por outro ex-dirigente:

"Os cursos surgem na época do auge da tendência stalinista nos PCs, por isso começaram a se chamar Cursos Stálin. Esses cursos, mais do que os primeiros realizados logo após a 2ª Guerra, quando nossos contatos e a nossa referência com a URSS ainda era fruto da ligação com a Internacional e aí a referência era mais ideológica do que orgânica. Contudo, com Stálin a ligação do nosso partido com o PCUS passou a ser muito orgânica. O PCB ao invés de ser uma seção da Internacional era quase que uma seção do PUCS, do Partido Comunista Bolchevich, como se falava na época. Então aí a marca dos cursos. Era a total ideologização da política. A política era feita com objetivo de uma ideologia, cujos parâmetros eram estabelecidos a partir da guerra fria e da visão Stalinista predominante no PUCS, naquela época. E os cursos seguiam muito de perto essa orientação. Eram cursos marcados por uma visão imediatista de realizar política. Aí o que se ensinava sobre sindicatos era baseado na velha concepção Leninista - mais acentuada nesta época - dos sindicatos como correia de transmissão entre o partido e os trabalhadores. O que se ensinava sobre o sindicato aos trabalhadores nesses cursos era muito baseado na estrutura de organização do partido, que tinha como ponto de apoio para

o trabalho sindical - as frações sindicais - que eram grupos de comunistas que se organizavam dentro dos sindicatos e que discutiam as questões que deviam ser tratadas nos sindicatos e atuavam nas assembleias ou direções". (34)

A avaliação, sob a ótica de um ex-dirigente partidário e sindical ressalta a desvinculação entre os cursos e a realidade do movimento operário-sindical da época.

"Eu participei do curso Stálin, era sobre a política partidária, partido político. O problema sindical era resolvido fora, pelas famosas frações sindicais, eram organismos que cuidavam, daí surgiu o problema histórico de que você tem sua política, o partido político atuando, como no caso o PCB, e do outro lado o negócio sindical é feito por uma parte do Partido. Eu sempre divergi disso, sempre critiquei isso. Por que? Porque se você tem, e isso criou a seguinte realidade que até hoje é gritante no PCB; eu falo isso tranquilamente porque levei anos e anos a fio falando isso, você chega na direção central do PCB, você pode ir lá hoje, na época eu fui da direção central do Partido por um longo tempo, se você fizer uma pergunta, por exemplo, você chega na direção do Partido e diz: 'Qual é a lei específica que rege a contradição capital X trabalho no Brasil?', poucos sabem qual é a lei, e se você pergunta sobre o conteúdo da lei, aí ele não sabe nada, e a lei específica que rege essa contradição chama-se CLT. Então você chega num partido político, o PCB ou outro qualquer partido de esquerda, ninguém entende nada disso. Aqueles militantes que se especializavam nisso, que conheciam isso de cor e salteado, as portarias, eleição, todos os detalhes da atividade sindical, em determinada época foram considerados no Partido, tratados como sindicaleiros, era um tratamento pejorativo. Então eu pergunto: Como é que um partido operário pode fazer política entre esses operários que tem aqui no Brasil se não conhece aquilo? O discurso deles que é feito não tem nada a ver com a realidade operária, porque não tem nada a ver do ponto de vista até da cultura, porque você para falar com esse operário tem que saber qual é o nível dele, como é que ele reage, como é que ele pensa(...)

Os cursos partidários não tinham nada a ver com os cursos que nós fazíamos como militantes do Partido. Eramos nós, os trabalhistas, os getulistas que fazíamos isso, claro que os comunistas tinham um maior peso porque tinham os cursos partidários, eles tinham mais informação; tinham formação, eles predominavam, tinham hegemonia por isso. Então o valor do curso partidário era imenso, era enorme. Dava uma formação política, vamos dizer. Então, o militante do partido chegava lá, ele acabava, pela competência, pela formação, pela

informação, ele acabava predominando, tendo hegemonia, mas o trabalho sindical era feito por um conjunto. Os cursos sindicais eram feitos por pessoas que não eram só do Partido Comunista, eram feitos por trabalhistas, getulistas, e em determinados momentos, a partir de 60, até por católicos(...)

Até 1964 existiram apenas cursos partidários que não é a mesma coisa de um curso partidário sindical (para dirigentes e trabalhadores) que vai por terrenos específicos. Nós não tínhamos cursos específicos; a coisa específica era realizada pelas frações, e fazia de tal forma que durante longos anos tivemos o pejorativo de sindicaleiros, isso revela uma ação negativa do Partido em relação ao assunto". ⁽³⁵⁾

A abordagem analítico-descritiva que acabamos de fazer da escola de quadros do PCB, no início da década de 50, nos leva a tecer algumas considerações sobre certos aspectos que consideramos importantes do ponto de vista educativo, que permeiarão a maior parte das concepções e práticas de formação sindical, praticadas pelos grupos de esquerda, no movimento operário-sindical.

Um dos aspectos que nos chamou a atenção foi a dicotomia entre a teoria e a prática. Outro foi a concepção iluminista, implícita na visão do saber (ou conhecimento). A terceira, diz respeito à orientação reprodutivista (ou bancária, como diria Paulo Freire) em relação ao conhecimento e ao próprio aprendiz - ou seja o trabalhador, e, finalmente, a quarta, que decorre desta que diz respeito ao medo ou receio pela polêmica e à crítica.

A visão iluminista do saber está embasada na visão de que, quem tem acesso ao conhecimento, distinguir-se-ia dos demais por ter mais competência política e, portanto, estaria autorizado, a irradiar para os incultos a visão correta, à luz do marxismo - leninismo. Nesta relação iluminador/iluminado, o militante ou dirigente assume o papel do intelectual que é depositário do discurso competente, como afirma Chauí (1989), enquanto discurso do especialista, proferido de um ponto específico da hierarquia organizacional (que como vimos, refletia o *approach* da direção do partido). O saber competente, na maioria das vezes, transforma-se em instrumento de poder. Isto significa que aqueles (a base, a massa) que não dispõem desse saber são vistos como incultos, incompetentes, inconscientes, precisando ser guiados, dirigidos, controlados e vigiados. Mantém-se dessa forma a separação entre aqueles que pensam e os que executam.

A ideologia do discurso competente está naturalmente articulada com a visão da educação, não como um processo de reflexão, de crítica, de questionamento e/ou problematização, mas sim com uma concepção de educação que visa principalmente o repasse, o mais eficiente possível, do saber sistematizado que se julga importante que os outros assimilem, como mero receptores. Daí fazer sentido o esquematismo dos compêndios e a eliminação de autores e polêmicos como Trotsky e outros.

Por último, a separação entre a teoria e a prática, ou seja, a não utilização da teoria marxista, como

instrumental de análise da realidade e das práticas históricas concretas, dificultou a nosso ver a formação político-ideológica de intelectuais orgânicos, com uma cultura política comunista ou socialista entre os trabalhadores brasileiros.

Apesar da hegemonia do PCB, no período em questão, há que se mencionar a existência de mais dois partidos que talvez tenham tido algum tipo de proposta educativa para o movimento operário-sindical. Referimo-nos ao Partido Socialista Brasileiro que se reestrutura em 1946 e o Partido Trabalhista Brasileiro, fundado a 15 de maio de 1945.

Quanto ao PTB, recente estudo realizado por Benevides (1989) registra a existência no PTB paulista, sob a presidência de Euzébio Rocha, de um Departamento Sindical, diretamente ligado à comissão executiva do partido e que oferecia cursos de formação política e trabalhismo. Esta breve referência serve como pista indicativa para outros estudos. ⁽³⁶⁾

3 . ATUAÇÃO E PROPOSTA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Embora não tenha tido a mesma influência e importância, no movimento operário-sindical, como o PCB e o PTB, o Partido Socialista Brasileiro também se preocupou com a educação sindical. O estudo de Guiraldelli (1987) foi um dos primeiros a recuperar as propostas e experiências educativas efetuadas no âmbito dos diferentes **Partidos Socialistas** existentes antes do Estado Novo.

No início da década de trinta, por iniciativa do GRUPO SOCIALISTA GIACOMO MATTEO III ministravam-se cursos sob a forma de conferências, abordando o Tema: Socialismo. Eram as seguintes os itens do programa: 1. **Materialismo-histórico**; 2. **O plus-labore**; 3. **A luta de classes**; 4. **A crise atual e a solução socialista**. (In, Jornal Homem-Livre, São Paulo, n.20, 14/12/1933). Os cursos eram ministrados na União dos Trabalhadores Gráficos, um dos sindicatos mais combativos do período, dirigido por um grupo de dissidentes do PCB e, que irá se alinhar politicamente ao movimento trotskista internacional ⁽³⁷⁾.

Nesse período, eram também muito frequentes a participação (quase sempre clandestina) de dirigentes e militantes sindicais em círculos de estudos com características pluri partidárias, como afirma o dirigente comunista Armando Mazzo:

“Em 1934, participava no Partido Comunista, na Capital. As reuniões dos socialistas eram muito diferentes das dos comunistas. Não tinham ordem do dia. Falavam ao mesmo tempo, o tempo que quisessem. As resoluções eram tomadas para marcar datas de reuniões ou preparar comícios e com responsabilidades diluídas... quando terminava a reunião, eu ia para casa e pensava. Não é melhor essa boa vida dos socialista? Só conversa e agitação de idéias, quando no Partido Comu-

nista as tarefas eram bem definidas e controladas em suas execuções, se bem que nem sempre cumpridas... Reuníamos regularmente os círculos de estudo. Dessas reuniões participavam socialistas, comunistas e estudiosos das questões sociais. Sempre na sede do Sindicato dos Marceneiros de São Bernardo”. (38)

Durante o breve período de redemocratização, desde a eleição dos deputados constituintes em 1946, até a cassação do PCB, em maio de 1947, o PSB se reorganiza, como bem mostra Silva (1989), ao recuperar a história desse partido. Fruto da divisão da Esquerda Democrática, o PSB será homologado em 6 de agosto de 1947, tendo como presidente João Mangabeira.

O grupo mais ativo na rearticulação do partido era formado pelos socialistas que se aglutinavam em torno do jornal “Vanguarda Socialista”, do Rio de Janeiro.

“O grupo que formava o mencionado jornal, compunha-se em sua maioria de ex-comunistas insatisfeitos com o totalitarismo bolchevique e que sentiam a necessidade de um partido socialista democrático no Brasil. Esse grupo, liderado pelo jornalista Mário Pedrosa, era muito esclarecido e atuante e, lutava tenazmente pela formação de um autêntico partido socialista.” (...) “Os integrantes do ‘Vanguarda Socialista’ defendiam que um movimento socialista independente no Brasil só poderia vingar se impregnado do espírito militante e libertário. E que este movimento teria como pontos de convergência: a luta pelo direito de greve; pela autonomia sindical; por aumento de salários e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.”(39)

Os trabalhos educativos desenvolvidos pelo PSB provavelmente tiveram como público-alvo grupos e setores de classe média - jornalistas, professores, profissionais liberais - em consequência, tiveram menor influência na formação político-ideológica de dirigentes e militantes sindicais, do que o PCB e o PTB (Silva, 1989).

Com base nos documentos e depoimentos encontrados que se referem ao período de 48/50, constatou-se a promoção, por parte da Comissão Municipal de São Paulo, de atividades culturais (cursos) abertos a todos os interessados, independente da filiação partidária. Os documentos fazem referência a um curso de Geografia Humana, ministrado pelo professor Moisés Gikovate e, outro, de História Social do Brasil, ministrado pelo Professor Antonio Candido.

Apesar da influência restrita que as atividades educativas realizadas pelo PSB (na cidade de São Paulo) tiveram junto às bases e dirigentes do movimento operário-sindical, quando da cassação do PCB (em 1947) e das prisões que se seguiram, os locais de reunião do PSB tornaram-se importantes focos de

resistência. Possibilitaram a aglutinação de muitos dirigentes desagregados e a formação daqueles que reuniam por iniciativa do ex-dirigente gráfico. Fúlvio Abramo (que ingressou no PSB por volta de 47/48). Vários dirigentes paulistas, em seus depoimentos, confirmaram a existência de reuniões na órbita de influência política do partido acima mencionado.

"Eu passei a viver mais o movimento sindical no governo Eurico Dutra. Quer dizer, foi quando senti mais o peso da intervenção nos sindicatos, que foi justamente no momento em que eu me entros³ava e fiz a primeira greve no Jornal 'O Estado de São Paulo' e não tive apoio dos interventores. Então eu me liguei com anarquistas e socialistas e nos unimos no Partido Socialista. Recebíamos, fizemos, assistimos a muitas conferências em que os companheiros socialistas nos explicavam sobre liberdades sindicais. E a cada domingo, nós levávamos e convidávamos líderes de outras categorias profissionais. Não os interventores, e, sim aqueles dirigentes sindicais do tempo de Getúlio ou aqueles que haviam sofrido a intervenção no tempo de Dutra. Esses companheiros assistiam as reuniões e cada um formava o seu Comitê de Libertação Sindical dentro de sua entidade(...) Passamos a fazer reuniões dentro dos sindicatos e quando vinha a polícia, nós saíamos e íamos para a sede do Partido Socialista. Passamos, não só nós os gráficos, como todas as categorias - principalmente têxteis, metalúrgicos, marceneiros e vidreiros (que eram os mais ativos em São Paulo) a elaborar volantes ... Através disso nós conseguimos chegar até as eleições em todos os sindicatos com a derrubada das intervenções". (40)

4.- UMA TRADIÇÃO QUE SE MANTÉM VIVA

Universidade Popular "Presidente Roosevelt"

Sede provisória: Rua Libero Badaró, 561 - 2º andar

AO POVO

Frequente os cursos inteiramente gratuitos que a Universidade Popular dará início no próximo dia 24 de Setembro:

Sociologia, Filosofia, Literatura Brasileira, Português Prático, Esperanto, Psicologia Prática, Cooperativismo.

Cursos populares ministrados em linguagem ao alcance de todos. Não se sobram taxas de nenhuma espécie.

Aula inaugural

Na Associação dos Empregados no Comércio

Rua Libero Badaró, 386 - 1º andar

Dia 24 de Setembro, às 20.30 horas

"Não saber é também uma forma de ser escravo!"

A experiência de criação de "Universidades Populares" faz parte da tradição no movimento. Seus artífices formam os grupos de intelectuais de esquerda, notadamente aqueles de ideário libertário.

A primeira Universidade Popular de São Paulo que temos notícia, data de 1904 (Luizetto, 1984 e Guiraldelli, 1987) e, funcionava junto ao Centro Internacional dos Pintores na Rua da Constituição, número 47.

"A Universidade Popular, que se dirige a todos os homens de boa vontade, sem distinção de crença ou de partido, tem por fim: fundar um ensino superior metódico para o povo, organizar conferências periódicas sobre os assuntos suscetíveis de interessar os trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca, realizar representações de arte social, saraus musicais, festas literárias, excursões científicas, artísticas e expressivas, publicar um boletim que seja órgão da associação, estabelecendo, enfim, um centro popular tendo por fim às vezes o prazer e a instrução - e a união moral entre os cooperadores". (Jornal "O amigo do Povo", São Paulo, n. 48, 2/abril/1904) (...) A iniciativa reuniu tanto intelectuais ligados ao pensamento anarquista como Elísio de Carvalho e Fábio Luz, quanto elementos afastados das idéias libertárias como Rocha Pombo e Silvio Romero. (...) Os cursos eram compostos de palestras de assuntos autônomos de modo que, se o aluno não pudesse comparecer a alguma exposição, não seria levado a deixar o curso". (41)

Mantendo a tradição, é bem possível que outras iniciativas similares tenham sobrevivido, no movimento operário-sindical brasileiro, mesmo nas conjunturas de grande repressão. Em São Paulo, encontramos provas documentais que indicam a refundação de uma outra UNIVERSIDADE POPULAR em 1945.

A **UNIVERSIDADE POPULAR PRESIDENTE ROOSEVELT**, com sede provisória à Rua Líbero Badaró, 561, 2o. andar. Seus cursos eram ministrados nas seguintes entidades: Associação dos Empregados no Comércio e o Sindicato dos Empregados no Comércio (ambos de São Paulo), Centro de Cultura Social (remanescentes^{dos} antigos Centros de Estudos, criados pelos anarco-sindicalistas, no Bairro do Brás-SP), Círculo Israelita de São Paulo, Clube Portugália, Clube Royal, G.D. Hispano Americano.

Seus diretores - Aquiles Archero Junior, Cândido de Oliveira e Rui Marcucci, assim a definiram:

ALGUMAS EXPLICAÇÕES SOBRE UNIVERSIDADE POPULAR

O SABER, HOJE PRINCIPALMENTE, É UMA ARMA PODEROSA. HOVE TEMPO SEM QUE OS HOMENS VALIAM PELO NOBREZADO SANGUE. DEPOIS PASSARAM A SER OLHADOS COM RESPEITO AQUELES QUE POSSUÍAM MUITOS RECURSOS FINANCEIROS. ATUALMENTE, JÁ SE COMEÇOU A MEDIR O VALOR DE UM HOMEM POR AQUILO QUE ELE SABE. E TODOS CONHECEMOS PESSOAS QUE, VINDO DO NADA, CHEGARAM A OCUPAR ALTAS POSIÇÕES NO PAÍS, PORQUE TUDO FIZERAM PARA SE INSTRUIR. HUMBERTO DE CAMPOS, UM DOS NOSSOS MAIORES ESCRITORES, COMEÇOU SUA VIDA COMO HUMILDE CAIXEIRO. MACHADO DE ASSIS, QUE CHEGOU A PRESIDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, ERA UM MULATO NASCIDO DE PAÍS POBRES. LINCOLN, O GRANDE PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, INICIOU A VIDA COMO LENHADOR. MAS TODOS ESSES HOMENS SUBIRAM PORQUE ESTUDARAM, COMPREENDERAM O VALOR DO SABER.

E UME GANHO PENSAR QUE O HOMEM DO POVO NÃO PRECISA ADQUIRIR CONHECIMENTOS, ESTUDAR. QUANTO MAIS PESADO FÔR O SEU OFÍCIO, MAIS RAZÕES EXISTEM PARA QUE ELE VÁ BUSCAR A INSTRUÇÃO.

O ESTUDO E O SABER NÃO DEVEM CONSTITUIR PRIVILÉGIO DE UMA MINORIA

VEJA, MEU AMIGO, POR QUE VOCÊ DEVE ESTUDAR:

- 1 - O HOMEM QUE ADQUIRE INSTRUÇÃO VALORIZA-SE, PONDO-SE EM CONDIÇÕES DE GANHAR MAIS, PORQUE SABE MAIS.
- 2 - O HOMEM QUE ESTUDA ESTÁ EM MELHORES CONDIÇÕES DE RESOLVER POR SÍ SÓ OS SEUS PROBLEMAS; É ÚTIL A SI E À SOCIEDADE.
- 3 - O HOMEM QUE ESTUDA MERECE MAIOR ESTIMA DE SEUS COMPANHEIROS E SUAS OPINIÕES SÃO SEMPRE RECEBIDAS COM RESPEITO.
- 4 - O HOMEM INSTRUÍDO APRENDE A SEPARAR AQUILO QUE É BOM DO QUE É MAU, DIFÍCILMENTE SE DEIXANDO ENGANAR.
- 5 - O HOMEM QUE ESTUDA FICA COMPREENDENDO QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS E OS SEUS DEVERES.

FACULDADES. OS HORÁRIOS SÃO IMPRÓPRIOS (COINCIDEM COM O PERÍODO DE TRABALHO); O CURSO É LONGO (SÓ O GINÁSIO PEDE QUATRO ANOS) E DISPENDIOSO (TAXAS, MATRÍCULAS, LIVROS).

COMO, PORTANTO, SOLUCIONAR O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO DO POVO?

SO AS UNIVERSIDADES POPULARES PODEM RESOLVER O PROBLEMA.

UNIVERSIDADES POPULARES

A UNIVERSIDADE POPULAR "PRESIDENTE ROOSEVELT" É UM CONJUNTO DE ESCOLAS PARA O POVO. COMPREENDE UM GRANDE NÚMERO DE CURSOS, TODOS GRATUITOS, MINISTRADOS DE MANEIRA FÁCIL, CLARA E INTERESSANTE. OS PROFESSORES SERÃO INTELCTUAIS DE GRANDE CAPACIDADE, MAS CAPAZES DE EXPLICAR O MUITO QUE SABEM NUMA LINGUAGEM SIMPLES, AO ALCANCE DE TODOS.

ESTAS ALGUMAS DAS MATÉRIAS QUE SERÃO ENSINADAS NA UNIVERSIDADE POPULAR "PRESIDENTE ROOSEVELT": PORTUGUÊS, LITERATURAS, LÍNGUAS, ECONOMIA POLÍTICA, SOCIOLOGIA, DIREITO USUAL, POLÍTICA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, COMÉRCIO PRÁTICO, FÍSICA, QUÍMICA, ELETRICIDADE, ASTRONOMIA, ETC.

A UNIVERSIDADE POPULAR "PRESIDENTE ROOSEVELT" SE CARACTERIZA, EM RESUMO, PELO SEGUINTE:

- A) ENSINO ABSOLUTAMENTE GRATUITO;
- B) PARA FREQUENTÁ-LA BASTA SABER LER, ESCRIVER E CONTAR; NÃO EXIGEM CERTIFICADOS DE QUALQUER ESPÉCIE;
- C) OS PROFESSORES USARÃO LINGUAGEM SIMPLES, AO ALCANCE DE TODOS;
- D) HORÁRIO CÔMODO, À NOITE, NÃO EXEDENDO DUAS HORAS;
- E) AS AULAS DADAS SERÃO FORNECIDAS, POR ESCRITO, AOS ALUNOS;
- F) O ALUNO, DENTRO DA UNIVERSIDADE, SE SENTIRÁ À VONTADE, POIS ESTARÁ NO SEU PRÓPRIO AMBIENTE.

NOTA: A UNIVERSIDADE POPULAR "PRESIDENTE ROOSEVELT" MANTERÁ, TAMBÉM, CURSOS ANEXOS PARA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS. ESTES CURSOS ENSINARÃO, AINDA, MATÉRIAS ELEMENTARES: ARITMÉTICA, HISTÓRIA, CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS, ETC.

- 1 - COOPERE NA DIFUSÃO DOS NOSSOS TRABALHOS.
- 2 - INTERESSE-SE POR ALGUM DOS CURSOS QUE LHE IREMOS OFERECER.
- 3 - CONTE A UM SEU AMIGO O QUE SABE A RESPEITO DA UNIVERSIDADE, CONVIDE-O PARA INGRESSAR NELA.
- 4 - REMETA O SEU NOME E ENDERÊÇO PARA A SECRETARIA PROVISÓRIA DA UNIVERSIDADE POPULAR "PRESIDENTE ROOSEVELT":

RUA LÍBERO BADARÓ, 561 - 2º ANDAR - FONE: 3-2398

T O M E N O T A

UNIVERSIDADE POPULAR "PRESIDENTE ROOSEVELT" JÁ
MANTÉM, COMO CURSOS DE PROPAGANDA, AULAS POPULARES
DE PORTUGUÊS PRÁTICO (INTEIRAMENTE GRATUITAS).

- AS 3AS. FEIRAS, ÀS 20 HORAS, NA ASSOCIAÇÃO DOS EM-
PREGADOS NO

COMÉRCIO - RUA LIBERO BADARÓ, 386.

- AS 5AS. FEIRAS, ÀS 20 HORAS, NO SINDICATO DOS EMPRE-
GADOS NO

COMÉRCIO - RUA LIBERO BADARÓ, 586

FAÇA A SUA MATRÍCULA

Pelo que pudemos resgatar, através dos documentos encontrados, esta Universidade oferecia: cursos básicos de alfabetização, português, história, geografia, ciências naturais, ciências físicas; cursos de cultura geral - literatura brasileira, história da linguagem, história da arte, filosofia, sociologia, psicologia, esperanto; cursos visando uma melhor qualidade de vida - higiene mental, educação sexual (para adultos), alimentação natural, cooperativismo; cursos profissionalizantes de vendedores (poistinha como público alvo os comerciários) e cursos político-sindicais: economia política, legislação trabalhista, doutrinas políticas. Além dos cursos ministrados de forma regular, no período noturno, também promoviam palestras e conferências que tratavam de vários temas: educação integral, imprensa, psiquiatria, sistema educacional brasileiro, teatro etc. ...⁽⁴²⁾

Durante o período de 1945 até 1948, haviam sido ministrados 40 cursos com a participação de 7.549 alunos.

RESUMO ESTATÍSTICO DAS ATIVIDADES DA UNIVERSIDADE POPULAR
~ PRESIDENTE ROOSEVELT ~
DURANTE O SEU TERCEIRO ANO DE VIDA
1947 - 1948

CURSOS	ALUNOS	AULAS
1- Curso Popular de Higiene Mental (II)	697	10
2- Curso Popular de Poesia	252	5
3- Curso Popular de História da Poesia Grega	265	15
4- Curso Popular de Geografia Humana e Econ.	98	10
5- Curso Popular de Português Prático (IV)	205	22
6- Curso Popular de Biologia	86	6
7- Curso Popular de Matemática Elementar (III)	111	10
8- Curso Popular de Eficiência Pessoal (III)	135	15
9- Curso Popular de Português Prático (V)	196	15
10- Curso Popular de Poesia Latina	104	8
11- Curso Popular de Eficiência Pessoal (IV)	130	3
12- Curso Popular de Redeção	110	2
13- Curso Popular de Economia Política	40	2
14- Curso Popular de Português Prático (VI)	120	0
TOTAL DOS CURSOS	2.549	123

SITUAÇÃO DOS 2.549 ALUNOS NOS DIFERENTES CURSOS

Nacionalidade	Brasileiros- 92%	Sexo	Masculino- 63%
	Estrangeiros- 8%		Feminino- 47%

Profissão	Comerciários 92%	Cursos	Primário- 60%
	Industriários- 8%		Secundário- 23%
	Estudantes- 13%		Comercial- 7%
	Func. Públicos- 9%		Profissional- 6%
	Liberais- 8%		Superior- 4%
	Domésticos- 7%		

Idade dos Alunos

de 11 a 20 anos	38%
de 21 a 30 anos	43%
de 31 a 40 anos	11%
de + de 40 anos	8%

A análise dos conteúdos dos cursos, através dos programas e pequenas apostilas, indicam a visão heteróclita, diversificada (abrangendo os mais diferentes campos do conhecimento humano) com que seus organizadores encaravam a questão da cultura, isto é, a importância que davam ao acesso à chamada “cultura erudita”. Neste sentido, além do conteúdo escolar básico, ofereciam cursos que abordavam, da história da arte, até a alimentação natural. A preocupação com a formação do trabalhador numa perspectiva de integralidade, faz parte da concepção educacional dos libertários.

“O movimento libertário se esforçou não só em difundir idéias revolucionárias entre seus militantes, como também cuidou de aspectos tão variados como o naturismo, a educação sexual, ou certas práticas culturais e sociais que pudessem afetar a todas as dimensões da pessoa.”⁽⁴²⁾

Com um recorte mais especificamente político-ideológico (estrito senso), constam como atividades da **UNIVERSIDADE POPULAR PRESIDENTE ROOSEVELT** dois cursos: Curso Popular de Economia Política e o Curso Popular de Doutrinas Políticas. O primeiro abrangia os seguintes conteúdos:

1. Porque devemos conhecer a Economia Política? 2. Quais as necessidades humanas? 3. Principais Leis Econômicas. 4. Quais os fatores de produção? 5. Que é Economia dirigida? 6. Que é propriedade? 7. O Salário e sua Classificação. 8. Que é juro, moeda e lucro? 9. Que é moeda? 10. Que é crédito? 11. Que é Câmbio? 12. Que é Comércio? 13. Que é livre câmbio? 14. Que é protecionismo? 15. Que é lucro? (Folheto de propaganda, abril de 1948).

Quanto ao curso de doutrinas políticas, tratava, como demonstram os folhetos de propaganda, em anexo, de temas como: Democracia, Comunismo, Democracia Cristã, Socialismo, Anarquismo, Trotskismo e Fascismo. Hermínio Sacchetta, fundador do Partido Socialista Revolucionário (vinculado à IV Internacional) proferiu a palestra sobre o Trotskismo, em 1946.⁽⁴⁴⁾

As Universidades Populares, no que concerne à sua concepção e organização, constituíram exemplos singulares e descontínuos no movimento operário-sindical brasileiro. Quando retomadas, as iniciativas sempre partiram de grupos de intelectuais ligados às instâncias institucionais oficiais de educação. Tome-se como exemplo, a Universidade Popular criada, mais tarde, na década de 60, junto à Universidade Federal de Pernambuco, por um grupo de professores do qual faziam parte: Eurenice Cardoso, Jomar de Brito, Paulo Freire etc.

NOTAS CAPÍTULO III

(1) BODEA, Miguel - Trabalhismo e Populismo: O Caso do Rio Grande do Sul. Tese de Mestrado apresentada na F.F.L.CH. da USP, São Paulo, 1984. A esse respeito ver também Corone, Edgard. O Estado Novo. Difel, São Paulo, 1977, págs. 285 e seguintes, em cujo trabalho o autor faz uma descrição pormenorizada das oposições políticas. Essa análise também é feita por Spindel, Arnaldo in O Partido Comunista na Gênese do Populismo - op., cit., capítulo I.

(2) Segundo Bodea, a partir de 1945/1946 estruturam-se alguns dos principais partidos brasileiros do período 1945-64. A oposição anti-varguista não-comunista unida à Esquerda Democrática, dá origem a duas correntes distintas - um partido liberal-conservador, da burguesia e da classe média urbana - a União Democrática Nacional (UDN) e um partido de esquerda independente o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Do lado das forças getulistas formam-se também duas correntes distintas: o Partido Social Democrático - PSD, composto basicamente dos interventores estaduais nomeados por Vargas durante o Estado Novo. No seio do PSD também passaria a prevalecer uma tendência liberal-conservadora ligada às oligarquias e elites locais principalmente dos Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, etc. Vinculado à estrutura sindical corporativa, criada no Estado Novo surge o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Além desses grandes partidos nacionais - PTB, UDN, PSD e PSB, surgem vários partidos, a partir de 1945, tendo sido o Partido Comunista Brasileiro, o mais forte. Bodea, Miguel, op. cit. pp. 1-5.

(3) MARANHÃO, Ricardo - Sindicatos e Democratização (Brasil 1945/1950). Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979, p. 20.

(4) MARANHÃO, Ricardo, op., cit., p. 41.

(5) Canêdo, Leticia Bicalho - Bancários - Movimento Sindical e Participação Política. Editora UNICAMP, Campinas, 1986, pp. 57-59.

(6) SKIDMORE, Thomas - De Getúlio a Castelo. Ed. Saga, Rio de Janeiro, 1969; BASBAUM, Leôncio - História Sincera da República, 3º vol. 5ª ed., Editora Alfa-Omega, S. Paulo, 1985 e Schmitter Philip - Interest Conflict and Political Change in Brasil. Stanford University Press, 1971.

(7) MARANHÃO, Ricardo - op. cit., p. 42.

(8) Idem, Ibidem - op. cit., pág. 62.

(9) Após a cassação de seu registro eleitoral e do mandato de seus representantes na Câmara e Senado, o PC entrou numa fase de decadência. O Manifesto de Agosto, em 1950, encerra uma radicalização à esquerda e se considera a posição à direita assumida durante os 45 e 46. O documento retrata a autocrítica da tática adotada anteriormente, chamada como de "colaboração de classes burguesas". O Governo Dutra passa a ser considerado de "traição nacional" e partir daí o PC passa a apregoar uma luta anti-imperialista radical e organiza uma Frente Democrática de Libertação Nacional para a tomada do poder. São negadas as vias eleitorais e propõe a luta insurrecional como sendo a única alternativa de combate à ditadura e aos seus aliados imperialista. (ver Manifesto de Agosto de 1950, in Carone, Edgard - O P. C. B. - 1943 a 1964. DIFEL S.A., volume 2, São Paulo, 1982.

(10) MARANHÃO, Ricardo - op. cit., p. 95 e 113.

(11) Armênio Guedes - Ex-dirigente do P. C. B. em entrevista concedida à autora em janeiro de 1989 e Hércules Corrêa - Militante Sindical, membro do C. G. T. ex-militante do P. C. B., em entrevista cedida à autora em fevereiro de 1989.

(12) MARANHÃO, Ricardo - op. cit., p. 95 e 113.

(13) Hércules Corrêa - Militante sindical, membro do C. G. T. antes de 1964, ex-militante do P. C. B., em entrevista cedida à autora, em fevereiro de 1989.

(14) Armênio Guedes, depoimento concedido à autora.

(15) ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de - As bibliotecas marxistas e as escolas do partido, in Revista Religião e Sociedade, no 9, Rio de Janeiro, jun. 1983, p. 38 e p. 41.

(16) Armênio Guedes, depoimento concedido à autora.

(17) Armênio Guedes, depoimento concedido à autora.

(18) ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de - *idem* *ibidem*, p. 39.

(19) *Idem*, *ibidem*, p. 39.

(20) *Idem*, *ibidem*, p. 40 e 41.

(21) Conforme depoimento de Jacob Gorender - Ex-dirigente do P.C.B. e professor da escola do partido, entrevista concedida à autora em janeiro de 1989.

(22) ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *idem* *ibid.*, p. 43.

(23) Depoimento de Jacob Gorender.

(24) ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *idem* *ibid.*, p. 43.

(25) Armênio Guedes, depoimento concedido à autora.

(26) Por bibliotecas marxistas Almeida (1983) entende uma pequena²⁶ lista de livros ou periódicos, contendo fragmentos da literatura marxista. Geralmente são pequenas coleções, editadas pelo PCB, com o intuito de divulgar de forma didática e organizada a referida literatura. Contudo o significado destas bibliotecas não se exaure numa pequena lista de livros e artigos. As publicações serviam como base para todo o trabalho de formação de quadros. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, 1983, p. 37.

(27) *Idem*, *ibidem*, p. 43 e 39.

(28) *Idem*, *ibidem*, p. 43 e 39.

(29) *Idem*, *ibidem*, p. 39.

(30) GORENDER, JACOB - entrevista concedida à autora em fevereiro de 1989.

(31) GORENDER, JACOB - entrevista acima mencionada.

(32) Spriano, Palo - 1946-1956 Le Passioni di un Decennio. Roma, Editrice L'Unità, 1992, pp. 158-160

(33) Depoimento de Gorender, Jacob, entrevista concedida à autora..

(34) Depoimento de Guedes, Armênio, entrevista concedida à autora.

(35) Depoimento de Corrêa, Hércules, entrevista concedida à autora.

(36) A este respeito ver - Benevides, Maria Victória - O PTB e o Trabalho. Editora Brasiliense. 1989. A esse respeito ver também a tese de Miguel Bodea.

(37) Sobre a importância do UTG no movimento operário-sindical. Durante a década de 20 e início de 30. Ver o trabalho de Blass, Leila M. da Silva - Imprimindo a própria história. S. Paulo. Edições Loyola. 1986. Um maior aprofundamento sobre o grupo "Oposição de esquerda". Que se articula dentro do PCB, com base nas teses Trotskyistas em 1930/1933, ver de Abramo, Fulvio e Karepovs, Dainis - Na Contracorrente da história, São Paulo. Editora Brasiliense. 1987.

(38) Mazzo, Armando - Memórias de um militante político e sindical no ABC. Serviço de Documentação da História Local - Pref. Municipal de S. Bernardo do Campo, Secr. Educ., Cultural e Esportes, 1991, p.99

(39) Silva, Luiz Dário da PSB - O Socialismo Pragmático; uma análise política e histórica, Recife: CEPE, 1989, p.32.

(40) Depoimento de Dante Pellacani concedido ao Centro de Memória Sindical, in Arquivos, 14 de julho de 1979.

(41) Tanto Luizetto (1984:254 e segs.) como Guiraldelli (1987:121 e 122) referem-se à esta Universidade Popular.

(42) Os documentos sobre a Universidade Popular Presidente Roosevelt nos foram cedidos por Jaime Cubero do Centro de Cultura Social do Brás - S. Paulo.

(43) Moriyón, F. G., (org.) - Educação Libertária - Bakunin e outros. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989, p.21.

(44) Edição integral da aula proferida por Sadretta, dirigente político, dissidentes, da conhecida cisão de 1937/1938 do PCB, pode ser encontrada in Sacchetta - O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos. Campinas, SP, Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 83 a 103.

IV - TOMANDO FÔLEGO E RECUPERANDO A FORÇA

O MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL NAS CONJUNTURAS DA DÉCADA DE 50.

O período que vai de 1950/1954, da eleição de Vargas à presidência até o seu suicídio, é marcado pela ascensão do movimento operário-sindical. Este recupera sua força, através de greves e mobilizações que vão possibilitar a retomada das direções que estavam nas mãos de interventores ou dirigentes patronais e que atuavam nas entidades inter-sindicais.

No início dos anos 50, houve um recrudescimento do movimento grevista, tendo sido as mais importantes greves - a dos bancários em 1951 e a conhecida greve dos "300 mil" em 1953. A primeira durou 69 dias e foi desencadeada a partir do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que foi acompanhado por Belo Horizonte e Manaus.

"Segundo entrevistas realizadas, a greve dos bancários, movimento realizado à revelia dos interventores, dura mais de 60 dias. No auge do movimento registrou-se a participação de setenta por cento dos bancários, notadamente os empregados dos bancos estatais".(1)

A greve dos "300 mil" iniciou-se em fins de março de 1953, abrangendo inicialmente têxteis, metalúrgicos, tendo em seguida a adesão de marceneiros, vidreiros, gráficos, etc...

O movimento sindical paulista retoma a sua força a partir dessas e de outras greves, tendo os bancários, têxteis, gráficos e metalúrgicos como "ponta de lança" do movimento global.

Durante o período de ilegalidade, o PCB criara a UGT - União Geral dos Trabalhadores - que manteve desde 1948 até 1954 a mesma proposta de não participar nos sindicatos oficiais. Contudo a proposta das entidades não oficiais parecem não ter ganho o respaldo da grande massa de trabalhadores.

"O sindicalismo paralelo não deu certo porque o trabalhador brasileiro ao meu ver, é essencialmente legalista. Eles não aderiram ao movimento sindical paralelo, porque não era legal. E não iam ao sindicato oficial, porque nós do sindicalismo paralelo, dizíamos que o sindicato estava dominado por traidores da classe operária, por pelegos e por policiais. E, com isso nós esvaziamos os sindicatos e não engrossamos as nossas fileiras" ... "Muitos dirigentes oriundos da U.G.T., começaram a incentivar em cada categoria o seu comitê de libertação sindical. Por volta de 1953, nós começamos a achar que o movimento não estava dando certo, por isso tentamos através de eleições derrubar a maioria das intervenções".(2)

São, portanto, comissões formadas a partir das empresas, durante os principais movimentos grevistas, que vão atuar no sentido de fazer "oposição" às diretorias controladas pelos setores mais conservadores - interventores e ministerialistas.

“No fim da década de 40 e início de 50, nós formávamos comissões clandestinas de fábrica que eram compostas por comunistas, trabalhistas e getulistas. Esse tipo de comissão foi mantida e se solidificou, embora houvesse uma contradição entre PCB e Getúlio Vargas no plano político global. Na fábrica esse conflito na área sindical não se efetivou porque foi a partir daí que se solidificou a aliança entre trabalhistas e comunistas. Foi o que obrigou o PC a rever em 1954 a sua linha política.”⁽³⁾

Em São Paulo, essas comissões clandestinas serviam como fachada legal à UGT e vieram a formar, após a greve de 1951, o Pacto de Unidade Sindical, integrado por metalúrgicos, gráficos, têxteis e bancários.

“O Pacto de Unidade Sindical foi uma entidade intersindical criada pelos comunistas, já que as federações não funcionavam porque eram todas fornecidas por pelegos do governo. Faziam parte do Pacto militantes sindicais que tinham representação mas que não eram direção, em alguns casos eram até dirigentes. Esse Pacto ajudava e apoiava os sindicatos e trabalhadores nos seus movimentos, nas suas greves”.⁽⁴⁾

Em 1953, as mobilizações e lutas dos trabalhadores em São Paulo, se efetivam a partir de reivindicações “de aumentos salariais, combate à anistia, em oposição ao Decreto 9.070 e pela autonomia e liberdade sindical. Fruto da grande greve de 1953 é também a reivindicação do aumento de cem por cento do salário mínimo”⁽⁵⁾.

O segundo movimento grevista importante em São Paulo, neste período, foi a chamada greve dos “300 mil” que envolveu: metalúrgicos, têxteis, vidreiros, gráficos e trabalhadores da indústria de papel e papelão. A greve durou aproximadamente 10 dias e foi vitoriosa obtendo um aumento salarial de 25% determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Após esta greve, as lideranças sindicais que participaram do movimento grevista procuravam manter comissões intersindicais permanentes. Depois da greve de 1953, organiza-se o PUI (Pacto de Unidade Intersindical) que chegou a contar em São Paulo com 40 sindicatos. O PUI coordenou até 1958 as principais reivindicações e movimentos grevistas em S. Paulo.

Durante a 2ª gestão de Vargas, devido à existência de uma conjuntura política não repressiva, a ascensão das mobilizações operárias chega a extrapolar as reivindicações econômico-sindicais. O movimento também se envolve no debate de questões mais amplas - “à encampação da Light, o envio de tropas brasileiras à Coreia, assim como o acordo militar Brasil-E.U.A.”⁽⁶⁾

No auge da crise política de 1954, com o morte de Vargas, o movimento operário orientado pelo PUI, volta-se claramente para as reivindicações políticas, lutando pela defesa das liberdades democráticas e sindicais.⁽⁷⁾

Durante o Governo Café Filho, novamente o movimento operário sindical viveu momentos difíceis.

"A política econômica e social posta em prática anuncia o que viria a ser a linha mestra do 'milagre econômico' na segunda metade dos anos 60, e inícios dos 70. O ministro da fazenda, o arqui reacionário Eugênio Gudin, cria, através da famosa instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e Crédito) os estímulos ao investimento do capital estrangeiro enquanto os salários permanecem congelados ao nível de 1954(...)

O ministério do trabalho utiliza a fundo toda a legislação existente para controle dos sindicatos. Dezenas de diretorias são suspensas. Entre janeiro e junho de 1955, 400.000 operários em São Paulo têm seus sindicatos sob intervenção. As diretorias eleitas são impedidas de tomar posse, no caso da vitória dos setores combativos. É o caso do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, já na época o maior sindicato da América Latina. A chapa vitoriosa, liderada por comunistas teve sua eleição anulada pelo Ministro do Trabalho. Em Santos, não apenas a diretoria eleita do sindicato de motoristas foi deposta mas detida pela polícia política. As reações contra a política de austeridade e a repressão ao movimento sindical foram variadas mas com baixo nível de articulação. Um apelo em defesa da autonomia sindical, assinado por 13 sindicatos liderados pelos metalúrgicos de São Paulo foi apoiado por declarações de entidades operárias de várias regiões e diferentes setores de trabalhadores de todo o país. Mas a principal reação contra a intervenção veio dos operários da Usina Siderúrgica de Volta Redonda que expulsaram o interventor através de grandes manifestações de massa e ocupação de sede para garantir a posse da chapa recém eleita, composta pela coligação PCB-PTB(...)

As numerosas greves que pontilham o período de 1º de Maio até dezembro de 1955 são sobretudo econômicas, visando ao aumento salarial que recompusesse o valor real de 1954 (...).

É importante notar um aumento significativo da atividade sindical no campo. Os cortadores de cana de São Paulo paralisaram por vários dias a safra 54/55 assim como os trabalhadores agrícolas e das usinas de açúcar de Pernambuco". (9)

A votação maciça dos trabalhadores na chapa Juscelino-Jango foi articulada pelo Movimento Nacional Popular Trabalhista, que contou com o apoio da corrente nacionalista do movimento sindical, e pelo PTB e PSD a nível partidário.

"A partir da votação maciça na chapa Juscelino-Jango, o proletariado interveio no processo eleitoral para responder às ameaças de golpe do governo Café Filho, que buscava adiar o pleito. Os sindicatos anunciaram uma greve geral caso se desse o adiamento - que afinal não se deu. Frente à derrota de seu candidato, os udenistas e

vários militares buscaram o golpe para impedir a posse de Juscelino. Uma das primeiras atitudes dos GOVERNISTAS foi prender dezenas de líderes operários, inclusive a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Greves de protesto esporádicas surgiram, sobretudo em S. Paulo”(9).

Durante rápido período Nereu Ramos, os líderes sindicais foram soltos, suspenderam-se as intervenções e empossados as diretorias eleitas.

“Durante o governo Juscelino Kubitschek, novamente o movimento operário sindical retoma o seu pique de mobilização, visando garantir o seu poder de compra corroído pela inflação. A luta pelo aumento de salários provocaram um avanço político-organizativo. Os trabalhadores começam a aprender os mecanismos mais globais de exploração e passam a sentir a necessidade de ter uma atuação mais ampla na política global, que desemboca nos anos 60, na participação das lutas pelas reformas de base, como veremos no próximo capítulo.(...)”

Através das greves, os trabalhadores passam também a questionar seus dirigentes, exigindo maior democratização dos aparelhos sindicais. O grupo de sindicalistas genericamente chamado de “renovadores” surgiram no período, opondo-se as direções petebistas, comunistas e pelegos (...)

Estes grupos foram reforçados por tendências marxistas ou socialistas externas ao PCB ou produto das rupturas do mesmo. Após o 20º Congresso do PCUS, surge, entre outras a Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, liderada por Agildo Barata,⁽¹⁰⁾ mas que arrastou na cisão a maioria da Comissão Sindical do PCB. Este grupo destacou-se na formação do Movimento Renovador Sindical(...)

Os “renovadores” no movimento sindical compunham-se de origens as mais heterogêneas: católicos de esquerda, comunistas dissidentes, lideranças sindicais independentes, setores anti-comunistas socialistas, etc... O MRS, expressão mais importante desta tendência chegou a controlar alguns sindicatos importantes, sobretudo em São Paulo e formaram fortes oposições às diretorias controladas pelos comunistas (que eles chamavam de “pelegos vermelhos”) e pelos petebistas ou burocratas (“pelegos amarelos”). O grupo fez da luta contra o imposto sindical a base do seu programa de democratização da estrutura, chocando-se com o PCB, que, ao ganhar cada vez mais direções de sindicatos, evitava criticar esse aspecto da legislação trabalhista. Na ausência de uma alternativa revolucionária, as ambiguidades dos grupos renovadores acabaram levando-os à divisão, à aproximação com grupos burgueses (Janio Quadros), e ao anti-comunismo.(...)

De origem católica a Frente Nacional do Trabalho e o Movimento Católico de Orientação Sindical ganharam força, o primeiro em São Paulo e o segundo na Guanabara e Rio Grande do Sul.⁽¹¹⁾

“Um segundo aspecto da estrutura sindical, o seu verticalismo e corporativismo, começa a ser rompido a partir de 1956; multiplicam-se as reuniões inter-sindicais, a nível municipal, regional e nacional. Algumas estruturas mais curáveis começam a funcionar, articulando as diferentes categoriais. É o caso da Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Rio de Janeiro, dirigido por Ary Campista e Roberto Morena (comunista). Em São Paulo existia o Pacto de Unidade Intersindical (PUI). A direcção do PUI é fundamentalmente composta pelos comunistas e pelo PTB. Apesar de ilegal, o PUI afirmou-se como um interlocutor frente ao Ministério do Trabalho, ao governo do Estado e até a JK. (...)

No PUI as federações e os sindicatos tinham igual participação, mas o organismo não foi mais que um local de articulação de lideranças até a greve geral de outubro de 1957”. (12)

Essa greve também nasceu a partir das seguintes reivindicações: a) reajuste salarial de 100% para todos os trabalhadores; b) pagamento em dobro dos dias de férias; c) um adicional de 5% para cinco anos de serviço; d) o reconhecimento do delegado sindical por empresa e a revisão salarial a cada quatro meses. As categorias envolvidas foram: têxteis, metalúrgicos, gráficos, químicos, sapateiros e trabalhadores da indústria de papel e papelão. A grande novidade desta greve foi a tentativa de negociar em conjunto com a FIESP, através do PAC (Pacto de Ação Conjunta), reivindicando uma data base única para as diferentes categorias profissionais. Isto contrariava as normas legais estabelecidas na CLT. A FIESP fechou questão negando-se a negociar, o que acirrou o ânimo dos grevistas. A greve durou de três a quatro dias. O movimento apenas conseguiu vitórias parciais - 80% de reajuste salarial e não conseguiram o estabelecimento de negociações coletivas conjuntas entre a FIESP, de um lado, a CNTI de outro.

A greve dos “700 mil” (13) dá início a uma nova onda de greves que agudizará na gestão de Goulart, como veremos no capítulo V.

1. A EDUCAÇÃO SINDICAL OSCILA ENTRE A PERSPECTIVA LEGALISTA E A BUSCA DE OUTRAS ALTERNATIVAS

Nas entidades sindicais controladas pelos dirigentes nacionalistas, o que existiu entre 52 até 1958, foi “um mundão de cursos dados pelo Ministério do Trabalho”.

“A partir deste período nós tivemos cursos de CLT nos sindicatos; em 52 tivemos cursos de acidentes de trabalho mas vinculado à assistência médica e aos primeiros socorros. Era misturado: tinha CLT e tinha um outro. A gente usou muito isso porque aí começou a se discutir outras coisas.

Então nós, que tínhamos participado do processo anterior e estávamos dentro desse novo processo, aí nós usamos a legalidade sindical para fazer em todos os lugares possíveis os chamados cursos que eram dados pelo Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho dava um tema, dava o professor, marcava os dias. No dia marcado vinha um professor e discursava sobre C.L.T.(...)

Esses cursos tinham uma ambiguidade. Em si, não propiciavam uma formação político-ideológica, mas abriam alguns espaços importantes naquela época (...)

Primeiro eles criavam um espaço político de legalidade sindical, se você não trabalhasse com isso você tinha sempre a polícia no seu calcanhar. Quem não viveu a época não pode conhecer isso, mas tinha esse aspecto importantíssimo, segundo que você ensinava realmente a legislação às pessoas e ensinava a legislação no sentido de aplicá-la. Só o fato de ensinar que existia lei você já criava um espaço para a mobilização operária muito grande, as pessoas não sabiam que tinha a lei. Então você tinha os que não sabiam de um lado, e você tinha do outro lado aqueles que não aplicavam a lei, que sabiam que ela existia mas burlava-se. Então aí, está aberto o espaço para a contradição capital x trabalho (...)

Além disso, através desses cursos nós aproveitávamos também para formar gente nossa para dirigir sindicatos. Através desses cursos aproveitávamos para formar gente especializada para dirigir sindicatos, porque ensinavam a dirigir um sindicato; o que é um sindicato e como administrá-lo. Então, nós fizemos daquilo um centro para treinar, para dirigir a instituição sindicato, porque até então a gente sabia agitar, mas como dirigir um sindicato? Hoje parece que é fácil, naquela época não era fácil. Você chamava o cidadão e dizia: - Você vai ser o tesoureiro do sindicato. O cara ficava com medo: - Tesoureiro, como é que eu vou ser tesoureiro? Para ser presidente de um sindicato, o cara vai ter que saber lidar com a lei, falar com a autoridade, etc. Tinha que ter um diretor que em geral era - o procurador do sindicato - que tinha que tratar da previdência social. Depois de um certo número de cursos sobre a CLT, nós começamos a ter também cursos sobre previdência social, mas isso foi mais tarde, quando nós conseguimos colocar na previdência social figuras como DANTE, Roberto Morena, e tantos outros

que foram dirigir os Institutos de Aposentadoria e Pensões. Mas, isso já foi no final do governo JK para frente. Ao lado do curso da CLT, tivemos também, chamava-se curso de enfermagem, que na realidade era para atender o cara acidentado. O governo dava para a categoria e algum sindicato chegou a organizar por empresas, no meu por exemplo, nós organizamos por empresa, você tinha os da categoria, que existiam.(...)

Eu tomei posse em 58 (fui eleito em 57) já tinha uma efervescência maior, aí nós fizemos um curso de liderança sindical, que não tinha nada a ver com o Ministério do Trabalho. Chamava-se de "Curso de Formação de Dirigente Sindical". Era dado paralelo ao do MT, por iniciativa da diretoria do nosso sindicato (...)

Não podíamos romper, tínhamos que trabalhar levando em conta o que o Ministério do Trabalho já tinha feito. Então o curso dele (do Ministério) e aquele que nós organizávamos, o nosso curso. O do Ministério do Trabalho era 2ª ou 4ª feira, ou um dia da semana e como a gente sabia que o Ministério do Trabalho não funcionava sábado, nós organizávamos nosso curso sábado, porque não tinha nem possibilidade de um fiscal vir verificar o que estava ocorrendo, porque a burocracia do Ministério aos sábados descansa. Então, se o cidadão era funcionário do Ministério do Trabalho ia para o lazer dele, e nós aproveitamos então para fazer os cursos nossos sábado e domingo, porque aí você chamava para o curso aqueles trabalhadores mais ativos e era uma aula diferente. Os professores eram outros e nós dávamos: Economia Política, História do Movimento Operário, sobre o que é o Estado, o que é Partido Político, o que era Sindicato, já fazendo as diferenciações. Isso a partir de 58 até 64. Esses cursos expandiram-se muito nos sindicatos em vários sindicatos aqui. No Rio de Janeiro, os principais sindicatos foram os têxteis, os metalúrgicos e dos bancários. Nossos cursos funcionavam assim: nós tínhamos a parte que dizia respeito à legislação. Um advogado do sindicato, geralmente um advogado de confiança da diretoria, vinha e dava uma aula; o tema sobre partido político ou Estado, às vezes, dava um de nós que já conhecíamos muita coisa a respeito disso"(...) Nós trazíamos geralmente um economista, podia não ser marxista, mas de formação na área, para dar o curso sobre Economia Política. Eu, por exemplo, em 59, eu já tinha lido "O Capital", já tinha estudado porque tinha passado por vários cursos, inclusive por um curso de 2 anos em Moscou,

uma escola ligada ao PCUS. Entendia pouco, mas entendia, “na terra de cego quem tem um olho só é rei”, então eu era rei, não significa que eu soubesse muita coisa. Então, em cima de uma apostila que me preparou o Mário Alves (Mário Alves dava cursos nas escolas do Partido) uma apostila elementar para o curso de Economia Política, as coisas básicas. A partir de 59 eu comecei um curso no sindicato que foi dado a parte jurídica, deram a previdência, depois começou a parte de Economia Política. A turma era 40 alunos, que nós inscrevemos, após ter anunciado e distribuído papeletas na fábrica. A primeira aula foi num sábado, sábado às 18 horas, vieram os 40 alunos e vieram outras pessoas, que não conseguiram se inscrever, para perguntar se podia ficar lá assistindo, e nós deixamos. O curso funcionava assim: primeiro você tinha aula, tinha perguntas e respostas, na aula seguinte tinha um pequeno debate para a outra aula, cada um tinha que fazer uma exposição de como é que tinha entendido a aula anterior. A 2ª aula, ou a aula posterior, os primeiros 30 minutos eram dedicados aos alunos falarem, para conversar um pouco sobre o que havia acontecido na aula anterior, tinha que fazer um resumo (...)

Eram 50 minutos para o professor e depois mais 30 minutos para os alunos fazerem perguntas; as aulas eram assim. Eu comecei, eu me lembro como se fosse hoje, tinha a turma toda completa e mais uns 12 ou 15 lá para assistir: dei a aula seguindo aquele roteiro que o Mário Alves tinha me feito, dei a aula e tal, vieram as perguntas, muitas perguntas, muita curiosidade; comecei explicar a mais-valia, ninguém sabia. Então, eu comecei a explicar, fui para o quadro e mostrava como é que o empregador se apropriava, aquilo causou uma sensação brutal no meio operário, aquele pessoal que estava ali. No sábado seguinte fomos para a 2ª aula, eu me lembro, eu cheguei no sindicato era 18:45h e tinha um movimento estupendo no sindicato. Naquele tempo o presidente era o Peres e eu perguntei a ele: - “Que diabo houve aqui no sindicato, há alguma greve?” - “Não”. Eu disse: “O que é isso aí?” - “Esse povo todo veio é para o curso, esse povo veio para o curso”. - Calcule você quantas pessoas foram para a sede do sindicato assistir a 2ª aula? Naquela noite havia 415 pessoas, para a 2ª aula. Então de 40 alunos virou um monte, parecia um circo. Agora durante as aulas seguintes o número foi crescendo. Na parte de Economia Política foi crescendo, crescendo, ficou um negócio estupendo, depois passou CLT, e aí foi caindo, caindo, terminou o curso com mais ou menos 60 pessoas presentes na sala. Enquanto foram os temas mais quentes - Estado, Partido, etc., foi aquele sucesso. (...)

Isso nos obrigou a lançar um boletim na fábrica, e fazer palestras sobre cada tema e não mais dar cursos. O tema sobre mais-valia por exemplo, nós fizemos uma série de conferências aos sábados. O pessoal tratava o tema - "as horas que o patrão nos rouba". Num a dessas conferências tivemos mais de 2.000 pessoas para assistir.(...)

Depois dessas palestras, na sede a diretoria chegou à conclusão que devíamos levar as palestras para as portas da empresa. Então fizemos um curso para o pessoal da diretoria, trouxemos companheiros dos sindicatos que sabiam explicar direitinho e com as apostilas e tal, os diretores começaram qualificadamente, a vir para as portas da fábrica todo dia na hora do almoço, de 2ª à 6ª. Faziam mini-conferências sobre aqueles temas que tinham agradado mais os operários.(...)

Isso foi o que mais politizou a categoria (têxtil) de tal forma que o sindicato que tinha em 58, 2 mil e 600 sócios, quando chegou 1964 nós estávamos com mais de 14 mil sócios. (...) Outros sindicatos combativos do Rio de Janeiro da época também fizeram cursos, embora não posso dizer de que tipo - os bancários, metalúrgicos, gráficos e todos os sindicatos da orla marítima. Todos esses sindicatos tinham diretorias mais próximas do PC. O pessoal do PTB não patrocinava os cursos, eles participavam dos cursos feitos nos sindicatos que a gente dirigia e foi assim que foi nascendo a unidade comunista-trabalhista que chega no C.G.T.. Não se cria unidade só através do discurso, tem que ser acompanhado por um trabalho de educação de formação de lideranças. (...) Outra coisa que nós fizemos bastante foi curso sobre jornal sindical, ensinando a fazer jornal sindical. Isso nós fizemos muito, principalmente de 58 em diante. Quem me ensinou a fazer jornal sindical foi Astrogildo Pereira, que foi lá no nosso sindicato nos ensinar a fazer jornal sindical. Ele deu várias aulas para nós, depois nós contratamos uma outra jornalista que foi lá para o sindicato e deu muitas aulas para os trabalhadores, de como fazer jornal sindical.(...)

Esses cursos a gente fazia durante o ano. Na época das campanhas salariais suspendíamos os cursos, aí o pessoal dedicava-se à agitação, à mobilização e à organização. Nós dávamos os cursos antes que era justamente para preparar o pessoal para a batalha lá na frente. (...)

Os cursos não tinham separação para militantes, dirigentes e base, nem tinham qualquer graduação em níveis. Fazíamos os cursos para quem quisesse assistir. Não havia separações de níveis, nem de mulheres e homens, não tinha nada disso.” (14)

NOTAS CAPÍTULO IV

- (1) TROYANO, Annez Andraus - Estado e Sindicalismo. Edições Símbolo, São Paulo, 1978, p. 81. A esse respeito ver também o livro de Conêdo, Leticia Bicalho já mencionado.
- (2) Dante Pellacani, depoimento concedido ao Centro de Memória Sindical conforme já foi mencionado no cap. II.
- (3) Hércules Corrêa - depoimento concedido à autora.
- (4) Fúlvio Abramo, depoimento concedido ao Centro de Memória Sindical, in Arquivos, em 22 de março de 1980.
- (5) TROYANO, Annez Andraus - op. cit., p. 82.
- (6) Idem, ibidem, p. 83.
- (7) "Na eleição Juscelino-Jango, o voto operário foi decisivo. Inicialmente os sindicalistas próximos do PCB combateram a candidatura. do banqueiro Juscelino Kubitschek, através do Movimento Nacional Popular Trabalhista, uma organização eleitoral. A característica essencial do MNPT era oposição ao imperialismo americano. Nesta linha o MNPT instava o PTB a abandonar sua aliança com o PSD e o apoio a Juscelino. A plataforma comunista, apresentada via MNPT, não divergia muito da de Juscelino, exceção feita ao apelo previsto por este ao capital estrangeiro, para cumprir com o seu programa de "metas". A meio caminho das eleições, o PCB negocia com Juscelino e dá seu apoio ao candidato do PSD. Ari Campista, dirigente da CNTI, e presidente do MNPT, denuncia os comunistas e adere ao candidato da direita - General Juarez Távora da UDN" - CASTRO, Sandra - Movimento Operário Brasileiro - 1900/1979. Editora Vega, Belo Horizonte, 1980, p. 65.
- (8) CASTRO, Sandra - op. cit., p. 65.
- (9) Idem, ibidem., p. 64.
- (10) SANTOS, Raimundo - A Primeira Renovação Pecebista (Reflexos do XXº Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)). Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1988 - Este livro aborda de forma muito fundamentada as discussões internas e os rompimentos que ocorreram no PCB, neste período.
- (11) CASTRO, Sandra - op. cit., p. 68.
- (12) Idem, ibidem., p. 69
- (13) Uma análise mais aprofundada da Greve dos 700 mil pode ser encontrada nos seguintes trabalhos - MUNHOZ, Fabio - Sindicalismo e Democracia: A Greve de 1957, S.Paulo, s.d. (mimeo) e LEITE, Marcia de Paula e SÓLIS, Sydney Sérgio F. - O Último Vendaval: a Greve dos 700.000, in Cara a cara, ano I, nº 2, julho a dezembro de 1978.
- (14) Depoimento concedido à autora por Hércules Corrêa.

V - O GRANDE PIQUE DOS ANOS 60

“VAMOS ESTOURAR A BOCA DO BALÃO?”

O MOVIMENTO OPERÁRIO-SINDICAL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 60

O sindicalismo anterior a 1964 (especificamente na fase janguista) caracterizava-se por ser combativo, com um alto poder de mobilização, contudo pouco voltado para sua própria auto-organização. No período que antecede a 1964, as formas de luta, de organização e mobilização eram muito mais orientadas a partir das “instâncias” situadas no topo da estrutura sindical, do que em função de mobilização feita a partir das bases a nível das empresas.

A combatividade e o alto poder de mobilização do movimento sindical no início da década de 60 pode ser expresso pelo aumento do número de greves, que atingiram, em 1960, “1,5 milhão de trabalhadores e 3,3 milhões de horas de greve”. Em 1963, estouraram cerca de cento e vinte greves, contra aproximadamente cinquenta e cinco em 1962. O movimento grevista atingiu principalmente os Estados da Guanabara e de São Paulo, tendo sido os setores ferroviários e portuários os mais afetados”.

As greves não só aumentam durante todo o Governo Goulart, como há uma ampliação do âmbito das greves, que chegam a abranger mais de uma categoria profissional, progredindo do âmbito estadual ao nacional. As greves ocorrem tanto por razões econômicas como políticas. Além das greves pelas conquistas econômicas (reposição salarial, aumento do salário mínimo, 13º salário, férias) articulam-se também greves gerais e movimentos de solidariedade e de pressão pela continuidade do processo democrático e em prol das chamadas “reformas de base”, sempre que tais medidas eram obstadas pelo Congresso Nacional. São exemplo desse tipo as greves e os movimentos deflagrados para pressionar a posse de Goulart em agosto de 1961, a greve de julho de 1962, contra a constituição de um gabinete ministerial anti-nacionalista e a greve em favor do plebiscito para reconduzir o país ao presidencialismo, em setembro de 1962 e os manifestos de resistência de todo o movimento sindical à ameaça de estado de sítio em outubro de 1963.

A maioria dos integrantes de movimentos paredistas, de cunho político, eram trabalhadores de empresas estatais e para-estatais (portuários, marítimos, ferroviários etc...), sendo pequena a adesão dos trabalhadores do setor privado, principalmente das grandes empresas multinacionais.

Segundo os analistas que estudaram o período, Rodrigues (1986) e Leite (1983), há duas hipóteses básicas que se complementam.

“É possível que o projeto nacionalista-reformista não chegasse a sensibilizar mais fortemente os trabalhadores dos setor moderno e dinâmico da economia, pois estes se preocupavam mais com as questões ligadas à condição de assalariados do que com os temas gerais de desenvolvimento econômico que motivavam as lideranças nacionalistas”. (1)

(...)A política salarial das grandes empresas, em meados dos anos 60, tendia a oferecer salários mais altos, benefícios médico-assistenciais, que contavam como salário indireto e tinham uma política de promoção mais definida do que nas indústrias de capital nacional. Além disso, “o processo de instalação das modernas unidades industriais foi acompanhado por importantes modificações na organização do processo de trabalho que se baseiam fundamentalmente na intensificação do controle do capital sobre o trabalho e que vieram colocar novos problemas para os trabalhadores, relacionados à questão do ritmo e intensidade do trabalho, insalubridade, periculosidade, etc... Esses problemas não foram, entretanto, enfrentados pelas lideranças nacionalistas.”(...)

A análise dos congressos e plataformas sindicais é bastante elucidativa a esse respeito, raramente se encontrando propostas referentes às condições de trabalho”. (2)

Outra hipótese levantada por Rodrigues (1986), complementar a essa, diz respeito à intensidade da repressão interna, que era muito mais acentuada nas empresas do setor privado.

Finalmente, Rodrigues aponta que no caso das empresas estatais o governo poderia “recompensar” o apoio que recebia dos sindicatos, favorecendo os setores que o apoiassem com reajustes salariais maiores, ultrapassando aqueles obtidos no setor privado” (3).

Convém lembrar também, que era nas categorias do setor público que o PCB e o PTB tinham maior influência. Independentemente das hipóteses explicativas levantadas pelos diferentes autores mencionados, há consenso de que o movimento sindical do período foi marcado por uma separação entre o setor público e o setor privado, representada pela dificuldade dos sindicatos em mobilizar os trabalhadores dos setores privados, embora tenham conseguido lograr uma representatividade mais significativa entre os trabalhadores do setor público.(4) Uma outra característica do movimento sindical, nesta conjuntura, foi um maior desenvolvimento dos sindicatos nas lutas políticas. Isto gerou a necessidade de unificação entre os que seguiam a mesma orientação política. Apesar de articulações desse sentido não ser novidade no movimento sindical, durante o período em questão, aumentou significativamente o número de entidades intersindicais.

“Em 1958, com o crescente esvaziamento do PUI, comunistas e getulistas estimularam a formação do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, cuja direção foi entregue aos presidentes das principais federações de sindicatos. No Rio de Janeiro, em 1958 foi criada a Comissão Permanente de Organização Sindical, que reunia os sindicatos mais ativos de tendência comunista ou trabalhista. Em novembro de 1960, foi formado o Pacto de Unidade e Ação. O PUA, embora reunindo basicamente ferroviários, marítimos e portuários foi uma das primeiras organizações a coordenar trabalhadores de vários Estados brasileiros, embora a sua base mais forte estivesse no Rio de Janeiro. Tal como em outros casos, o PUA surgiu de uma necessidade imediata: a coordenação da greve dos trabalhadores ferroviários, marítimos e doqueiros (a ‘greve da paridade’) (...) Em Santos, foi criado o Forum Sindical de Debates, associando os principais sindicatos da cidade, em São Paulo, apareceu o Pacto de Ação Conjunta (PAC), reunido principalmente sindicatos de trabalhadores das empresas privadas(...) Esta tendência na formação de uniões sindicais teve seu ponto culminante com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (C.G. T.)” (9) em 1962, que passa a coordenar boa parte dos movimentos grevistas e manifestações públicas em nível nacional.”

O C.G.T. foi articulado durante o IV Encontro Sindical Nacional, ao qual compareceram representantes de entidades sindicais e delegados credenciados de todos os Estados brasileiros. Essa organização nasce da decisão tirada neste encontro, de transformar o comando geral da greve geral de “custo do gabinete”, ocorrido em cinco de julho de 1962, em Comando Geral dos Trabalhadores. Quando de sua fundação, dele participaram três confederações: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (C.N.T.T.M.F.A.), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Créditos (C.O.N.T.E.C). Além dessas entidades de cúpula, a ele também se congregaram várias federações, sindicatos e as entidades extra-oficiais que eram dirigidas por membros da corrente “nacionalista”. Depois de um ano de vida, em fins de 1963, o C.G.T. era dirigido por cinco das seis federações existentes, sendo que as três acima mencionadas agregaram-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), recém organizada (em dezembro de 63). A única Confederação Nacional dos Trabalhadores que não se vinculou à C.G.T. foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC).

Quanto às principais correntes que atuavam no movimento sindical, a partir de 1950, os cientistas sociais e políticos apontam três, cada qual com suas divisões e nuances internas: os ministerialistas (também designados de trabalhistas e/ou amarelos), os classistas (comunistas, socialistas, anarquistas) e as correntes de orientação confessional e religiosa, com destaque dos católicos.

Na conjuntura específica dos anos 60, tais grupos vão se articular no interior do movimento sindical urbano em torno de três grandes correntes, que representavam tendências político-ideológicas distintas: os **democratas**, os **renovadores** e os **nacionalistas**. Estas tres tendências se estabeleceram a partir de embates e alianças efetivadas entre setores dos três grupos acima mencionados.

Os **ministerialistas** (ou amarelos), quase sempre se identificaram, direta ou indiretamente, com o Ministério do Trabalho. Ocupavam altos postos na burocracia sindical, principalmente nas entidades de cúpula - as confederações. Tal grupo de sindicalistas vai se articular, em maio de 1961, com alguns grupos católicos e alguns membros do grupo renovador, para formar o Movimento Sindical Democrático, com uma proposta semelhante à do sindicalismo norte-americano.

Os **renovadores** tinham uma composição muito heterogênea, como já mostramos no capítulo anterior, e formavam fortes oposições às diretorias controladas pelos comunistas, petebistas e pelegos.

Por falta de uma proposta alternativa definida e de sua heterogeneidade interna, o MRS acabou por se subdividir, sendo que parte de seus adeptos cerraram fileiras com os ministerialistas, para organizar o Movimento Sindical Democrático (MSD). O MSD "agrupava a Associação Sindical Movimento Renovador Sindical; Movimento de Orientação Sindical (MOS); Resistência Democrática de Trabalhadores Livres (REDETRAL) no Rio de Janeiro; e os Trabalhadores Unidos no Estado do Ceará. O denominador comum dos integrantes do MSD era a "luta contra o comunismo e por um Brasil cristão-democrático".

A tendência **nacionalista** compunha-se de líderes sindicais provenientes dos setores de esquerda do PTB (pertencentes a ala que se constituiria em 1958, a partir da definição ideológica estabelecida pelo Grupo Compacto, no interior daquele partido de grupos com tendências liberais, socialistas e comunistas do Partido Comunista Brasileiro. Apesar das divergências ideológicas entre os petebistas e os comunistas, estes mantiveram, durante o período em questão, uma aliança que lhes garantiu a hegemonia política no movimento sindical no período de 1960/1964.

Resta ainda mencionar a influência dos grupos católicos que ganham força a partir de 1956. Contudo, aqui também há que ressaltar uma diferenciação interna - os grupos católicos de orientação de esquerda e os grupos articulados ao alto clero, de tendência conservadora, que vão se articular mais tarde com as forças golpistas em 1964. Estes últimos vão explicitamente dar apoio ao MSD, enquanto que os primeiros atuavam no movimento sindical rural, através do MEB e, no âmbito do movimento urbano, através de entidades vinculadas à ação católica, como, por exemplo: JOC (Juventude Operária Católica) e ACO (Associação Católica Operária).

Apesar da corrente sindicalista **nacionalista** ter assumido a liderança da maioria das confederações e do C.G.T., durante o período que vai de 1960 a 1964, ainda mantiveram o sindicalismo organicamente dependente do Estado, porque como afirma Leite (1983), escolheram um caminho que, por um lado, privilegiava a criação de intersindicais que, embora sendo organizações horizontais proibidas por lei, estavam alicerçadas nos sindicatos oficiais e não em formas organizativas autônomas; e, de outro, orientava a luta pela liberdade sindical priorizando a questão da liberdade de ação - o relaxamento do controle governamental sobre os sindicatos; a defesa do direito de greve. Contudo, tais mecanismos que garantem maior liberdade de ação sindical não são suficientes para modificar a essência da estrutura sindical corporativista cujos pilares são: a unicidade sindical garantida por lei, o imposto sindical e a necessidade do reconhecimento oficial dos sindicatos pelo Estado ⁽⁶⁾.

A luta pela reformulação da estrutura sindical não foi privilegiada pela corrente nacionalista, que vinha se fortalecendo nas direções das principais entidades, ficando a proposta de modificação da estrutura por conta dos setores não hegemônicos ligados ao Movimento Sindical Democrático e ao Movimento de Renovação Sindical.

Quanto à questão política os setores **nacionalistas** conseguiram desenvolver uma atuação combativa fortalecida pela unificação a partir das grandes reformas estruturais nacionais, obtendo naquela conjuntura um efetivo poder de influência nas decisões políticas.

A inserção do C.G.T., P.U.A., C.P.O.S., Forum Sindical de Debates (de Santos) na "vida política do país, suas lutas por reformas estruturais e por um direcionamento nacionalista para o capitalismo brasileiro, na medida em que se aprofundavam e se radicalizam, correm ao lado do abandono cada vez mais sensível da questão organizativa".⁽⁷⁾ Tal abandono evidencia-se não só no que tange à autonomia em relação ao Estado, mas principalmente, pela não criação de estratégias sindicais, visando o enraizamento do sindicato nos locais de trabalho e mecanismos que garantissem maior representatividade e democratização no funcionamento das próprias entidades sindicais.

Concluindo, concordamos com Delgado (1986) quando afirma que: "a ausência de uma política independente por parte do sindicalismo, acrescida de um processo de desligamento das direções sindicais junto às bases, são as chaves para se compreender a debilidade" do movimento sindical daquele período, apesar de sua alta capacidade de mobilização e pressão.

A EDUCAÇÃO SINDICAL: CONTINUIDADE E INOVAÇÃO

O depoimento do sindicalista Hércules Corrêa utilizado no capítulo anterior expressa e aponta as principais atividades educativas desenvolvidas por iniciativa de algumas diretorias combativas, não sendo portando a expressão da regra, mas da exceção, mesmo nos sindicatos cujos dirigentes pertenciam à corrente **nacionalista**.

Em trabalho realizado anteriormente, com base em duas pesquisas Marcondes (1964) e Rabello (1965) chegamos às seguintes constatações : primeiro, que do ponto de vista quantitativo, eram inexpressivos os serviços educacionais prestados em entidades sindicais e baixo o índice de dirigentes que frequentavam cursos de capacitação; segundo, existiam dois tipos de práticas de capacitação qualitativamente diferenciadas, as que se destinavam aos dirigentes e aquelas oferecidas aos associados.

As práticas educativas voltadas para as bases, quando existiam consistiam em: cursos de alfabetização; corte costura; cursos pré-vocacionais (ou profissionalizantes) e, como bem relatou Corrêa, os cursos sobre legislação, previdência social e acidentes de trabalho e alguns cursos oferecidos pelo SENAI, SESI, SENAC, etc...

Quanto à formação sindical dos dirigentes esteve predominantemente sob a iniciativa de agências de educação externas ao movimento sindical, ficando ora sob a orientação de instituições governamentais - Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais do Trabalho, Ministério da Educação, Instituto Nacional da Previdência Social, Banco Nacional da Habitação, etc. - ora sob a orientação de instituições ligadas ao movimento sindical americano - IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), AFL-CIO (American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations) e Ponto IV, ou de influência cristã, através da CLASC, que ministrava cursos para os militantes dos círculos operários na UTAL (Universidade para os Trabalhadores da América Latina).

Como vimos no início do capítulo, a conjuntura de 1960 a 1964 foi palco de acirrados embates político-ideológicos, não só no interior do próprio movimento sindical, como também de enfrentamento entre a classe trabalhadora (dos setores urbanos e rurais) com os vários segmentos das classes dominantes. Esses embates permearam também as propostas de capacitação de dirigentes e militantes operários e camponeses.

Considerando a perspectiva das classes dominantes, a capacitação enquanto mecanismo de cooptação ideológica efetivava-se, como mostramos, a partir da utilização das instâncias tradicionais de controle do movimento operário brasileiro: entidades patronais e através do próprio aparelho de Estado (Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais de Trabalho, etc.). Contudo, à medida que o próprio Estado, sob a gestão de Goulart, ficou permeável à influência dos grupos de esquerda que iam aos poucos conquistando as entidades sindicais regionais e nacionais, as classes dominantes tentaram articular novos mecanismos de ação ideológica para interferir no movimento sindical. Como veremos, essa interferência se deu através do IPES/IBAD.

O estudo, realizado por Dreifuss ⁽⁸⁾, recuperando o processo de articulação dos setores da classe dominante, que deram suporte ao golpe civil militar de 1964, elucida as tentativas que estas fizeram no sentido de plasmar e direcionar o curso da história a seu favor.

A recuperação histórica da atuação político-militar do complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) revela a forma como setores da burguesia multinacional e associada se articulam como força social e política, a partir de 1961, e tentam influir sobre o conjunto da Sociedade no sentido de impor-lhe seus interesses de classe ⁽⁹⁾.

A presença do bloco de poder que representava os interesses da burguesia multinacional e associada, através do IPES/IBAD, no movimento sindical, dava-se através de uma ação política e ideológica, coordenada e planejada.

“A ação política da elite orgânica entre as classes trabalhadoras e os sindicatos desenvolvia-se grandemente através de organizações “fantoques” e movimentos orientados pelo clero, que competiam com sindicatos de esquerda pelo apoio das classes trabalhadoras. As atividades das organizações criadas ou apoiadas financeira e tecnicamente pelo complexo IPES/IBAD eram extremamente variadas. Essas atividades compreendiam a doutrinação das fileiras do movimento operário e o treinamento de liderança para militantes a organização de seminários, conferências e congressos para sindicatos de direita, a dissolução de greves e a organização de contrademonstrações e outras contra-atividades em relação à liderança esquerdista e ao Executivo (...) Em sua ação entre as classes trabalhadoras, o complexo IPES/IBAD não constituía apenas a força motriz, mas também servia como canal para a ação de outras organizações políticas, mesmo as estrangeiras e as internacionais”.⁽¹⁰⁾

No tocante à formação político-ideológica, o IPES apoiava e inspirava vários movimentos que atuavam no interior do movimento operário-sindical. Uma, dentre elas, era a Federação dos Círculos de Trabalhadores Cristãos, uma das organizações a nível nacional criadas por intermédio do movimento circulista.

Além do apoio concedido ao movimento circulista, a seção regional de São Paulo do IPES apoiava regularmente “as atividades sindicais rurais e urbanas e a formação de militantes sindicais, canalizando fundos à SEI, sua congênere, para a manutenção de um Centro de Formação de Líderes, que produzia trezentos e cinquenta militantes por ano”.⁽¹¹⁾

“Outra organização com a qual o IPES se ligava era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de São Paulo, também relacionado com a SEI. O MDB de São Paulo mantinha um sítio-escola em São Paulo, onde se administravam cursos de quatro meses para militantes sindicais e das classes trabalhadoras. A sua linha era ideologicamente anticomunista”. ⁽¹²⁾

Um desdobramento do MDB ao nível sindical constituía o chamado Movimento Sindical Democrático (MSD), movimento anti-comunista que operava com o apoio do complexo IPES/IBAD.

“O MSD gozava de facilidades extraordinárias junto à mídia audiovisual para transmitir seus objetivos ao público em geral, graças à cobertura do IPES. O MSD dissemina sua posição política por todo o movimento sindical através de intensa distribuição de panfletos e publicações próprias como também organizava conferências para sindicatos e Cursos de Orientação Sindical, que preparavam ideologicamente e treinavam politicamente os ativistas sindicais”. ⁽¹³⁾

O apoio internacional para o MSD vinha da ORIT ⁽¹⁴⁾ (Organización Regional Interamericana de Trabajadores).

“A ORIT era a associada regional da ICFTU (International Confederation of Free Trade Unions). Tanto na ideologia quanto na prática, a ORIT era o reflexo da American Federation of Labor Congress of Industrial Organizations, popularmente conhecida por sua sigla AFL-CIO. O objetivo principal da ORIT foi sempre lutar contra o comunismo e promover o sindicalismo democrático. Ela pregava a reforma no sistema capitalista existente, negando a existência de antagonismos de classe, ao mesmo tempo destacando os Estados Unidos como um exemplo das recompensas que o sistema poderia conferir às classes trabalhadoras e ao trabalho organizado”. ⁽¹⁵⁾

“O complexo IPES/IBAD ligou-se em particular a um centro-chave de apoio, o American Institute for Free Labor Development (AIFLD), uma organização estritamente ligada ao sindicalismo ⁽¹⁶⁾, aos empresários americanos e às agências governamentais como a AID (Agency for International Development)”. ⁽¹⁶⁾

“Através de contratos com a AID, o AIFLD tornou-se o instrumento principal do governo americano para o fortalecimento da assistência técnica aos sindicatos latino-americanos (educação, política e treinamento de ativistas sindicais, bem como o desenvolvimento de projetos sociais) que na linguagem da época encobria-se com o rótulo de ação cívica”.

Em 1963, estabelece-se um acordo entre setores do movimento sindical com o AIFLD para se criar, em São Paulo, um centro de treinamento de líderes sindicais. Surge, então, o Instituto Cultural do Trabalho (ICT).

1. O INSTITUTO CULTURAL DO TRABALHO

O ICT foi fundado em São Paulo, em 24 de abril de 1963, com a colaboração do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, de um grupo de professores universitários, um grupo de sindicalistas e ainda alguns patrões esclarecidos, a partir do acordo de cooperação técnica do tratado do programa Aliança para o Progresso.

A criação do ICT partiu da iniciativa de um grupo de sindicalistas brasileiros e de um sindicalista americano, diretor do IADESIL - Serafino Romualdi.

“Quando da criação do programa Aliança para o Progresso, os trabalhadores americanos (através de sua entidade oficial, AFL-CIO) acharam que o setor trabalhista da América Latina também deveria ser beneficiado com parte dos fundos daquele programa, já que provinham também dos impostos que eles pagavam. E aí criaram um órgão fiscalizador, o IADESIL, para acompanhar a aplicação daqueles recursos em quase toda a América Latina. Mas no Brasil, devido às dimensões continentais e a pedido de um grupo de dirigentes que se reuniam no Hotel Glória, em 1963, ficou estabelecido que se criaria uma organização específica - o ICT - para que tudo não ficasse a cargo do IADESIL.” (17)

Um outro depoimento também ressalta que o ICT teria surgido em função de interesses recíprocos existentes entre o governo e o patronato americano, bem como de representantes da entidade máxima do sindicalismo americano - AFL-CIO.

“Quando o Kennedy foi eleito, o Serafino já se dava com o Kennedy e com o Rockefeller. O homem que dominava o ambiente patronal era o Rockefeller e o Serafino se dava muito bem com ele. Rockefeller não fazia nada sem consultar o Serafino. Ele era membro da UFL-CIO e o Rockefeller, representante máximo do patronato americano (...) Serafino soube que fora fundada a Universidade de Lumumba (na Rússia) que estava muito interessada na América Latina e que pretendia preparar dirigentes sindicais (...) Foi o Serafino que, conversando com Rockefeller e o Kennedy, propôs ao governo americano para co-patrocinar a organização de institutos na América Latina. O Kennedy achou que seria interessante a Aliança para o Progresso entrar com um terço dos fundos, o patronato norte-americano com o outro um terço e a AFL-CIO com a outra terça parte”. (18)

Institutos com a mesma estrutura do ICT seriam implantados em toda a América Latina. O primeiro foi organizado no Peru, o segundo no Chile e o terceiro no Brasil, com sede em São Paulo. Em São Paulo, seus idealizadores contaram com o apoio do então governador Adhemar de Barros e com a colaboração de um grupo de professores universitários que já vinham tendo experiência de cursos sobre

legislação trabalhista e sindical, ministrados através do Instituto de Direito Social e do Instituto dos Advogados de São Paulo. ⁽¹⁹⁾

O Instituto de Direito Social, criado em 1947, é uma instituição privada, formada por um grupo de professores e intelectuais que desde 1946 vinham ministrando cursos regulares para dirigentes sindicais". ⁽²⁰⁾

Tais cursos tinham o aval do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e visavam: "preparar, para o exercício eficiente de suas funções, todos os que, empregados, empregadores e mais interessados sem curso especial correspondente, devam versar assuntos ligados ao direito social, tais como vogais e funcionários da justiça do trabalho, fiscais do trabalho, dirigentes de sindicatos, funcionários de institutos e caixas de aposentadorias e pensões, encarregados e auxiliares de departamento pessoal e servidores de repartições administrativas ou técnicas do trabalho, que desejarem completar a sua formação técnica". ⁽²¹⁾

Os cursos, com a duração de dois semestres letivos, incluíam como discentes os dirigentes sindicais aos quais eram ministradas disciplinas tais como: fiscalização do trabalho, relações humanas no trabalho, justiça do trabalho, seguro social, contrato de trabalho, noções de economia e cooperativismo, introdução ao direito social, organização sindical, redação, estilo e oratória. Estas duas últimas como suplementares. ⁽²²⁾

Quanto aos docentes dos cursos, eram recrutados entre especialistas em direito social, escolhidos pela diretoria do Instituto entre seus sócios. ⁽²³⁾

Tais cursos, a partir de 1949, foram reconhecidos oficialmente pelo Ministério do Trabalho, quando foi ministro do trabalho Honório Monteiro, professor da Faculdade de Direito da USP e sócio do Instituto de Direito Social, conforme a portaria ministerial de 4-6-1949, publicada no "Diário Oficial" da União em 1-8-1949.

Mais tarde, em 1963, quando da criação do ICT muitos dos membros do Instituto de Direito Social, em função de sua experiência didática e identidade ideológica, foram convidados a organizar os cursos de liderança sindical do ICT. Entre eles o Prof. J.V. Freitas Marcondes, seu primeiro superintendente, e o Prof. Barbosa de Almeida, da Associação dos Advogados de São Paulo, que foi nomeado para o cargo de presidente.

Quando de sua fundação, o ICT tinha como membros de sua diretoria quatro doutores (acadêmicos de Direito, membros do Instituto de Direito Social), um dirigente sindical e um representante americano. Do Conselho Consultivo faziam parte: professores universitários, dirigentes sindicais, empresários, membros do clero, representantes do governo americano, do IADESIL e da AFL-CIO.

Os recursos financeiros provinham basicamente do empresariado americano, da AFL-CIO e do Programa da Aliança para o Progresso, como já ressaltamos.

O Instituto Cultural do Trabalho foi por nós analisado de forma mais detalhada no trabalho - Educação Sindical entre o conformismo e a crítica, portanto não vamos repeti-lo aqui.⁽²⁴⁾

A EDUCAÇÃO SINDICAL NAS ENTIDADES DIRIGIDAS POR NACIONALISTAS, COM A ORIENTAÇÃO DO P.C.B.

Pelo que pudemos depreender dos depoimentos de dirigentes sindicais filiados ao P.C.B., não existia, na época em estudo, uma proposta geral para o sindicalismo, envolvendo um programa de formação sindical. Em vista disto, não pudemos encontrar um padrão geral, além daquele já mencionado de se privilegiar a formação político-ideológica dos dirigentes, através de agências externas ao movimento sindical e, que neste caso, a instância seria o próprio partido.

A não existência de uma política de formação sindical, que talvez viesse a ser estruturada pelo C.G.T., mas que não houve tempo para efetivá-la, reduz as iniciativas de educação sindical a experiências singulares que dependiam muito das diretorias de cada sindicato em particular. Além de recuperar e analisar algumas experiências específicas, convém ressaltar dois aspectos que nos parecem gerais.

O primeiro diz respeito à coexistência dentro dos sindicatos, mesmo naqueles controlados pelos comunistas, de atividades educativas programadas e desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho e por atividades mais autônomas, programadas e desenvolvidas pelas próprias entidades sindicais. O segundo diz respeito ao predomínio de um tipo de atividade de educação - Os Congressos Sindicais - como principal atividade autônoma.

Quanto aos cursos, utilizavam-se os “cursos convencionais” como “chamariz”, a partir dos quais se tentava desencadear uma perspectiva crítica e política, mais voltada para os interesses das classes trabalhadoras.

“São úteis os cursos do SENAI e SENAC, destinados a elevar o nível profissional dos trabalhadores. Os cursos organizados pelo Ministério do Trabalho, pelo SESI e outras instituições, com o objetivo de difundir a Consolidação das Leis do Trabalho e alfabetizar os operários, devem ser utilizados, lutando-se simultaneamente contra os seus aspectos negativos como a pregação da paz social etc.”. (25)

Alguns sindicatos, principalmente os que possuíam condições financeiras para tanto como, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, começaram, em torno de 1959 e 1960, a organizar cursos próprios de legislação sindical.

“Tais cursos, que constituíam novidade nos sindicatos, constituíam um pretexto; dávamos 50% do curso sobre legislação trabalhista, mas os professores e os responsáveis pelos cursos eram políticos que tinham a preocupação de encaixar a legislação, dentro de um enfoque político. Então, era natural, era quase normal, o sujeito, dando uma aula sobre férias, falar sobre as reformas de base (...) Nesses cursos se procurava conjugar o interesse que movera o operário a comparecer (conhecer as leis, os seus direitos), com uma preocupação, de que ele saísse de lá com algo a mais na cabeça, com algumas interrogações. E muitos iam para as fábricas com algumas interrogações e depois se desenvolviam, muito na base do autodidatismo e do contato com os seus companheiros” .⁽²⁶⁾

Nesse sindicato, em 1960, esses cursos de legislação foram substituídos por aulas e palestras sobre a história do sindicalismo no mundo, com a intenção de desenvolver entre os trabalhadores uma visão histórica. Esses cursos foram ministrados até 1964, quando o sindicato sofreu intervenção e sua diretoria foi cassada.

Em um outro sindicato da Grande São Paulo - o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, conforme estudo de Camacho (1987) chegou a ter um CPC - Centro de Cultura Popular próprio ou seja do sindicato, independente dos outros CPCs, vinculados à UNE. O Centro de Cultura Popular neste sindicato foi criado no segundo semestre de 1961. Embora tendo o teatro como atividade principal, também promoveu cursos de oratória, ballet, admissão ao ginásio, atividades esportivas (xadrez, ping-pong) no recinto do sindicato e outros eventos educativo-culturais fora do sindicato.

As montagens teatrais eram feitas a partir do repertório do CPC da UNE e do Teatro de Arena, como: Eles não usam Black-Tie, Seu Edgar, Formiguinho Popó, Subdesenvolvido, Um dia na vida de Brasilino, Operário em Construção etc. Mas o que Camacho destaca com bastante ênfase, é a existência de peças escritas e encenadas pelos membros do CPC local, que era constituído basicamente de operários metalúrgicos. Os espetáculos teatrais do CPC do Sindicato não ficavam restritos a apresentações feitas na sede da entidade. O grupo deslocava-se para outros sindicatos da região, igrejas, associações de bairros, etc...

A pesquisa de Camacho também menciona a organização de cursos - profissionalizantes, de admissão ao ginásio, cinema e um curso de filosofia, no qual eram dadas aulas sobre filosofia marxista, economia política, história do movimento operário e de realidade brasileira (a partir de um enfoque nacionalista).

“O Centro Popular de Cultura contribui para a liberalização do Partido Comunista em Santo André. Foi também uma espécie de ‘braço legal’ do Partido. O Partido e seus militantes pregavam o socialismo, as ‘reformas de base’, mas o seu raio de ação, razões óbvias impostas pela clandestinidade, era limitado. O CPC foi a possibilidade de atingir as massas. E, através dos cursos de formação política, foi possível ampliar e renovar os quadros partidários”. (27)

Para Camacho (1987) o “CPC do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, por ter se diferenciado dos demais, apareceu como possibilidade de ruptura ou de negação do projeto populista”. (28)

Um ou outro sindicato investia em cursos de capacitação para os trabalhadores de base. A formação sindical ficava muito mais por conta do próprio interesse pessoal do trabalhador, conjugado com sua progressiva inserção na militância sindical, como ativista.

Contudo, tais cursos específicos de capacitação eram organizados para as lideranças fora do contexto institucional.

“Nunca existiu a não ser clandestino, no sindicato, curso que tivesse justificativa legal porque a legislação não permite”.

“Com o objetivo de ganhar os militantes para as idéias do Programa, intensifica-se o trabalho de educação marxista-leninista do Partido (PC do B). Realizam-se inúmeros cursos, editam-se obras dos clássicos e divulgam-se materiais e documentos de muitos partidos irmãos. O estudo da doutrina do proletariado começa a ser feito de maneira mais sistemática” (29).

“Os comunistas que dirigem as organizações sindicais precisam receber assistência constante e eficiente. Maior atenção deve ser concedida à formação de quadros para a atividade sindical através da organização de cursos específicos e do apoio às iniciativas que alguns sindicatos vêm tomando nesse sentido. Um papel importante pode ser desempenhado também pela revista sindical mundial, pelos jornais sindicais editados em sindicatos, setores profissionais e empresas, pela imprensa comunista que constitui instrumento indispensável na educação política e ideológica dos camaradas dedicados ao trabalho sindical.” (30)

Os depoimentos acima denotam que os próprios comunistas pouco fizeram avançar um programa de capacitação para as bases, pois restringiam-se aos cursos do SESI, SESC, do Ministério do Trabalho etc. Ao passo que os dirigentes, estes sim, mereciam cursos especiais. Os cursos de capacitação para os trabalhadores em geral ficavam restritos àqueles oferecidos pelo Estado e entidades patronais, sendo que, paralelamente, se fazia um trabalho de propaganda para minimizar a influência maléfica de algumas idéias "incorretas" veiculadas através desses cursos.

Através de leitura e análise de alguns periódicos da imprensa sindical da época, notamos a utilização dos Congressos e Encontros como uma atividade educacional típica da 2ª metade da década de 50 até meados de 62 e 63. Na segunda metade da década de 50 há uma tendência para a realização de um maior número de Congressos por categoria, realizados individualmente pelos sindicatos mais combativos e tendendo a ampliar-se, reunindo vários sindicatos de uma mesma categoria em nível municipal, estadual e até nacional. Tais Congressos eram centrados em pautas de discussão mais voltados para as reivindicações trabalhistas e sindicais específicas da categoria.

A partir do início da década de 60 os **nacionalistas** (principalmente os comunistas) promoveram a realização de Congressos inter-categoriais que agrupavam várias categorias de trabalhadores também em níveis municipal, estadual e nacional. Tais eventos geralmente constituíram um tipo de reunião hoje mais conhecidas como convenções preparatórias para os grandes eventos regionais ou nacionais, politicamente decisivos. Em vista disso, tratavam de temáticas mais gerais, que redundassem em resoluções concretas a respeito dos problemas que mais afligiam a classe trabalhadora como um todo e o movimento sindical da época. Ex: **Direito de Greve; Reforma Agrária; Liberdade e Autonomia Sindical; Limitação da Remessa de Lucros para o Exterior; Salário Móvel e Salário Profissional etc...**

Tanto esses Congressos como as demais atividades de educação sindical promovidas pela corrente **nacionalista** estavam em consonância (resguardadas as exceções) com o tipo de prática sindical predominante no período, que visava um alto grau de mobilização, mas pouco sedimentada num trabalho de organização de base. É o próprio Jover Telles quem reafirma:

“A concepção errônea que medrou entre nós sobre o papel das massas e do indivíduo na história contribuiu para a superestimação do trabalho de cúpula em detrimento do trabalho de base. A atividade nos sindicatos passou a ser realizada, em grande parte, pelos chamados especialistas no trabalho sindical. O centro de gravidade da ação dos comunistas repousa nas frações e seções sindicais, o que contribuiu para desligar as bases da atuação junto à massa operária. Até hoje os comunistas permanecem em grande parte na atividade de cúpula, não aproveitando as liberdades democráticas existentes para ir às massas e organizar o movimento sindical nas fábricas.” ⁽³¹⁾

“Em certa medida, a conquista de postos nas direções sindicais ainda é vista por alguns comunistas como um fim e não como um meio que possibilita a mobilização, a organização e a unidade dos operários.” (32)

“Nosso trabalho de propaganda e de educação no seio do movimento operário é fraco, defensivo e aquém das possibilidades e necessidades existentes.” (33)

Reavaliando, hoje as práticas educativas da corrente hegemônica, Hércules Corrêa afirma:

“Se eu tivesse que fazer uma avaliação crítica eu diria - como fomos pobres. A gente levava uma luta tão grande e o que a gente fazia em termos de educação sindical era quase nada. Nem o PCB e nem o PTB eram partidos que se preocupavam com isso. Era um sindicalismo muito mais agitativo, de denúncia - da exploração do capital sobre o trabalho. Era assim que a gente trabalhava, só fazia educação sindical nas lutas ou denúncias através dos jornais.” (34)

Excluindo-se o trabalho de divulgação e propaganda feito através da “imprensa operária”, os depoimentos citados indicam apenas algumas tentativas tímidas no sentido de fazer um trabalho mais sistemático de capacitação junto às bases. Isso explicar-se-ia, por um lado, pela própria conjuntura de articulação de movimentos grevistas e de grandes mobilizações de massa, que as correntes classistas hegemônicas estavam empenhadas em desencadear e, de outro, pelo próprio estilo de prática sindical adotado pelos dirigentes comunistas e petebistas, no interior do movimento sindical, no período precedente a 1964. Uma prática sindical muito mais voltada para a mobilização de grandes contingentes de trabalhadores e para a consolidação das posições que vinham conquistando no interior das organizações sindicais e do movimento sindical como um todo, tanto nos setores urbanos como no rural.

OS INTELECTUAIS E A EDUCAÇÃO EM SINDICATOS

Além dos partidos políticos, durante o período de intensa mobilização social e política (início da década de 60) os dirigentes nacionalistas - notadamente comunistas - valeram-se também dos intelectuais para promover atividades educativas em sindicatos. Dentre os intelectuais, os que mais se destacaram na promoção de eventos formativos, durante este período, foram aqueles agregados em torno do ISEB.

Produtores e divulgadores da ideologia e dos projetos políticos alinhados com a perspectiva nacional - desenvolvimentista, o ISEB constituiu um dos aparelhos de Estado que reuniu os mais significativos intelectuais brasileiros do período.

“Idealizado nos moldes do Collège de France - ou em termos latino-americanos, do Colégio de México - o ISEB, se definia como um centro permanente de altos estudos políticos e sociais em nível de pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”.⁽³⁵⁾

Criado durante o governo Café Filho em 1955, junto ao Ministério de Educação e Cultura, foi durante o governo Kubitschek que o ISEB recebeu maiores recursos e melhores condições para exercer suas funções.

Segundo Caio Navarro de Toledo, durante a maior parte de sua existência (sobrevivendo durante quatro gestões presidenciais - Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart) “marxistas, liberais e conservadores disputaram a hegemonia da direção [...] É sabido que nos últimos três anos de existência, as esquerdas detêm um controle maior da instituição - seja através de cargos de direção, seja através da intensa politização reformista da qual o ISEB participou e das lutas que apoiou (campanha das ‘reformas de base’, Frente Parlamentar Nacionalista, CGT, UNE, etc...)”⁽³⁶⁾

Como aponta Toledo (1977), durante seus nove anos de existência o ISEB editou vários livros nas áreas de Economia, Ciência Política, Sociologia, Educação, Filosofia e a publicação da Revista Cadernos do Nosso Tempo.

Além da produção teórica, promovia cursos regulares em nível de pós-graduação (com duração de um ano) dos quais participavam membros do “staff” governamental (da União aos Municípios) “membros do Congresso Nacional e das Forças Armadas, autarquias, fundações, organizações estatais, paraestatais, universitárias, entidades culturais e associações de classe, partidos políticos, empresas estatais e privadas. Patrocinou também conferências e cursos extraordinários abertos ao público em geral”.⁽³⁷⁾

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, através do jornal o “Bancário” faz referência aos cursos e conferências ministrados pelo ISEB.

Jornal o "Bancário"'

Chamada para a participação no Curso de Iniciação à Realidade Nacional, promovido pelo ISEB de 9 de agosto a 13 de setembro de 1963, das 20 às 23 horas.

Temas: Reforma Agrária;
Capitais Estrangeiros;
Industrialização;
Política Externa Independente;
Imperialismo Econômico;
Custo de Vida.

Ciclo de Conferências a cargo do ISEB

(promoção do Departamento Cultural)

24 de março - A necessidade das reformas de Base - Álvaro Vieira Pinto

27 de março - Partidos Políticos e a Conjuntura sócio-econômica brasileira - Prof. Osny Duarte Pereira

31 de março - Subdesenvolvimento e Desenvolvimento - Alberto Latorre de Faria

03 de abril - Inflação, suas causas e custo de vida - Domar Campos

07 de abril - A Sociedade Brasileira no Momento Atual - Wanderley Guilherme dos Santos

10 de abril - Reforma Administrativa e o Papel do Funcionalismo - Antonio Luiz Prazeres

14 de abril - Imperialismo e as lutas de emancipação (sem indicação de conferencista)

17 de abril - Opinião Pública e Liderança - Paulo Francis Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro - Jornal o "Bancário"-

18 de março de 1964.

O temário incluído nas atividades formativas, acima mencionadas, mantém grande sintonia com as principais teses econômicas e político-sociais, que faziam parte do ideário da esquerda naquele período. Como tão bem mostram Toledo (1977) e Franco (1978), os isebianos defendiam publicamente a ideologia nacional-desenvolvimentista, disseminando a idéia do "desenvolvimento industrial (nos moldes capitalistas), moderno, nacional, como benéfico para todas as classes sociais e, motor do progresso geral" (38).

"No horizonte teórico dos isebianos - com rara exceção do ensaio de W. Guilherme - nunca aparecia a possibilidade de se reconhecer na ideologia nacional -desenvolvimentista - as ideologias de frações das camadas dominantes]...[...nunca se admitiu a hipótese, de que as classes sociais distintas podem conceber modelos antagônicos de desenvolvimento econômico e social; e, com tanto mais razão, constituírem práticas antagônicas para a realização de seus objetivos de classe(...)

Na ausência da expressão e força política das classes proletárias, procuraram os isebianos não apenas “interpretar” os interesses fundamentais das massas populares como também falar por elas...⁽³⁹⁾

Isto porque ‘as grandes massas ‘nunca poderiam prescindir da atividade do “intelectual progressista’ ; ou seja, é este que melhor orienta a sua prática coletiva... Os intelectuais não são apenas os tecnocratas do saber popular e os agentes de sua consciência, como também se constituem nos verdadeiros tutores das massas... Desta forma, como julgam deter o conhecimento sobre o interesse fundamental das classes populares e trabalhadoras - a consolidação do capitalismo industrial na periferia -, mesmo para os pensadores de esquerda dentro do ISEP relegaram para um plano bastante secundário a questão da autonomia política e ideológica daquelas categorias sociais.⁽⁴⁰⁾

Hoje em dia, a análise crítica da ideologia nacional-desenvolvimentista feita pelos mais diferentes cientistas sociais e políticos ressalta o recorte de classe que está subsumido nessa visão ideológica e, como seu uso pode gerar distorções na visão de mundo e na consciência das classes subalternas, mas o que não se pode responsabilizar o ISEB, como sendo o único a fazê-lo, pois bem se “sabe que os movimentos (contemporâneos a ele) auto-intitulados de esquerda ou proletários igualmente consumiram do nacionalismo usando sua linguagem, suas interpretações, sem estandartes, suas palavras de ordem”.⁽⁴¹⁾

Os estudos recentes de Marilena Chauí, revelam as ambiguidades presentes nos projetos e propostas dos diferentes partidos e correntes da esquerda brasileira deste período.

“Quer aceitassem a ideologia e a política desenvolvimentista (anos 50), quer aderissem à política populista e mesmo a propusessem (início dos anos 60) as esquerdas jamais abriram mão de três grandes pressupostos de sua prática: o nacionalismo anti imperialista; o vanguardismo da organização partidária na condução do processo e o estatismo como meta revolucionária...(fazer a revolução a partir do e com o Estado”.⁽⁴²⁾

As orientações e as falas dos intelectuais de esquerda, partissem elas do ISEB ou das Universidades, refletiam uma compreensão e uma proposta de transformação social, na linha das reformas de base, que raramente extrapolava os pressupostos apontados por Chauí.

Uma outra “convocação” feita através do jornal sindical **VOZ DO METALÚRGICO**, ao se referir a um curso ministrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, repete com outros autores os temas que também eram enfatizados nos cursos do ISEB.

Convite para o Curso de Introdução à Realidade Brasileira -
a ser promovido pela Universidade do Rio de Janeiro
Faculdade de Ciências Econômicas e Diretório Acadêmico

Período: Abril/Novembro de 1961.

Palestras:

- 1) Problemas atuais da Economia Brasileira - Caio Prado Jr (USP)
- 2) Organizações do Trabalho Brasileiro - Guerreiro Ramos
- 3) Ligas Camponesas - Francisco Julião
- 4) Dualidade Básica da Economia Nacional - Ignácio Rangel
- 5) Desenvolvimento do Estado da Guanabara - José Cândido Moreira de Souza (secretário da Agricultura)
- 6) Reavaliação de ativos - Temperani Pereira (Deputado Federal)
- 7) Problemas e atividades da Economia Nordestina - Celso Furtado
- 8) Política Exterior do Brasil - Almino Affonso - In: Voz do Metalúrgico - Ano VII, Abril de 1961, no. 97, p.6.

A EDUCAÇÃO E AS TENDÊNCIAS NÃO HEGEMÔNICAS

As investidas mais significativas, do ponto de vista da capacitação político-ideológica destinada às bases, durante este período, consubstanciaram-se a partir das iniciativas das tendências não-hegemônicas, ao nível do movimento sindical. As experiências de educação mais relevantes no período articularam-se, ora a partir das necessidades dos grupos mais conservadores (como já se salientou no item anterior), ora a partir das múltiplas formas de engajamento dos vários setores intelectuais e políticos originários da pequena burguesia e que tiveram sua atuação política marcada através do movimento estudantil e dos movimentos de educação de base. Referimo-nos, em especial, aos movimentos de educação e de alfabetização (de âmbito nacional) desencadeados no início da década de 60 - Movimento de Educação de Base (MEB); os Centros de Cultura Popular (CCP) da UNE e UEEs; o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP); a Campanha de Alfabetização da Secretaria do Estado do Rio Grande do Norte ("De pé no chão também se aprende a ler") e o Programa Nacional de Alfabetização do MEC de 1964. Vários estudos realizados sobre os movimentos de alfabetização e de cultura popular desse período ressaltam a influência que esses movimentos tiveram na politização, mobilização e organização de certos grupos e setores das classes subalternas. Contudo, no que diz respeito à capacitação para atuar no movimento sindical (do setor rural), o MEB teve uma atuação bem mais ativa e direta que os demais movimentos e/ou experiências. O trabalho de Wanderley discute em profundidade as práticas e a orientação do MEB nesse sentido.

“A realidade demonstrou que as escolas radiofônicas do MEB ora agiam como sementeiras dos sindicatos (influindo na sua organização, fundação e legalização), ora eram os sindicatos que solicitavam escolas, já que em algumas equipes já havia sintonia entre os dois trabalhos através das programações especiais para os sindicalizados, dos cursos de líderes rurais.” (4)

No que diz respeito à influência dos setores vinculados à Igreja, além do MEB e do movimento circulista deve-se também mencionar a influência de movimentos como: JOC, JEC, JAC, JUC e ACO . Dentre esses últimos, a JAC, JOC e ACO chegaram a criar uma rede e uma estrutura de capacitação de militantes que se expandiu por todo o país.

A IGREJA CATÓLICA E A EDUCAÇÃO SINDICAL

Alguns analistas consideram importante, quando se fala em Igreja Católica no Brasil, fazer a distinção entre os três níveis institucionais que abarcam o espaço social católico - o mundo clerical, as obras eclesiais e o mundo leigo - porque a orientação e a prática histórica dos agentes envolvidos nos três níveis revelam facetas diferentes da atuação da Igreja, no Brasil, particularmente no período por nós estudado. Assim como, nas sociedades estruturadas em classes, os conflitos de classe permeiam os aparelhos institucionais, o mesmo ocorre ao nível da Igreja. Os conflitos perpassam e atingem de forma diferenciada a ação da Igreja, tanto no seu nível hierárquico como no mundo leigo - o dos católicos organizados.

Isso faz com que a atuação da Igreja Católica no Brasil, no período de 1960 até 1978, seja vista como decorrente de um conjunto complexo de forças, que atuam simultaneamente numa direção ora reformista, ora conservadora, ora revolucionária, dependendo das formas como se procuram superar os embates internos (entre as forças progressistas x conservadoras da Igreja) e externos dos setores hegemônicos dentro da Igreja com o Estado e as classes dominantes).

É nessa perspectiva que Luiz Gonzaga de Souza Lima (1979) procura analisar a atuação da Igreja e dos católicos no Brasil, bem como as suas transformações internas ao longo de duas décadas .(44)

Considerando, por um lado, o nível do mundo leigo, ou seja, dos católicos leigos organizados em movimentos ou entidades dependentes da orientação e do controle da hierarquia eclesial, ao nível das classes populares, poderíamos distinguir, no início da década de 60, dois tipos de movimentos: o **movimento circulista** e o movimento tipo **JOC, JAC, ACO** que atuavam no espaço social católico, através da Ação Católica Brasileira. Estes dois movimentos, nascidos em conjunturas distintas, representaram, como veremos, as duas principais tendências existentes dentro do movimento sindical, como sendo de orientação “católica”.

Os Círculos Operários

O movimento dos círculos operários, cuja origem data de 1932, articula-se em oposição à Federação Operária, de orientação comunista, e ganha maior espaço institucional durante o Governo de Getúlio Vargas, tanto no período do Estado Novo (1937 a 1945), como no período subsequente após sua eleição para presidente, em 1951. Atuando à margem dos sindicatos oficiais e centrando sua atuação em atividades de assistência social e de evangelização, os círculos sempre se constituíram num movimento de oposição às tendências de esquerda, mas nunca de oposição à orientação do Estado e das classes dominantes, pois sempre se pautaram por uma visão harmonizadora entre o capital e o trabalho.

Em função dessa perspectiva, sempre mantiveram contatos com o Estado através da mediação da hierarquia da Igreja Católica, para a realização de toda uma proposta de formação ⁽⁴⁵⁾ (através de cursos) para trabalhadores, articulada em torno de uma estrutura operativa e organizacional criada pelo movimento a partir de 1937, a CNCO (Confederação Nacional dos Operários Católicos).

A nível local, o movimento funcionava através de núcleos designados Círculos Operários. No plano estadual, organizavam-se as Federações e a nível nacional, a Confederação.

“O movimento circulista atingiu o Estado de São Paulo em 1938. Aproveitando-se da existência do Centro Operário Católico Metropolitano, cujas finalidades eram quase as mesmas dos Círculos Operários, foi o mesmo transformado no Círculo Operário Paulistano (...) Nesse mesmo ano foram fundados os Círculos Operários do Ipiranga e da Penha. Nos anos seguintes, os Círculos foram se multiplicando, surgindo o da Moóca, São Miguel Paulista, Lapa, Santo Amaro, Indianópolis, Itaquera, Vila Prudente, Pinheiros, aparecendo mais tarde os do interior.” ⁽⁴⁶⁾

Simultaneamente à fundação dos Círculos, surgiu a Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo.

Até 1964, existiam no Estado de São Paulo sessenta círculos, sendo quinze na capital e quarenta e cinco nas cidades do interior, com um total de duzentos mil sócios. Em virtude de sua orientação e práxis definida sempre a partir dos marcos de um modelo social e político estabelecido para e pelas classes dominantes, o movimento circulista nunca constituiu um obstáculo para os grupos detentores do poder.

“Para Getúlio e os governos populistas que os sucederam, o movimento dos Círculos não causava incômodo, ao contrário, até contri

buía com os governos e classes dominantes no sentido do apaziguamento e afastamento das massas urbanas e rurais das questões políticas gerais”.

Contudo, “o movimento fica mal-adaptado depois da morte de Vargas. Em 1954, os Círculos continuaram a se preocupar com as questões de catequese, o avanço da secularização, a harmonização dos conflitos entre capital e trabalho e com a definição de uma linha de atuação anticomunista. Nessa época ficaram os Círculos alienados dos elementos mais dinâmicos que atuavam dentro do movimento sindical” ⁽⁴⁷⁾ por duas razões: primeiro, porque na “órbita dos movimentos católicos” surgem novos grupos (como veremos mais adiante) e segundo, porque as próprias condições conjunturais, tanto políticas quanto econômicas, mudaram com a ascensão dos governos populistas, redefinindo-se paulatinamente as relações e conflitos entre as diferentes classes sociais na sociedade brasileira, conflitos estes que desembocaram, como sabemos, no Golpe de 1964.

Para fazer face a esse esvaziamento, o movimento procura se revitalizar atuando cada vez mais na área de formação. No período pré-1964, o movimento circulista contou com o apoio do complexo IPES/IBAD, conforme ressaltou Dreifuss, que “patrocinava e orientava politicamente a Federação dos Círculos Operários de São Paulo (ECO), uma organização “guarda-chuva” para cerca de oitenta Círculos, que reunia aproximadamente duzentos mil associados e era liderada, na época, por José Rotta, dirigente do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras”. ⁽⁴⁸⁾

Ainda segundo Dreifuss, o IPES também apoiava a CNCO financeira e tecnicamente. Em 1955, o IPES “patrocinou os congressos nacionais para os Círculos Operários. Um dos resultados do VII Congresso Nacional dos Círculos Operários foi o lançamento da Escola de Líderes Sindicais ELO em doze diferentes capitais de Estado”.

A ELO oferecia dois tipos de cursos: os cursos populares para a preparação sindical nos distritos de classes trabalhadoras e os cursos intensivos de formação de líderes. Ambos visavam preparar os trabalhadores dentro dos princípios da doutrina social cristã para reagir às investidas da esquerda e ao trabalhismo e visavam modelar as atitudes políticas de membros selecionados das classes trabalhadoras.

Algumas dessas escolas existem até nossos dias, como a de Minas Gerais, estudada por Wiarda (1975).

No começo dos anos 60, “os resultados das escolas de líderes e a militância trabalhista dos circulistas, associados e líderes começaram a ser notados. Em nível local e estadual, ex-alunos das escolas de líderes objetiveram importantes posições de liderança nos sindicatos e federações. Colaborando com a estrutura sindical oficialmente estabelecida, o movimento operário circulista - ao menos em alguns sindicatos e em algumas áreas - constituiu-se como um oponente aos comunistas e outros da extrema esquerda, os quais tinham se tomado cada vez mais dominantes no sistema sindical brasileiro”.

“Por ocasião do movimento de 31 de março de 1964, os Círculos Operários estavam entre os primeiros a dar apoio à nova ordem de coisas, em flagrante contradição com outros grupos que orientavam sua ação com base na doutrina social da Igreja. Nesse episódio pode-se dizer que os círculos se alinharam ao lado das classes dominantes (tanto da burguesia agrária, como industrial) e com os setores mais conservadores da própria Igreja, como por exemplo, dom Sigaud, bispo de Diamantina, e à organização de direita “Tradição, Família e Propriedade” (TFP)”. (49)

O comprometimento do Movimento Circulista, a partir de seu posicionamento favorável ao golpe civil-militar de 1964 e, posteriormente, fornecendo quadros “politicamente não-comprometidos” para preencher o “espaço vazio”, deixado após a intervenção na maioria das organizações operárias, fez com que a CNCO (hoje designada CBTC) fosse identificada, entre os setores mais progressistas do movimento sindical e da Igreja Católica, como sendo um movimento em prol da manutenção da ordem capitalista.

Ao lado dessa vertente mais conservadora e reformista, também se articularam os setores mais progressistas - Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária (JOC), Juventude Universitária (JUC), Juventude Independente (JIC) e Juventude de Estudantes (JEC), que se organizam oficialmente em fins da década de 40 e início dos anos 50. Esses movimentos ganham vulto e ampliam o seu campo de atuação no período anterior a 1964. Devido ao crescente clima de mobilização e de participação social e política dos vários setores da sociedade brasileira, tais movimentos vão atuar tanto na dinâmica interna da Igreja, como também externamente ao nível do movimento operário e sindical.

Por volta de 1961, muitos de seus militantes irão abandonar a estrutura organizacional vinculada à Ação Católica Brasileira, para ingressar nos quadros das diferentes alas da esquerda brasileira.

Dentre os vários movimentos acima mencionados, daremos destaque especial à JOC, pois foi o que teve maior influência no interior do movimento operário-sindical no período 61/64, tendo influenciado, nos períodos posteriores, as experiências de educação realizadas pela PO - Pastoral Operária e pelas Comunidades Eclesiais de Base.

A JOC E ACO

Dentre os movimentos católicos que tiveram grande importância no movimento operário-sindical destacam-se: a JOC (Juventude Operária Católica) e a ACO (Ação Católica Operária).

Durante o período em questão, 1959/1964, o movimento jocista se amplia, ganha espaço e importância nacional. Já a ACO terá maior peso, durante o período de resistência, 1965/1978, quando a JOC passa por uma fase de desarticulação e dissolução⁽⁵⁰⁾.

A gestação da Juventude Operária Católica deu-se na Bélgica, quando Leon Joseph Cardijn foi ordenado sacerdote. "Depois de muitas experiências junto aos trabalhadores, em 1925, o jocismo foi oficializado na Bélgica, sendo reconhecido pela Santa Sé, UNESCO e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)".

No Brasil, entre 1935 e 1938 as experiências jocistas ficaram restritas a alguns poucos Estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, tendo maior aderência e importância no movimento do que os "círculos operários".

Segundo Muraro (1985), em 1938, foi criado um Secretariado Nacional com o objetivo de difundir e ampliar o movimento pelas demais cidades do Brasil. Em 1948, durante a Primeira Semana de Estudo nacional da JOC, em São Paulo, o movimento foi oficializado e seguiu uma longa trajetória, sobrevivendo até 1970. Com a ditadura dissolve-se e reestrutura-se novamente no final da década de 70.

"O Jocismo do Brasil foi um dos frutos da Ação Católica Brasileira (ACB) e esteve ligado a outros grupos, católicos e leigos, que atuaram no mundo operário concomitantemente.

Fazia parte da estratégia jocista uma ação em harmonia com os demais movimentos católicos que atuavam no mesmo campo pastoral. Dessa maneira, a JOC ligava-se ao Jocismo Internacional (JOI), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Liga Eleitoral Católica (LEC) e a outros grupos semelhantes.

As lideranças jocistas procuravam, no seu apostolado, aliar-se a movimentos leigos que militasse no mundo operário. Por isso eram comuns as realizações envolvendo a JOC, a UNESCO, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), sindicatos, partidos políticos, associações de bairros e de favelas.

A partir dos primeiros anos da década de 1960, os jocistas passaram a se envolver com maior intensidade numa luta em defesa dos interesses econômicos, sócio-culturais e políticos dos operários. Na mesma época também se organiza a chamada "esquerda católica", envolvendo os militantes mais radicais da JUC, da JOC e da JEC. Esse grupo foi responsável pela criação da Ação Popular (AP), organização que atuaria numa linha de mobilização popular e pretendia mudanças sociais profundas.

Atualmente, é possível vislumbrar ligações entre o jocismo e a Pastoral Operária, e entre o jocismo e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Houve continuidade de pessoas e de métodos de apostolado" (5).

Duas de suas características básicas, contribuíram segundo estudiosos deste movimento, para garantir seu crescimento, enraizamento e aceitação de seu ideário. A primeira tem a ver com a sua forma de organização e a segunda com o método de apostolado empregado.

A JOC possuía uma estrutura organizativo-funcional com as seguintes características:

“Era função das secções jocistas organizar a juventude trabalhadora preparando-a para que, unida, encontrasse a solução de seus problemas. Além do seu caráter operário, a secção pretendia ser apostólica, trazendo de volta para a Igreja os jovens operários que tinham se afastado.

Geralmente a secção formava-se a partir de um grupo de jovens operários reunidos por um militante para participarem de atividades recreativas ou de discussões sobre problemas trabalhistas.

A Secção Local era a base de todo o jocismo. Nela os jocistas recebiam a maior carga de informações e de formação. Cada secção era constituída por uma equipe de militantes que atuavam no seu local de trabalho e no bairro. Reuniam-se semanalmente tendo como guia o Boletim do Militante com um programa de reuniões enviado pela Equipe Nacional da JOC” ⁽³²⁾.

“Organizadas as secções, aconselhava-se a realização de Círculos de Estudos, um por semana ou, no mínimo, dois por mês.

O conjunto das secções de uma diocese formava a Federação Jocista. Sua organização cabia a um comitê composto por três dirigentes e um assistente eclesiástico. Esses dirigentes serviam como intermediários entre os grupos locais e o Comitê Nacional da JOC. As várias federações reunidas formavam o Conselho Nacional, que traçava os rumos e elaborava o Programa Nacional.

Diante da extensão territorial do país, foram criadas as Confederações ou Regiões Jocistas. O agrupamento de várias federações formava as confederações. Tratava-se de uma tentativa de garantir a unidade dos núcleos regionais e de adaptação do jocismo às características locais.

Anualmente dirigentes das confederações reuniam-se para estudar os problemas da região e revisar o planejamento das atividades. As confederações tinham em suas fileiras jovens trabalhadores dedicados exclusivamente à JOC em tempo integral: os propagandistas permanentes, encarregados de difundir o jocismo em toda a região.

Em nível nacional, a JOC era dirigida por um comitê encarregado de comunicar à hierarquia eclesiástica todos os acontecimentos jocistas.

Dois assistentes eclesiásticos participavam do Comitê Nacional, juntamente com um presidente, um secretário, um tesoureiro e alguns propagandistas. Esses dirigentes nacionais eram encarregados também do contato com as confederações, através de visitas e dias de estudos” (33).

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

“Entre as várias formas de atividades jocistas (algumas já mencionadas) destacavam-se os dias de Recolhimento. Para evitar o desânimo provocado pelo trabalho diário na fábrica e pela rotina das atividades da JOC, eram organizados esses encontros. Tratava-se de uma forma de recuperar as energias físicas e espirituais do jovem operário.

As assembléias gerais consistiam em reuniões mais amplas que agrupavam os jovens jocistas e os indivíduos simpatizantes com a JOC. O principal objetivo dessa atividade era tornar o movimento conhecido e propiciar momentos de lazer. Para ser autenticamente jocista, uma Assembléia Geral deveria apresentar três características: ser educativa, realista e alegre.

As experiências das secções jocistas poderiam ser aprofundadas através dos Encontros Regionais. Além de favorecer a difusão do jocismo e a troca de experiências, serviam para propiciar momentos de estudos da doutrina.

As informações dos Encontros Regionais serviam para a montagem do programa anual da JOC brasileira, organizado com o cuidado de dar uma unidade ao movimento e sugerindo atividades gerais aplicáveis em todas as regiões(...)

Em 1956 funcionavam 424 secções, dez mil membros eram atuantes, atingindo mais de cem mil jovens operários. Era inegável a eficiência organizacional jocista, considerando que a JOC fora oficializada há alguns anos apenas”.(34)

Dentre os principais serviços prestados, destacavam-se:

“As secções jocistas poderiam instalar: os serviços profissionais, os serviços sociais e os serviços recreativos.

O serviço profissional tinha por objetivo orientar os jovens sobre as vantagens e desvantagens de determinada profissão, manutenção de cursos profissionalizantes para as domésticas e encaminhar os jovens para empregos considerados bons.

Dos serviços sociais da JOC faziam parte a economia e a preparação para o casamento. A JOC deveria esclarecer, instruir e facilitar o casamento dos trabalhadores, oferecendo cursos de formação família, de trabalhos domésticos e sobre os papéis exigidos para o casamento.

O espírito de fraternidade jocista era apresentado através da motivação do Serviço dos Doentes. Por outro lado, os serviços educativos giravam em torno de aulas de alfabetização, corte e costura, trabalhos manuais e catecismos. As bibliotecas incentivavam a leitura na medida que distribuíam periodicamente, nas secções, listas de livros indicados e acessíveis para os jocistas ou quando criavam bibliotecas.

Divertimento e recreação eram funções dos Serviços de Lazer. Por meio de um programa, eram organizadas atividades teatrais, coral, excursões, assembléias gerais, sessões de cinema. Dentro do jocismo, o lazer era encarado como uma forma de conquista e educação.

Uma característica comum a todos os serviços jocistas era o apostolado, isto é, todas as atividades (sociais, educativas e de lazer) eram utilizadas como forma de atrair os jovens afastados da Igreja”.⁽⁵⁵⁾

O MÉTODO VER - JULGAR AGIR

A primeira sistematização do método foi realizada por Cardijn, o fundador do movimento.

“Dos estudos e anotações de Cardijn, surgiu o inquérito jocista, isto é, uma forma de descobrir as condições enfrentadas pelos operários nos diferentes meios de trabalho (...) Porém não bastava descobri-los e nada realizar para minimizá-las. Além da parte doutrinal, o movimento jocista deveria ocupar-se também com atividades concretas, empenhando-se na luta social. Descobertas as causas dos problemas operários, era indispensável descobrir os meios de ação que pudessem solucioná-los ... Assim o método jocista foi sintetizado em três palavras: ver, julgar, agir”.⁽⁵⁶⁾

Em que consistem essas três etapas básicas do método jocista, vejamos:

O **Ver** consiste em fazer um inventário dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na sua vida cotidiana - abrangendo 7 grandes áreas ou esferas - pessoal, familiar, escolar, cultural, política, sócio-econômica e religiosidade. Feito o levantamento inicial procura-se eleger um ou mais problemas (ou fatos) e, em grupo, segue-se um caminho mais analítico, indo das impressões, opiniões individuais, para uma

compreensão mais objetiva das causas geradoras e das consequências.

O momento do **julgar** implica num segundo nível de reflexão, não mais à luz do chamado "conhecimento científico", mas de um referencial teológico, isto é, uma apreciação valorativa a partir de uma visão cristã e teológica de ler a realidade.

No terceiro momento - **Agir** - levantam-se e discutem-se propostas, encaminhamentos e formas de intervenção, visando solucionar os problemas analisados e avaliados. Privilegiam-se as formas de intervenções coletivas, com atribuições de tarefas e responsabilidades, de modo a envolver e comprometer cada participante nos processos subsequentes de ação coletiva.

Essas etapas, que fazem parte do método original foram, no caso brasileiro, sendo recriadas e reelaboradas em diferentes momentos e espaços, como aliás, acontece a qualquer método. Convém mencionar, contudo, que a partir do início da década de 70, autores como Jorge Boran e Frei Betto, ancoraram o método ver - julgar - agir a uma fundamentação teórica mais crítica e abrangente calçada na Teologia da Libertação e no caso do segundo autor na perspectiva da Filosofia da Praxis. ⁽⁶⁷⁾

O período que vai de 1948-1958, constitui uma fase de implantação da JOC, em que se enfatizava muito mais a questão da evangelização dos jovens e sua preparação para o casamento.

Entre 1959 e 1964, a JOC como muitos outros movimentos católicos predominantemente constituídos por leigos, passam a enfatizar a necessidade de envolver-se na discussão e resolução dos graves problemas sociais, econômicos e políticos que afetavam os trabalhadores.

"No transcurso da década de 60 tornava-se cada vez mais clara a presença de uma esquerda católica na pastoral especializada da ACB. A Ação Católica Brasileira vai se radicalizando e, ao mesmo tempo que se aproxima da esquerda, se distancia da orientação eclesiástica(...) Os militantes mais radicais da JUC, JEC e JOC, optando por uma orientação mais revolucionária, criaram em 1963 a Ação Popular(...)"

Entre 1962 e 1964, o debate político aumentou dentro da sociedade brasileira promovendo a politização de uma grande faixa da população. A JOC também foi envolvida nesse clima de discussões políticas e passou a participar de maneira mais direta na organização dos trabalhadores em geral. Nessa fase as organizações populares, como as ligas camponesas, os sindicatos e as associações de bairro conheceram uma exuberância nunca vista. A JOC, ao lado de organizações católicas semelhantes, cresceu numericamente" ⁽⁶⁸⁾.

A ACO (Ação Católica Operária) nasce da reunião de trabalhadores e articulação dos jocistas que tinham que abandonar o movimento, após o casamento. A justificativa para o abandono da JOC depois do matrimônio era de que o indivíduo casado, além dos problemas na fábrica, também deveria coadunar sua militância com as novas atribuições e problemas advindos da formação do núcleo familiar. Desde o início, a ACO se definia como um movimento familiar, sendo que a militância era do casal.

A articulação de ex-jocistas começa a ganhar impulso como bem mostra Martins (1986) a partir de 1960, quando, em julho deste mesmo ano, realiza-se no Rio de Janeiro o I Encontro Nacional da ACO. Esta nova articulação fazia parte, em nível internacional do Movimento Mundial de Trabalhadores Cristãos.

“Criada num contexto social e político diferente daquele em que surgiram os movimentos da Ação Católica especializada e, inclusive, revelando os avanços que ocorreram na JOC, a ACO refletia em seus objetivos, uma nova visão a respeito da sociedade, da Igreja e do papel dos católicos...”.⁽⁵⁹⁾

“Como um sinal de seu tempo, o movimento de ACO nasceu, por um lado, sob a influência da encíclica “Mater et Magistra”, de João XXIII, que não só lhe dava uma visão crítica das estruturas sócio-econômicas do capitalismo, como também lhe fornecia os únicos instrumentos capazes de corrigir as injustiças sociais, como acreditavam. Por outro lado, com a predominância dos debates sobre as Reformas de Base, o movimento assumia a defesa de uma proposta reformista das estruturas acreditando, inclusive, que as mudanças já estavam se realizando “.⁽⁶⁰⁾

A pesquisa de Martins (1986) aponta as seguintes características importantes para os militantes da ACO:

- “a ênfase da militância, assim como na JOC, era colocada no trabalho de base, com a organização de grupos de fábrica, visando uma articulação dos trabalhadores em torno de problemas trabalhistas, tendo como referência o “avanço do movimento sindical” ⁽⁶¹⁾.

Os vários depoimentos transcritos pela autora, "acentuam os pontos de aproximação e identidade entre os movimentos de JOC e ACO, especialmente, com relação ao método. Com respeito às diferenças, a principal era a maturidade dos adultos e a juventude dos jocistas: "o pessoal da JOC por mais atuante que fosse no sindicato, era visto como um moleque, um garoto, enquanto o pessoal da ACO, que já era mais maduro, mais adulto, tinha uma atuação no sindicato, era muito mais respeitado...".⁽⁶²⁾

É possível identificar nas propostas e práticas do jocismo (e da ACO) uma orientação populista, que Paiva (1980) designa de "populismo indutivista" e que foi (e ainda é) muito forte em certos grupos católicos de esquerda.⁽⁶³⁾ Contudo, tal constatação, não dá conta de explicar como a pedagogia jocista, através do método Ver - Julgar - Agir, é capaz de gerar num número significativo de participantes, uma dimensão crítica (de si e da realidade) e motivar o desencadeamento de ações comprometidas com a transformação social.

Vários estudos no campo dos movimentos sociais (sindical e popular) e sobre educação popular, apontam nessa direção. Tome-se como exemplo, estudos que recuperam as trajetórias individuais, como o de Santo Dias (militante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo) e de Maria Auxiliadora Menezes (militante jocista).⁽⁶⁴⁾

Além disso, outros trabalhos, dentre eles o de Martins, sobre o movimento operário católico na Diocese de Santo André, mostram que o caminho seguido pelos militantes de JOC e ACO levou-os de uma prática religiosa (circunscrita aos aspectos eclesialístico-sacramentais) a uma prática sindical e política comprometida com um projeto norteado por uma visão de classe.

Para a explicação do embricamento entre educação/aprendizagem, metodologia proposta (com sua fundamentação teórica) e vivenciada e as mudanças comportamentais e ideológicas (quer sejam individuais e/ou coletivas), há muito mais mediações do que a nossa vã imaginação científica possa inferir.

A FRENTE NACIONAL DO TRABALHO

É dentro dos marcos do próprio movimento sindical, do processo de radicalização dos conflitos de classe no interior da sociedade brasileira (no período de 1960 a 1963) e de diversificação da atuação autônoma dos vários setores leigos, em relação à hierarquia da Igreja que talvez se possa entender o próprio surgimento da Frente Nacional do Trabalho.

A Frente Nacional do trabalho foi fundada em 29 de maio de 1960 por um grupo de trabalhadores, advogados, padres e estudantes que vinham tendo uma atração no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, com sede em Perus.

Após as greves de Perus em 1958 e 1959, “tanto os advogados como o sindicato de Perus eram procurados por trabalhadores de outras fábricas que ficavam sabendo da prática de luta no dia-a-dia e das vitórias conseguidas. Trabalhadores de outras categorias, desconhecendo a legislação sindical brasileira, queriam se associar ao sindicato de Perus”. (65)

É assim que, em 1960, nasce a idéia de se fundar um movimento que pudesse atender às solicitações feitas por trabalhadores de várias categorias. Nasce, então, a FNT, numa “assembléia na qual estavam presentes mais de mil trabalhadores de Perus, Cajamar, Caieiras, São Paulo e Santo André”. (66)

Quando de sua criação, o núcleo central da FNT ficou sediado em São Paulo; contudo, criaram subsedes nos municípios de Jundiaí (em 1963) Santo André (em 1962) e Osasco (em 1962). Embora nascendo de necessidades sentidas por trabalhadores de algumas categorias que estavam atuando em movimentos específicos, na última metade da década de 50, a idéia de sua articulação não surgiu apenas como a expressão da reivindicação daqueles trabalhadores que procuravam o Sindicato de Perus.

A Frente Nacional do Trabalho surge por iniciativa de um grupo de militantes católicos que atuavam no movimento sindical, com os seguintes objetivos:

“A Frente Nacional do Trabalho é uma associação civil, congregando homens que vivem do trabalho, em busca da aplicação da doutrina social cristã, dentro dos princípios da *Rerum Novarum* (...). Para atender ao seu objetivo, constituiu uma comunidade de serviços, onde presta assistência jurídica à trabalhadores, à sindicatos e ministra cursos de doutrina social”. (67)

O grupo idealizador e articulador da FNT provinha dos quadros do Movimento de Ação Católica (JOC e JUC) e do Movimento de Economia e Humanismo (liderado pelo Padre Lebrete). Desde a sua origem, a FNT manteve (e mantém até hoje) relações com alguns dos setores mais progressistas do episcopado paulista e brasileiro. Constituiu-se como um espaço para a nucleação de militantes cristãos, obtendo o aval de alguns membros da hierarquia da Igreja que apoiavam a fermentação do ideário humanista e cristão no interior do movimento operário e sindical:

“As idéias que guiavam o movimento eram baseadas na doutrina social cristã. As encíclicas *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, e a *Mater et Magistra* do Papa João XXIII, eram os documentos básicos do movimento. Um livro fundamental foi “Princípios para a Ação” do Padre Lebrete, orientando a militância cristã”. (68)

“A marca da organização sindical de linha cristã atraía muita gente e significava uma participação decisiva de alguns membros da hierarquia da Igreja, como, por exemplo, D. Jorge Marcos, bispo de Santo André, um de seus fundadores”. (69)

“A FNT não era a face da Igreja mas muitos religiosos tinham total confiança nela e eu via a Frente [...] como um setor em que o operário poderia encontrar aplicação da doutrina social da Igreja. Olhando do nosso lado, a Frente seria um setor na Igreja em que a aplicação concreta da legislação trabalhista poderia ser feita. Foi bom porque ao mesmo tempo em que a Igreja tinha onde falar era um setor que não era apadrinhado pela Igreja”. (70)

Assim, quando de sua fundação, a FNT organiza-se como uma entidade parassindical, plasmada por uma perspectiva de sindicalismo cristão, que procurava nuclear, orientar e capacitar trabalhadores para atuar organizadamente não só nos sindicatos, mas principalmente ao nível do próprio movimento operário-sindical.

Segundo nossa hipótese, a FNT teria se estruturado em virtude de duas ordens de necessidades. Primeiro, para garantir um certo nível de organicidade e continuidade aos movimentos grevistas nascidos a partir de lutas específicas (levadas a efeito, como vimos pelos trabalhadores de Perus, Pirajuí, Caieiras, Santo André) e que extrapolavam os limites respectivos de organização impostos pela estrutura sindical oficial. E, em segundo lugar, para marcar, dentro do movimento operário-sindical paulista, a presença de uma orientação político-ideológica específica (pautada numa concepção humanista e cristã), que se contrapunha, como já vimos, ao bloco político hegemônico no interior do movimento sindical.

A necessidade de dar continuidade a um movimento que abrange várias categorias (e que, como vimos, extrapola vários municípios da Grande São Paulo), bem como de salvaguardar sua identidade político-ideológica específica fez que a FNT se perpetuasse durante seus vinte anos de existência, como:

- a) uma entidade (ou movimento) que possui uma certa afinidade com a doutrina social cristã e alguns laços com os setores da Igreja resguardando, contudo, sua autonomia organizativo-institucional e programática;
- b) como uma entidade de prestação de serviços (educacionais e jurídicos), que serviram como eixos articuladores tanto da sua diversidade interna, considerando a origem social e política de seus quadros, como para garantir um certo grau de unidade entre os associados, provindos de municípios e categorias profissionais diferentes.

Essa diversidade quanto à origem e aos interesses do seu quadro de associados assim é analisada pelos seus próprios militantes:

“Na luta pelo mesmo objetivo havia companheiros com muitos anos de militância em outros movimentos; havia companheiros que estavam começando a militar; havia operários qualificados, estudantes, advogados e padres; alguns estavam tentando iniciar um movimento político cristão, outros um movimento amplo de defesa do trabalhador, outros, simplesmente estavam topando uma proposta concreta”. (71)

“Muitos companheiros que procuravam a FNT porque sabiam que na Perus os trabalhadores tinham conseguido algumas conquistas, como salário-família, um fundo para construção de casa própria, comissões de representantes de cada seção, com estabilidade e eleitos pelos trabalhadores etc. Era pensando nessas conquistas que a maioria dos companheiros procurava a Frente”. (72)

“Na Frente o trabalhador que luta exclusivamente por seus interesses imediatos encontra acolhida. Isso é importante. Mesmo que venha atrás de seus interesses imediatos. Aquilo que existia no início do movimento ainda permanece: aquele trabalhador sem nenhuma formação política que está em busca daquelas coisas necessárias a ele, seu salário que não foi pago, continua encontrando acolhida na Frente. Mas, logo em seguida, na medida em que continua conosco, começa a perceber que isso não basta, que ele tem de passar para uma segunda fase. A Frente começa a fazer com que ele descubra que além daquelas coisas necessárias e que lhe pertencem, ele tem uma contribuição a dar no seu local de trabalho, no seu bairro”. (73)

Um outro testemunho, sobre a diversidade quanto às linhas políticas atuantes, também expressa a heterogeneidade da própria Frente:

“Acho que dentro da Frente existem e sempre existiram três tendências: uma tendência cristã, uma anarquista e uma socialista. As manifestações mais explícitas dessas tendências, contudo, só se expressam no movimento a partir de 1978 e 1979, em virtude das mudanças ao nível da conjuntura política mais global. Contudo, sempre estiveram presentes na própria dinâmica do movimento.”

A história da FNT, sua perspectiva ideológica, bem como suas práticas de educação sindical foram por nós estudadas e sistematizadas em outro estudo já publicado.

Chama-nos a atenção o fato de que as iniciativas da Igreja (ora na perspectiva conservadora - dos Círculos Operários, ora na progressista - JOC/ACO/FNT) sempre adquiriram uma abrangência nacional. Sua capacidade organizativa, que, se trate de suas instâncias orgânicas ou não, atingia níveis de articulação desde o plano local até o nacional, dificilmente alcançados por outras instituições e movimentos. Tal capacidade organizativa garantiu a edificação de redes formativas que se espalharam pelos mais diversos e distantes rincões desse imenso país. Se a isso acrescentarmos a mística (a ética salvadora e redentora do cristianismo) e o método (Ver - Julgar e Agir) obteremos os ingredientes que têm, há mais de três décadas, garantido um maior “sucesso” das estruturas formativas dos movimentos católicos, quando comparados àqueles do próprio movimento sindical, dos partidos políticos e do Estado, no Brasil, durante o período em estudo.

- (1) RODRIGUES, Leôncio Martins - Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964) in História Geral da Civilização Brasileira (org. Boris Fausto) III. O Brasil Republicano, 3a. ed. DIFEL, São Paulo, 3a. ed., 1986, pp. 544-545.
- (2) LEITE, Marcia de Paula - Sindicatos e Trabalhadores na Crise do Populismo, Dissertação de Mestrado, apresentado no IFCH, UNICAMP, Campinas, 1983, pp. 84-85.
- (3) RODRIGUES, Leôncio Martins - op. cit., p. 545.
- (4) LEITE, Marcia de Paula - op. cit., p. 85.
- (5) RODRIGUES, Leôncio Martins - op. cit., p. 546-547.
- (6) LEITE, Marcia de Paula - op. cit., p. 63. A esse respeito ver também COSTA, Sérgio Amad - Estado e Controle Sindical no Brasil - T.A. Queiroz, Editor, São Paulo, 1986.
- (7) DELGADO, Lucília de Almeida Neves - O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil - 1961/1964. Editora Vozes Ltda., Petrópolis, R.J., 1986.
- (8) DREIFUSS, René Armand - 1964: A conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, Petrópolis, 1981.
- (9) "A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evolui de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular o Golpe de Estado..." O complexo IPES/IBAD representou a fase política dos interesses empresariais. Com base no argumento de Gramsci, se não todos os tecno-empresários, empresários e militares, "pelo menos uma elite entre eles tinha a capacidade de ser os organizadores de seus interesses e da sociedade (...) Sua articulação, enquanto força social e política, data de 1961, embora as sementes já existissem desde o governo Juscelino Kubitschek, mas oficialmente passou a existir no dia 29 de novembro de 1961. (DREIFUSS, René Armand - op. cit., pp. 161-281).
- (10) Idem ibidem., p. 309.
- (11) DREIFUSS, René Armand - op. cit., p. 311.
- (12) Idem ibidem., p. 311.
- (13) Idem ibidem., p. 312.
- (14) A ORIT foi organizada em 1951 por Serafino Romualdi, contando como principais fontes a AFL-CIO, o International Solidarity Fund, da TCFTU.
- (15) DREIFUSS, René Armand, op. cit., p. 313.
- (16) "O AIFLD tinha vínculos estreitos com a AFL-CIO, pois um de seus dirigentes, Samuel Gompers, fora fundador da AFL-CIO" (Jornal "Em Tempo", n. 29, 18/24 de set. de 1978). O AIFLD nos EUA é financiado por três fontes distintas: o governo dos Estados Unidos via USAID e Departamento de Estado, que entra com 80% das verbas; a AFL-CIO e as multinacionais (como por exemplo: Pan American Airways, ITT, Merck & Co., etc.). Embora a verba maior venha do próprio governo e a Cota da central dos trabalhadores (AFL-CIO) seja maior do que a das multinacionais (73 empresas com interesses na América Latina), o AIFLD tem sido dirigido invariavelmente por presidentes de grandes companhias como J. Peter Grace, diretor do National City Bank, da Grace Line Inc. e da Stone and Websters, uma das maiores empresas construtoras do mundo" (Jornal "Em Tempo", n. 24, 18/24 set. de 1978: "Infiltração imperialista no sindicalismo" - reportagem de Marcelo Beraba e Ricardo Lessa). A AID foi criada quase que paralelamente ao AIFLD, a 3 de nov. de 1961. A USAID havia sido criada pelo Foreign Assistance Act de 1961 e aprovada pelo Congresso Americano em setembro de 1961 (René Armand Dreifuss, op. cit., p.350).
- (17) Depoimento de J. V. Freitas Marcondes, em entrevista concedida à autora.
- (18) Idem, ibidem.
- (19) Idem, ibidem.

- (20) Idem, ibidem, depoimento de J.V. Freitas Marcondes.
- (21) In Arquivos do Instituto de Direito Social, vol. 13/1, março, São Paulo, 1958, p. 5: "Do Regulamento dos Cursos Técnicos de Direito Social".
- (22) In Arquivo do Instituto de Direito Social, op. cit., p. 8: Regulamentos.
- (23) Art. 19o - Os professores dos cursos técnicos de direito social serão contratados livremente pela sua diretoria, por prazo certo, dentre pessoas moral e intelectualmente idôneas, preferentemente escolhidas entre os sócios do Instituto de Direito Social.
- (24) MANFREDI, Silvia Maria - Educação Sindical entre o conformismo e a crítica. São Paulo, Edições Loyola, 1986.
- (25) Jover TELLES, op. cit. p. 280, Recente estudo, efetuado por Agueda Bernardete Uhlé. O exercício da docilidade - Estudo da formação profissional no SENAC, mostra em que medida a formação profissional oferecida ao trabalhador por esta entidade patronal constitui um processo de disciplinação e controle social (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1982).
- (26) Depoimento de um ex-dirigente sindical metalúrgico em entrevista concedida à autora, em 1982.
- (27) CAMACHO, Thimoteo - O Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Dissertação de Mestrado, PUCSP - São Paulo, 1 987, p. 113.
- (28) Idem ibid., p. 159.
- (29) In Documentos do Partido Comunista do Brasil - Cinquenta anos de luta (balanço da atividade revolucionária do PC do Brasil) Ed. Maria da Fonte, Lisboa, 1975, p. 50.
- (30) Jover TELLES, op. cit., p. 285.
- (31) Idem ibidem, p. 277.
- (32) Idem ibidem., p. 278.
- (33) Idem ibidem., p. 117.
- (34) Depoimento de Hercules Corrêa - 1989.
- (35) Toledo, Caio Navarro de - Teoria e Ideologia na perspectiva do ISEB, in Inteligência Brasileira (Moraes, Antunes e Ferrante, orgs.) São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, pp 227.- 228
- (36) Toledo - Op. Cit., p. 229
- (37) TOLEDO, Caio Navarro de - ISEB - Fábrica de Ideologias, São Paulo, Editora Ática, 1977, pp.174-175.
- (38) FRANCO, Maria Sylvia Carvalho - O Tempo das Ilusões, In Ideologia e Mobilização Popular. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), v. 3, 1978, p. 200.
- (39) Toledo, op. cit., pp. 174 - 175
- (40) Toledo, op. cit., pp. 174 -175
- (41) Toledo - Op. cit., pp. 174 -175
- (42) CHAUÍ, Marilena - Notas sobre a crise das Esquerdas no Brasil. Doc. mimeografado, s.d.
- (43) WANDERLEY, Luiz Eduardo - Educar para transformar - Educação popular - Igreja Católica - Política no Movimento de Educação de Base (MEB) - 1961-1965. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2 vols. 1982 (pp. 286).

- (44) LIMA, Luiz Gonzaga de Souza - Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil - Hipóteses para uma interpretação, Ed. Vozes, Petrópolis, 1979, pp. 13-74.
- (45) "A formação de líderes, orientação estratégica que sempre norteou a ação dos jesuítas no Brasil, os incentivadores e assistentes eclesiásticos dos Círculos Operários, visava formar trabalhadores segundo a sua orientação religiosa tradicional e politicamente legalista e reformista, para que estes viessem a ter uma participação junto às organizações leigas de caráter político, sindical, empresarial, etc. Assim, pelo 'efeito demonstração' pretendia-se, a partir de pequenos núcleos bem-formados, a difusão e transferência dos valores cristãos da organização à sociedade" In José Roberto Felicissimo, A organização parassindical no Brasil: Notas para um estudo, maio, São Paulo, 1977, p. 13, mimeo). A respeito da orientação político-ideológica do Movimento Circulista, ver os trabalhos de J. Howard Wlarda. O Movimento Operário Católico Brasileiro - Os dilemas do desenvolvimento nacional, Centro de Relações Trabalhistas e de Pesquisa, University of Massachusetts, USA, publicado pelo Centro João XXIII, Rio de Janeiro, 1974, mimeo; Berenice Cavalcante Brandão, O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado - 1930/1937). Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1975.
- (46) Depoimento escrito por um membro dos Círculos Operários de São Paulo, mimeo, 1981.
- (47) FELICÍSSIMO, José Roberto, op. cit., p. 9.
- (48) DREIFUSS, René Armand, op. cit., pp. 309-310.
- (49) FELICÍSSIMO, José Roberto, op. cit., p. 18.
- (50) MURARO, Valmir Francisco - JOC: Uma Utopia Operária. Tese de Mestrado, apresentada ao Depto. de História da F.F.L.C.H. da USP, 1983, e Juventude Operária Católica (JOC), In Tudo é História, São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1985, p.10.
- (51) MURARO - op.cit., pp.33-34
- (52) Idem, *Ibidem*, p. 35.
- (53) Idem, *Ibidem*, pp. 36-37.
- (54) Idem, *Ibidem*, pp. 42-43.
- (55) Idem, *Ibidem*, pp.37-38.
- (56) Idem, *Ibidem*, p. 25.
- (57) BORAN, Jorge - O Senso Crítico e o Método Ver - Julgar - Agir. São Paulo, Edições Loyola, 1981 e Frei Betto - A Educação na Encruzilhada: Por que e Para Quem? A Educação nas Classes Populares, In Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., no. 13, julho de 1979, pp. 162-174.
- (58) MURARO, op. cit., p. 56.
- (59) MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza - Igreja e Movimento Operário no ABC (1974-1975), São Paulo, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da F.F.L.C.H. da USP, 1986, p. 121.
- (60) MARTINS - op. cit. p. 122
- (61) Idem, *Ibidem*, p. 123.
- (62) Idem, *Ibidem*, p. 125.
- (63) PAIVA, Vanilda Pereira - Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Edições UFC, 1980, pp. 186-205.
- (64) CHALOUB, Suraya Benjamin - Processo Pedagógico Gerador de uma Consciência Crítica - Uma História de Vida. São Paulo, Edições Loyola, 1989 e NOSELLA, Paolo - Porque mataram Santo Dias, Cortez, 1980.
- (65) Cadernos de Formação da FNT - Série vinte anos de luta, 1º caderno p. 21.

- (66) Idem, ibidem p. 21.
- (67) Boletim da FNT, Doc. Interno, julho, 1961.
- (68) Caderno no 1 - Série vinte e um anos de luta, p. 32.
- (69) Idem, ibidem, p. 23.
- (70) Idem, ibidem, p. 33.
- (71) Série vinte anos de luta, 1o caderno, p. 35.
- (72) Idem, ibidem, p. 36.
- (73) Idem, ibidem, p. 38.
- (74) Depoimento de um militante da FNT, em entrevista concedida à autora, em fevereiro de 1982.

VI - DESCONTINUIDADE E RUPTURA: - A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA DO PRÓPRIO MOVIMENTO

Em outros trabalhos⁽¹⁾, já recuperamos momentos significativos da história da educação sindical no Brasil e constatamos que o movimento de rearticulação e renovação do movimento sindical brasileiro, iniciado com as greves de 78/79 inaugurou um outro padrão no modo conceber e fazer a educação em entidades sindicais. Nessa conjuntura, iniciou-se o rompimento e a negação com o padrão típico de formação adotado nas décadas de 50 e 60, que como mostramos, se caracterizava:

- pelo predomínio de práticas educativas voltadas essencialmente para dirigentes, atingindo a grande massa de trabalhadores, a não ser via imprensa sindical;

- pela abordagem de conteúdos, em sua maioria, desvinculados das temáticas e questões (específicas e gerais) das lutas do movimento operário-sindical;

- pelo agenciamento externo, ou seja, cuja direção e execução ficava sob a responsabilidade de entidades exógenas ao próprio movimento: entidades patronais (SENAC, SENAI, etc.) governamentais (Ministério do Trabalho, INPS, INCRA, BNH, etc.) por partidos políticos, Igreja Católica, e entidades sindicais internacionais (ORIT, IADESIL, FSM, etc.).

A tendência das próprias entidades sindicais chamarem para si a responsabilidade de “capacitar e treinar” dirigentes e trabalhadores, intensifica-se com o ascenso do movimento sindical e grevista após 1978/1979. Contudo, essa nova perspectiva de conceber e praticar a formação sindical, embora desponte no período supra-mencionado, já fora gestada no período de resistência.

I - A FORMAÇÃO SINDICAL NOS "SUBTERRÂNEOS DA RESISTÊNCIA" - A DÉCADA DE SETENTA

A rearticulação e a resistência, após os golpes civis-militares de 1964 e 1969, se dão através de experiências moleculares nascidas a partir das fábricas e dos bairros.

Essas ações de resistência variam muito em termos do seu grau de organicidade e dos agentes nela envolvidos: vão desde ações de explosão e revolta individual - geralmente ações de sabotagem, como quebra de ferramentas, de máquinas etc. -; passam por ações de caráter um pouco mais coletivo, combinadas e preparadas em algum nível, através de canais informais existentes dentro das fábricas (grupos, 'turmas' etc.) - são os vários tipos de freagem da produção: 'operação-tartaruga', 'operação-zelo' etc.; e, chegam até a ações mais organizadas e articuladas que contam com a presença de agentes 'externos' à fábrica - Oposições Sindicais e/ou Sindicatos (...) Mas, por outro lado, a ação que se desenvolve é localizada e atomizada' ' (2).

“O trabalho de fábrica se fazia por debaixo dos panos. Na Lorenzetti, na seção de bombas, houve greve porque o pessoal não ia receber reajuste. Então se organizaram. Tinha um companheiro que conseguia organizar uma greve em uma seção de 80, 90 pessoas. Em outras fábricas foi feito abaixo-assinado porque não tinha banheiro, não tinha refeitório. Na Arno, o pessoal foi tirando algumas greves em 1968, 1969 e 1970, com prisões em seguida (...) Muitos companheiros que estavam em fábricas às vezes organizavam grupos. Sustentavam algumas lutas, chegavam a desenvolver algumas operações-tartaruga, comissões para falar com a chefia etc. Mas isso não se enraizava e nem tinha continuidade. A nossa atuação no sindicato era pequena' ' (3).

Neste contexto, as práticas educativas existentes eram constituídas de reuniões, cursos clandestinos, em boa parte desenvolvidos por Centros de Educação Popular ligados à Igreja Católica:

“alguns desses Centros possuem uma ligação mais institucional com a estrutura eclesial (Centros ligados a Diocese e Prelazias etc.), outros com uma ligação menos institucional, mas com forte ligação com todo o trabalho da Pastoral e constituídas por pessoas, em sua maioria, vindas de uma prática' ' (4).

Os estudos que se referem às conexões entre o movimento operário-sindical e os movimentos populares tentam recuperar toda a malha de inter-relações existentes entre as várias experiências de organização que nasceram durante o período de resistência.

“Em alguns locais, já desde o início dos anos 70, militantes da Pastoral Operária, e/ou Oposição Sindical levaram um trabalho de aglutinação operária, apoiando-se na rede de relações articuladas pelas comunidades eclesiais de base, cooperativas de compras comuns, cursos de alfabetização(...)

Esses bairros foram verdadeiros redutos de resistência operária nos anos mais negros da repressão, e a luta operária sempre foi tema de discussão dos vários núcleos de organização de moradores: centros culturais, comissões de moradores, as comunidades eclesiais de base da Igreja etc...”⁽⁵⁾

De 1975 a 1979, despontam, no interior do movimento sindical algumas iniciativas formativas de entidades sindicais planejadas em função de suas demandas e necessidades.

Segundo uma pesquisa realizada pelo DIEESE, em 1981, tais iniciativas constavam da programação e desenvolvimento de cursos e seminários, estruturados com o objetivo de treinar líderes e militantes sindicais, abordando temas sindicais tais como: estrutura sindical, economia brasileira e política salarial.

Os cursos de capacitação sindical foram desenvolvidos nos seguintes sindicatos da Grande São Paulo: sindicatos dos metalúrgicos, construção civil, bancários e os trabalhadores em indústrias urbanas. No Estado de São Paulo, tais cursos foram desenvolvidos nos sindicatos dos trabalhadores rurais, metalúrgicos, bancários, trabalhadores do setor de transporte (portuários) e trabalhadores das indústrias urbanas. Tanto na Grande São Paulo como no Estado de São Paulo, a maior incidência de cursos se deu no período de 1978 a 1979 e, em sindicatos de trabalhadores metalúrgicos.⁽⁶⁾

Os dados referentes à palestras e conferências promovidas pelas diferentes entidades sindicais no Estado de São Paulo, apontam para a mesma perspectiva já detectada através dos cursos, ou seja, o deslocamento para temas de interesse do movimento sindical: 33,9% dos temas enfocados em

palestras referiram-se a questões da política econômica e social do Estado, em relação à classe trabalhadora; 27,5% tratam de temas referentes à estrutura sindical brasileira e à formação de quadros; 20,2% tratam de temas mais específicos de legislação trabalhista (envolvendo os direitos e proteção no local de trabalho). Além disso, houve um aumento do número de encontros e congressos de categorias específicas de trabalhadores, o que significou 9,2% das atividades educativas realizadas no período de 1978 a 1979.⁽⁷⁾

Estes dados, ainda que pouco expressivos do ponto de vista quantitativo, já indicavam que a partir de 1978, as próprias entidades sindicais passaram a se preocupar com a capacitação de seus dirigentes e, tomaram para si a responsabilidade de promover cursos, palestras, congressos e conferências voltadas para a formação dos trabalhadores de base.

Tais atividades educativas eram orientadas e desenvolvidas por pessoas vinculadas a quatro tipos de centros:

- a) Alguns organismos vinculados a Igreja Católica, com abrangência variada, desde centros locais, regionais e nacionais que vão fazer trabalhos de assessoria e formação aos movimentos sociais do campo e da cidade - (ex. CPT, CPO, CIMI, CDDH, etc.)
- b) Centros de educação não necessariamente articulados institucionalmente com a Igreja, mas que terão o apoio de entidades internacionais vinculadas ao Conselho Mundial das Igrejas, de caráter mais ecumênico, temos como exemplo F.N.T. a FASE, CPV, CEDI, CEPIS, (em São Paulo), CEAS. (Salvador) NOVA e CEDAC (Rio de Janeiro), CEDES (Campinas), SEDIPO (Recife), IDAC (Rio de Janeiro), entre outros;
- c) Centros novos criados a partir do retorno de sindicalistas cassados e exilados após a anistia-13 de MAIO, CEPASE, CECOPE, IBASE, Reconstrução, CAPS (e outros) e/ou organizados por partidos políticos não-oficiais:- Fundação Roberto Moreira, ILDES, CES, Fundação Wilson Pinheiro - PT, entre outros;
- d) Centros que reúnem ex-militantes em educação popular e que procuram abrir um espaço nas universidades visando: a produção e sistematização dos conhecimentos produzidos com o avanço das lutas nos movimentos populares e sindical; a prestação de serviços de educação popular e sindical- Exemplo: URPLAN/PUC - São Paulo, UNIMEP/Piracicaba, alguns projetos da Universidade Federal da Paraíba.⁽⁸⁾

Além destes centros, duas outras entidades criadas pelo próprio movimento sindical tiveram um papel significativo na dinamização das atividades formativas desse período: o DIEESE, e a Fundação Casa do Trabalhador.

2.- A FORMAÇÃO SINDICAL NOS ANOS 80

A precariedade de dados estatísticos de abrangência nacional, dificulta a elaboração de uma radiografia mais acurada da educação sindical nos anos 80 no Brasil.

Tomando por base os dados do IBGE - Sindicatos (Indicadores Sociais) realizada em 1988, constatamos a existência do seguinte quadro: entre os diferentes **serviços educacionais** prestados por sindicatos brasileiros, 16% referem-se à **cursos de educação sindical**; 6,8% cursos de formação profissional e 8,5% **congressos**. Se tomarmos a porcentagem referentes a **congressos**, por também considerá-las como atividades de formação sindical, teríamos então uma porcentagem maior de sindicatos, por volta de 24,5%, que realizam algum tipo de atividade de educação sindical.

Entre os sindicatos que realizam atividades de educação sindical, as porcentagens maiores estão entre os sindicatos de trabalhadores urbanos (32,29), seguidos dos trabalhadores rurais (14,87%); em terceiro lugar, os sindicatos de profissionais liberais - (23,49%) e, por último, os sindicatos de trabalhadores autônomos (12,36%).

Porém, quando comparamos tais porcentagens àquelas referentes à prestação de **serviços médicos e jurídicos**, verificamos que, numericamente, a porcentagem de entidades sindicais que promovem tais serviços é muito maior, sendo 52,81% (para os **serviços médicos**) e 65,34% para **assistência jurídica**. Tais dados ainda revelam a predominância do caráter assistencial dos serviços prestados pelos sindicatos brasileiros.

Apesar disso, o fato da educação sindical figurar como uma **categoria nova**, nos censos do IBGE, vem dar suporte às afirmações que fazemos de que as atividades educativas constituem uma inovação dentro do sindicalismo brasileiro, a partir dos anos 80.

TABELA VI-A - Principais Serviços prestados em sindicatos de trabalhadores no Brasil

SINDICATOS	URBANS						RURAS		TOTAL	
	EMPREGADOS (N=20547)		PROFISSIONAIS LIBERAIS (N=3432)		TRABALHADORES AUTÔNOMOS (N=90)		(N=2747)		(N=5716)	
ATIVIDADES	REALIZAM	NÃO REALIZA	REALIZAM	NÃO REALIZA	REALIZAM	NÃO REALIZA	REALIZAM	NÃO REALIZA	REALIZA	NÃO REALIZA
EDUCAÇÃO	554	198	21	321	8	7	352	2415	915	4801
SINDICAL	(21,75)	(78,24)	(6,54)	(93,45)	(11,1)	(88,9)	(12,08)	(87,92)	(16,00)	(84,00)
EDUCAÇÃO	217	230	7	20	7	8	9	254	39	527
PROFIS	(8,51)	(91,48)	(2,05)	(78,95)	(9,58)	(90,42)	(3,38)	(66,62)	(6,80)	(93,20)
CONGRESSOS	310	227	8	284	1	9	9	268	48	528
	(12,17)	(87,83)	(16,95)	(83,05)	(1,26)	(98,73)	(2,87)	(93,13)	(8,50)	(91,50)
SERV. de ASS.	1377	110	6	23	3	47	150	127	3019	257
MÉDICA	(54,06)	(45,94)	(20,17)	(79,83)	(41,25)	(58,75)	(56,06)	(43,94)	(52,81)	(47,19)
ASSISTÊNCIA	1995	552	185	157	34	46	1521	1226	3755	1981
JURÍDICA	(78,32)	(21,68)	(54,09)	(45,91)	(42,50)	(57,50)	(55,36)	(44,64)	(65,34)	(34,66)

Fonte: IBGE - Sindicatos - Indicadores Sociais - 1988

3. - A CONSTRUÇÃO DE MODELO PRÓPRIO DE FORMAÇÃO SINDICAL

A construção de um modelo formativo próprio, auto-gerenciado, voltado para os trabalhadores de base, e colado nas propostas e projetos político-organizativos dos diferentes setores e ou correntes existentes no movimento sindical, foi se constituindo durante a década de 80. Após os primeiros passos, gestados como já mostramos durante o período que vai de 1975 até 1981 e 82, é possível identificar no decorrer desta década dois períodos distintos: um **primeiro** período, que se caracteriza pela multiplicação de experiências moleculares de vários tipos, norteadas pelas mais diferentes orientações político-metodológicas. Referimo-nos ao período que vai de 1982 até 1985, quando se dá a delimitação de dois campos políticos no movimento sindical (a criação da CUT e CONCLAT), a reorganização das esquerdas e da reformulação político-partidária e os movimentos em prol das eleições diretas; e o **segundo**, de 1985 a 1991, quando se elaboram as propostas e os projetos formativos das Centrais Sindicais: Central Única dos Trabalhadores a partir de 1985/1986, a Central Geral do Trabalhadores (em substituição à CONCLAT) em 1986 e sua posterior subdivisão em 1989, com a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores; e pela sistematização das propostas do “sindicalismo de resultados” e conseqüente reorganização política no campo da C.G.T., que culminou com a criação da Força Sindical em 1991.

3.1 - A FORMAÇÃO SINDICAL NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 80

A primeira metade da década de 80 foi extremamente rica e profícua em matéria de educação sindical. Multiplicaram-se por todo o Brasil experiências moleculares de formação sindical de vários tipos, de toda sorte de credo político-ideológico. Os sindicatos dos setores mais organizados e ativos na condução do movimento - metalúrgicos, químicos, bancários, petroleiros, etc., passam a organizar seus departamentos de educação e cultura e a ensaiar programas mais articulados de formação sindical. Merecem destaque as experiências levadas a efeito nesse período nos seguintes sindicatos: Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (São Paulo), Metalúrgicos de Monlevade (Minas Gerais), Bancários de São Paulo (São Paulo), Telefônicos (Minas Gerais), Químicos de São Paulo e do ABC (São Paulo); entre as

federações destacaram-se a dos trabalhadores rurais de Minas Gerais (FETAMG) Pernambuco (FETAPE) e a Federação da Alimentação do Rio Grande do Sul. Entre as Confederações, há que se destacar a importância do trabalho desenvolvido pela CONTAG.

Entre os grupos e oposição sindical há que se destacar a experiência da OSMSP - Oposição Sindical Metalúrgica da Cidade de São Paulo.

Na impossibilidade de recuperar, no espaço deste trabalho, cada uma dessas experiências, vamos analisar de forma sucinta a contribuição de quatro entidades que foram significativas como núcleos irradiadores, tanto para a implantação de experiências específicas e isoladas, como mais tarde, quando da constituição das Centrais Sindicais. Referimo-nos: ao DIEESE, FUNDAÇÃO CASA DO TRABALHADOR, FASE e CONTAG.

A - A ESCOLA SINDICAL DO DIEESE - PROPOSTA E INFLUÊNCIAS

DIEESE - Caracterização organizativo-institucional

O DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, é uma sociedade civil, criada em 1955, por setores do movimento sindical para a sistematização, produção de conhecimento técnico-científico e assessoria.

O DIEESE é composto por um quadro dirigente e de sócios (de base sindical), ou seja, dirigentes eleitos nas respectivas instâncias sindicais (entidades de 1º, 2º e 3º Grau), um quadro técnico formado por: economistas, sociólogos, estatísticos, especialistas em informática, etc. e um quadro de funcionários responsáveis pela parte administrativo-financeira. O corpo técnico-administrativo é dirigido por um diretor-técnico escolhido e referendado anualmente pela Assembléia de Sócios.

“ Os membros do quadro sindical que dirige o Departamento têm origem na classe trabalhadora, sendo sindicalistas atuantes que galgaram posições de lideranças no movimento sindical e possuem experiência no processo de trabalho em unidades de produção e no cooperativismo da estrutura sindical oficial. Portanto, o acesso à direção do DIEESE é determinado pela condição de trabalhador e pela militância na burocracia sindical (...)

O quadro dirigente, eleito a cada três anos com revezamento anual de 1/3 de sua composição, permite a permanente adequação do DIEESE às diferentes conjunturas. Tais dirigentes são recrutados entre três tipos de lideranças, as oficiais, burocráticas, geralmente afastadas das bases sindicais; lideranças de esquerda (que expressem em cada conjuntura as principais correntes hegemônicas nos setores mais combativos do movimento sindical) e lideranças emergentes, nascidas de conjunturas específicas e de forma geral vinculadas às bases sindicais. Ocorre que o DIEESE aparece como um local onde estes diferentes tipos de lideranças convivem em nome da união sindical(...)

Por sua vez, os componentes do quadro técnico do DIEESE são recrutados entre os intelectuais, habitualmente cientistas sociais da área acadêmica. O acesso destes cientistas ao Quadro Técnico está vinculado ao poder originado pelo saber, isto é, à capacidade de gerar conhecimento ou informação. Estes intelectuais, principalmente os que compõem a direção técnica, por terem a vivência de uma experiência política no interior de movimentos de esquerda, assumem, pois, uma posição de classe, colocando o poder de gerar conhecimento à disposição do movimento sindical e da classe trabalhadora(...)

O quadro técnico, articulado por um diretor designado anualmente pela Diretoria Sindical, representa o elemento de continuidade do DIEESE. Tal característica decorre da formação teórica dos seus componentes e do uso da técnica para produção de dados e informações; imprimindo o aspecto universal à instituição(...)

Enquanto para os participantes do quadro dirigente sindical, a concepção de trabalhador é tomada no seu aspecto corporativo, para os componentes do quadro técnico o trabalhador é concebido como o homem no uso de sua força de trabalho. As duas concepções evidenciam a relação de exploração do trabalho, a primeira restringindo a compreensão da situação e a segunda ampliando-a. Se o dirigente sindicalista apreende a relação capital-trabalho a partir do avanço possível do movimento sindical, o técnico detecta esta mesma relação a partir de uma formação teórica associada a um projeto sócio-político para a classe e para a sociedade, dado pela prática política(...)

Essa organização composta por indivíduos de diferentes formações interesses e perspectivas imprime ao DIEESE uma permanente tensão, levando os seus dois segmentos a procurarem a manutenção de um equilíbrio. Neste caso, ganha significado a sensibilidade política individual no cumprimento de um pacto sutil. O DIEESE aparece como local de atuação de lideranças representativas que, destacadas pela instituição, ganham relativa autonomia,

aparecendo como interlocutoras individualizadas dos trabalhadores. Veja-se neste sentido o papel que desempenham os presidentes e, principalmente, os diretores técnicos do Departamento. (9).

Do ponto de vista da organização interna, o DIEESE conta atualmente com uma Sede Nacional em São Paulo, aonde se realizam as principais atividades de pesquisa, documentação, produção de boletins; o setor administrativo-financeiro e 14 (quatorze) escritórios regionais: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Amapá, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e 55 sub-seções, ou seja, um ou mais técnicos que realizam atividades de pesquisa e assessoria econômica e educacional, alocados em entidades sindicais específicas.

Em estudo recente CHAIA (1988) recupera a história do DIEESE, revelando na sua trajetória, as marcas das lutas, dos avanços e da resistência do próprio movimento sindical brasileiro.

“Considerando sua estrutura interna é possível dizer que o DIEESE é, simultaneamente, um órgão intersindical de trabalhadores e um órgão de pesquisa da classe. Se a instituição foi criada, funcionalmente, como um departamento de natureza sindical, a presença de cientistas sociais ganha relevância, engendrando um horizonte científico e político específico para a classe trabalhadora. Complementam-se sindicalismo e ciência, mas também tensionam-se corporativismo e classe social.” (10)

A.2 - A ESCOLA SINDICAL DO DIEESE E SUA PROPOSTA

A criação da Escola Sindical do DIEESE teve uma gestação cuidadosa. Diferentemente dos outros trabalhos de pesquisa e assessoria - cálculo do índice do custo de vida, salário mínimo, níveis de emprego/desemprego - supostamente mais neutros e, menos ideologizados, a criação de um setor educacional requeria uma certa prudência política. Convém lembrar que, no final da década de 70 e início de 80, a emergência do chamado “novo sindicalismo” correspondia a um conjunto de forças advindas da renovação de algumas direções sindicais como foi o caso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Santos (SP), Monlevade (MG), Bancários (RS), Petroleiros de Paulínia (SP), entre outros e da reconquista das direções sindicais através da formação dos chamados grupos de “oposição sindical”, como foi o caso dos Bancários de São Paulo. Tratava-se portanto, de um momento de extrema tensão entre “instituição”

e “movimento”, cuja renovação das direções passava pela substituição, nem sempre consensual, muito pelo contrário, das direções sindicais que haviam sobrevivido durante os longos anos da ditadura. Em sendo o DIEESE uma entidade, como já ressaltamos, de caráter intersindical que abriga dirigentes de várias correntes ideológicas, a tensão entre renovação/manutenção também se refletia no estabelecimento de suas linhas de atuação, com maior peso ainda quando se tratava de criar serviços educativos.

A pesquisa sobre a situação da educação sindical, realizada em 1980, já havia assinalado quão precária era a situação no que diz respeito às atividades de formação sindical, mas a implantação da escola requeria o estabelecimento de uma estratégia política de implantação que levasse em conta a existência de posições diferentes em relação ao fato do DIEESE poder ou não criar e manter uma “escola de formação”. Sendo assim, a criação da escola foi precedida de um cuidadoso processo de consulta às entidades filiadas. Nesse sentido foram instituídos alguns fóruns de discussão: Encontros e Seminários de Educação Sindical realizados respectivamente em novembro dos anos de 1980, 1981 e 1983.

A partir desses encontros e seminários identificaram-se as práticas que já estavam sendo desenvolvidas, as expectativas e anseios existentes para dimensionar com mais precisão qual seria o papel do DIEESE, na área de educação sindical.

Das sondagens realizadas, nos vários tipos de consultas ficou estabelecido que caberia à escola do DIEESE:

- a) concentrar seus esforços na formação de dirigentes e na preparação de “intelectuais do próprio movimento” para que estes assumissem o papel de educadores sindicais;
- b) promover a troca de experiências entre os participantes que estivessem realizando cursos e/ou atividades de educação voltadas para a dinamização do movimento sindical;
- c) fornecer subsídios teóricos e materiais para incentivar e subsidiar o desenvolvimento e implementação de atividades educativas (cursos, palestras, seminários) entre as entidades filiadas.

Com base em tais consultas criou-se um pequeno “staff” de técnicos que formariam a “escola sindical”, no início do ano de 1984. O grupo de técnicos era inicialmente composto de 5 (cinco) pessoas: uma socióloga, duas pedagogas, dois economistas, sendo que um deles exercia a função de coordenador da equipe, representando-a junto à direção técnica.

. A explicitação de uma proposta de formação

Mesmo sem a existência formal de uma “equipe” é possível dizer que no DIEESE sempre se fez formação sindical. Se por formação sindical entende-se um processo mais sistemático de troca de informações, conhecimentos e experiências, que contribuam para o avanço político-organizativo dos trabalhadores, enquanto sujeitos, pode-se afirmar, também, que a atividade formativa fez e faz parte do modo ser e agir do próprio trabalho técnico. Não se pode subestimar o caráter formativo do grande número de seminários, debates e palestras levados a efeito pelos técnicos do DIEESE abordando temas como: salário e custo de vida; política salarial dos governos; emprego/desemprego; salários e produtividade; planos econômicos de desenvolvimento e muitos outros temas de interesse dos trabalhadores, em cada conjuntura.

Contudo, a definição de uma concepção e uma estratégia educativa só irá ser explicitada e assumida, quando da criação da equipe de educação, em meados da década de 80.

Durante os dois primeiros anos de 1984/1986, a equipe concentrou-se na formulação e implementação do Programa de Formação de Monitores, estabelecido como uma das prioridades pela consulta feita às entidades filiadas.

Embora não inédita no campo da educação de adultos, a proposta o era, no âmbito do movimento sindical brasileiro, que tradicionalmente costumava se apoiar exclusivamente em intelectuais exógenos do movimento para desenvolver atividades de formação sindical. Tratava-se, pois, de desenvolver um programa de formação de monitores, que se caracterizava por ser um processo de preparação técnico-política de intelectuais orgânicos selecionados e indicados pelos próprios trabalhadores.

O Programa de Formação de Monitores constituía de quatro atividades básicas - o curso de nível I, o de nível II, os encontros anuais e a produção do boletim - É só fazendo que se aprende.

O curso de nível I visava introduzir aqueles que seriam encarregados de formular e desenvolver programas educativos, em questões básicas relativas à: concepções de educação e formação sindical, conceitos de metodologia e planejamento de atividades formativas. Destinava-se, portanto, àqueles trabalhadores e/ou dirigentes, assessores e/ou técnicos que pretendiam dedicar-se prioritariamente ao trabalho de formação. Os principais conteúdos desenvolvidos: 1) diferentes concepções de educação existentes ao nível do movimento sindical; 2) conceituação dos objetivos e característica de uma concepção crítica e emancipatória de educação sindical; 3) proposta metodológica mais coerente com essa concepção⁽¹⁾; 4) planejamento de atividades educativas (cursos; seminários; encontros) utilizando a metodologia da reflexão/ação.

Um formador sindical, na proposta do DIEESE, não se apropriava de uma visão instrumentalista (técnicista) de metodologia, mas sim de uma concepção que procurava relacionar forma/conteúdo e teoria prática como dimensões que devem ser tratados de modo simultâneo e específico em cada situação pedagógica concreta. Tal postura em relação à formação exigia uma dupla preparação-pedagógica e teórica (no campo dos diferentes conteúdos a serem desenvolvidos). Fez-se necessário, então, programar outros cursos de aprofundamento, em que, utilizando a proposta metodológica já indicada se aprofundassem conteúdos específicos de economia-política, história, política salarial etc... Os cursos de nível II eram planejados com o objetivo de aprofundar e desenvolver temas específicos, ao mesmo tempo, que se procurava mostrar como a proposta metodológica apresentada no nível I poderia ser aplicada a conteúdos diferentes. Nesse sentido foram desenvolvidos vários cursos de nível II com as seguintes temáticas: **Salário, Política Salarial, Negociação Coletiva**, e (no período pré-constituente (85/86)) a **Constituição e os Trabalhadores**. Os participantes do nível II eram escolhidos entre aqueles que haviam concluído o nível I, de modo a garantir uma continuidade no processo formativo dos próprios formadores.

Fazia também parte do processo de acompanhamento da prática do ex-participante a realização de encontros anuais e a produção de um boletim de educação.

O processo de acompanhamento da prática dos ex-participantes fazia-se através da realização de encontros anuais e da produção e circulação de um boletim de educação. Os Encontros foram realizados em 1985, 1986 e 1988, e tiveram como objetivos:

- a) intercambiar experiências; b) aprofundar temas específicos demandados pelos desafios enfrentados pelos participantes, em seus trabalhos formativos; c) divulgar e intercambiar materiais pedagógicos produzidos pelo DIEESE e por entidades de formação e/ou dos próprios participantes.

O boletim da escola visava divulgar e socializar as experiências vivenciadas pelos participantes dos cursos de formação de monitores e, também, divulgar informações adicionais de cunho teórico-pedagógico que pudessem garantir seu aperfeiçoamento como formadores sindicais.

Outras Atividades Formativas

Além do programa de formação de Monitores, a equipe da escola, em colaboração com outros técnicos, das equipes do DIEESE São Paulo, das divisões regionais e das subseções, também programou e desenvolveu **Seminários** destinados a dirigentes e trabalhadores das entidades sindicais filiadas. Em geral a duração variava de 1 a três dias, com uma carga horária de 80 a 24 horas.

Principais Seminários:

1. Negociação Coletiva (em dois níveis: o primeiro de sensibilização para quem não teria que participar do processo e um segundo nível para quem **estivesse** diretamente envolvido com o processo de negociação - dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de fábrica, CIPA e/ ou comissões de negociações).

2. Matemática sindical.

3. A Diretoria e a organização dos trabalhadores.

4. A Automação

5. Planejamento sindical na perspectiva estratégico-situacional

Além desses temas, há que se mencionar um grande número de seminários organizados e planejados em função das necessidades e interesses atinentes a categorias específicas exemplos - para o setor bancário **Sistema Financeiro**, setor metalúrgico - **Inovações Tecnológicas e a Resposta Sindical** - setor agrícola - **Reforma Agrária** e, muitos outros temas que comporiam uma lista infindável, se acrescida das várias comunicações e debates realizados, quando da alteração da política salarial e dos planos econômicos governamentais.

Além de atividades (seminários, debates, conferências), que contam com a atuação direta dos técnicos do DIEESE, há que se mencionar também a sua atuação no campo da formação como consultores, assessorando os interessados na formulação de atividades formativas - planejamento de cursos e seminários produção de materiais pedagógicos etc....(12)

A escola sindical do DIEESE, desde sua constituição em 1984 até 1991, concentrou seus esforços no programa de formação de formadores, tendo ministrado 44 cursos com 1.017 participantes. Com o crescimento dos escritórios regionais e das sub-seções, ampliou-se, a partir de 1987/88, a oferta de seminários e outros cursos, reduzindo sua atuação no campo da formação de formadores. Isso ocorreu por uma série de injunções internas (dificuldades financeiras, mudanças de direção técnica e da direção sindical, redução na equipe de educação) e externas (redefinição do campo de força das tendências políticas no interior do movimento sindical, estruturação de programas formativos por parte das centrais sindicais) o que fez com que o DIEESE revisse sua política e estratégia de ação.

**TABELA VI-B - PARTICIPANTES DOS CURSOS DE NÍVEL I E II,
SEGUNDO AS REGIÕES - 1984/1991**

REGIÃO-ESTADO	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	SUL	Sudeste	Total
SINDICATO	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
Trabalhadores rurais	-	09	02	03	06	20
Emp. Ind. extrativas	01	07	-	01	08	17
Emp. Indus. Const. Civil	-	01	-	-	07	08
Emp. Emp. Ref. Distr. Petróleo	01	08	-	01	11	21
Empreg. Indus. de Calçados	-	-	-	02	04	06
Empreg. Indústrias de Couro	-	-	-	-	02	02
Empreg. Indústrias de Borracha	-	4	-	-	10	14
Empreg. Indústrias de Alimentos	-	06	-	07	10	23
Empreg. Indústrias da Construção Civil	01	01	-	05	09	16
Empreg. Indústrias Gráficas	02	03	-	-	06	11
Empreg. Indústrias da construção Imobiliária	01	-	-	11	14	26
Empreg. Indústrias de Fiação e Tecelagem	02	10	-	-	09	21
Empreg. Indústrias dos metalúrgicos	04	08	05	33	91	141
Empreg. Indústrias Químico Farmacêuticas	01	17	-	02	18	38
Empreg. Indústrias de Papel e Papelão	-	-	-	05	10	15

**TABELA VI-B - PARTICIPANTES DOS CURSOS DE NÍVEL I E II,
SEGUNDO AS REGIÕES - 1984/1991**

continuação

REGIÃO-ESTADO	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	SUL	Sudeste	Total
SINDICATO	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
Empreg. Indústrias do Vestuário	-	-	-	01	03	04
Empreg. Indústrias de Vidros	-	-	-	-	04	04
Empreg. Indústrias Urbanas	-	26	04	02	07	39
Empreg. Empresas de Crédito	04	31	12	78	49	174
Empreg. Empresas Educação e Cultura	-	16	10	17	09	52
Empreg. Empresas do Comércio Público	01	22	05	15	21	64
Empreg. Empresas Energia Elétrica	-	10	01	02	16	29
Empreg. Empresas Informát.	-	02	02	01	06	11
Empreg. Empresas do Comércio	-	07	05	44	06	62
Empreg. Empresas de Saúde	-	05	07	12	07	31
Empreg. Empresas de Transporte	-	01	-	01	42	44
Profissionais Liberais	-	16	-	21	04	41
Associação dos Funcionários Públicos	-	20	18	03	21	62
Outros	-	05	08	08	-	21
TOTAL	18	235	79	275	410	1017

Fonte: Escola Sindical - DIEESE.

B. A FUNDAÇÃO CASA DO TRABALHADOR - MINAS GERAIS

A idéia de fundar uma Casa do Trabalhador, desponta em 1978, por iniciativa de um pequeno grupo de trabalhadores, que se reunia periodicamente junto à Igreja Católica, na cidade de João Monlevade- MG. Durante o ano de 1980, foram feitas várias reuniões para definir qual deveria ser o caráter e os objetivos da associação a ser criada. Nesses encontros, além do grupo idealizador, participaram também outros líderes sindicais e comunitários da cidade, intelectuais comprometidos com a educação popular e advogados provenientes de outras cidades do Vale do Aço (região industrial do Estado de Minas, onde está situada Monlevade) e de Belo Horizonte.

“Finalmente, em dezembro de 1980, foi criada e registrada a Fundação Casa do Trabalhador, sendo uma instituição independente, com estatuto e estrutura próprios.” (13)

“Seus objetivos são a promoção do aperfeiçoamento cultural do trabalhador, tendo em vista sua conscientização e o conhecimento do processo histórico em que está inserido; a valorização da dignidade humana em todas as suas dimensões...” (grifos nossos)

Do ponto de vista geográfico, a Fundação Casa do Trabalhador tinha como clientela potencial “os habitantes da região de Minas Gerais que se estende de Belo Horizonte, capital do Estado, até a cidade de Ipatinga, ao longo da Rodovia 262, compreendendo nove cidades principais: Barão de Cocais, Caeté, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Itabira, João Monlevade, Sabará, Santa Luzia, Timóteo e outras cidades menores, incluindo Nova Lima, município da Região Metropolitana da “Grande Belo Horizonte”.

A escolha da cidade de João Monlevade, como sede da Fundação, deveu-se ao fato de estar localizada no centro da região acima mencionada e, também, porque era palco do trabalho de organização e renovação sindical que, a partir do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos se irradiava para as demais entidades regionais e nacionais. Convém lembrar, que este sindicato, historicamente, fazia parte do grupo de dirigentes que encabeçavam o chamado “novo sindicalismo”.

Visava atender trabalhadores que se ocupam na indústria extrativa mineral, construção civil, indústria siderúrgica, trabalhadores rurais, profissionais da área de educação e outras categorias profissionais, além de participantes de movimentos comunitários, especialmente associações de moradores de bairros e jovens, donas de casa em geral, mas especialmente com as esposas dos trabalhadores⁽¹⁴⁾.

Do ponto de vista organizativo, a Fundação tinha como órgão soberano e deliberativo a Assembléia Geral, composta pelos membros instituidores (fundadores), podendo também dela participar outras pessoas que tivessem prestado serviços relevantes e/ou doações significativas⁽¹⁵⁾. Como órgão normativo o Conselho de Curadores era composto de cinco membros efetivos e cinco suplentes, eleitos na Assembléia Geral. Na escolha dos membros do Conselho seguiam-se dois critérios: a representatividade regional (representantes das áreas/regiões abrangidas pela Fundação) e social (representantes de entidades dos movimentos - popular, sindical, tanto rurais como urbanos).

O presidente da Fundação era membro do Conselho de Curadores e seu presidente. Havia também dois vice-presidentes, uma secretária; uma tesoureira, um Conselho Fiscal e dois técnicos em educação.

Durante as primeiras gestões o Presidente foi João Paulo Pires Vasconcelos, trabalhador metalúrgico da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e líder sindical de relevância nacional⁽¹⁶⁾.

Os recursos financeiros eram provenientes das contribuições de seus sócios-fundadores, de subvenções doadas por deputados estaduais e federais e de financiamentos de Organizações Não-Governamentais estrangeiras, obtidos contra-apresentação de projetos...⁽¹⁷⁾

B.1 PROJETO EDUCATIVO DA FUNDAÇÃO CASA DO TRABALHADOR

. Concepção de Educação/Formação

A proposta educativa da Casa do Trabalhador pautava-se numa concepção de educação e/ou formação concebida como instrumento de construção de um saber que contribuisse para o avanço das lutas e da organização dos diferentes setores das classes populares.

“A prática educativa deverá ser um espaço, onde os grupos populares possam se perceber como produtores de conhecimento, à medida em que iniciam o processo de depuração e rearticulação do seu modo de pensar e atuar, na perspectiva de classe. Esse novo conhecimento é também elaborado através de um processo de mútuo intercâmbio entre os intelectuais orgânicos e os grupos populares”.⁽¹⁸⁾

No âmbito dos setores da esquerda, a equipe fundadora da Casa do Trabalhador fazia questão de assinalar, que sua concepção de formação se distinguia daquela, tradicionalmente, difundida entre os setores da esquerda brasileira, isto é, daqueles que faziam da prática educativa um momento de simples repasse da “teoria marxista revolucionária”, numa perspectiva verticalista, linear e dogmática.

“Nossa preocupação constante na Casa do Trabalhador é conhecer as condições de vida e de trabalho, nos interesses e necessidades, dos valores, em nível de percepção da realidade e dos movimentos e organizações (sua história, conquista, dificuldades e perspectivas) dos trabalhadores com as quais atuamos. Tudo isso constitui a matéria prima para o trabalho educativo da Casa do Trabalhador (...)

Cada demanda que se apresenta à Casa do Trabalhador é um desafio que exige estudos, reflexões, busca de assessoria e intercâmbio de experiências sobre temas e problemas muitas vezes desconhecidos.”⁽¹⁹⁾

Entendendo o processo de produção/transmissão do conhecimento como uma construção coletiva, o trabalho educativo era desenvolvido por uma equipe integrada simultaneamente por técnicos, trabalhadores (dirigentes e/ou militantes) e assessores.

A proposta educacional da Casa do Trabalhador, segundo seus idealizadores, além de ter se fundamentado num novo “approach” em relação aos conteúdos teóricos a serem abordados, levou à redefinição:

- a) dos procedimentos pedagógicos - enfatizando aqueles que garantissem uma participação mais ativa e a grupalidade enquanto forma de exercício da sociabilidade e da produção coletiva.

“Procuramos utilizar técnicas ativas e interessantes (de teatro popular, interpretação de músicas, apresentação de áudio-visuais etc...) que transformem os cursos e reuniões momentos agradáveis e que também estimulem o exercício da reflexão, criatividade e expressão”⁽²⁰⁾

- b) do papel dos intelectuais que atuavam como gestores e/ou assessores da proposta de formação.

“No contato constante com os trabalhadores, temos mantido uma relação muito natural, clara, em que nosso papel tem contornos definidos. Em nenhum momento negamos a capacitação profissional que tivemos a oportunidade de adquirir na Universidade, contudo nos esforçamos para não utilizá-la para exercer uma dominação/manipulação sobre os trabalhadores. Temos sempre o cuidado de rever e de avaliar nossa prática para evitar que passemos a assumir funções de direção em seus movimentos e entidades”⁽²¹⁾

À preocupação em edificar o trabalho a partir de uma postura mais democrática na relação educador/trabalhador e no processo de produção do conhecimento, incorpora-se também o saber de “especialistas” (assessores) de intelectuais que dominam várias áreas do conhecimento científico: Direito, Sociologia, Economia, História, Psicologia, Ciência Política etc... e dos líderes sindicais e comunitários que se formarão através da luta e da reflexão”⁽²²⁾.

. Atividades Desenvolvidas - período de 1982/1984

A primeira atividade da Casa do Trabalhador foi realizada em maio de 1981 e constituiu num Curso de Capacitação de Líderes. Os temas abordados foram: - relação líder/base; a situação sócio-econômica e política do Brasil e, os movimentos populares nesse contexto e o projeto: “Trabalho e Condições de Vida no Vale do Aço”. Esses temas foram desenvolvidos através de técnicas de dinâmica de grupo, o que propiciou, apesar da novidade, uma participação intensa. A partir do sucesso dessa primeira atividade, a equipe responsável realizou mais três cursos desse tipo durante o mesmo ano.

**PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO CASA DO
TRABALHADOR (PERÍODO - 1982/1984)**

Atividades desenvolvidas pela Fundação Casa do Trabalhador

(período - 1982/1984)

-- Cursos --

Atividades	Conteúdo	Cidades/Municípios Atingidos
Capacitação Sindical:		
Direito dos trabalhadores (as)- empregadas domésticas comerciantes e outras categorias de trabalhadores	O trabalho Doméstico: salário, condições de trabalho e direitos trabalhistas.	João Monlevade e Governador Valadares
<u>Sindicalismo</u> - para os trabalhadores metalúrgicos, bancários e construção civil	História dos sindicatos dos trabalhadores no Brasil; Estrutura sindical, Negociação Coletiva	João Monlevade - Ipatinga e Coronel Fabriciano - Timóteo Governador Valadares-Acesita
Liderança e Dinâmica de Grupo (setores do movimento popular)	Teoria e técnicas de dinâmica de grupo; Técnicas para orientação e Coordenação de reuniões	Ipatinga e Coronel Fabriciano
Conjuntura Política Atual e a formação de novos partidos	Conjuntura Política Brasileira; Filosofia dos partidos políticos atuais; Formação de novos partidos políticos	Ipatinga

DEBATES - MOVIMENTO SINDICAL

Atividades	Conteúdo	Cidades/Municípios Atingidos
História dos Trabalhadores no Brasil	História do movimento sindical no Brasil, com a utilização do conjunto de audio-visuais, produzidos pelo CET	João Monlevade - Ipatinga - Governador Valadares - Caeté
Conjuntura Política Brasileira	Conjuntura Política do Brasil Formação de novos partidos políticos Reforma Eleitoral (proposta governamental)	João Monlevade
Direitos dos Professores	Professores-direitos trabalhistas A questão da democracia nas escolas	João Monlevade
Política Salarial	Análise e discussão do decreto lei n.2045-Política Salarial do Governo	João Monlevade
A Igreja e a classe trabalhadora	Análise e discussão do papel da Igreja em relação à luta e organização dos trabalhadores	João Monlevade e Caeté
A importância da organização dos trabalhadores no Brasil	Análise e discussão da importância da organização dos trabalhadores brasileiros, através do audio-visual (produzido pela Fundação) que se intitula- "União faz a Força - História dos Metalúrgicos de João Monlevade.	Timóteo e Acesita
Cargos e Salários	Análise e discussão do Plano de cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais	Timóteo

DEBATES - MOVIMENTOS POPULARES

Atividades	Conteúdo	Cidades/Municípios Atingidos
O trabalho da mulher	Análise e discussão da natureza e importância do trabalho das mulheres (através do conjunto de slides produzidos pelo CET)	João Monlevade - Ipatinga e Cacté
A Casa do Trabalhador e os movimentos trabalhistas	Análise e discussão do papel e atuação da Casa do Trabalhador junto aos movimentos sindical e popular	Ipatinga
Fé e Política	Discussão e análise da importância da participação política dos setores populares através do debate (usando o slide de Fé e Política)	Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo
Associação de Bairros - possibilidades e limites	A organização dos moradores de bairro; A questão da democracia interna; Lutas e Reivindicações/formas de encaminhamento. - Embates e enfrentamento com as prefeituras locais; Relação sindicais X associações de bairro	Ipatinga
Radiografia da História do Brasil	Recuperação da História do Brasil, tendo em vista uma reflexão crítica da própria história	Ipatinga e Coronel Fabriciano

OUTRAS ATIVIDADES

Assessoria	Principais atividades	
Sindicatos e Associações profissionais	a) Organização e desenvolvimento de congressos; b) Produção, aplicação e acompanhamento de projetos; c) Produção de estudos e pesquisas; d) Planejamento e acompanhamento de reuniões/setoriais durante as campanhas salariais e) Elaboração de planos de trabalho e de atividades educativas em vários tipos de entidades. f) Promoção de reuniões com dirigentes e/ou militantes e simpatizantes sindicais (mulheres dos dirigentes)	João Monlevade e Ipatinga e Coronel Fabriciano
Produção de Material Didático	<u>Conjunto de slides</u> - “A União faz a Força” (sobre a história dos trabalhadores metalúrgicos de João Monlevade)	

A Fundação Casa do Trabalhador, pelo que nos foi possível depreender da documentação consultada, pareceu-nos um espaço político-cultural que propiciou não só uma convivência pluralista, tanto do ponto de vista sindical, como de intercâmbio e articulação entre entidades sindicais e organizações populares nos bairros visando contribuir para uma maior organização e consciência política dos setores subalternos, superando as orientações que dicotomicamente estabeleciam distinções hierárquicas entre as entidades sindicais e as associações populares. Além disso, enquanto agência de educação popular e sindical, parece ter-se constituído numa instância divulgadora das premissas do “novo sindicalismo” e na preparação de novos “intelectuais orgânicos”.

C - FASE - FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

Breve Histórico

Dentre as entidades que atuam no campo da educação popular, no Brasil, a FASE é uma das mais antigas. Criada em 1961, por iniciativa de um grupo privado, formava uma só organização com a Cáritas. De atividade assistencial, atuando em programas de alimentação, a instituição modifica sua linha de trabalho e, a partir de 1967 passa a abraçar a filosofia de promoção do desenvolvimento comunitário, com forte conotação desenvolvimentista, de orientação anglo-saxônica. ⁽²³⁾

Outro momento de reformulação, de sua concepção de trabalho e de sua prática educativa, dar-se-á a partir da 2ª metade dos anos 70, particularmente, no início dos anos 80, muito em função de desafios concretos: **externos**-colocados pela conjuntura político-econômica e, pelas novas demandas feitas pelas populações com quem trabalhavam; **internos**-advindos dos próprios técnicos que ingressaram na FASE, neste período histórico.

Como observa Carvalho:

“com a repressão e o fechamento político, a FASE foi um dos espaços democráticos da sociedade civil, onde muitas pessoas, com visões diferentes (marxistas, cristãos), tiveram oportunidade de desenvolver uma militância política no sentido do fortalecimento das organizações populares. De uma prática assistencialista passou-se para uma concepção mais crítica de educação, o que tem muito a ver com toda a crítica que se faz às teorias desenvolvimentistas, a teoria da dependência e a incorporação, no seu referencial analítico, dos novos paradigmas colocados nas análises sociológicas dos mo-

vimentos sociais e, particularmente, no movimento operário e sindical na América Latina. Se, em 1965-72, era dada uma grande ênfase na questão da ‘participação comunitária’, na necessidade dos ‘marginalizados’ assumirem ‘seu próprio desenvolvimento’, no final dos anos 70 a linguagem dos documentos internos vai adquirir outro enfoque. Fala-se em participação, em comunidade, mas numa perspectiva de classe. Não se trata de ‘promoção social’ no sentido genérico e idealista, mas na promoção de classe a partir de seus valores e segundo os seus projetos de participação e realização social. Seus programas voltam-se, então, para a formação das classes populares através da educação sindical, do acompanhamento técnico, político e pedagógico dos movimentos populares de uma maneira geral’ (24).

Hoje, o trabalho de educação e assessoria realizado junto a grupos e movimentos das classes subalternas está voltado para o “desenvolvimento da consciência e organização dos membros dos movimentos populares, tendo objetivos a médio e longo prazo de mudanças estruturais”, como propiciar aos participantes dos movimentos:

- . “uma compreensão dos mecanismos básicos do processo de dominação social a que estão submetidos, para poderem dar seqüência às ações que revertem esta situação;

- . a capacitação para realizar análises conjunturais e estruturais;

- . conhecer e dominar os instrumentos legais através dos quais possam desenvolver e potencializar suas lutas.” (25)

Organização e estrutura interna

O corpo técnico da FASE é constituído por equipes formadas por profissionais pluridisciplinares - agrônomos, sociólogos, advogados, educadores, técnicos especialistas em organização comunitária, saúde, assuntos sindicais etc. A diversidade de experiências e tipos de formação profissional não impede contudo que todos assumam como técnicos da FASE, preponderantemente o papel de “educadores populares”.

Organizacionalmente, os técnicos agrupam-se em equipes, com sedes e infra-estrutura regionais - Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Cada região pode possuir mais de uma equipe a nível estadual. Em nível nacional há o CEx - Coordenação Executiva Nacional que possui as seguintes responsabilidades:

- . acompanhar e questionar as experiências sistematizadas pelas equipes regionais e/ou estaduais;
- . fornecer subsídio para o aprofundamento e reflexão teórica dos técnicos; e do projeto institucional da entidade;
- . seleção e preparação de novos técnicos.

As diferentes equipes que compõem cada regional possuem um alto grau de autonomia para desenvolver seu trabalho, desde que se movam dentro dos marcos do “projeto político-educacional proposto pela FASE.

Em 1991, a FASE contava com 8 (oito) equipes na Regional Norte, 5 (cinco) na Regional Nordeste, 5 (cinco) na Regional Sul/Sudeste, totalizando portanto em 19 equipes (incluindo-se a coordenação nacional). A FASE conta também com um setor de publicações e um Setor de Estudos e Debates.

A FASE, como já ressaltamos além de ser uma entidade de abrangência nacional, possui uma longa trajetória histórica, sobrevivendo e redefinindo-se nos diferentes momentos conjunturais da história brasileira, dos últimos 32 anos. Sendo assim, constitui de per si, um campo de investigação e pesquisa bastante atraente e complexo. Na impossibilidade de contar com um estudo de maior fôlego e profundidade, que tome a FASE, como objeto de investigação, neste trabalho limitar-nos-emos a descrever seu projeto educativo e as grandes linhas de trabalho adotadas durante o final dos anos 70 e década de 80.

Áreas de atuação - principais atividades

A FASE tem uma longa experiência acumulada de educação popular - tanto na área rural como urbana. Em seu trabalho de assessoria e intervenção educacional tem acumulado uma tradição de práticas educativas em três frentes: Urbana, Rural, de Bairros.

Vejamos, sucintamente em que consiste a atuação das equipes da FASE em cada uma destas frentes.

a) Frente Sindical Urbana

A atuação das equipes da FASE no espaço do movimento operário-sindical urbano, espelha uma opção clara, centrada no binômio organização de base/democracia sindical. Esse norte, fez com que durante os primeiros anos da década de 80 até a criação da CUT fossem privilegiados como instâncias de trabalho e os grupos de oposição sindical e direções sindicais e/ou comissões de fábrica tidas como

“combativas” e que faziam parte das correntes que viriam integrar a CUT. As equipes da FASE também prestaram apoio técnico às articulações inter-sindicais - ENTOES - ENCLATS - Comissões Pró-CUT - que fizeram parte do processo de gestação da CUT. Em vista disso, após a sua criação houve um investimento muito grande por parte das equipes da FASE, (principalmente Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Porto Alegre) em assessorar as direções de sindicatos cutistas e atuar na formação dos quadros que iriam compor as estruturas orgânicas (níveis municipal, estadual e regional) da Central. De 1985/1990 priorizaram-se intervenções eixadas em três grandes linhas:

1. Consolidação da organização da central sindical (em nível estadual)
2. Capacitação de direções sindicais de categorias específicas, assessorando na estrutura de departamentos, secretarias etc., que dessem o encaminhamento da ação sindical (formação, organização, imprensa, campanhas, negociações etc...)
3. Organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.⁽²⁶⁾

Enquanto forma de intervenção, o trabalho dos técnicos da FASE, pode ser caracterizado como sendo de dois tipos: um de caráter mais direto e permanente, que envolve o assessoramento e o acompanhamento de grupos e/ou entidades específicos por um longo período de tempo e, outro de atividades esporádicas, que resultam do atendimento de demandas específicas para uma gama muito maior de grupos, não havendo com esses nenhum compromisso de envolvimento no seu cotidiano.

Quanto aos curços e seminários ministrados, durante a década de 80, pode-se perceber que as temáticas ora variam, de acordo com as necessidades de cada conjuntura econômica-política, ora mantém uma estreita relação com as linhas prioritárias de intervenção, assinaladas anteriormente.

Conteúdo Programático das Atividades Formativas da FASE

	PERÍODO	
TEMAS	1980 -1984	1985 -1990
B Á S I C O S G E R A I S	Caracterização da Sociedade Capitalista História do Sindicalismo O que é Sindicato - Como funciona Estrutura Sindical brasileira Trabalho e salário Legislação Trabalhista Reforma Agrária	Sindicalismo Centrais Sindicais Administração e gestão sindical Técnicas e estratégias de negociação coletiva História da luta de classes Comissões de Fábricas Formas e Estratégias de organização de nível Sindical em locais de trabalho
ESPECÍFICOS E OU CONJUNTURAIS	Conjuntura Nacional Econômica e Política Crise Econômica - inflação desemprego Grandes Projetos Econômicos Campanha Salarial Política Salarial do governo Eleições Sindicais Estruturação da CUT	Constituinte Pacto Social Dívida Externa Brasileira Comunicação/Expressão

Fonte: Relatórios internos de atividades da FASE - São Paulo, Rio Grande do Sul e Belém - 1981/1990

Durante o período de 1989/1990, os relatórios de atividades indicam que um número significativo de atividades educativas foram realizadas em parceria com /ou para a CUT.

b) Frente Rural

A simples listagem de atividades, temas, clientela atendida, não revelaria a natureza do trabalho que a FASE realiza no meio rural. Adotamos a designação de programas para descrever as diferentes modalidades de intervenção dos técnicos junto aos diversos setores dos movimentos sociais no campo, pois eles nos dão uma dimensão mais processual e efetiva da atuação da FASE.

8.1 Programas com pequenos proprietários rurais

Envolve o trabalho de pesquisa e o acompanhamento das lutas dos pequenos agricultores de várias regiões do país - R.G. do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul. No que diz respeito à pesquisa, há um esforço das equipes em sistematizarem as diferentes experiências de organização e luta dos grupos com quem atuam e, um acompanhamento como assessores e como formadores, no sentido de organizar cursos, encontros e seminários que versem sobre temas (os mais diversos), a fim de subsidiar dirigentes, militantes e os agentes envolvidos nos movimentos. Temas trabalhados com pequenos proprietários: **Política Agrícola no Brasil - características atuais; dimensão histórica; Reforma Agrária; Custeio, Investimento e Comercialização da Produção; Níveis e Formas de Organização Sindical no Campo; Crédito e Seguro Agrícola etc.**

Ainda no âmbito dos pequenos produtores, posseiros e trabalhadores do "movimento dos sem terra", algumas equipes da FASE também atuam no Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) isto é, na identificação, registro, sistematização, avaliação e difusão de experiências que envolvem o uso de tecnologias alternativas:

- a) na administração e comercialização coletiva - envolvendo, não só as práticas como também o material de apoio produzido;
- b) no desenvolvimento de processos agrícolas de irrigação, defensivos naturais; luta contra a erosão etc.;
- c) na construção de máquinas agrícolas;
- d) na produção de energia etc.

B.2 PROJETOS QUE ENVOLVEM AS POPULAÇÕES ATINGIDAS COM A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

As equipes da FASE elaboram pesquisas ou fazem seminários, encontros, com o intento de sistematizar as experiências de luta e resistência e organização das populações atingidas pela construção de barragens.

B.3 PROJETOS DE ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO DAS LUTAS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS

Este programa envolve uma gama diferenciada de atividades tanto de formação como de assessoria, dependendo das características específicas de cada grupo social e das conjunturas do movimento sindical rural e da sociedade brasileira como um todo. Quer seja atuando com grupo de mulheres - visando a sindicalização; com grupos de oposição sindical; ou atuando na assessoria político-organizativa de entidades sindicais; associações ou outras formas organizativas criadas durante o processo de auto constituição dos grupos e/ou movimentos, percebe-se sempre na atuação da FASE duas preocupações centrais:

- a) o acompanhamento e a assessoria permanente de um grupo e movimento de trabalhadores rurais, não restringindo-se à participação eventual e/ou pontual em certas atividades formativas;
- b) a preocupação com a sistematização do conhecimento produzido durante o envolvimento com os diferentes grupos e/ou movimentos e a teorização, isto é, de uma elaboração teórica a partir das práticas sociais vivenciadas. Aliás a Revista Proposta é a materialização dessa premissa e a evidência de que seu projeto de educação das classes subalternas se fundamenta também na perspectiva da "metodologia da praxis".⁽²⁷⁾

c) Frente de Bairros

Esta frente também constitui uma das áreas tradicionais de atuação da FASE. Consiste num trabalho de acompanhamento, assessoria e formação para grupos, associações e movimentos articulados pelos trabalhadores a partir de seu local de moradia. Os técnicos atuam junto a grupos, associações, movimentos de moradores de bairros periféricos que lutam por moradia, educação transporte etc. Nesta área há um trabalho de parceria muito estreito com as CEBs e grupos da Igreja Católica.

Concepção de formação e de metodologia

Pelo que podemos perceber dos programas e atividades apresentadas, ainda que de forma sucinta, constatamos que a característica central do projeto de educação da FASE, constitui num **acompanhamento direto e permanente dos grupos priorizados**, o que implica numa aproximação e num conhecimento dos grupos e da realidade em que os grupos estão inseridos; numa atuação no planejamento e desenvolvimento de atividades de formação e de outras práticas político-organizativas, condizentes para o avanço das lutas e da organização das classes subalternas.⁽²⁸⁾ Em quase todos os documentos que retratam o trabalho da FASE, o binômio Formação/Organização está sempre presente, o que significa dizer que a formação deve ser pensada de forma articulada com o trabalho político-organizativo.

‘ ‘Em síntese, pode-se dizer que o processo de formação não visa apenas a descoberta teórica ou mesmo abstrata da dominação que divide para melhor ‘reinar’. Pelo contrário, essa descoberta é o resultado de uma combinação da reflexão teórica com o encaminhamento das lutas correspondentes ao estágio de organização dos subalternos. Estamos falando, portanto, de um tipo de formação que potencializa para a ação e tem nela a sua referência, que contribui para a operacionalização das lutas a serem travadas, com previsão de metas, passos, planejamento e avaliação permanente. ’ ’⁽²⁹⁾

Esta concepção de **formação** parece ser a “marca registrada” da FASE, na década de 80. Quanto aos fundamentos metodológicos, como dissemos anteriormente, fundamentam-se na perspectiva de uma orientação “dialética” ou da “metodologia da praxis”. Alguns textos da coordenação nacional, explicitam tal postura, com muita clareza. A tentativa de manter a orientação teórico-metodológica dentro dos parâmetros do marxismo é claramente assumida em todos os textos que se referem à metodologia da formação. Restaria saber até que ponto esta orientação foi assumida em todas as equipes da FASE e, como tais matrizes teórico-metodológicas foram utilizadas para nortear as práticas concretas de formação.

Embora não tendo condições de dar respostas à essas questões, no espaço deste trabalho, há que se ressaltar o empenho e a competência (senão da FASE como um todo mas sim de algumas de suas equipes) na construção e elaboração do conhecimento teórico a partir da sistematização de conhecimentos e experiências oriundas dos movimentos sociais. Este outro eixo - "o empenho com a produção teórica" constitui, também, uma outra das marcas distintivas da FASE, no período em questão.

Resta ainda salientar uma outra característica básica da FASE - a produção de um grande acervo de materiais instrucionais que serviram (e ainda servem) de apoio às atividades de formação, tanto de seus técnicos, como de outras entidades: conjunto de *slides*; cartilhas; publicações (livros e revistas); materiais audio-visuais e vídeos.

D. - A IMPORTÂNCIA DA CONTAG NA EDUCAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS

Os trabalhadores rurais possuem uma trajetória educacional muito rica e pouco conhecida. A promulgação das atividades de formação no movimento sindical rural, não pode ser única e exclusivamente atribuída à CONTAG, mas a toda uma rede de iniciativas e entidades dos mais diferentes tipos que atuaram (e atuam) nesse movimento. Contudo, convém ressaltar que dentre as confederações existentes, a CONTAG desde a sua criação, fez às vezes de central dos trabalhadores rurais, tentando sempre conjugar ações organizativas com iniciativas de formação.

Reafirmando, o que já indicamos em estudos anteriores, constatamos que, no período que vai de 1959 a 1968, as iniciativas educacionais para trabalhadores rurais, estiveram muito dependentes, ora das iniciativas de setores da Igreja, ora vinculadas às grandes campanhas de alfabetização de adultos: **MEB, PNA**⁽³⁰⁾ (no início da década de 60), passando pelos programas gestados no período dos governos militares - Mobral, Projeto Minerva, Rondon etc.... Tais programas embora mais centrados na questão da alfabetização, também propiciaram a discussão de temas ligados à realidade do trabalhador rural: Direitos do trabalhador (definidos no Estatuto do Trabalhador); Legislação Previdenciária; Reforma Agrária etc....

Em 1964, quando do golpe militar, a CONTAG, também sofreu intervenção e sua direção foi assumida por uma Junta Governativa, sendo seus dirigentes provenientes do Movimento Circulista. Contudo em 1968, a diretoria de interventores é substituída por uma chapa de oposição, congregando dirigentes de várias regiões do país. Com a posse dessa nova diretoria inaugura-se uma nova fase na política de ação da entidade que também irá se refletir na educação.

“O grupo que assumiu a direção da CONTAG constituiu-se numa verdadeira vanguarda, no sentido de ser capaz de avançar bandeiras de luta mais condizentes com os reais interesses dos trabalhadores rurais(...).

A diretriz básica da ação da CONTAG nesse período consistia na divulgação dos direitos da forma mais ampla possível, a fim de torná-los conhecidos pelos trabalhadores e dirigentes sindicais, fazendo parte de um esforço no sentido de organizar a ação sindical em sua base. O ponto de partida era de que os direitos existiam, 'mas não eram respeitados' (...) Alutar por direitos se definia na busca do cumprimento do Estatuto da Terra, do Estatuto do Trabalhador Rural, da obtenção da Previdência Social para os trabalhadores rurais e os direitos garantidos na própria Carta Magna. ' ' (31)

Trata-se, portanto, de uma fase em que a CONTAG procura se estruturar como uma entidade legítima de representação dos trabalhadores rurais, procurando exercer um papel formativo - de difundir, propagar e defender os interesses da classe camponesa e de mediação institucional entre os diferentes setores da classe e o Estado. (32)

A diretoria que toma posse em 1968, para definir sua linha de atuação, realiza em Petrópolis, um "Seminário de Integração dos Programas CONTAG, Delegacias da CONTAG e Federações". Deste seminário, em que participaram dirigentes e assessores, levantaram-se os princípios educativos e os conteúdos que iriam nortear a educação sindical daquele momento em diante (33).

O passo seguinte consistiu na organização de uma Equipe de Educação da Confederação, que após um período de reuniões e planejamento deslocava-se de um Estado a outro, chegando a realizar 11 Encontros sobre Reforma Agrária e Capacitação sócio-sindical. Tais encontros foram realizados nos Estados de: Pernambuco, Sergipe, Ceará, Paraíba e Bahia, abordando os seguintes conteúdos:

1. Conhecimento da realidade e da história do Brasil;
2. Valorização do camponês nesse processo histórico;
3. Estrutura Agrária no Brasil e respectivo Estado;
4. Formas de posse e uso da terra;
5. Reforma Agrária (conceituação)
6. Plano de Trabalho - Formas de Ação (34)

No início da década de 70, período que antecedeu a realização do II Congresso de Trabalhadores Rurais, a preocupação central ^{da} CONTAG esteve voltada para a criação e o aperfeiçoamento de Equipes Educacionais, para atuarem no sindicalismo a nível nacional, estadual e municipal, numa dinâmica de integração de suas entidades - CONTAG, Federações, Sindicatos. (35)

O Quadro I traz uma súmula das principais atividades desenvolvidas nesse período.

Quadro I - Atividades Formativas desenvolvidas pela CONTAG

Período 1971/1973

Período	Objetivos	Atividades	Conteúdos	Metodologia
1971/ 1973	- Formar e capacitar as Equipes Educacionais Multiplicadoras (junto às Federações e Sindicatos) através: a) do aprofundamento teórico; b) treinamento para o trabalho em equipe; c) intercâmbio e análise crítica das experiências educacionais de base. - Incentivar Federações e Sindicatos a estruturarem suas equipes de formação	12 Encontros dos quais participaram: trabalhadores (associados ou não), delegados e dirigentes sindicais. Do ponto de vista organizativo, foram feitos nas quatro regiões; Norte, Nordeste, Centro e Sul (cada região abarcava de 4 a 6 Estados) Responsáveis - Equipes locais, assessoradas e acompanhadas pela Equipe Nacional de Formadores da CONTAG.	-Educação e Desenvolvimento Comunitário -Formação e Organização Sindical -Sindicalismo: .História .Administração e Desenvolvimento Sindical -Cooperativismo .Cooperativismo e Desenvolvimento -Dinâmica de Grupo .Comunicação .Trabalho em Grupo .Noções de Planejamento -Estrutura Agrária e Legislação Agrícola -Reforma Agrária, Desenvolvimento e Colonização -Crédito Rural, Política de Preços Mínimos e Crédito Fundiário	- Método Participativo ou de Integração Social .Participativo - porque se desenvolvia através do diálogo e do engajamento ativo e participante dos educandos (trabalhadores, dirigentes) e membros de equipes educacionais em tarefas durante os encontros e posteriormente em ações sindicais deles decorrente .Integração Social - porque se estimulava a participação ativa dos educandos na realidade sócio-econômica de sua Comunidade, Município, Estado e País, visando sua transformação através de ações sindicais

Fonte : Doc. da CONTAG - Educação no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - Brasília - D.F. 1988

O II Congresso Nacional de trabalhadores rurais, realizado em 1973, sob forte esquema de repressão, reafirma a importância estratégico-organizacional da formação sindical.

“aparece como meta prioritária do trabalho da CONTAG e das federações e se propunha a uma maior integração dos dirigentes através da unidade de linha de ação a nível de sindicatos, federações e CONTAG; orientação aos dirigentes sindicais no sentido de trabalharem em termos de reivindicação e defesa em função dos objetivos do MSTR, evitando que se limitem aos serviços burocráticos e assistencialistas; maior incentivo ao aperfeiçoamento de novos dirigentes, evitando criar uma classe profissional de diretores de sindicatos; a formação dos dirigentes sindicais deverá partir das bases, com a criação de delegados sindicais orientados para a ação engajada na comunidade e acompanhados pelos sindicatos e federações através de treinamentos periódicos de formação sindical. Esses elementos apontam para uma proposta de unificação do movimento sindical em torno de bandeiras, e ações comuns. Ao mesmo tempo que indicam a preocupação com a necessidade da renovação interna dos dirigentes sindicais, numa proposta de maior democratização do aparato”.

As atividades educativas desenvolvidas entre o II e III Congresso, que constam do Quadro D-II, apontam, com mais clareza, uma preocupação direcionada para a formação sócio-política dos quadros dirigentes, em substituição à tônica da formação “técnico-pedagógica” do período anterior.⁽³⁶⁾

Quadro II - Atividades Desenvolvidas pela CONTAG

Período 1974/1979

Período	Objetivos	Atividades	Conteúdo	Metodologia
1974/ 1979	Objetivos Gerais . formação de dirigentes . formação e capacitação de equipes multiplicadoras	Encontros regionais e interestaduais (de 1975 a 1976) (18) Encontros de Capacitação Sócio-Sindical atingindo mais de 700 dirigentes sindicais de todo o País (de 1977 a 1979) III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais	A partir de 1975, houve mudança na temática e no enfoque, dando-se ênfase, a temas de abrangência nacional Ex: Análise Crítica do Modelo Brasileiro de desenvolvimento e seus reflexos econômicos, sociais e culturais para a classe trabalhadora rural. Abandona-se a visão anterior de Desenvolvimento Comunitário e Cooperativismo; deixou-se de lado noções de planejamento para desenvolver oficinas de planejamento da ação sindical . TEMAS ESPECÍFICOS DOS ENCONTROS 1 - Salário e Política Salarial . Contrato individual de trabalho . Direitos trabalhistas (repouso semanal, hora-extra, 13º salário) etc... . Salário/Piso salarial . Salário família e Salário desemprego . Participação nos lucros 2 - Legislação Agrária . Propriedade da terra (função social, módulo rural, terra prod./improd.) . Desapropriação . Estatuto da Terra (Reforma Agrária, Terra Públicas e Privadas, Arrendamento, Parceria, Concessão de uso) . Legislação sobre posse e defesa da posse 3 - Legislação Previdenciária -Seguridade Social -Previdência - benefícios, contribuição formas de custeio -Saúde - tipos de assistência, convênios/fiscalização -Assistência social - Amparo de garantias existentes	Manten-se o método integral, com modificações; . mais ênfase aos conteúdos e menos às dinâmicas; os coordenadores assumem de forma mais explícita a direção do processo ensino - aprendizagem , não apenas elaborando material didático prévio, mas introduzindo conteúdos novos, como introdução de debates.

Fonte: Doc. da CONTAG - Educação no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - Brasília - DF - 1988.

Outro momento em que o trabalho de formação sofrerá um ponto de inflexão será em 1979, após a realização do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado, como sabemos, numa conjuntura política de grandes mobilizações por parte de amplos setores de trabalhadores urbanos e, a articulação das forças que irão compor o chamado "novo sindicalismo". Essa nova conjuntura repercutiu profundamente na CONTAG e no seu III Congresso, levando a resoluções que alinhavam a luta dos trabalhadores rurais com as que eram desenvolvidas pelos trabalhadores urbanos.

‘‘As resoluções emanadas do III Congresso reafirmam a importância da ação sindical para a obtenção de melhorias para os trabalhadores e, mais do que isso, para sua transformação em sujeito político que não pedia benesses, mas exigia seus direitos, organizando-se coletivamente para pressionar a classe patronal e o governo (...). (37)

Nesse processo é deslocado o interlocutor das lutas; se antes o Estado aparecia como um mediador possível e legítimo dos conflitos, o próprio desenvolvimento da ação sindical impôs à CONTAG uma crítica profunda a esse poder, denunciando-o de forma mais incisiva e alinhando-se com outras forças sociais na busca da democratização da sociedade. Também alinhado a esse aspecto, nota-se uma mudança na pedagogia da CONTAG: do didatismo pautado pelo esclarecimento dos direitos que a lei garante, ela caminha para uma pedagogia da divulgação das situações exemplares, chamando à mobilização’’. (38)

Nesse sentido, o III Congresso também inaugura uma mudança na proposta de formação sindical. As resoluções do III Congresso definem a educação sindical como um processo que:

- ‘‘capacita o trabalhador a interpretar e transformar a realidade, desenvolvendo o trabalhador como um todo;

- ajuda os trabalhadores entre si a se organizarem a melhor maneira de conduzirem sua própria luta;

- tenha por objetivo contribuir para que os trabalhadores assumam o caminho de sua própria libertação;’’

e possibilita aos trabalhadores:

- ter o sindicato como órgão de representação, pressão e reivindicação;
- assumir a vida do Sindicato e assim concretizar que o Sindicato não é dos dirigentes, mas de todos os trabalhadores; (39)

A partir das resoluções do III Congresso há uma mudança no projeto formativo e o estabelecimento de novas prioridades, quais sejam: ampliar a formação, dirigindo-a também para os trabalhadores de base (associados ou não) e privilegiar simultaneamente eixos temáticos que garantam uma formação sócio-política mais ampla e que ao mesmo tempo leve em conta as demandas e especificidades dos diferentes setores da classe, as necessidades operacionais da ação sindical no cotidiano. O Quadro D-III traz uma síntese das principais atividades desenvolvidas pela CONTAG no período 1979/1985.

**QUADRO III - ATIVIDADES FORMATIVAS PROMOVIDAS PELA CONTAG
1979/1985**

OBJETIVOS	ATIVIDADES	CONTEUDO	METODOLOGIA
	I - ENCONTROS E SEMINÁRIOS	TEMAS GERAIS	
VOLTADA PARA TRABALHADORES DE BASE E DIRIGENTES	VOLTADOS PARA A REFLEXÃO DE TEMAS GERAIS DO CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO	VIOÊNCIA NO CAMPO DIREITOS DO CIDADÃO LEGISLAÇÃO SINDICAL LEGISLAÇÃO TRABALHISTA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ELEIÇÕES CONSTITUIÇÃO	REFORMULA-SE A PROPOSTA DE METODOLOGIA DE MODO QUE ESTÁ SE REVERTA NUMA ESTRATÉGIA DE PRÁTICA/TEORIA/PRÁTICA
INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO TROCA DE EXPERIÊNCIAS E APROFUNDAMENTO TEÓRICO	II - ENCONTROS DESTINADOS A SETORES ESPECÍFICOS DA CLASSE: ASSALARIADOS RURAIS, PEQUENOS PROPRIETÁRIOS SEM TERRA, GRUPOS ESPECÍFICOS ATINGIDOS PELOS GRANDES PROJETOS GOVERNAMENTAIS	TEMAS ESPECÍFICOS CONTRATO INDIVIDUAL OU COLETIVO DE TRABALHO NEGOCIAÇÃO COLETIVA PRÓ-AGRO PRÓ-ÁLCOOL SECA BARRAGENS, PROJETO NORDESTE	

Durante o período que vai de 1985 a 1989 a CONTAG, desenvolve um programa educativo extenso, contando com a colaboração e Assessoria do DIEESE, principalmente nos temas em que seus técnicos têm um maior acúmulo de conhecimentos e experiências: Negociação Coletiva; Acordos Salariais e Campanha Salarial; Salário e Política Social.

Em 1988, foram realizados vários Encontros Estaduais em Seminário Nacional de Educação Sindical CONTAG/FETAGs/STRs com o intento de:

- a) avaliar os trabalhos realizados até aquela data;
- b) trocar experiências, discutir e analisar a Proposta de Formação Sindical Integrada para o biênio 1989/1990; cujas principais características encontram-se no Quadro IV.

QUADRO IV - PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO SINDICAL INTEGRADO - CONTAG/
FETAGS/STRS
PERÍODO - 1989/1990 (SÍNTESE)

OBJETIVOS	GRUPO ALVO	ATIVIDADES	CURRÍCULO/ CONTEUDO	ESTRUTURA/ RESPONSÁVEL
CAPTAR E APERFEIÇOAR METODOLÓGICA E TÉCNICAMENTE O QUADRO DE EDUCADORES (TÉCNICOS E LIDERANÇAS) RESPONSÁVEIS PELA FORMAÇÃO DE NOVOS EDUCADORES E QUADROS SINDICAIS NOS ESTADOS	FORMADORES , RESPONSÁVEIS A NÍVEL ESTADUAIS PELOS PROGRAMAS DE <u>FORMAÇÃO SINDICAL DAS FETAGS</u> (ASSESSORES E DIRIGENTES)	CURSO COM DURAÇÃO DE 10 DIAS	FORMAÇÃO PEDAGÓGICA: -PROPOSTA DE F.S. DO MSTR P R O P O S T A METODOLÓGICA -PAPEL DO EDUCADOR - MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO E -PLANEJAMENTO DE CURSOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SINDICAL -RECURSOS PEDAGÓGICOS E AVALIAÇÃO -FORMAÇÃO GERAL TEMAS: SINDICALISMO E OUTROS RELATIVOS A REALIDADE SÓCIOECONÔMICA E POLÍTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CONTAG / BRASILIA
CAPACITAR E APERFEIÇOAR TÉCNICA E METODOLÓGICA-MENTE OS FORMADORES QUE ATUAM NAS INSTÂNCIAS E POLOS REGIONAIS (TÉCNICOS E DIRIGENTES)	FORMADORES RESPONSÁVEIS PELOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO SINDICAL DAS FETAGS E POLOS REGIONAIS (SUL, CENTRO-NORTE E NORDESTE)	CURSO COM DURAÇÃO DE 12 DIAS	OMESMO CONTEÚDO, ACRESCENTANDO-SE TEMAS ESPECÍFICOS REGIONAIS	CONTAG (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO) E EQUIPE DE FORMAÇÃO A NÍVEL DOS ESTADOS
ACOMPANHAMENTO , AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS, RECICLAGEM E TROCA DE EXPERIÊNCIAS.	FORMADORES, QUE ATUAM NAS DIFERENTES ESTRUTURAS FORMATIVAS EM NÍVEL NACIONAL, REGIONAL E ESTADUAL	ENCONTRO COM DURAÇÃO DE 3 A 5 DIAS	AVALIAÇÃO DO TRABALHO INTEGRADO DE FORMAÇÃO, REALIZADO DURANTE O ANO; RECICLAGEM EM TEMAS DIFERENTES A FORMAÇÃO TANTO PEDAGÓGICA QUANTO GERAL. PLANEJAMENTO DE NOVAS ATIVIDADES	EQUIPES EDUCACIONAIS DA CONTAG E FETAGS

Para a montagem deste quadro - síntese consultamos os documentos internos da CONTAG, referentes ao Programa de Formação e Capacitação Integrada

Quanto à influência no movimento, das propostas e práticas de formação sindical das quatro entidades retro-mencionadas, é possível afirmar (com base também ^{na} vivência que possuímos, que vai muito além do suporte empírico aqui apresentado) que atingiram de forma diferenciada os diferentes setores, durante a década de oitenta.

O DIEESE e a CONTAG contribuíram para a formação de novos quadros dirigentes e intermediários das instâncias mais institucionais do movimento, sendo a primeira, no âmbito do sindicalismo urbano e, a segunda, no sindicalismo rural, notadamente nas regiões Centro, Norte e Nordeste. Foram, portanto, duas entidades responsáveis em grande parte (embora não exclusivamente) pela renovação “da liderança emergente” na primeira metade da década de 80, nascida a partir dos embates e lutas do período e/ou do crescimento numérico de entidades sindicais oficiais.

A Casa do Trabalhador, por sua vez, teve um poder de influência mais regionalizada (Grande Belo Horizonte e municípios que se estendiam até Ipatinga, em Minas Gerais) atingindo, simultaneamente, uma clientela que atuava tanto no âmbito institucional como nos movimentos populares. Nesse sentido, acreditamos que tal entidade, tenha extrapolado o campo estritamente sindical, preparando quadros que atuariam nos diferentes movimentos sociais e políticos da região.

A FASE teve maior influência na formação de lideranças oriundas dos “grupos de oposição sindical”, tanto no setor urbano como rural, circunscritos, ora geograficamente, nos Estados de: Pará, Maranhão e Amazonas (na Região Norte), Ceará, Pernambuco, Bahia e Alagoas (na Região Nordeste), São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (na Região Sudeste) e Rio Grande do Sul; ora por categorias profissionais: assalariados rurais e pequenos agricultores, metalúrgicos, químicos, construção civil, gráficos, bancários, comerciários, motoristas (entre outros).

No que concerne às concepções de educação e de metodologia, embora singulares, não há grandes divergências no ideário proposto pelas quatro entidades, tomando-se como parâmetro, a década de 80. Resguardando-se as diferenças, estas entidades são porta-vozes do ideário que têm como **matrizes discursivas três grandes eixos nucleares**, que discutiremos no próximo capítulo: as teorias marxistas; as experiências de educação popular dos anos 60/70 e a pedagogia Paulo Freiriana.

Obviamente, nem todos esses eixos nucleares vão ser explicitados, apropriados e mesmo desenvolvidos de forma homogênea, nas quatro entidades já mencionadas, que denominamos de núcleos ou agências irradiadoras. Um estudo executado com tais propósitos revelaria diferenças e

nuances não desprezíveis. Contudo, no âmbito desse trabalho, o que interessa apontar é que - umas mais, outras menos - todas foram responsáveis para que tais matrizes discursivas fossem incorporadas às formulações pedagógicas explicitadas no projeto de formação da CUT. Na Força Sindical preservar-se-ão como idéias-força: aquelas oriundas da experiência Dieesiana. Já, na C.G.T., a matriz discursiva será oriunda das propostas e experiências da O.I.T. e I.C.T., como veremos mais adiante.

NOTAS - CAPÍTULO VI

(1) Manfredi, Sílvia Maria. A Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica. São Paulo, Edições Loyola, 1983.

(2) Abramo, Laís - "O papel do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema na eclosão do Movimento Grevista de 1978" - in Relatório de Atividades - FAPESP, 1982.

(3) Cadernos do Trabalhador n.4, URPLAN/PUC-SP, p.29.

(4) Pontual, Pedro - Os Centros de Educação Popular na Conjuntura Brasileira, CEPIS, Caderno n.9, Agosto de 1986, p.6.

(5) TELLES, Vera da Silva - Lutas urbanas e o novo caráter do conflito de classes (artigo apresentado na 33ª. Reunião Anual da SBPC), Salvador, 1981, pp.5 e 6

(7) Manfredi, Sílvia Maria, op. cit., pp.127-128

(8) Nomes referentes às siglas utilizadas:

CPT - Comissão Pastoral da Terra
CPO - Comissão Pastoral Operária
CIMI - Comissão Indigenista Missionária
CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos
FNT - Frente Nacional do Trabalho
FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
CPV - Centro Pastoral Vergueiro
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
CEAS - Centro de Estudos e Ação Social
NOVA - Pesquisa e Assessoria em Educação
CEDAC - Centro de Educação Comunitária
CEFES - Centro de Formação e Estudos Sindicais
SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular
IDAC - Institut D'Action Culturelle
CEPASE - Centro de Pesquisa e Assessoria Educacional
CECOPE - Centro de Comunicação e Pesquisa Educacional
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
RECONSTRUÇÃO - Educação, Assessoria e Pesquisa
CAPS - Centro de Assessoria Político-Sindical
ILDES - Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social
CES - Centro de Estudos Sindicais
URPLAN/PUCSP - Instituto de Planejamento Regional e Urbano da Pontifícia Universidade Católica - S. Paulo

(11) Ver a esse respeito o texto Metodologia da Ação - Reflexão - DIEESE - ed. mimeografo, 1984.

(13) A maioria dos instituidores da Fundação eram trabalhadores: 16 metalúrgicos; 02 motoristas; 01 trabalhador diarista; 03 sacerdotes; 01 jornalista e 04 advogados, sendo que um deles foi deputado federal, no período 1978/1982. Com o passar dos anos outros trabalhadores foram incorporados à Assembléia Geral como sócios-instituintes - In Oliveira, Regina Coeli de - Análisis de la experiencia del trabajo social en la Fundación Casa del Trabajador. Tese de Mestrado, 1980, Universidade Nacional e Autónoma de Honduras, pag.307

(14) Oliveira - op. cit - pag. 305 a 307

(15) Oliveira - op. cit - pag. 307

(16) Oliveira - op. cit - pag. 308

(17) Oliveira - op. cit - pag. 308

(18) Oliveira - op. cit - pag. 381 e 382

(19) Oliveira - op. cit - pag. 380

(20) Oliveira - op. cit - pag. 384

(21) Oliveira - op. cit - pag. 387

(22) Oliveira - op. cit - pag. 390

(23) Como observa Brandão, "nas experiências latino-americanas, nas décadas de 50 e 60, o desenvolvimento de comunidade aparece com o objetivo explícito de integrar grupos marginais e sobreviventes indígenas na comunidade nacional. Com o tempo o processo é levado às comunidades rurais e aos guetos urbanos como propostas de melhoria do "nível de vida", através de ações conjuntas do tipo: governo + associações civis (onde a Igreja Católica assume papel importante) + povo (comunidade local). In Da Educação Fundamental ao Fundamental da Educação - Revista Proposta, FASE, nº 1, setembro de 1977, pp. 22 e 23.

(24) CARVALHO, Benedito - FASE: Uma experiência em Educação Popular no Brasil (1961-1988). Mimeo, s.d., p.3. A respeito da história da FASE, ver também LEROY, Jean Pierre.

(25) Doc. interno - mimeo- Definição da Natureza da Assessoria.

(26) Doc. interno - FASE - Diagnóstico da Intervenção Educativa - Fevereiro/1987 - pag. 6.

(27) Para a caracterização dos programas da Frente Rural consultamos: *Revista Proposta* nºs 26, 31, 34, 36, 44, 46 e 48. *Documentos Internos* - Texto para debate das Atividades de Formação na Área Rural, set. 1987; *Revista Proposta: números 24, 25 e 29. Doc.internos: Elementos de um Diagnóstico da Intervenção Educativa da FASE - Fev./1987.*

(28) PACHECO, Maria Emilia Lisboa - A Questão da Formação: Algumas Reflexões a partir da Experiência da FASE, Doc. interno, ed. mimeografada, 1987.

(29) GOMEZ, Carlos Minayo - Formação Operária - Alguns Pressupostos, in: *Revista Proposta 30 - Formação Sindical em Debate*, RJ, junho 1986, p. 45.

(30) Manfredi, Sílvia Maria - Op. cit., pp.58-59

(31) Medeiros, Leonilde Servolo e Soriano, Joaquim Calheiros - Reflexões sobre o sindicalismo Rural Brasileiro: CONTAG Doc. mimeografado, pp. 8-9, s.d.

(32) Ver a esse respeito - Novaes, Regina Reyes - Continuidades e Rupturas no Sindicalismo Rural.

(33) e (34) Doc. Educação no Movimento de Trabalhadores Rurais - CONTAG - Brasília (D.F.), 1988, edic. mimeografada, pp. 8-10.

(35) Doc. Educação no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, Op. cit., pag. 13.

(36) Medeiros e Calheiros - Op., cit., p.p. 13-14.

(37) MEDEIROS, Leonilde Servolo e Soriano, Joaquim Calheiros - Reflexões sobre o Sindicalismo Rural Brasileiro: A CONTAG, mimeo, s.d., pag. 24

(38) MEDEIROS e CALHEIROS, op.cit., pag. 29

(39) Resoluções e Propostas - Documentos: III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - Sindicalismo e Educação Sindical, Brasília, 21 a 25 de maio de 1979.

VII. A FORMAÇÃO E AS CENTRAIS SINDICAIS NA DÉCADA DE 80

O PROJETO E AS PRÁTICAS FORMATIVAS DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT

Criada em agosto de 1983, durante os primeiros anos (1983/1984) que constituem a fase de sua implantação e legitimação, a CUT ainda não dispunha de um projeto formativo. Tal projeto foi se delineando durante a 2ª metade dos anos 80. A preocupação com a formação já constava de seu estatuto provisório que previa entre outras, a criação de uma "Secretaria de Formação, Educação e Cultura". Após várias alterações, feitas nos Congressos da Central, estatutariamente, estão previstas as seguintes funções para a **Secretaria Nacional de Formação (SNF)**:

“a) elaborar e desenvolver a política geral de formação da CUT, de acordo com os objetivos expressos no Estatuto;

b) coordenar e sistematizar o conjunto das experiências e atividades de formação comum, de acordo com os princípios do Estatuto;

c) documentar e analisar as experiências de luta e organização dos trabalhadores no país e todos os fatos relacionados à CUT, buscando a construção permanente de sua memória histórica;

d) estabelecer convênios com entidades sindicais, instituições acadêmicas e centros especializados para desenvolver a política de formação no âmbito nacional e internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais;

e) coordenar e orientar as Secretarias de Formação Sindical da CUT nos Estados e as Secretarias dos Departamentos Nacionais.”⁽¹⁾

Em 1985, a SNF realiza um primeiro programa de atividades - 5 (cinco) Seminários Regionais sobre o tema - Estrutura sindical, com o objetivo de contribuir para o aprofundamento das definições do projeto político-organizativo da Central e, em março de 1986, promove um I Encontro Nacional de Secretarias de Formação, do qual participaram 19 Secretarias Estaduais de Formação (SEFs) e 19

Secretarias Regionais de Formação (SRFs). Tal encontro significou uma tentativa de mapear as experiências existentes e de esboçar as prioridades de um plano mínimo de formação.⁽²⁾

Em 1987, após o II Concut, quando a Direção Nacional define a formação como uma dentre as cinco áreas prioritárias de atuação, serão tomadas as primeiras medidas para a concretização de um trabalho de formação mais sistemático e planejado. Elege-se um novo secretário de formação e organiza-se uma equipe técnica, para operacionalizar e dar cara a “um projeto e uma política nacional de formação”.

Há que se ressaltar, como já foi apontado em outros momentos deste trabalho, que a estruturação da SNF foi um passo muito importante em direção à construção e implantação de um “projeto comum e orgânico” a nível da Central. Contudo, a nosso ver, as concepções e práticas que já vinham sendo vivenciadas em alguns sindicatos que constituíram o carro chefe na construção da CUT- (os Sindicatos dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo, Monlevade, Químicos de São Paulo e do ABC, Bancários de São Paulo, entre outros) no DIEESE, nos Centros de Assessoria à Educação Popular, já mencionados (principalmente o CEDI, 13 de Maio, CEPIS, que durante os anos de implantação atuavam no campo cutista em atividades de formação)- forneceram, tanto as matrizes para a construção do ideário do projeto, como também, boa parte dos quadros de formadores.

A - PROJETO FORMATIVO

O projeto formativo cutista está subordinado ao projeto político-sindical da Central. Nesse sentido, a formação é definida como sendo:

. Democrática, pluralista e unitária - deve ser um espaço que estimule a reflexão e o debate das mais diferentes correntes no seu interior. Para isso deve criar as condições necessárias para que as distintas concepções aflorem, se confrontem e busquem dentro da diversidade os elementos de unidade, os pontos comuns para a ação unificada e fortalecedora.

. Unificada e descentralizada - a formação cutista deve ter uma política unificada quanto aos seus objetivos, concepção, prioridades e estratégia de implantação, contudo descentralizada quanto à sua implementação respeitando as especificidades e diferenças regionais;

. Instrumento de reflexão crítica, de libertação, de construção da integralidade do trabalhador como ser humano: a formação tem objetivo de contribuir para que os trabalhadores possam ter uma visão crítica do mundo e das relações sociais. Para construir um mundo melhor é preciso que seja um objeto de libertação, tornando o trabalhador sujeito da história, capaz de pensar a realidade de forma crítica, ter propostas para a sua transformação e saber agir coletivamente, com convicção e consistência em seus propósitos políticos ideológicos. A Formação deve levar

em conta as diferentes necessidades e múltiplas dimensões que caracterizam o trabalhador, enquanto ser humano, visando a potencialização desta integralidade. Deve portanto, incentivar e valorizar a integralidade, a solidariedade e a luta pela igualdade de direitos.

. Permanente, processual, planejada e sistemática - entendida como um processo individual e coletivo, que se dá nos diversos momentos e segmentos da vida cotidiana: no trabalho, em casa, na escola, na igreja, no sindicato, enfim em todos os momentos de nossa vida e não só quando estamos em salas de aula. Contudo também, deve se efetivar de forma planejada e sistemática com o intuito de garantir um maior esforço coletivo de refletir, analisar e redimensionar práticas e propostas sindicais no campo cutista.

. Democrática e indelegável - a política de formação deve ser formulada de forma democrática, permitindo a participação de todas as entidades da estrutura cutista e, tão somente, subordinada ao projeto político-sindical da CUT e, de suas instâncias deliberativas - Congresso, Direção e outros fóruns da Central.⁽³⁾

Com base nestes princípios, buscou-se construir uma concepção de educação sindical que se aproxima da "pedagogia transformadora" buscando uma alternativa à educação dominante, autoritária, elitista, excludente, contribuindo para o desenvolvimento de uma nova prática educacional, gestada e assumida pelos trabalhadores - "ligada às múltiplas dimensões da vida cotidiana"⁽⁴⁾ e tendo como meta um projeto de construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Do ponto de vista metodológico, os formadores e instâncias de formação têm procurado construir uma proposta coerente com a concepção de educação acima exposta, desenvolvendo uma estratégia de operacionalização da chamada "metodologia da práxis".⁽⁵⁾ Como afirmam seus protagonistas, trata-se de enfrentar o desafio de: "partindo do conhecimento já acumulado pelos trabalhadores fazê-los interagir com o saber já sistematizado, sem que um se subordine previamente ao outro, nem que este ou aquele seja desqualificado pela sua origem empírica ou acadêmica, antes levando-os a se vivificar mutuamente."⁽⁶⁾

" A construção e o exercício dessa proposta metodológica tem consistido: 'no envolvimento dos educando nas discussões, problematizando a realidade em que estão imersos e priorizando a pesquisa e o estudo coletivo (educando e educadores) em todas as fases de criação do conhecimento. Nas relações entre educadores e educandos, mediatizadas pelo objeto a ser desvelado, o importante é o exercício do pensar e da atitude crítica, curiosa e criativa em face do objeto e, não

o do discurso do educador, em torno do objeto de estudo e do conhecendo do educando, qualificando-o de certo ou errado". ... "Não se trata, portanto, de entregar ou transmitir aos trabalhadores a explicação mais rigorosa dos fatos como algo acabado, estático. Trata-se de reproduzir, no processo educativo, o espírito inerente à luta dos trabalhadores de que todos os direitos conseguidos são uma conquista e, que o saber também deve ser uma conquista individual e coletiva." (7)

B - SISTEMA FORMATIVO

B.1 - INSTÂNCIAS DE FORMAÇÃO

Embora nem todas as instâncias que compõem a rede formativa estejam estruturadas e, em funcionamento, existem na CUT, dois tipos de estruturas formativas: as secretarias e/ou coletivos (horizontais) de tipo intercategoria e os departamentos (de caráter vertical) por categorias específicas de trabalhadores.

Poucos Estados têm Secretarias Regionais que funcionam ativamente, em virtude da debilidade das CUTs Estaduais. Na estrutura vertical são poucos os Departamentos/Federações e Confederações que possuem instâncias formativas funcionando efetivamente.

Além das Secretarias, Departamentos e Coletivos de formação a CUT, conta com 8 (oito) Escolas de Formação. Estas escolas são classificadas em dois tipos: as orgânicas, que são coordenadas em todos os seus aspectos (administrativo, financeiro etc.) pelos órgãos diretivos da Central e as conveniadas, que são autônomas do ponto de vista jurídico e financeiro-administrativo, mas que possuem organicidade política com a CUT, isto é, ministram cursos para a Central e participam de seus foruns deliberativos.

No primeiro grupo, das escolas orgânicas, existem 4 escolas: Escola Sindical Sul (SC, criada em 1990); Escola Sindical do Norte (PA, criada em 1990); Escola Sindical São Paulo (SP, criada em 1993); Escola Sindical Centro-Oeste (DF, criada em 1994). Dentre as escolas conveniadas - Escola Quilombo dos Palmares (PE, criada em 1988), Escola Sindical 7 de Outubro (MG, criada em 1987) e o Instituto Cajamar (SP, criado em 1986).

“Está, em processo de implantação, mais uma Escola Orgânica no Nordeste. O CONEFOR (Coletivo Nordeste de Formação, criado em 1992) composto pelas CUT's do Nordeste, SNF e Equip que é responsável por toda a programação de formação da CUT/Nordeste” (8).

No campo das entidades sindicais filiadas à CUT existem mais duas escolas importantes como agências de formação, e que desenvolvem uma programação própria:

-A Fundação Natividade, criada em São Paulo em 1988, voltada para uma formação político-ideológica de caráter mais amplo e histórico visando a preparação de militantes e dirigentes políticos. A Escola de Formação Sindical e Centro Cultural Constante Castellani, criados em 1987⁽⁹⁾ pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André - São Paulo, fazendo parte desde 1993 do recém-criado Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (fusão dos sindicatos dos metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra e São Bernardo do Campo e Diadema, no Município do Grande ABC em São Paulo).

B.2 - INSTÂNCIAS E FORUNS DE DECISÃO

Além das instâncias usuais de decisão da Central (Direção, Executiva Nacional, Plenárias e Congressos Nacionais), no campo da formação foram criados fóruns específicos, no sentido de dar ao projeto e à política nacional de formação na CUT um caráter processual em permanente construção, e de um “fazer-se” coletivo. Visando democratizar e descentralizar as decisões que norteiam a elaboração, gestão e avaliação da política nacional de formação foram criados: os encontros e os coletivos de formação de abrangência (nacional, inter-estaduais, estaduais e regionais).

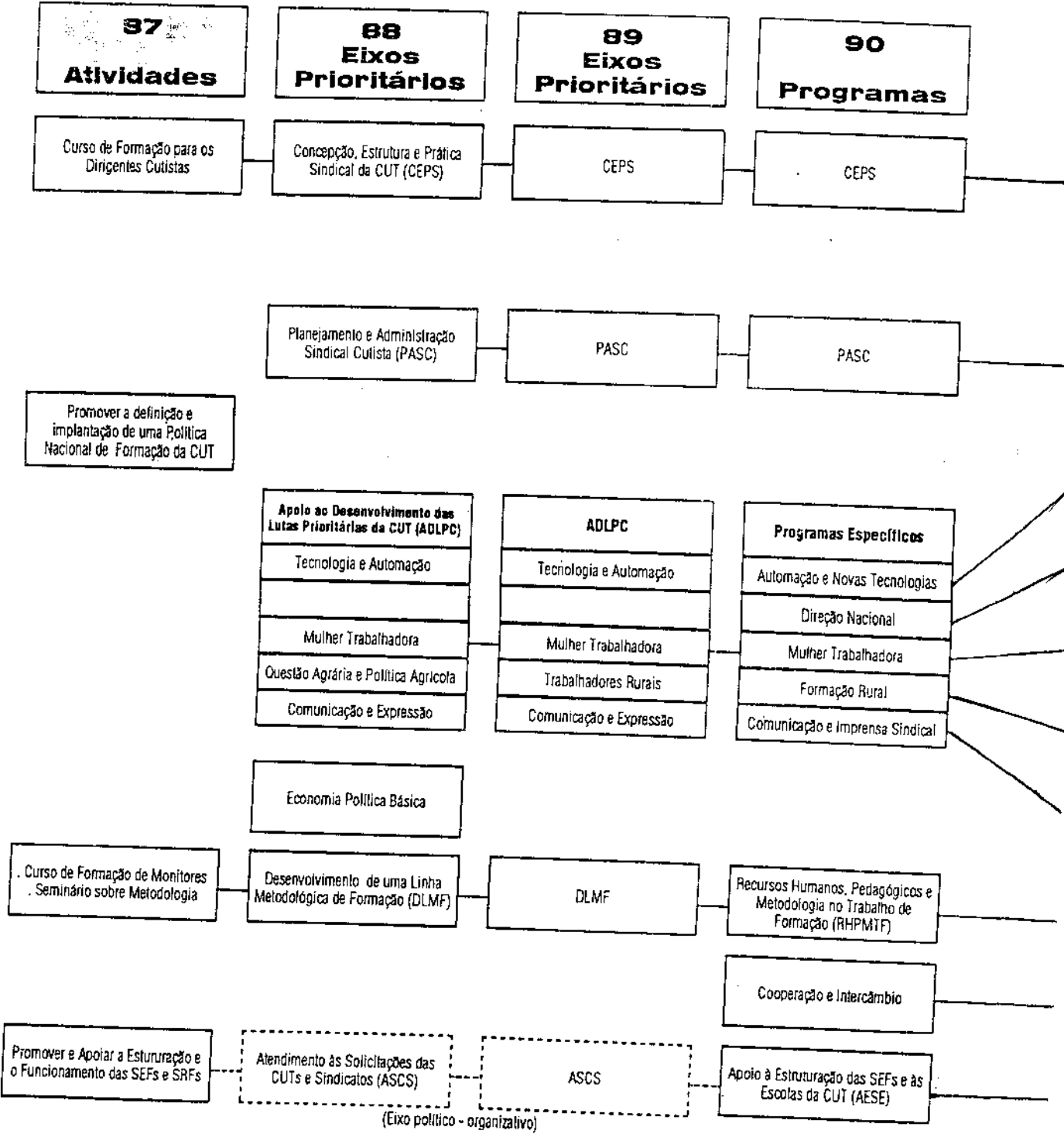
Encontros de Formação

São o Encontro Nacional (ENAFOR)  Encontros Estaduais e Interestaduais de Formação. Estes fóruns são realizados uma vez ao ano para: avaliar a Política Nacional de Formação desenvolvida no ano anterior e traçar as diretrizes e prioridades para o ano vindouro. Os encontros estaduais e interestaduais precedem obviamente o nacional e são realizados de forma mais sistemática desde 1988. No ENAFOR estão representadas: as escolas (conveniadas e orgânicas), a Executiva Nacional da CUT, as Secretarias de Formação (dos estados e das instâncias verticais nacionais).

Coletivos de Formação

Os Coletivos são instâncias de encaminhamento, gestão e supervisão das diretrizes político-operacionais sugeridas no ENAFOR e aprovadas nas demais instâncias da CUT. O CONAFOR foi criado em 1990 e reúne-se 2 a 3 vezes por ano. Participam do CONAFOR: as escolas, as Secretarias Estaduais de Formação (SEFs), uma para cada região geo política do país, os coordenadores nacionais dos Programas e as secretarias e/ou departamentos de formação das instâncias verticais nacionais. Em alguns Estados foram criados e funcionam também os Coletivos Estaduais de Formação (COLEFOR).⁽¹⁰⁾

QUADRO DA EVOLUÇÃO DOS

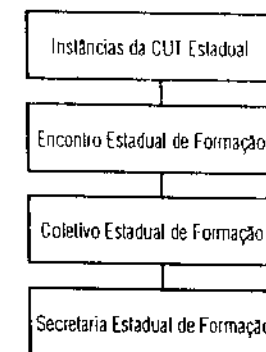


PROGRAMAS DE FORMAÇÃO

91 Programas	92 Programas	93 Programas	94 Programas
CEPS	CEPS	CEPS	CEPS
Negociação e Contratação Coletiva (NCC)	Negociação Coletiva (NC)	NC	NC
PASC	PASC	PASC	PASC
Processo de Trabalho e Organização Sindical de Base (PT-OSB)	PT-OSB	Processo de Trabalho e Organização no Local de Trabalho (PT-OLT)	PT-OLT
Formação para a Direção Nacional	Formação de e das Direções (FD)	FD	FD
Questão da Mulher Trabalhadora	Relações Sociais entre Homens e Mulheres (RSHM)	RSHM	RSHM
Questão Rural		Formação para Trabalhadores Rurais (FTR)	FTR
Comunicação e Expressão Sindical (CES)	CES		
RHPMTF	RHPMTF	RHPMTF	Formação de Formadores (FF)
Cooperação e Intercâmbio Nacional e Internacional (CINI)	CINI	CINI	CINI
AESE*	Memória e Documentação (MD)	MD	MD

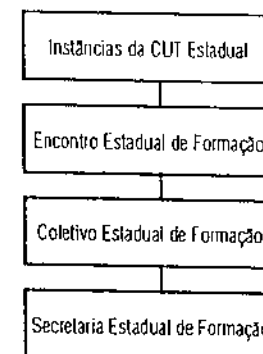
* A partir de 1992 passou a ser o eixo da organização e gestão da PNF

Forma & Conteúdo 6



Instâncias da CUT Nacional	ENAFOR	CONAFOR	SNF	Coordenações Nacionais dos Programas	Programas Responsáveis	Plano Nacional				Planos Estaduais			
						SNF	Escolas	SNFs Est. Vert.	Outros	SEFs	SHFs	Deplos / Sind	Outros
					Concepção, Estrutura e Prática Sindical								
					Negociação Coletiva								
					Planejamento e Administração Sindical Cutista								
					Processo de Trabalho e OLT								
					Formação das Direções								
					Relações Sociais entre Homens e Mulheres								
					Formação para os Trabalhadores Rurais								
					Formação de Formadores								
					Cooperação e Intercâmbio Nacional e Internacional								
					Memória e Documentação								

REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA GESTÃO DA PNF



Programas	Responsáveis	Plano Nacional				Planos Estaduais			
		SNF	Escolas	SNFs Est. Vert.	Outros	SEFs	SRFs	Deptos. / Sind.	Outros
Instâncias da CUT Nacional									
ENAFOR									
CONAFOR									
SAF									
Coordenações Nacionais dos Programas									
	Concepção, Estrutura e Prática Sindical								
	Negociação Coletiva								
	Planejamento e Administração Sindical Cutista								
	Processo de Trabalho e OLT								
	Formação das Direções								
	Relações Sociais entre Homens e Mulheres								
	Formação para os Trabalhadores Rurais								
	Formação de Formadores								
	Cooperação e Intercâmbio Nacional e Internacional								
	Memória e Documentação								

C - Financiamento

A auto-sustentação financeira ainda constitui uma meta a ser realizada, pois durante a década de 80 a maior parte dos recursos para financiar as atividades formativas provinham de projetos firmados com entidades sindicais internacionais. A contribuição internacional tem sido importante para viabilizar a implantação da estrutura formativa não só da CUT como das demais Centrais. Contudo tal cooperação internacional embora não implique, no caso da CUT, numa ingerência político-ideológica, está gerando uma dependência financeira que tende a se constituir num freio sério à manutenção e expansão do próprio sistema formativo. Além das propostas de criar uma estratégia de auto-sustentação, a SNF tem procurado fazer alguns convênios com centros de educação popular, universidades, organizações não governamentais, centros de estudos e pesquisas, não só como uma forma de financiamento indireto, mas principalmente como mecanismo para garantir um intercâmbio maior com as entidades da sociedade civil que se identificam com o projeto cutista.

D - PROGRAMAS E ATIVIDADES

Como vimos o período de 1985/1987 foram anos de gestação do projeto formativo e de implantação das estruturas e da política nacional de formação. Portanto será apenas no final da década de 80 e início dos anos 90 que a formação na CUT tomará as feições do sistema (ou rede de formação como preferem seus atores) que acabamos de descrever.

Embora como princípio, sempre se tenha procurado definir as linhas programáticas da formação eixadas, por um lado, nas resoluções e demandas da Central (estabelecidas em congressos e plenárias nacionais) e, de outro, nas demandas colocadas pelas ações cotidianas do movimento, nem sempre tal orientação foi colocada em prática. A definição de eixos programáticos gerais só foram estabelecidos em 1988, a partir do I ENAFOR e, a partir de então, vem sendo reformuladas ano a ano. Em 1994 desenvolveu-se um Plano de Atividades de Formação, baseado em 10 Programas⁽¹¹⁾, abaixo discriminados:

1. CONCEPÇÃO, ESTRUTURA E PRÁTICA SINDICAL DA CUT (CEPS)
2. NEGOCIAÇÃO E CONTRATAÇÃO COLETIVA (NC)
3. PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO SINDICAL CUTISTA (PASC)
4. PROCESSO DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO (PT/OLT)
5. FORMAÇÃO DAS DIREÇÕES (FD)
6. FORMAÇÃO DE FORMADORES (FF)
7. FORMAÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES
8. FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES RURAIS (FTR)
9. COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO NACIONAL E INTERNACIONAL (CINI)
10. MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA CUT. (MD)

Durante o período de 1987/1993, como se pode observar no **Quadro de Atividades**, foram ministrados **160 cursos e 198 seminários** temáticos num total de **358** atividades formativas, que envolve ^{RAM} 11.589 participantes. Este total contudo está subestimado pois inclui apenas as atividades realizadas e coordenadas pela Secretaria Nacional de Formação, não constando os dados das atividades formativas efetivadas pelas demais secretarias da CUT. Os dados do **Quadro de Atividades** também mostram que após a criação das **Escolas**, a equipe central da SNF passou a desenvolver quase que tão somente seminários temáticos, passando os cursos (que em geral são de maior duração) a ser de responsabilidade das escolas orgânicas e conveniadas.

TABELA - VII - A - ATIVIDADES FORMATIVAS DA CUT - 1987/1993

ANO	ATIVIDADES			ENTIDADES PROMOTORAS			No. de Participantes
	Seminários	Cursos	Sub-Total	SNF e outras Inst. da CUT	Escolas da CUT	Centros de Ass. e Univers.	
1987	16	15	31	20	10	01	672
1988	24	10	34	24	08	02	1.134
1989	26	15	41	23	14	04	1.250
1990	28	23	51	26	23	02	2.035
1991	25	38	63	13	48	02	2.116
1992	37	30	67	04	59	04	2.152
1993	42	29	71	12	57	02	2.230
TOTAL	198	160	358	122	219	17	11.589

FONTE: Revista Forma e Conteúdo - Secretaria Nacional de Formação - CUT - Maio/1994 - n.6

TABELA - VII - B- CURSOS realizados pela CUT -período 1987-1993

ATIVIDADES/TEMAS	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	TOTAL
CURSOS								
1.Formação Dirigentes - nacionais e estaduais	14	06						20
2.Concepção e Prática Sindical (CEPS)			06	08	19	08	02	43
3.Formas de Luta e Org. dos Trabalh.								
4.Econ. e Sindicalismo			01			01	01	03
5.Mercosul							04	04
6.Planj. Sindical				02	05	06	03	16
7.Métodos - Planj. Sindical					01	01		02
8.Administração e Finanças Sindicais				01	01			02
9.Matemática Sindical				01	01			02
10.Negociação e Contratação Coletiva						01	05	06
11.Dirigentes Rurais							04	04
12.Org. Sind. no Campo							01	01
13.Comerc. e Geren. Agrícola							01	01
14.Metodologia da Visualização		01			02		01	04
15.Metodologia da Form. Cutista					01		01	02
16.Form. de Monitores	01	02	03	02	01	06	03	18
17.Form. de Formadores			01	05	06	04	05	21
18.Formadores - CEPS					02	01	01	04
19.Formadores - OLT							03	03
20.Comunicação-Expressão		01	01					02
21.Mulheres Trabs.				01				01
TOTAL	15	10	15	20	39	28	35	162

Observação: Os cursos têm duração média de 5 dias, totalizando 40/horas-aula. Os de Formação de Formadores são realizados com quatro, tres ou duas etapas, com duração média de 5 a 10 dias.

FONTE: Revista Forma & Conteúdo - Secretaria Nacional de Formação - CUT, Maio/1994 - n.6

TABELA - VII - C - Seminários e Encontros realizados pela CUT - período 1987/1993

ATIVIDADES/TEMAS	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Seminários e Encontros								
1.Polit. de Formação da CUT	13		05	05				23
2.Aval. Implant.Programas Formativos				02	02	06	02	13
3.Formação Sindical				01	06	03	02	12
4.Metodologia de Form.	01	03	01		01	02	01	09
5.Concepção e Prática Sindical Cutista	01	21		01	01	02	01	26
6.Resol. de Congressos			11					11
7.Proposta/Projetos e Políticas da CUT				01		12	08	21
8.Processo de Trab.e Org. locais de Trab.				11	03	05	06	25
9.Probl. Organ.da Central/Mov. Sind.Bras.				02	01			03
10.Economia e Política (ambito nacional)					01		01	02
11.Economia e Sindical.(ambito nacional)							02	02
12.Sindicalismo Intern.	01			03	02	02	02	10
13.Planej./Adm. Sindical			02					02
14.Gestão Sindical						01		01
15.Negoc./Contratação Coletiva				01	02	02		05
16. Balanços/Avaliações Internas - CUT					01			01
17.Questões/Mulheres			05		01	01	05	12
18.Sind. no Casmço			02	01	02	01	05	11
19.Univers./Mov. Sind.							02	02
20.Outros					02	01	04	07
TOTAL	16	24	26	28	25	37	42	198

Observação: Seminários e Encontros têm a duração de um a dois dias, com um total entre 8 e 12 horas de atividades.

FONTE : Revista Forma & Conteúdo - Secretaria Nacional de Formação - CUT - Maio/1994 - n.6

No âmbito das entidades filiadas à CUT, durante um 4º Concut (realizado entre 4 e 8 de setembro de 1991), foi realizado um levantamento sobre as práticas que estão sendo desenvolvidas nas áreas de formação. Para tanto foram realizadas entrevistas com uma amostragem significativa de dirigentes sindicais.

Segundo tal estudo, 75% dos sindicatos ligados à CUT realizam algum tipo de **atividade de formação**, mesmo que nem sempre de modo sistemático e permanente. Dos 3/4 de sindicatos que realizaram cursos de formação no período 1990/91, 77% eram sindicatos urbanos e 59% rurais. Quanto às temáticas gerais mais abordadas, destacaram-se pela ordem: **SINDICALISMO/HISTÓRIA DO SINDICALISMO, CONCEPÇÃO, ESTRUTURA E PRÁTICA SINDICAL CUTISTA E POLÍTICA SINDICAL**. Agrupando tais temáticas pelos diferentes tipos de sindicatos (rurais e urbanos) verificou-se que além dos temas acima mencionados, outros também foram apontados conforme constam do quadro seguinte:

Programa de Atividades sindicais	SINDICATOS FILIADOS À CUT	
	URBANOS	RURAIS
	Temas Priorizados	
Formação Econômica Social e Política Geral (destinados a dirigentes e militantes)	.Socialismo .Conjuntura Econômica e Política Nacional .Sistemas Econômicos/ Economia Política .Priv. / Estatização	.Avanço do Capitalismo no Campo. .Conjuntura Nacional .Relações/Partidos/ Sindicatos .Socialismo no Cone Sul
Capacitação de Dirigentes Sindicais	.Planejamento do Trabalho Sindical .Administração Sindical .Comunicação Expressão .Polít. da Comunicação .Func. da Diretoria .Capacitação monitores	.Planejamento no trabalho sindical .Adm. Sindical .Func. da Diretoria .Capacitação Monitores
Formação Econômica, Social e Política (específica voltada para as necessidades das diferentes categorias)	.O Ensino Público .Jornada Pedagógica nas Escolas .Matemática Sindical .Sindicato e Sistema Bancário	.Organização/produção pequenas propriedades .Cooperativas agrícolas .Assistência técnica e agrícola .Produção da comunidade da terra .Comercialização na pequena produção .Economia agrária, Agro-indústria
Legislação Trabalhista	.Leis Trabalhistas .Assessoria Jurídica .Direito Trabalhista	.Direito dos trabalhadores .Assessoria Jurídica
Formação específica para as mulheres	.Direito da Mulher .Mulher na Soc. Hoje	.A mulher trabalhadora rural .A mulher na sociedade hoje
Formação para os problemas de saúde (destinada a dirigentes, militantes, cipeiros, médicos, etc...)	Saúde no Trabalho, Sistemas de Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho CIPAS e prevenção de acidentes , questões de saúde e responsabilidade do Estado Preservação do meio ambiente	

Concluindo-se, pode-se observar através da leitura dos programas e temáticas que constam do quadro acima, que os sindicatos filiados à CUT, quando estruturam suas atividades formativas, o fazem incorporando as diretrizes da política nacional de formação propostas pela Central. As atividades e temáticas no campo do rural espelham em muito a influência da CONTAG, já que os programas para a formação rural na formulação da PNF - CUT são de um período muito recente.

Uma avaliação mais criteriosa e rigorosa dos oito anos de atividades de educação sindical na CUT, de per se, constitui uma pesquisa. Contudo, vale afirmar que apesar das restrições financeiras, das tensões internas entre os grupos e facções e das dificuldades de converter planos em ações concretas, a CUT é, dentre as centrais brasileiras, a que tem dedicado um forte empenho político-organizativo e financeiro, no sentido de garantir uma coerência entre o projeto de construção de um sindicalismo combativo e democrático e o esforço de implementar um projeto educativo, que mantenha viva a relação entre instituinte/instituído.

2 - A FORMAÇÃO SINDICAL NA CGT

A CGT - Central Geral dos Trabalhadores, criada em 1986, também estruturou o seu projeto de educação um ano após sua fundação, criando para tanto o DENAFOR-CGT. Com a assessoria de um consultor da OIT, este departamento nacional de formação elaborou um Programa Integrado de Formação Sindical, uma espécie de "Dossiê Pedagógico" a ser utilizado por formadores, como guia, para o planejamento e realização de atividades formativas nas entidades sindicais filiadas, bem como das próprias estruturas nacionais, estaduais e locais da CGT.

Temas propostos no Programa Integrado de Formação:

- .Significado e importância da educação sindical**
- .Relação entre formação e organização sindical**
- .Planejamento da formação sindical**
- .Metodologia da formação sindical**

Este "Dossiê" contém exclusivamente indicações temáticas a serem desenvolvidas nos cursos básicos de formação inicial: **1. Sindicato - Estrutura e Funcionamento; 2. Ação reivindicatória; 3. A Propaganda Sindical; 4. A Central Geral dos Trabalhadores; 5. A Sociedade na qual e pela qual lutamos.**

As experiências com o Programa Integrado de Formação, segundo os próprios atores, foi breve e de poucos resultados, em razão das dificuldades político-organizativas internas. Tanto é que em abril de 1989 houve uma cisão interna na CGT e um grupo significativo de dirigentes formou a Confederação Geral dos Trabalhadores. Nesse sentido o projeto formativo da CGT só será delineado a partir dos anos 90 após a criação do **Instituto Nacional de Estudos e Formação Sindical - INAFOR**,⁽¹²⁾ e pela elaboração das **Diretrizes da Política de Formação**. Desse documento constam os delineamentos gerais do projeto formativo da nova CGT.

A. PROJETO FORMATIVO

. Objetivos da formação

Considerando que, o período 1990-91 coincide com o período de implantação da CGT, a formação tem como principal meta “coesionar os quadros dirigentes e filiados em torno da construção de um projeto comum de sindicalismo” que é o da recém-criada Central, numa “perspectiva de coerência e coesão político-institucional e a criação de um perfil ideológico mais homogêneo.”⁽¹³⁾

Em vista disto, os primeiros esforços serão direcionados para os “quadros sindicais” que estão empenhados em divulgar e atuar no sentido da viabilização da Central.

. População Alvo

A curto prazo a formação da CGT deve prioritariamente dirigir-se aos membros da direção central; membros das CGTs Estaduais e Regionais; membros de entidades dos setores e ramos de produção (hoje Confederações e Federações); membros dos departamentos especiais, como mulheres e jovens e responsáveis de formação e organização de estudos.⁽¹⁴⁾

B. INSTÂNCIAS DE FORMAÇÃO E DE DELIBERAÇÃO

As instâncias de formação são estabelecidas nos seguintes níveis: nacional, estadual, regional e dos sindicatos filiados.

O INAFOR tem por função: a) elaborar a política nacional de formação em sintonia com as necessidades organizativas e de ação da CGT; b) estabelecer diretrizes, orientações e executar atividades e c) assessorar os responsáveis das demais instâncias, fornecendo materiais de apoio.

As respectivas Comissões Estaduais e Regionais têm por função: executar os programas formativos para suas respectivas áreas e assessorar as entidades filiadas no planejamento e execução de atividades formativas.

“Prevê-se para cada uma das estruturas territoriais (CGTs Regionais e Estaduais) a existência de um responsável pela Formação e também nos departamentos especializados (mulheres, jovens) e nos departamentos setoriais (dos diferentes ramos de produção). Os

responsáveis de formação dessas estruturas estão organicamente ligados à coordenação do INAFOR, constituindo uma “Comissão Nacional de Formação” que elabora e acompanha, em sintonia com o Conselho, a política de formação em nível nacional.”⁽¹⁵⁾

A CGT não se propôs a estruturar “escolas orgânicas”. Adotou uma política de aproveitamento de algumas estruturas formativas já existentes, com as quais poderiam contar através do estabelecimento de convênios. Dentre essas estruturas destacam-se: O **Instituto Cultural do Trabalho**⁽¹⁶⁾, pois muitos dirigentes cegetistas fazem parte do Conselho da entidade; o **Centro de Estudos do Trabalho** - entidade privada, sem fins lucrativos, de assessoria educacional; Universidade do Trabalho (entidade pública estadual) do Paraná e Mato Grosso; a Escola de Formação Profissional da Federação da Construção Civil no Rio Grande do Sul e a Associação Nacional de Administração Participativa, entidade que reúne diversas instituições empresariais, acadêmicas e sindicais.

C. ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

O Programa Nacional de Formação previa, para o período 1990/1991, a realização de:

1. Seminários e Cursos de fim-de-semana;
2. Cursos intensivos.

Os primeiros foram realizados de forma descentralizada, centrados nas temáticas solicitadas pelos próprios sindicatos e/ou estruturas formativas estaduais e/ou regionais. De modo geral abarcaram conteúdos básicos relativos às seguintes temáticas: **sindicato (o que é, qual é o seu papel e importância); organização sindical brasileira; negociação coletiva etc.** Foram normalmente realizados aos fins-de-semana e tinham por objetivo sensibilizar os trabalhadores para atuarem de forma consciente e organizada em suas atividades sindicais.

Os cursos que se destinaram a dirigentes e militantes sindicais, tiveram duração de 15 dias. Aqueles realizados em convênio com o ICT (sede S. Paulo) foram residenciais, com duração de 15 dias e objetivaram formar sindicalistas (dirigentes com ou sem mandato, assessores e formadores para atuarem na organização da formação sindical em seus Estados de origem. Tratava-se portanto de preparar quadros multiplicadores na área de formação (em outras palavras de preparar monitores e formadores em educação sindical).

Conteúdo programático do curso de formação de formadores:

1. Método de Trabalho Individual
(Leitura de Livros e Jornais)
(Classificação e arquivo de informações e documentos)
2. Movimento Sindical - Origem e Evolução do Movimento Sindical Brasileiro e Internacional.
3. Situação Econômica, Social e Política da Sociedade Brasileira Atual.
4. Conjuntura Nacional e Movimento Sindical.
5. A CGT no contexto do Movimento Sindical - suas propostas de ação e organização.
6. Contexto Político-Institucional aonde se desenvolve a ação do Movimento Sindical Brasileiro.
7. Estrutura Normativa que rege o “sistema sindical” brasileiro e o Ministério do Trabalho e Previdência Social.
8. Principais tendências e propostas em relação à Organização Sindical dos Trabalhadores.
9. Seguridade Social.
10. Justiça do Trabalho - Instâncias e Funcionamento.
11. Política Salarial Atual.
12. O Contexto empresarial em que o Movimento Sindical desenvolve sua ação - Organização nos Locais de Trabalho - Delegados Sindicais (importância e papel).
13. Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho (Política, Instituições, Organização).
14. Assembléias Sindicais (Teoria e Prática).
15. Negociação Coletiva - Procedimentos e Noções sobre Organização Empresarial.
16. Planejamento, Administração e Organização nos Sindicatos Cegetistas.
17. Planejamento e a realização de Eleições Sindicais.

Os conteúdos listados acima, receberam uma abordagem teórico-prática. Em geral, foram apresentados de forma expositiva e seguidos de um aprofundamento feito por especialistas e/ou leituras, discussões em grupo etc. Cada tema era seguido de atividades práticas do tipo laboratório, oficina, simulações etc...) em que trabalhariam situações-vivenciais concretas do cotidiano dos participantes,

exemplos: oficinas em que se exercitam técnicas de leitura, comunicação oratória; simulações de assembleias sindicais e de reuniões com delegados sindicais; de negociações; visita ao Centro Nacional de Negociação etc...

O conteúdo foi trabalhado de forma modular (sendo subdividido em três módulos - níveis I, II e III) nos cursos desenvolvidos pelo convênio CET/CGT. Segundo o ex-diretor do INAFOR, no período de 1990/1991 nos cursos de nível médio (nível II) e nível III (residencial longo) chegaram a atingir por volta de 250 dirigentes.

Além dos cursos, durante o período em apreço, foram ministrados **Seminários Temáticos** versando sobre os seguintes conteúdos: **Trabalho da Mulher** (o trabalho a domicílio); **Mulher na Ação Sindical**; **Discriminação Racial no Trabalho**; **Economia do Trabalho**; **Cooperação Técnica Internacional**; **A Estrutura, a Política e os Desafios da CGT**.⁽¹⁷⁾

D. SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL-INTERCÂMBIO E FINANCIAMENTO

Dirigentes e Formadores da Central têm participado de cursos e eventos internacionais com o intuito simultâneo de promoção do intercâmbio e capacitação de quadros. Dos documentos, consta a participação dos cegetistas em atividades promovidas pelas seguintes organizações internacionais: OIT - (Comissões técnicas setoriais e Centro de Formação da OIT, em Torino/Itália); IADE (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre); HISTRADUL (Central Sindical Israelense); CLAT (Central Latinoamericana de Trabalhadores); Secretariados Profissionais da CIOSL (Central Internacional das Organizações Sindicais Livres).

Quanto ao financiamento, os documentos consultados também confirmam a ajuda financeira internacional, da OIT, para a elaboração e planejamento do Plano Nacional de Formação.

A breve apresentação do Projeto Formação da CGT mostra um esforço no sentido de implantação de uma estrutura e uma política de formação, no início dos anos 90. Contudo, não chegou a ser implementada de forma massiva e sistemática, pois uma nova crise política interna redundará numa outra cisão, que comportará a saída de boa parte de seus dirigentes, que irão criar em março de 1991 a Força Sindical.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO FORMATIVO DA FORÇA SINDICAL

A mais jovem das centrais sindicais brasileiras possui a maior parte dos quadros responsáveis pela formação, oriundos da CGT, portanto seu projeto formativo foi planejado a partir do modelo explicitado no item anterior, com algumas modificações, principalmente no tocante à construção de estruturas formativas próprias. Nos anais de seu I Congresso, foi prevista a criação:

- . de uma Escola Nacional de Formação;
- . de um Instituto de Estudos e Pesquisas;
- . de um Departamento para incentivar e subsidiar as entidades filiadas a desenvolverem programas de educação.

Segundo informações obtidas através de entrevistas, a escola está em construção e a Secretaria de Formação Sindical também elaborou em 1992 um Plano Nacional de Formação que, por falta de recursos financeiros não pode ser implementado em 1993.

Organizacionalmente, a Força Sindical está estruturada em 10 Secretarias - Secretaria de Relações Sindicais; Secretaria da Mulher, Criança e Adolescente; Secretaria de Formação Sindical; Secretaria de Políticas Públicas; Secretaria de Relações Internacionais; Secretaria de Defesa, Cidadania e Direitos Humanos, Secretaria de Assuntos Previdenciários; Secretaria de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente; Secretaria de Organização Sindical e Contratação Coletiva; Secretaria Extraordinária de Projetos. Assim sendo, além da Secretaria de Formação, cabe a cada uma das demais elaborar projetos de pesquisa e de formação, no âmbito de sua atuação.

A Secretaria de Mulher, Criança e Adolescente, por exemplo, desenvolve dois programas específicos: Crianças e Adolescentes no Trabalho e Educação e Capacitação para Mulheres Trabalhadoras.

O primeiro é realizado em convênio com a OIT e visa “conscientizar e sensibilizar as lideranças sindicais para os problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes trabalhadores,¹ que no Brasil, estimam-se que sejam aproximadamente 7,5 milhões. Tal projeto envolve a produção de material de apoio sobre a situação dos menores trabalhadores e a realização de cursos específicos voltados para tal

temática. Os cursos são intensivos, com duração média entre 2 e 3 dias, destinados prioritariamente a sindicalistas (dirigentes ou não). Podem, também, ter acesso aos cursos representantes de entidades da sociedade civil que trabalhem e se interessem pela questão do menor. Tais cursos são ministrados por formadores da equipe da Secretaria da Mulher, Criança e Adolescente que se locomovem para os diferentes Estados e regiões do país. Nesta mesma linha está em vias de finalização (para 1994) um novo projeto em convênio com a UNICEF visando realizar atividades formativas em torno do tema Educação Geral e Profissional de Crianças e Adolescentes que trabalham.

O Programa de Educação para Mulheres, em 1992, priorizou a realização de cursos de **capacitação de formadores**. Foram realizados **3 cursos** com duração de uma semana. Este curso trabalha com os seguintes eixos temáticos: **Concepções de Educação Sindical; Métodos e Técnicas Educativas; Diretrizes e Organização do Trabalho Educativo nas Estruturas Formativas da Força Sindical; Núcleos temáticos relativos à questão da mulher que podem ser desenvolvidos em cursos e/ou seminários; Avaliação.**

Os cursos de capacitação de formadoras visam preparar profissionais (mulheres-dirigentes e/ou profissionais em educação) para atuarem nas Secretarias da Mulher, em nível estadual, regional e por ramo de produção.

A Secretaria da Mulher possui uma Coordenadora Nacional de Formação, uma equipe de instrutoras e além de planejar e ministrar **cursos e seminários temáticos**, também presta assessoria técnica (de planejamento e/ou pedagógica) às entidades filiadas.

Com relação às demais Secretarias mencionadas, algumas ainda estão em fase de estruturação. No que diz respeito à formação sindical, há outras que já se estruturaram e desenvolvem atividades formativas:

- a) **Secretaria de Saúde do Trabalhador**, que ministra cursos e seminários nesta área;
- b) **Secretaria de Relações Sindicais** que planeja e desenvolve atividades formativas em função das demandas e necessidades advindas dos próprios sindicatos filiados.
- c) **Secretaria Extraordinária de Projetos** que está desenvolvendo atividades formativas no âmbito do **Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo de Trabalhadores** (do trabalho temporário, avulso, jovens, crianças e mulheres).⁽¹⁸⁾

O Projeto de educação da Força Sindical ainda está em construção e enfrenta os desafios que estão sendo vivenciados pela Central no processo de construção de sua própria identidade. Em relação à formação sindical, fazem parte do "caldo de cultura" desta Central as experiências historicamente acumuladas no "Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo", que constituiu também o carro-chefe na articulação desta central sindical. Este sindicato possui uma tradição de mais de 20 anos de formação⁽¹⁹⁾ sindical, em cuja história mesclam-se práticas e idéias pedagógicas de vários núcleos de assessoria à educação sindical (com matizes distintos mas oriundos do campo da esquerda) e da influência da proposta pedagógica do DIEESE, pois seus técnicos sempre atuaram como parceiros ativos nas atividades formativas lá desenvolvidas.

NOTAS - CAPÍTULO VII

(1) LORENZETTI, Jorge - A Política Nacional de Formação, *in: Revista Forma & Conteúdo da Sectr. Nac. de Formação* - Agosto/1990, nº 2, p. 3.

(2) CARVALHO, Paulo de - Quadro sobre o Processo de Construção da Política Nacional de Formação da CUT - Escola Sindical - S. Paulo, 1993, mimeo.

(3) Os princípios foram extraídos do Doc. 6 Anos de PNF - CUT - Secret. Nac. de Formação - Maio de 1993.

(4) SGRECCIA, Alex e outros - Escola sindical 7 de Outubro - Concepção político-pedagógica, *in: Revista Forma & Conteúdo da Secretaria Nac. de Formação*, Dez. 1990, nº 3, p. 31.

(5) Que está no campo das conceptualizações elaboradas a partir de uma visão histórico-dialética de produção do conhecimento e que recebe diferentes designações: metodologia dialética, metodologia da ação-reflexão; metodologia da investigação-ação etc...

(6) SGRECCIA, Alex e outros - *Escola Sindical 7 de Outubro* - *op.cit.*, p. 31.

(7) SGRECCIA, Alex e outros, *op. cit.*, pag. 31.

(8) Forma & Conteúdo - Rev. da Secretaria Nac. de Formação - Maio/1994, nº 6, p. 53.

(9) Entrevista concedida à autora pela equipe de formação do Centro Cultural Coristane Castellani, em 3/12/1991.

(10) Doc. Interno - 6 Anos de PNF - CUT - SNF, maio de 1993, mimeo

(11) No Doc. 6 Anos de PNF-CUT, por programa entende-se o "conjunto de atividades formativas que tem um tema central como ponto de identidade e em torno do qual orbitam diversos temas afins." mimeo - maio de 1993.

(12) "O INAFOR possui na estrutura formativa da CGT uma função técnica, de operacionalização do plano de formação. O Conselho Nacional do INAFOR é composto por membros da Executiva Nacional da CGT, sendo presidido pelo Diretor de Formação. Sua atividade permanente conta com uma equipe coordenada pelo Diretor Executivo do INAFOR", *in: Diretrizes da Política de Formação da CGT* - 1990.

(13) A proposta de sindicalismo da CGT está expressa numa publicação da CGT, que se intitula Um Novo Sindicalismo, Julho/1990.

(14) Doc. interno - Diretrizes da Política de Formação da CGT, 1990, p. 7.

(15) Diretrizes da Política de Formação - *op. cit.*, p. 7

(16) A origem e a proposta do ICT estão contidas em meu trabalho anterior - Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica, S. Paulo, Edições Loyola, 1986.

(17) Não possuímos dados quantitativos acerca do nº de atividades e participantes atingidos.

⁽¹⁸⁾ Para elaborar o texto referente à formação sindical na Força Sindical, baseamo-nos em entrevista feita com: Walter Tesch (Secretaria Extraordinária de Projetos); Marcos Mota - do Projeto Crianças e Adolescentes no Trabalho e Nair Goulart - Secretária da Mulher, Criança e Adolescente, responsável pelo Programa de Formação de Mulheres. Consultamos também vários documentos que nos foram cedidos pelos entrevistados em dezembro de 1993, e que se referem aos projetos acima descritos.

⁽¹⁹⁾ A este respeito ver MANFREDI, Sílvia Maria - *Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica*. São Paulo, Ed. Loyola, 1986.

VIII - MATRIZES DISCURSIVAS DA FORMAÇÃO SINDICAL CUTISTA

O crescimento acelerado e a expansão das práticas de educação sindical, na década de 80, nem sempre veio acompanhado de um processo de sistematização e reflexão crítica da própria práxis. Assim sendo, com o intuito de dialogar com quem realiza este trabalho de aprofundamento teórico e de avaliação crítica, fizemos uma reconstrução dos conteúdos e representações culturais que constituíram o que Sader designou de **matrizes discursivas** e que, a nosso ver, balizaram a construção do ideário, dos projetos e das práticas pedagógicas no campo do chamado "novo sindicalismo", particularmente no "campo cutista".

Utilizando a noção de **matriz discursiva**⁽¹⁾, instrumento conceitual elaborado por Sader, em seu trabalho inédito sobre os movimentos sociais brasileiros dos anos 70-80, procuramos identificar e reconstruir tais matrizes tomando como referência os **discursos formativos**.

No capítulo VI, mencionamos três grandes matrizes: a **matriz marxista**, aquela emanada da chamada **educação popular** e, por último, a **matriz da pedagogia Freiriana**.

Quanto à **matriz marxista** é, evidentemente, a mais óbvia das três, pois historicamente, faz parte das falas e discursos dos grupos e partidos de esquerda que militam no movimento operário-sindical desde o início do século. Sader caracteriza com muita propriedade os lugares de onde eram emitidas as falas marxistas, que contribuíram para as elaborações das práticas sociais e educativas dos anos 70. Aos comentários de Sader agregaremos os discursos referentes à educação e à produção de conhecimento e cultura.

A **matriz oriunda da educação popular** constituiu, a nosso ver, o núcleo dinâmico e renovador das práticas e formulações da educação dos trabalhadores, nas décadas de 70 e 80. Como experiência histórica, possibilitou a superação da condição elitista, autoritária e discriminatória das práticas educativas institucionalizadas, daqueles tempos, abrindo novos espaços para repensar e propor uma educação com um perfil mais democrático, emancipatório. A educação popular foi um poderoso instrumento auxiliar na construção da identidade coletiva dos trabalhadores, como sujeitos.

A terceira **matriz discursiva** foi a **pedagogia Paulo Freiriana**, em especial suas formulações da **Pedagogia do Oprimido**. Muitos se perguntarão porque lhes demos destaque especial, não incluindo-a na **matriz discursiva da educação popular**. Por duas razões muito simples: em primeiro lugar, porque as práticas e discursos elaborados no movimento de educação popular, incluíram a **matriz Freiriana**, reformulando-a, ampliando-a, recriando-a; agregaram-lhe outros elementos, muitas vezes

conjugados com outras matrizes, ora extraídos da teologia da libertação, ora dos marxistas contemporâneos; em segundo lugar, porque a **pedagogia de Freire** foi mais fecunda na orientação de propostas e vivências metodológicas ao nível de micro-situações de ensino-aprendizagem.

A MATRIZ MARXISTA

A crise e desarticulação da esquerda brasileira, após 1964, por força das derrotas políticas sofridas do decorrer das décadas de 60 e 70, já foi objeto de estudo por parte de vários cientistas sociais brasileiros. No âmbito deste trabalho, o que nos interessa é caracterizar os lugares de onde eram emitidas as “falas marxistas” que contribuíram para configurar os discursos que irão influenciar propostas e ações, no campo da educação sindical.

Quanto aos lugares de proveniência dessas ‘falas’ Sader salienta:

‘No caso da esquerda as instâncias de proveniência destas falas eram as organizações clandestinas. Mas essa própria situação de clandestinidade definia um “público” quase conspiratório: eram os próprios militantes e, dentre suas áreas de influência, aqueles restritos setores nos quais se poderia ter confiança para entregar um documento clandestino. Essa relação com seu “público” definia sua linguagem, referida a um universo de significados decifrado apenas por essa franja reduzida de leitores. É certo que havia também os jornais clandestinos voltados para um público mais amplo, e que houve um aumento deles na segunda metade da década. Procuravam tratar das questões de atualidade e, nesse sentido, atuaram como “formadores de opinião” entre militantes de movimentos sociais. Circulavam pelas oposições sindicais, setores pastorais, grupos de educação popular, meios intelectuais e sobretudo no movimento estudantil. Por meio deles as diferentes organizações clandestinas disputavam sua influência entre as denominadas “lideranças sociais”. Mas, obrigados à clandestinidade, tampouco puderam constituir verdadeiramente um público. Procurando referir as questões da atualidade à luta contra o regime, tinham por público os setores que de algum modo reconheciam tal problemática. Nesses setores - importantes por sua liderança intelectual - as mensagens emitidas encontravam ressonância. Mas mesmo essa ressonância foi diminuindo na medida em que as mensagens não manifestavam uma enorme aderência à realidade vivida pela população. Incapazes de trata-la através dos termos

em que era vivida no cotidiano popular, mostravam-se sobretudo inatuais. E por isso mesmo, os aspectos das formulações marxistas que circularam mais fluentemente e desempenharam importante papel nas elaborações dos movimentos sociais não foram os referidos às diretrizes estratégicas e nem mesmo às palavras de ordem, foram principalmente aqueles ao funcionamento do capitalismo, a exploração da classe operária, das suas formas de luta ,das experiências de sua história.”.....”Mas também ,como já vimos, uma parcela crescente dos portadores das falas marxistas (em virtude do desmantelamento de suas organizações) não estava mais ligada a organizações com programas e estratégias definidas. Nutriam-se de teses formuladas no Cebrap, no jornal Opinião ,em cursos e debates universitários, em autores como Gramsci.”.(2)

Entre os discursos e posturas ligados, mais especificamente à educação, predominavam dois polos que enfatizavam visões diferentes.

Uma vertente constituída por aqueles que defendiam como essencial e importante fazer da educação um canal de constituição das “vanguardas operárias”. Para estes, o fundamental era recrutar trabalhadores para participar de atividades formativas, essencialmente centradas, no repasse da “teoria marxista”, muito ao sabor da cada tendência ou corrente política. Textos e conceitos no âmbito do marxismo-leninismo (se o grupo estivesse vinculado aos partidos comunistas - PCB ,PCdoB) Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Mao Tsetung, George Lukács, entre outros, se pertencentes a outras correntes de esquerda.

Para esses grupos as formulações marxistas que mais circulavam eram os textos dos autores acima mencionados que se referiam ao funcionamento da sociedade capitalista ,história das lutas de classe e a importância do papel econômico, social e político da classe operária.

Como exemplo ,um “curso de formação básica”, elaborado originariamente pela POLOP, que, com pequenas variações ,foi utilizado pelo MEP, MR8 ,AP ,POC e cujas formulações seriam, em maior ou menor medida, absorvidos pelas oposições sindicais, grupos de educação de base e mesmo nos treinamentos pastorais. As aulas básicas desse manual sintetizavam as explicações marxistas sobre: as lutas de classe e os modos de produção como etapas de desenvolvimento histórico; a exploração capitalista, a partir da análise da mercadoria, da venda da força de trabalho e do conceito de mais-valia; o proletariado como “a classe revolucionária de nossos dias”; o Estado como instrumento de dominação; o socialismo e o comunismo.(3)

Dependendo do tipo de clientela, nem sempre, esses eixos temáticos eram aderentes, em vista disso foram aos poucos sendo substituídos por formulações de autores brasileiros que, apoiando-se nos paradigmas marxistas, trataram de interpretar a nossa realidade. Nesse sentido, jomais como o **Opinião.** ⁽⁴⁾ **Em Tempo, e a produção teórica dos centros de pesquisa como- o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea)-** foram responsáveis pela produção e divulgação de conhecimento crítico, das contradições e problemas existentes na sociedade brasileira, daquele período. Muitas dessas produções tomavam como paradigmas autores marxistas.

Uma outra vertente de educadores mais inspirados nas formulações Gramscianas (que passaram a circular entre nós, a partir das Universidades, no final da década de 70, pois entre os comunistas brasileiros das décadas anteriores este autor praticamente não era divulgado), baseavam seus discursos em temáticas eixadas em dimensões mais político-culturais, como por exemplo: a dimensão política da educação; a relação entre educação, política e hegemonia; a formação e o papel dos intelectuais orgânicos; Estado/sociedade civil; classe operária e construção da hegemonia; sindicatos versus conselhos operários, entre outros.

Para os adeptos dessa outra vertente, a educação ou formação sindical não deveria voltar-se exclusivamente para a chamada “vanguarda”, mas sim, para a classe como um todo, pelo menos para seus setores mais significativos. Em Gramsci, a formação político-ideológica extrapola o partido político, devendo ser de responsabilidade, também, de sindicatos e associações culturais de classe. E mais, além de ter como público-alvo a classe subalterna como um todo, a educação se destina à formação de seus intelectuais orgânicos, devendo, portanto, diversificar **meios** (imprensa, teatro, cursos etc...) e **instâncias** - departamentos de educação e cultura em sindicatos, nos bairros, partidos políticos, nos locais de trabalho. Enfim, deve se efetivar em todos os espaços de sociabilidade dos trabalhadores.

As formulações Gramscianas se aproximam mais daquelas oriundas da Teologia da Libertação e da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, razão pela qual tiveram uma aceitação muito maior entre os militantes e educadores populares que atuavam junto às CEBs e aqueles que questionavam a “postura autoritária e dogmática dos grupos que se consideravam “portadores de verdadeira teoria revolucionária”.

Os lugares públicos onde se reelaboraram essas formulações, por injunção do regime de exceção, não foram nem os sindicatos, nem os partidos, mais sim “os centros de assessoria à educação popular” mencionados capítulo VI, principalmente, aqueles que tinham em seus quadros ex-militantes provenientes das organizações clandestinas de esquerda. Daí, a circulação das formulações de Gramsci terem tido maior divulgação nos espaços aonde se efetuava a educação popular - pastorais operárias e camponesas, bem como nas organizações de bairro.

Haveria ainda que ressaltar a existência de uma terceira vertente, extremamente minoritária, que concebia a formação na ação e que privilegiava - a própria ação como espaço de “conscientização”. Para estes a educação se confundia, muitas vezes, com ações de propaganda e denúncia.

Como parte integrante da **matriz teórica do marxismo**, ainda é necessário mencionar uma outra formulação muito utilizada para embasar propostas e práticas educativas: a apropriação da dialética materialista, como substrato teórico-epistemológico para a produção e construção do conhecimento teórico. A concepção dialética de educação e metodologia, embasada em autores marxistas, constituirá um outro eixo fundamental da matriz discursiva da formação sindical, nos anos 80.

A elaboração e divulgação dessas formulações nasce de três ordens de preocupações e necessidades: 1. superação da orientação mecânico-positivista aliada aos esquemas doutrinários do marxismo estalinista, com suas trágicas consequências para o pensamento teórico e político do PCB, como assinala Konder(1988), em seu livro **A Derrota da Dialética**; 2. dar maior operacionalidade às formulações metodológicas elaboradas por Freire, nos anos 70, que se restringiam às experiências de alfabetização; 3. propor uma formulação alternativa ao método ver-julgar-agir, muito utilizado nas práticas educativas, no âmbito da Igreja Católica.

Utilizando a concepção dialética como **approach teórico-metodológico** foram produzidas as seguintes propostas metodológicas que circularam no movimento, a partir de 1983/1984 :

1984- TEXTO -Metodologia para a reflexão e ação ⁻⁽⁵⁾

AGÊNCIA VEICULADORA - ESCOLA SINDICAL DO DIEESE

AUTORES- ADHEMAR SATO E SILVIA MARIA MANFREDI

1986- TEXTO- Concepção Dialética da Educação Popular

AGÊNCIA VEICULADORA -CEPIS - CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

AUTOR- OSCAR JARA H. do Grupo Alforja (com sede na Costa Rica), traduzido por CIDA ROMANO

1988-TEXTO -METODOLOGIA DA PRAXIS - Formação de Trabalhadores AGÊNCIA
VEICULADORA -PACS (RJ)

AUTOR- MARCOS ARRRUDA

A datação destas formulações revela que são produzidas numa conjuntura de distensão política e de rearticulação do movimento sindical brasileiro. Nesse sentido, tais formulações nascem de experiências educativas já vivenciadas, ao nível do próprio movimento e, da necessidade de preparar um maior número de trabalhadores para atuarem como multiplicadores, nas instâncias do próprio movimento.

Os centros de irradiação e divulgação serão os próprios autores e as equipes de educação de que faziam parte, através das respectivas entidades em que atuavam.

A MATRIZ DA EDUCAÇÃO POPULAR

Muito se tem dito, escrito e debatido sobre as concepções e práticas de educação popular dos anos 70 e da primeira metade dos anos 80, não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

O estudo e a análise dessas práticas têm envolvido seus críticos e defensores nas mais acaloradas discussões e polêmicas. Muitas dessas polêmicas remetem à sempre invocada dicotomia educação escolar x educação para-escolar; à questão da democratização e universalização da escola pública e a responsabilidade do Estado e das demais instâncias da sociedade civil. Essas polêmicas, que não pretendemos retomar aqui, na maioria das vezes, escamoteiam a existência de “projetos distintos de escola pública” entre os intelectuais da educação brasileira.

No âmbito deste trabalho, abrimos um parêntese para dar um testemunho histórico, já que estivemos envolvidos nessa experiência, numa situação peculiar de participantes e analistas, numa condição nem sempre planejada, mas conscientemente assumida de pesquisa - participante.

Durante os anos 70/80, os lugares sociais em que a educação popular se gesta são os movimentos populares de resistência e contestação aos governos militares. Diferenciando-se da educação dos anos 60, efetuada nos movimentos de alfabetização e cultura popular, realizados através do Estado, a educação popular do período posterior, nasceu acoplada às experiências e práticas moleculares de rebeldia/resistência, fazendo parte das práticas de mobilização e organização de grupos e setores das classes subalternas (do campo e da cidade).

Nesse sentido, ressurge como uma prática pedagógica a serviço dos objetivos políticos das classes subalternas e alternativa, em relação às demais formas de educação instituída. Nasce como alternativa, não porque um punhado de “intelectuais” e “agentes de educação popular” assim o almejassem, mas porque as próprias condições políticas reinantes faziam dos espaços oficiais e

institucionais de educação o "locus privilegiado" de reprodução da ideologia dos governantes e do próprio "establishment". Não se negava a escola pública em si, mas sim, a escola pública autoritária e excludente criada e mantida pelo governos autoritários.

A oposição educação escolar x educação popular alternativa existia de fato, não por um desejo ou uma opção esotérica (do ponto de vista político) de seus protagonistas, mas porque a escola pública estava extremamente vigiada e controlada.⁽⁶⁾ Enfim, as próprias condições históricas levaram a tal polarização e, não o desejo ou projeto político de cada um de nós. As opções eram poucas: atuar nos grandes "projetos governamentais" ou em experiências moleculares de nível micro e atomizadas, vinculadas aos movimentos de resistência. Por essa razão, costumamos apontar a educação popular, desse período, como um movimento de ruptura e recriação da educação dos trabalhadores, para além das concepções e projetos que se convencionou chamar de "educação de adultos". Compartilhamos com Brandão essa convicção.

"Enquanto uma educação de adultos gerou, nas três últimas décadas, idéias e desdobramentos de nomes, métodos e propostas que garantiam a sua vigência e atualização uma aparência de permanente renovação, a educação popular irrompeu como um movimento. Em alguns momentos de alguns países, como um movimento clandestino de educadores. Este fato não deve ser esquecido"(...) irrompe como um movimento primeiro de renovação e, depois, de revolução do saber e de transformação do mundo através do poder de um saber popular"(...) "Oscilando entre a vocação populista e um compromisso de classe, a educação popular pretende significar não apenas uma forma avançada de educação do povo, mas um movimento pedagógico e, depois um movimento popular que incorpora um movimento pedagógico. Logo, uma proposta política através da educação que é a educação de adultos, assim como é negação do sistema institucional de educação que gera e afirma a educação de adultos" (...) "A educação popular surge historicamente quando condições ideológicas, políticas e pedagógicas, tornam necessário o aparecimento de uma ou de outra modalidade de trabalho agenciado com as classes populares no campo específico das relações que envolvem o saber, o conhecimento. Diante de formas anteriores de práticas educativas mais estáveis, institucionalizadas e consagradas, a educação popular emerge com características de movimento intelectual e político através da educação".⁽⁷⁾

Fechando o parêntese, voltemos aos “lugares sociais” de onde provinham as falas e os conteúdos privilegiados pelos adeptos da educação popular, no período em questão. Como as demais modalidades de práticas educativas, a educação popular “ocorre no interior de um domínio de idéias, sujeitos, de agências e de práticas”. Como caracterizar os lugares de onde provinham essas falas e os conteúdos que privilegiavam?

Os principais lugares de produção e divulgação foram, sem dúvida alguma, os “centros de educação popular” a que nos referimos no capítulo VI, cujos integrantes provinham, ora das experiências dos movimentos de educação de base e/ou de alfabetização de adultos, dos anos 60, ora como ex-militantes das organizações clandestinas de esquerda.

Os espaços públicos em que se produziram e recriaram tais conteúdos foram: durante a década de 70, as comunidades eclesiais de base (grupos de jovens, grupos de noivos ou de casais, clubes de mães) e os núcleos de trabalhadores vinculados às pastorais (operária, da terra etc...)⁽⁶⁾; no final dos anos 70 e, primeira metade da década de 80, nos grupos de oposição sindical, sindicatos e associações educacionais e culturais, organicamente vinculadas aos movimentos sindical e popular.

Destacaram-se como autores, responsáveis pelas formulações teóricas sobre educação popular neste período: Carlos R. Brandão e João Ricardo Ramalho (Cedi); Beatriz Costa, Aída Bezerra e Pedro B. Garcia (Grupo Nova); Vanilda Paiva (IBRADES - Centro João XXIII); Luiz Eduardo Wanderley (PUC-SP); Frei Betto, Pedro Pontual, Paulo Vannuchi (Cepis); Silvia Manfredi (Unicamp e Gep-Urplan/PUCSP); João Bosco Pinto (Univ. Federal do Recife); Osmar Favero (IESAE - FGV/RJ); Celso de Rui Beisig (F.E.-USP).

Embora cientes dos riscos que corremos ao produzir sínteses, tentaremos identificar algumas ideias nucleares que emanam dos discursos dos principais defensores da educação popular, deste período.

A primeira delas diz respeito à **negação da pedagogia iluminista e instrumental** que predominava em certos círculos da esquerda brasileira, na época. Em nome da “análise científica da realidade e dos processos históricos” bem como da necessidade de leva-la ao proletariado, muitos atribuíam ao educador a principal tarefa de repasse da “teoria revolucionária”. Os adeptos da educação popular contestam essa postura:

"O Cientificismo concebe que a ciência vem de fora do povo, como se o educador tivesse completa imunidade frente à ideologia dominante e cartesiana apreensão de como aplicar os conceitos da ciência histórica à realidade(...) Dotado de meia dúzia de axiomas, o educador vai "ensinar" aos educandos, explicar a eles como funcionam os mecanismos e contradições da sociedade capitalista, ignorando que os educandos fazem experiência direta desses mecanismos e dessas contradições e, à sua maneira, sabem explicá-lo, embora o façam dentro de uma lógica diferente daquela que possui o educador(...). O simples estudo da teoria não concede ao educador a forma correta de aplicação dos conceitos à prática. Há o risco do educador querer impor a teoria à prática, mecanicamente, como se houvesse coincidência entre o conhecimento que se tem da realidade e a realidade -em-sí. Esse equívoco leva o educador a pautar-se, não naquilo que ele extrai de seus vínculos com o educandos, mas por suas análises genéricas da realidade. Assim, frente aos educandos o educador se coloca como o proprietário do saber, o detentor da visão global do processo e, portanto, o que encarna as aspirações latentes na consciência popular."⁽⁹⁾

A negação desta postura cientificista, no dizer de Frei Betto(1979), implica numa outra concepção de educação alicerçada:

- a. numa outra maneira de conceber a **relação teoria-prática**;
- b. na construção de **relações mais democráticas entre educador-educando**;
- c. na redefinição do **papel da educação e do educador**;

Há um certo consenso, entre os defensores da educação popular, que esta não assume o adjetivo popular, tão somente, por se devolver junto e com os grupos populares, mas porque se inscreve no campo das práticas que visam contribuir para a transformação das relações sociais e políticas que alicerçam estrutural e funcionalmente o sistema capitalista:

"A educação popular é uma prática comprometida com a participação das camadas populares na elaboração e no desenvolvimento de propostas para a modificação de suas condições de vida. (...) A Tarefa da educação popular é a de favorecer a elaboração e apropriação de um saber - instrumento que leve a formular e encaminhar propostas".⁽¹⁰⁾

“Consideramos a educação popular todo esforço que se situa na linha da conscientização - entendida como contribuição à emergência de uma consciência explícita de classe - e na linha da libertação - entendida como busca de um projeto social alternativo que englobe tanto o regime de governo quanto o sistema capitalista de produção.”⁽¹¹⁾

Assumida como um trabalho educativo que deve estar a serviço do interesse e dos projetos das classes subalternas, **“a educação popular existe apenas onde e como pessoas e organizações populares vivem ativamente a experiência da lenta produção coletiva de um poder de classe, através da criação de um saber popular”⁽¹²⁾, ou saber-instrumento no entender de Costa (1982).**

Sem enveredar em questões polêmicas e substantivas de qualificação do “saber e cultura populares”, o que convém ressaltar aqui é que, a despeito das possíveis diferenças que possam ser atribuídas a estes conceitos, pelos diferentes autores, há consenso de que a cultura e o saber popular são importantes e devem servir de referência para qualquer trabalho de educação popular. Os autores que escrevem a respeito destes temas, enfatizam e reiteram a valorização que os educadores devem atribuir às formas originais do saber de que os grupos populares são portadores:

“Não se trata de ignorar nem desprezar os conhecimentos científicos que vêm sendo criados e sistematizados ao longo da história, e por um caminho que não o das ciências, a classe dominada vem criando e sistematizando conhecimentos - e esses conhecimentos, até hoje, não têm vez de se expressar, de serem socializados.... O fundamental é que as camadas populares expressem, critiquem e desenvolvam coletivamente as suas próprias teorias, as suas próprias formas de apreender e explicar as coisas da vida social e de se posicionar frente a elas.... O conhecimento popular não é o ‘senso comum’ que precisa da ciência para ultrapassar a influência da ‘ideologia dominante’. Não se trata disso, trata-se de que todas as teorias-das camadas populares e as nossas-estão a ser permanentemente criticadas e questionadas em confronto com a prática”⁽¹³⁾

“Vinculando-se à prática dos educando, numa atitude de estudo e aprendizado, o educador recria a teoria a partir da prática, redimensionando seus conceitos a partir das exigências do trabalho, questionando suas análises a partir da realidade concreta em que vivem os trabalhadores e o real estágio de sua consciência de classe; enfim, passa a acreditar que o próprio povo é capaz de, à sua maneira (o que não significa ‘menos científica’), elaborar a teoria que nasce da prática e, assim, traçar o rumo de sua ação”⁽¹⁴⁾

A valorização do aporte de conhecimentos trazidos tanto pelo educando, como pelos educadores, redefine, como dissemos, não só a relação entre teoria/prática, mas introduz o desafio da produção coletiva do conhecimento, gerando sínteses culturais novas.

“Esse processo de fazer teoria não consiste numa produção individual e competitiva de conhecimento, e sim numa produção coletiva de conhecimentos pelos grupos populares...O importante é que o conhecimento nasça da experiência de vida e de luta de cada um e volte a esta experiência para reforça-la”.⁽¹⁵⁾

“É preciso insistir mais uma vez num aspecto metodológico fundamenta -o processo de recriação da cultura é mais importante que seus produtos. Mais importante pelo fato de que é aquilo através do que grupos e movimentos populares criam a sua própria teoria e se apropriam de teorias científicas e outros conhecimentos necessários à compreensão de sua prática e a uma crítica consequente no campo de relações em que se realiza”.⁽¹⁶⁾

No processo de construção coletiva, o educador popular assume um papel importante que resulta de uma combinação entre competência técnico-profissional e compromisso político. Para tanto ele se reeduca e deve ser o artífice de uma outra postura e metodologia de trabalho.

“Quando eu falo em educador popular, estou pensando, como sucede na maioria dos casos, num educador de classe média que tem poder, através da instituição que representa, de criar e abrir espaços....E como estamos falando em educação se coloca a questão do conhecimento. É um espaço determinado e com um conhecimento específico que o educador vai recriar as condições de trabalho que realiza...por outro lado, o educador não pode escapar da relação de poder que pende para o seu lado e que já está socialmente pré determinada.....Acho que o grande desafio do educador é fazer com que essas relações sejam reinscritas de forma igualitária na prática da educação popular.”⁽¹⁷⁾

“Um tipo de relação entre educandos e educadores que, evitando a manipulação, promove a direção consciente e a vontade coletiva”.⁽¹⁸⁾

Quanto ao modo de fazê-lo, além do compromisso e identificação política, requer a disposição e a capacidade de recriar a partir das práticas sociais concretas novas formas de articulação entre a teoria e a prática.

“Não se trata de sistematizar, de qualquer maneira matéria-prima fornecida pela prática e devolvê-la aos educandos. Nem fica dispensada a exigência de ir além do saber “comum”, retórico ou ideológico. Isso não significa fazer da teoria uma arquitetura de conceitos ou uma soma de conhecimentos. Trata-se de estabelecer, a partir da prática popular em sintonia com ela, uma atividade teórica, ou seja, um processo de transformação de ideias que, por sua vez, tenha ressonância no trabalho concreto. Pois a teoria não é um mero reflexo do real ou a sua representação simbólica. É a recriação do real no interior da consciência. Ela permite ver e entender o real - que, em si, é fragmentado - como um conjunto articulado...Por isso a teoria transcende a atividade prática, mas cai no idealismo na medida em que se julga capaz de transformar, por si mesma, a realidade. É a prática que modifica o real. Da interação dialética entre teoria e prática, fundada na luta dos trabalhadores, resulta o processo de transformação”.⁽¹⁹⁾

A partir desse breve resgate, é possível identificar algumas ideias-núcleares dos discursos produzidos em educação popular, no período em questão, que servirão como matrizes para as concepções de educação e metodologia, da formação cutista na segunda metade da década de 80. Práticas e espaços educativos, passam a ser entendidos como:

- a.- espaços não só de divulgação, mas principalmente de produção de “saberes” e “cultura”;
- b.- espaços em que se valoriza e reconhece a importância da “cultura, da experiência (no sentido Thompsoniano)⁽²⁰⁾ e dos conhecimentos produzidos pelos próprios educandos a partir do cotidiano e de sua inserção em movimentos e organizações de classe;
- c.- espaços em que se procura vivenciar e construir relações mais democráticas e, enfrentar o desafio de articular, no âmbito das práticas educativas, a teoria com a prática.

A MATRIZ PEDAGÓGICA PAULO FREIRIANA

A teoria pedagógica de Paulo Freire constitui, a nosso ver, uma matriz discursiva à parte daquela que acabamos de descrever, ou seja, das concepções e educação popular, que certamente a incluem, mas a extravasam.

As obras de Paulo Freire (em particular a *Pedagogia do Oprimido*) possuem um caráter explicitamente político, com uma conotação polissêmica, gerando uma multiplicidade de práticas educativas, cujos protagonistas, ainda que movidos por intenções e projetos político-ideológicos distintos, incorporavam alguns aspectos específicos de seu método, em suas práticas pedagógicas.

Referindo-se aos protagonistas que atuaram no movimento sindical na segunda metade da década de 70, Sader comenta:

“O fato é que, nessa ‘ida ao povo’, buscando ajudar num processo de fazer despertar a ‘consciência crítica’, o método de Paulo Freire esteve mais presente que os escritos de Gramsci, ‘Que fazer?’, de Lenin, os livrinhos de Mao ou a ‘Revolução na revolução’ de Debray, em sua meteórica carreira. De um lado, porque um meio dominante de ‘ligar-se ao povo’ foi através dos processos educativos, a começar pela alfabetização. A demanda era grande, e a atividade -legal e aparentemente inocente - poderia ser desempenhada por estudantes avulsos ou militantes organizados. Os novos educadores se debruçaram sobre os livros de Paulo Freire - torceram o nariz para seu idealismo filosófico e seu humanismo cristão - e procuraram absorver suas orientações metodológicas para a alfabetização popular. De outro, porque através do método Paulo Freire abria-se um lugar para a elaboração crítica e coletiva das experiências de vida individual e social dos educandos. Afinal, deixando-se de lado as polêmicas filosóficas, os militantes encontravam orientações educacionais que não estavam muito distantes das formulações de Gramsci.”⁽²¹⁾

Além disso, há que se ressaltar, outro aspecto importante que fazia parte do “imaginário social” daqueles que atuavam na época (70 e início dos anos 80) nos subterrâneos da resistência.

As experiências concretas de utilização do projeto pedagógico de Paulo Freire e seu grupo foram brusca e autoritariamente interrompidas. Após a cassação dos direitos políticos e civis da grande maioria dos protagonistas que haviam participado dos movimentos de alfabetização na época (incluindo Paulo Freire), eram poucos os que se aventuravam a fazer uma leitura crítica e reflexiva das práticas vivenciadas e dos limites das análises e propostas teóricas expostas por Freire em **Educação como Prática para a Liberdade e Pedagogia do Oprimido**. Quando isso era feito, permanecia restrito a uns poucos grupos de intelectuais. Para a grande maioria dos educadores populares (principalmente entre os agentes pastorais da Igreja Católica) a imagem mais forte que permanecia era de uma “proposta potencialmente democrática, participativa e politicamente fértil”, impedida de fecundar entre os setores populares por força da ditadura. Desta feita, construiu-se em torno da proposta um certo “aura mítica” que envolvia tanto a proposta como seu autor. O caráter contestador da pedagogia freiriana (dimensão que sem dúvida lhe é inerente) ganhou uma potência ao nível do imaginário, que ia além das reais possibilidades e virtualidades explicitadas em suas obras e/ou dos resultados obtidos através das experiências com educação de adultos, pré-64. Os limites e possibilidades da proposta, das práticas concretas de alfabetização e educação popular, só vieram a ser conhecidos, divulgados e debatidos, bem mais tarde, durante o período de redemocratização.

Certa vez fomos convidados para fazer um curso sobre o “A proposta e o método de Paulo Freire”, no Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo. Ao concluir uma das sessões do curso, fomos abordados de forma dura e ostensiva por uma pessoa do plenário, por ter tido a ousadia de criticar o “Mestre”. Nossas críticas, na época, referiam-se à questão da conscientização e eram de caráter teórico-conceitual, elaboradas a partir da experiência com o uso do método de alfabetização, com grupos populares, em várias regiões do Estado de São Paulo, realizadas pelo Movimento de Alfabetização (MOVE). Aliás, o próprio Paulo Freire, em obras posteriores, irá rever e reelaborar os conceitos de conscientização escritos na década de 60, em **Educação como Prática para a Liberdade** e admitir algumas das críticas que foram feitas a alguns de seus escritos da década de 70.⁽²²⁾

Vale à pena lembrar, que se tratava de uma conjuntura em que os desafios consistiam na rearticulação e reorganização em nível molecular, e que só eram permitidas atividades educativas e associativas sem conotação política explícita. O desafio consistia em fazer do trabalho educativo uma

atividade aonde se tecessem simultaneamente as tramas de um saber e um agir de resistência e contestação da ordem institucional vigente, sem que o discurso político afluísse. O importante naquele momento é que se mantivesse latente, como que fazendo parte de um pacto secreto e conspiratório.

O método dialógico de autoria de Paulo Freire e seus conterrâneos da Universidade Federal do Recife (em 1961), servia como uma luva para tais propósitos e acabou propiciando a ocorrência de verdadeiros “momentos de catarse coletiva”. O “círculo de cultura” ao propiciar a democratização da palavra e das opiniões acabou por se tornar uma “ritual⁽²³⁾” nas organizações populares e sindicais, do final dos anos 70 em diante. O uso da proposta de forma ritualística (embora tenha muitos aspectos positivos) acabou por criar o estereótipo de que a proposta metodológica freiriana resumia-se num longo e interessante bate-papo, que na maioria das vezes, não ultrapassava o nível do “bom senso”. Em vista disto, houve quem reduzisse a proposta metodológica de Paulo Freire a atividades realizadas em pequenos e/ou grandes grupos (plenárias), com seus participantes distribuídos em “círculos”.

Não constitui nosso propósito, neste trabalho, realizar uma análise crítica da Pedagogia Freiriana, mesmo porque vários estudos já foram feitos nesse sentido. Pretendo apenas resgatar os eixos teórico-metodológicos que estão subjacentes ao “modus operandi” de sua proposta pedagógica e que foram eleitos como parâmetros para a construção de propostas metodológicas de formação sindical, da atualidade.

Em seus escritos, Freire assume a **concepção dialética** como substrato epistemológico para a produção do conhecimento. Nesta concepção o “processo de conhecimento obedece, então, ao movimento de agir sobre a realidade e recompor, no plano do pensamento, a substantivação da realidade por meio da volta reflexiva. Assim, uma vez formulada uma série de proposições sobre a realidade, estas orientam o sujeito na transformação dessa realidade por meio da práxis, terceiro momento do processo de conhecimento”.⁽²⁴⁾

Na perspectiva do pensamento dialético, uma educação problematizadora, constitui um processo de diálogo com o próprio pensamento, com o outro e com o objeto a conhecer e, que uma vez desvelado, vai em busca de uma alternativa de solução (ou superação).⁽²⁵⁾

Ao nível de situações concretas de ensino/aprendizagem, em sala-de-aula, o ato de problematizar envolve, na perspectiva do pensamento freiriano:

1. a proposição de situações (ou temáticas) significativas para serem investigadas, para num momento seguinte ir em busca de soluções possíveis;
- 2.o desenvolvimento de uma estratégia conjunta ou método para orientar o processo de investigação (desvelamento) das situações e e temáticas significativas.

Assim sendo, o primeiro momento de uma prática problematizadora consiste em descobrir os “temas epocais” que possam se constituir como temas geradores. Esses temas são chamados geradores porque, qualquer que seja a natureza de sua compreensão ou da ação por eles provocada, contém, em si, a possibilidade de se desdobrarem em outros temas que, por sua vez, provocam novas tarefas a serem desenvolvidas”.⁽²⁶⁾

Os temas geradores, por sua vez, contém toda uma gama de unidades e sub-unidades de conteúdo, com níveis de abrangência ,generalização e historicidade diferentes, devendo ser eleitos e ordenados de modo a fornecer um roteiro -indicativo das unidades inter-relacionadas de conteúdo(a devolução da temática significativa como conteúdo programático),que servirá para nortear o processo de investigação em sala de aula. A escolha, ordenação e sequenciamento desses temas é o trabalho mais desafiante que o formador deve realizar e, tarefa em que ele joga com sua capacidade teórica de definir -enfoques, recortes analíticos, níveis de abrangência- enfim ,sua capacidade de reordenar e traduzir para situações de ensino-aprendizagem o corpo teórico de conhecimentos socialmente acumulado ,nas diferentes áreas do conhecimento científico.

Desta feita, o conteúdo passa a ser um ferramental heurístico importante na construção do processo coletivo de desvendamento de situações -problema, extraídas das situações vivenciais, da cotidianidade ou mesmo de fatos e representações que desafiem(educadores e educandos) na tarefa de conhecer, desvelar seu objeto de estudo. Nessa perspectiva o conteúdo é importante ,mas não constitui um “fim em si mesmo”.

Uma vez definidos e selecionados os **temas e situações** a serem investigadas, o passo seguinte teria que ver com a estruturação de um conjunto de passos que visam a elaboração do processo de investigação. Esse processo, para Paulo Freire, é construído coletivamente (daí a importância de se trabalhar em grupos) e se efetiva através de um processo contínuo de comunicação, ou seja ,em situações de **diálogo permanente e fazendo uso da pergunta**, como principal procedimento didático.

Vejamos qual o sentido que Paulo Freire atribui a esta trilogia que é fundamental na sua proposta metodológica - Grupo - Diálogo - Pergunta.

O sentido da pergunta ou do ato de perguntar

Perguntar “não é um jogo intelectual,...mas um modo pelo qual o processo de pergunta -resposta se constitua num caminho para o conhecimento...O importante, sobretudo, é ligar sempre que possível a pergunta e a resposta a ações que foram praticadas ou a ações que podem vir a ser praticadas ou refeitas(...). É importante que o educando, ao perguntar sobre um fato, tenha uma resposta uma explicação do fato e não a descrição pura das palavras ligadas ao fato. É preciso que o educando vá descobrindo a relação dinâmica, forte ,viva entre a palavra e ação, entre palavra-ação-reflexão... ou seja, de participar de seu processo de conhecimento e não simplesmente responder a uma determinada pergunta com base no que lhe disseram.”⁽¹⁷⁾

“O conhecimento, o saber, que acontece como processo educativo, é a crescente penetração na razão de ser dos fatos, que não são puros fatos isolados da consciências. Ora a realidade tem uma dimensão humana, uma estrutura histórica. E a atividade educativa possibilita que os sujeitos a conheçam e dela se ^{REA}propriem. Para isto é necessário a atitude de leitura e releitura da realidade onde se encontram, através da codificação e descodificação(...) o conhecimento como atitude crítica ,se processa nessas etapas de objetivação do mundo, tendo como lugar o contexto educativa. A codificação aparece, neste espaço, como objeto mediador, a ser conhecido em sua “estrutura de superfície” e em sua “estrutura profunda”. Num primeiro momento apenas se olha a codificação .No momento seguinte,passa-se à “estrutura profunda” da codificação,que consiste não só em “mirar” o que aparece,mas em “admirar” e analisar a realidade concreta representada. Este processo exige a captação da realidade em suas partes constituintes relacionadas a uma totalidade. Explicitando essas etapas metodológicas, Freire insiste em que o “importante,qualquer que seja a forma que a codificação assuma- e há outras é que ela seja tomada, na verdade, como objeto de conhecimento. É que dela “tomando distância”,no processo de sua descodificação, o educador e educandos alcancem a compreensão de

sua “estrutura profunda”. Daí um máximo de cuidado durante a descodificação que, num momento, é a cisão que se faz da codificação em suas partes constitutivas; em outro, é a retotalização do que foi cindido. Neste esforço, os educandos, como sujeitos cognocentes, percebem relações entre os fatos sobre o que discutem, que antes não percebiam.(...)No processo de descodificar as representações de uma situação existencial e de perceber sua percepção anterior dos mesmos fatos, os alfabetizando, gradualmente às vezes, hesitante e timidamente, começam a questionar a opinião que tinham da realidade e a vão substituindo por um conhecimento cada vez mais crítico da mesma(...) Este procedimento, que consiste na penetração perceptiva dos nexos de causalidade da realidade, vai possibilitando uma consciência progressivamente crítica diante das circunstâncias históricas. O saber, o estudo, a ciência, se não proporcionam esse processo de tomada de consciência, que faz inquieta diante dos desafios da realidade, servirão apenas para justificar o misticismo e a dominação. Ao contrário, o conhecimento deve tornar os homens cada vez mais cientes das causalidades que os fazem como estão sendo, para continuarem sendo mais. Deve ser gerador de novos conhecimentos”⁽²⁸⁾

O sentido do Diálogo

“Penso que deveríamos entender o diálogo não como uma técnica apenas que podemos usar para conseguir alguns resultados. Também não podemos, não devemos, entender o diálogo como uma tática para fazer amigos.... O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem...Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade..”⁽²⁹⁾

“No caso da educação, o conhecimento do objeto a ser conhecido não é posse exclusiva do professor, que concede o conhecimento aos alunos num gesto benevolente. Em vez dessa afetuosa dádiva de informação aos estudantes, o objeto a ser conhecido medeia os dois sujeitos cognitivos. Em outras palavras, o objeto a ser conhecido é colocado na mesa entre os dois sujeitos do conhecimento. Eles se encontram em torno dele e através dele para fazer uma investigação conjunta. Claro que o educador já teve certa experiência gnosiológica para escolher este objeto de estudo, antes que os alunos o encontrassem na sala de aula, ou para descrevê-lo e apresentá-lo para discussão. O contato prévio do educador com o objeto a ser conhecido não significa, no entanto, que o professor tenha esgotado todos os esforços e todas as dimensões do conhecimento do objeto.....o educador refaz a sua “cognosibilidade” através da “cognosibilidade” dos educandos.”⁽³⁰⁾

“O que é o diálogo, nesta forma de conhecimento? Precisamente essa conexão, essa relação epistemológica. O objeto a ser conhecido, num dado lugar, vincula esses dois sujeitos cognitivos, levando-os a refletir juntos sobre o objeto. O diálogo é a confirmação conjunta do professor e dos alunos no ato comum de conhecer e reconhecer o objeto de estudo.”³¹

“O diálogo não se dá num “espaço livre” onde se pode fazer tudo o que queremos. O diálogo se dá dentro de algum tipo de programa e contexto. Esses fatores condicionantes criam uma tensão para alcançar os objetivos que estabelecemos para a educação dialógica. Para alcançar os objetivos da transformação, o diálogo implica responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos. Não obstante, uma situação dialógica implica a ausência do autoritarismo. O diálogo implica uma tensão permanente entre autoridade e liberdade. Mas, nessa tensão, a autoridade continua sendo, porque ela tem autoridade em permitir que surjam as liberdades dos alunos, as quais crescem e amadurecem, precisamente

porque a autoridade e a liberdade aprendem a autodisciplina. E tem mais: uma situação dialógica não quer dizer que todos os que nela estejam envolvidos têm que falar! O diálogo não tem como meta ou exigência que todas as pessoas da classe devam dizer alguma coisa, ainda que não tenham nada a dizer!”⁽³²⁾

Paulo Freire afirma e reitera, em muitos de seus textos, que a sua proposta se pautava no desafio de transformar o espaço da sala de aula (que é espaço datado e situado) num lugar social, aonde interlocutores heteróclitos [do ponto de vista de comportamentos, valores, interesses, papéis e posições sociais etc.] buscam a construção conjunta de uma trajetória de investigação-ação. Ora, ter em mente esse projeto como algo possível e viável, não significa afirmar que, em práticas educacionais concretas, não tenhamos que nos deparar com uma série de condicionantes sócio-culturais anti dialógicos, que regem as relações sociais e que dificultam a construção do diálogo entre os diferentes protagonistas sociais.

As tensões entre autoridade/liberdade; consenso/conflito; espontaneidade/diretividade; simetria /assimetria, em relação à posse e o uso do conhecimento e, que engendram relações de dominação/subordinação (e que refletem dimensões de poder), fazem parte do jogo democrático, e estão presentes nos espaços educativos. A construção de regras e mecanismos democráticos e participativos, em sala de aula, constitui um desafio permanente. A autoridade do professor está alicerçada, por um lado, no fato de ter tido acesso ao conhecimento socialmente acumulado e, de outro, na maneira como assume a condução do processo de ensino/aprendizagem, no dia-a-dia do trabalho em sala de aula.

Segundo nossa leitura, Paulo Freire não nega a existência de tensões nas relações entre educadores e educando, nem a diferença existente entre eles. O que ele propõe é que ,tomando-os como elementos estruturantes da realidade da sala de aula, se enfrente o desafio de fazer com que, educadores e educandos se transformem em sujeitos ativos na construção de práticas e relações sociais cada vez mais democráticas e coletivas.

O sentido da grupalidade

Depois de tudo o que falamos sobre a sala de aula, como um espaço integrado por uma rede de relações e interações sociais, no qual educador-educandos, através do diálogo ,enfrentam a tarefa de “conhecer”, fica evidente porque o autor privilegia o trabalho em grupos(o que não exclui momentos de trabalho individual).A grupalidade - através dos chamados “círculos de cultura” - constitui um outro pilar básico da proposta pedagógica de Paulo Freire. Assim sendo, também se faz necessário ressaltar quais os paradigmas que o ancoram. O trabalho em grupo, pela sua própria natureza, favorece a democratização da palavra ,do saber, e fornece a estrutura básica para o desenvolvimento do trabalho intelectual, enquanto produção coletiva. Alguns pressupostos que alicerçam tais crenças:

.O trabalho de grupo facilita e promove o confronto

Situações de grupo colocam os participantes, em condições de enfrentar-se com as diferenças existentes entre as pessoas: de experiência ,de habilidades e conhecimentos possuídos. Produzir alguma coisa significa, portanto permitir que essa diversidade desponte (se manifeste), reconhecê-la e usá-la como recurso do trabalho comum. Além disso, o confronto faz com que cada um teste, a cada momento, as suas próprias competências, através dos “feed-backs” que recebe dos outros.

.O trabalho de grupo permite a integração de recursos individuais em projetos coletivos

“Quando não recebo o produto do conhecimento mastigado pelo educador. Ele faz mediações com o objeto a conhecer e se eu, saindo com meu reboião, meu furacão interno, minhas frustrações, ansiedades. POSSO CONSTRUIR - no meu silêncio - fala interna minha sistematização. Depois novamente voltando ao grupo posso checá-la, provocando um aprofundamento da mesma, ou não.” Madalena Freire

Um grupo, diante de um objetivo comum a ser alcançado, deve estruturar-se para desenvolver um trabalho - definir procedimentos, divisão de tarefas, estabelecer critérios de avaliação, do próprio caminho e da produção realizada. No início, parte-se de projetos, expectativas e competências dos participantes, como individualidades, que porém vão sendo dirigidos para a obtenção do objetivo comum, não só no sentido de (ser igual para todos), mas reconhecido por todos como positivo e, portanto, passível de ser assumido.

"Porque eu não construo nada sozinho, tropeço a cada instante com os limites do outro e os meus próprios, na construção da vida, do conhecimento da nossa história." .Madalena Freire

.O trabalho de grupo privilegia a relações entre iguais (as relações simétricas)

"Enquanto educando tenho que romper com meu acomodamento quieto, autoritário esperando 'ordens' do educador...e quando elas não vêm, descubro que só EU posso LUTAR, CONQUISTAR, CONSTRUIR, meu ESPAÇO. O educador pode possibilitar o rompimento da quietude mas NÃO AÇÃO DO CONSTRUIR, do conhecer. Essa só o educando pode." (Madalena Freire)

Num grupo, todos os participantes constituem uma referência. Excluindo o docente/formador, cada um pode enfrentar-se com pessoas da sua mesma condição, com as quais poderá estabelecer um relacionamento qualitativamente diferente daquele que terá com o docente.

"Porque através do outro constato que sou "dono" do meu saber (e do meu não saber). Sou dono de minha incompetência e, portanto RESPONSÁVEL pela minha BUSCA - PROCURA de conhecer, de construir minha competência." (Madalena Freire)

O trabalho de grupo favorece o desenvolvimento das habilidades psicossociais

Saber relacionar-se, interagir com os outros significa:

- .ler e interpretar as características das situações de interação em que me encontro;
- .saber utilizar o repertório de comportamentos adequados a cada situação grupal: saber tomar decisões coletivas, ordenar os debates e atividades dos participantes do grupo, saber produzir um texto, uma argumentação grupal etc..³³

Hoje, quando leio as novas produções teóricas nas áreas de- Filosofia e História da Linguagem, Antropologia Cultural, Psicologia Social e Escolar, Sociologia do Trabalho, e os autores da chamada Nova História, durante minhas falas interiores, ao elaborar minhas sínteses e apropriações pessoais, irremediavelmente minha lembrança volta aos “círculos de cultura”, aos trabalhos de grupos e cursos de que tenho participado em sindicatos, bairros de periferia....e, penso...”como algumas dessa falas me são familiares, como repetem, com outras palavras, coisas que já dizíamos e fazíamos(com muita ingenuidade e superficialidade talvez) nos tempos dos ‘círculos de cultura’... que potencial teórico estava embutido na experiência com o método Paulo Freire.....como o “velho e o novo” coexistem, se recompõem ou sofrem rupturas...como é importante não abandonar certas “intuições” e “vivências” que possuem um potencial rico, mesmo que, no momento em que as vivenciemos todas as suas “virtuais potencialidades” ainda não tenham se configurado, nem vislumbradas na nossa consciência.

É assim que consigo hoje, explicitar minha convivência com as experiências de alfabetização com o método Paulo Freire e com a educação sindical. Sinto-as como experiências que, além de possuírem um grande potencial teórico, oferecem a possibilidade de engendrar novas sínteses interdisciplinares e a capacidade de detonar projetos educativos diferenciados, que guardem entre si uma identidade política, na ótica do trabalho e da cidadania.

NOTAS - CAPÍTULO VIII

- (1)- Sader, Eder - Quando novos personagens entraram em Cena - Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande S. Paulo, 1970-1980, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S.A., pp.141-145
- (2)- Sader, Eder - Op. cit., pp. 176 a 178.
- (3)- Sader, Eder - Op.cit., p.177.
- (4)- A respeito da importância do jornal Opinião, como um veículo de contra-cultura, no período da ditadura ver o excelente trabalho de Kensky Vani Moreira - O fascínio do Opinião. Campinas, Unicamp. Tese de Doutorado, Fac. de Educação, 1990.
- (5)- Este texto foi por mim reescrito e ampliado, em 1986, com o título - **FORMAÇÃO SINDICAL E METODOLOGIA**.
- (6)- Ver a esse respeito os trabalhos de Marília Pontes Sposito e Rogério Cunha Campos sobre as lutas dos trabalhadores pela escola pública, respectivamente - A Ilusão Fecunda. São Paulo, Hucitec, 1993 e A Luta dos Trabalhadores pela Escola. S. Paulo, Edições Loyola, 1989.
- (7)- Brandão, Carlos Rodrigues - Lutar com a palavra, 1a. ed. R. de Janeiro, Edições Graal Ltda. 1982, pp.160-161 e Saber e Ensinar. Campinas, Papirus, 1984, p.20.
- (8)- Vários trabalhos sobre as práticas educativas levadas a efeito nas Cebes, grupos JOC e ACO, retratam e analisam com muita propriedade a recriação da educação popular neste período. Entre muitos, indicamos alguns: Nóbrega, Lígia de Moura - CEBs e a Educação Popular, Petrópolis, R.J. Editora Vozes Ltda., 1988; Wanderley, Luiz Eduardo - Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Educação Popular, in Revista Proposta, no. 17. Rio de Janeiro, FASE, 1981; Petrini, J. Carlos - CEBs : um novo sujeito popular. R. J., Edit. Paz e Terra, 1984.
- (9)- Frei Betto - A Educação nas Classes Populares in Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.13, 1979, pp. 168-169.
- (10)- Costa, Beatriz - Para analisar uma prática de Educação Popular, in Educação Popular - Cej - Suplemento -17, p.7.
- (11)- Frei Betto - Op.cit., p.163.
- (12)- Brandão, Carlos R.- Op.cit, p.87.
- (13)- Costa, Beatriz - Para analisar uma prática de educação popular, in Cadernos de Educação Popular, n.1, Petrópolis, Vozes/Nova, 1982, pp. 23 -24.
- (14)- Frei Betto - Op. cit., p.169-170.

- (15)- Costa, Beatriz - Op.cit., p.23.
- (16)- Brandão, Carlos R. - **Saber e Ensinar**, Op.cit., p.87.
- (17)- Garcia, Pedro B. - Educação Popular em Debate, in **Cadernos de Educação Popular 13**. Petrópolis, Vozes/Nova, 1988, p.12.
- (18)- Huidobro, Juan Eduardo G. e Martinic Sergio - **Educación Popular en Chile -algunas proposiciones básicas**. ECO, Educación y Solidaridad, Op.cit., p.24.
- (19)- Frei Betto - Op. Cit., p. 172.
- (20)- Thompson, E. P. em seu livro **A Miséria da Teoria** ao criticar o pensamento Althusseriano, aponta para a necessidade de retomar o conceito de "experiência humana" - "Os homens e mulheres também retomam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e, em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada. Op. cit., p.182.
- (21)- Sader, Eder - Op. cit., pp. 167-168.
- (22)- ver a esse respeito os seguintes livros de Paulo Freire - **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992; **A Mensagem de Paulo Freire**. Porto, Editora Nova Crítica, 1977; Beisiegel, Celso de Rui - **Política e Educação Popular (A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil)**. São Paulo, Ática, 1982.
- (23)- McLaren Peter - **Rituais na Escola**. Petrópolis, R.J. Editora Vozes, 1991.
- (24)- Torres, Carlos Alberto - **Leitura crítica de Paulo Freire**. São Paulo, Edições Loyola, 1981, p. 28.
- (25)- Mendonça, Maria do Carmo Domite - **Problemática: Um Caminho a ser percorrido em Educação Matemática**. Tese de Doutorado, Fac. Educação, Unicamp, 1993.
- (26)- Torre, Carlos Alberto - Op. cit., p.100.
- (27)- Freire, Paulo - **Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 48-51.
- (28)- Freire, Paulo - **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, pp. 109-110.
- (29)- Freire, Paulo e Shor, Ira - **Medo e Ousadia - O cotidiano do professor**. 3a. edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, pp. 122-123.
- (30)¹⁴- O método expositivo coloca o professor como uma autoridade que transfere conhecimento especializado aos alunos. O método socrático defende a posição de que a resposta certa já está na cabeça do professor e na cabeça dos alunos, e que o professor revela à atenção dos alunos. O método da arguição implica em que, depois de assistir a uma aula, ou de ler um capítulo no manual, os alunos reproduzam, em voz alta, o conhecimento que lhes foi apresentado. O conhecimento já está formado e deve ser manifestado verbalmente pelos alunos, uma espécie de repetição verbal de um corpo de conhecimento verbal, ou impresso. Na modalidade tradicional, espera-se que os alunos absorvam as formulações pré-estabelecidas fornecidas pelo professor". Ira Shor - Op. cit., pp. 125-126.

(31)- Freire, Paulo - **Medo e Ousadia** , Op.cit., p. 124.

(32)- Freire, Paulo - Op.cit., p. 127.

(33)- Depolo, Marco - **Strategie e Metodi nella Gestione Didattica** . Roma, Ediesse, 1988, pp. 47-49.

IX CONCLUSÕES E INTERROGAÇÕES QUE PERMANECEM

Ao fechar este longo texto sobre a trajetória da educação no movimento operário - sindical brasileiro, temos ainda a sensação de incompletude.... de que ainda há muito para se pesquisar e reconstruir. Durante a elaboração do trabalho, descobrimos ao tentar puxar alguns fios, pontos de novelos, que estávamos diante de um conjunto intrincado de práticas, representações, discursos etc.... Enfim de um objeto complexo e desafiante. É, como se o próprio objeto fosse se desvelando no decorrer do processo, descortinando uma multiplicidade de facetas novas, imprevistas, inigmáticas....

Conscientes, da complexidade da empreitada em que nos havíamos envolvido, fomos, construindo um grande "puzzle", em que, a cada peça nova que incluíamos, novas relações iam se configurando e outras perguntas surgiam de imediato, como um novo desafio... Nada fácil fazer da relação teoria/prática uma diretriz de trabalho e pesquisa, que pretende ser muito mais que um discurso consistente e articulado sobre as práticas e falas "dos outros".

Apesar de todas as interrogações e lacunas que ainda permanecem.... acreditamos ter conseguido desfazer alguns "novelos de fios emaranhados", desatando nós e atando fios e pontas entre si.

Nossa pesquisa, tentou dar conta do padrão ou modelo de formação sindical, do período, que se convencionou chamar de populista, até a constituição de um modelo que refletisse, ao nível do movimento operário sindical, um novo modo de ser e de expressão dos trabalhadores, enquanto sujeitos coletivos. Por isso, procuramos enfatizar a trajetória da construção de projetos, estruturas, mecanismos de decisão e gestão próprios, que irão definir uma perspectiva autônoma e de auto-afirmação do ponto de vista político - ideológico e organizativo. Essa perspectiva se gesta durante o período de resistência, com o surgimento do chamado "Novo Sindicalismo" e se consolida durante a década de 80, com a criação das Centrais Sindicais.

O modelo de formação, gestado durante o período 1945/64, constituiu-se com a criação e o desenvolvimento do sindicalismo de Estado.

A institucionalização dos sindicatos sob a ingerência do Estado, foi a nosso ver, o principal fator de ruptura na construção de um projeto autônomo de sindicalismo e, conseqüentemente, de um projeto de educação mais globalizante de caráter classista, como era aquele dos anarco-sindicalistas.

Nesse sentido, nossa hipótese é de que o processo específico de institucionalização do sindicalismo brasileiro, gerou mecanismos de controle político-ideológico sobre o movimento operário-sindical, impedindo a gestação de propostas autônomas, estabelecidas em função das próprias estratégias e táticas de ação e organização sindical, definidas pelos próprios trabalhadores, enquanto sujeitos históricos.

Usamos a expressão “impedir” com a conotação de “constrangimento pela imposição” e também no sentido de “criação de modelos” que, aparentemente, atendem aos interesses dos trabalhadores mas, que ao mesmo tempo, os mantêm subordinados aos interesses dos grupos e classes hegemônicas.

Esse “constrangimento” gerado através de uma adesão consentida, no tocante a um projeto de educação foi tão eficaz que, mesmo as correntes sindicais de esquerda e mais combativas do período, não conseguiram romper totalmente com as amarras da “ideologia populista” ao nível político-sindical e desenvolver um projeto próprio.

Ao “constrangimento dominante” esteve associado, a nosso ver, um outro fator ideológico específico, que decorria da própria orientação “iluminista e elitista” das correntes de hegemonia de esquerda, que sempre priorizaram a formação de dirigentes. Isto porque tais dirigentes eram considerados como os “atores centrais” no plano institucional e na disputa pela conquista de posições estratégicas, dentro da própria estrutura sindical.

A pedagogia “iluminista” tão cara aos intelectuais da época, (principalmente os de esquerda), traz em seu bojo, a visão de que eles são os agentes depositários do “saber” e da “consciência” e, portanto porta-vozes das “massas incultas” e “desorganizadas”. Tal concepção educativa recria, ao nível das relações educador/educando, uma série de rituais e mecanismos de controle e poder, que desqualificam a “fala e o saber dos outros”, (dos não dirigentes) não intelectuais. Sendo assim, reproduzem formas de violência simbólica (próprias do sistema de poder dominante), no entender de Foucault e Deleuze (1974), dificultando o surgimento de “contradiscursos” por parte dos trabalhadores em geral, sindicalizados ou não.

As correntes hegemônicas, notadamente o PCB, priorizaram uma concepção de educação que superdimensionava a visão instrumental do saber, como capacitação para a direção e a conquista do poder.

Por um lado, temos, então, um processo de institucionalização (peculiar e subordinado) que gera toda uma estrutura burocrático-sindical (um aparato burocrático-administrativo) que precisa ser

dirigida e, de outro, a necessidade recorrente em conquistá-lo, pois cada período de repressão e cassação de dirigentes, era seguido de um processo de retomada e de reconquista de postos no interior do aparelho sindical. Na maior parte das vezes, a educação era apenas vista como um dos instrumentos utilizado para tais fins e, não extrapolando tal função. Nesse sentido, há também fatores explicativos, próprios dos mecanismos internos do movimento sindical, vinculados às práticas sindicais (de mobilização, de enfrentamento, de direção, de alianças) que impediram que as correntes hegemônicas do período - comunista e petebistas - chegassem a desenvolver um projeto de educação sindical mais orgânico (no sentido Gramsciano), a nível de cada setor ou categoria de trabalhadores, para garantir mecanismos mais democráticos e representativos entre direção e base.

A nível de base (nos locais de trabalho ou de moradia) a proposta e a vivência mais expressiva será aquela propiciada através da expansão do movimento jocista, dos movimentos de educação e cultura popular (dos anos 60), que produziram pedagogias centradas tanto em questões específicas, como gerais (nacionais), e faziam com que os trabalhadores se tomassem sujeitos ativos do próprio processo de educação.

Ao nível mais abrangente, as iniciativas voltadas para a construção de uma "pedagogia popular", a articulação entre arte, cultura e política não foram impulsionadas pelos setores mais combativos do movimento sindical. Foram a expressão de segmentos dos "setores médios" da sociedade brasileira - estudantes, intelectuais, artistas - que, em nome de seu próprio processo de engajamento político, faziam "da educação e da arte popular" mecanismos e instrumentos para estimular a politização e a participação política das classes subalternas (tanto do setor rural como urbano).

O caráter exógeno dessas iniciativas, corrobora, a nosso ver, para indicar que os setores de esquerda mais combativos do movimento sindical, no período 1945-1964, notadamente nos anos 60, não vislumbraram a necessidade de elaborar um projeto educativo, autônomo ^{DO PONTO} de vista político-cultural, que se configurasse como um instrumento na construção de uma contra-ideologia e fornecesse bases para a construção de um projeto alternativo de sindicalismo, mais independente, democrático e representativo.

Este modelo de formação entra em crise, durante a segunda metade dos anos 60 e nos anos 70, período de resistência, rearticulação e renovação do movimento operário-sindical brasileiro. Mesmo tendo que enfrentar conjunturas extremamente repressivas e desarticuladoras, algumas entidades sindicais começam a forjar um novo modo de conceber e fazer educação sindical e, aos poucos, vão construir projetos próprios.

As propostas, práticas e estruturas formativas organizadas e geradas pelas três Centrais Sindicais (a partir de 80) e pelas entidades sindicais a elas filiadas, expressam, sem dúvida alguma, a retomada de uma perspectiva autônoma, qualitativamente distinta das anteriores, a dos libertários (nas primeiras décadas do século) e aquela predominante durante o período de 1945/64 - trazendo também as marcas de sua época, com outras características de institucionalidade. Não resta menor dúvida que este novo tipo de proposta educativa, constitui uma das marcas distintivas do sindicalismo brasileiro, dos anos 80, em relação a outros períodos de sua história.

A sobrevivência e consolidação das Centrais Sindicais constitui fato inédito na história do movimento sindical brasileiro por esta razão, estão desempenhando um papel fundamental na formulação e execução de projetos formativos. Contudo, esses avanços não nos eximem de um balanço crítico, apontando problemas e desafios que ainda persistem.

A afirmação das duas principais, CUT e Força Sindical, tenderá a aglutinar em torno de si propostas e experiências de formação sindical, diminuindo consideravelmente o número de iniciativas isoladas, por parte dos grupos e centros de assessoria, que tenderão a desenvolver, cada vez mais, trabalhos em parceria com as centrais. Se por um lado, esse processo é desejável do ponto de vista político estratégico, de outro, pode vir a criar certas "cristalizações" que dificultem a renovação interna das próprias redes e dinâmicas formativas que estão sendo criadas, tanto ao nível das centrais, como nas entidades sindicais filiadas. Dito em outras palavras, a centralização e a burocratização dos processos de decisão e poder, podem reduzir e sufocar iniciativas e propostas singulares, diferenciadas que, virtualmente, tenham potenciais renovadores.

Quanto aos problemas e desafios formativos a serem enfrentados na próxima década, são de natureza diversa para os dois principais polos - sindicalismo cutista e de resultados.

No campo cutista a formação sindical tenderá a enfrentar os seguintes desafios:

- a) a manutenção financeira da rede formativa já construída durante a década de 80 e ampliação de seus quadros de formadores;
- b) a implementação das estruturas formativas estaduais, que são praticamente inexistentes e o incentivo para que as entidades filiadas estruturem e mantenham departamentos e/ou coletivos de formação, já que, os existentes, ainda se restringem aos grandes sindicatos - das

principais categorias profissionais: (metalúrgicos, bancários, químicos, petroleiros, trabalhadores em telecomunicações, etc., situados nos principais polos geoeconômicos. Esta fragilidade na organização e manutenção de estruturas formativas horizontais e, com sede nas entidades de base, seria a nosso ver reflexo de outro fator de caráter mais histórico, decorrente da forma como se estruturaram as centrais sindicais no Brasil.

- c) capacidade para dar um salto qualitativo no projeto formativo, passando de uma tônica de divulgação/difusão do ideário, para uma política que englobe além da formação político-ideológica a preparação estratégico-operacional.
- d) a nível interno da Central, garantir uma formação mais sistemática de seus quadros técnicos e dirigentes. Em decorrência da própria história da CUT, pouco ou nada se fez em direção à formação de seus próprios dirigentes. Isto porque, no início, como já ressaltamos, houve a necessidade de se implantar a central e todas as energias e recursos foram dirigidas para esta meta. Contudo a essa necessidade, há que se acrescentar outra razão, aliada à própria cultura interna do movimento sindical brasileiro, isto é, o predomínio de representações culturais que justificam a "formação do dirigente" a partir das "lutas", "embates", na "prática do cotidiano", relegando à segundo plano e, às vezes até negando, a necessidade de uma formação mais teórica, embasada em estudo, leitura, na análise e problematização da prática. Essa "visão pragmatista", culturalmente dominante, aliada ao "ativismo desenfreado" tem contribuído para relegar uma formação mais sistemática e teórica a um segundo, terceiro plano. A persistência dessas orientações culturais têm dificultado, por um lado, a preparação dos novos quadros (à medida em que os mais experientes galgam novas posições no sistema político-partidário) e, de outro, não tem predisposto a grande maioria dos dirigentes a participarem de programas e atividades formativas, que os capacitem a pensar e agir de modo mais estratégico e propositivo nas diferentes instâncias em que atuam (dentro e fora do movimento sindical).

Como já salientamos, o campo cutista privilegiou a formação sindical como uma de suas políticas estratégicas. Contudo até 1989, a formação serviu muito mais como um canal para a divulgação de seu projeto político-sindical, em virtude da necessidade de espalhá-lo e enraizá-lo em todo o território nacional. Nesse sentido, a formação adquiriu, durante este período, uma tônica essencialmente

"principista", isto é, calçada em seus princípios e concepções político-sindicais e, muito pouco sedimentada nas necessidades e prioridades organizativas e estratégicas, decorrentes de suas ações tanto ao nível do próprio movimento, como da sociedade civil. Esse descompasso vem sendo equacionado desde a realização do III CONCURT (em 1988), com a elaboração de planos nacionais de formação, que visam dar conta deste imenso desafio.

No âmbito do "sindicalismo de resultados", no campo da Força Sindical, este último desafio também persiste, junto com outros de caráter preliminar, a saber:

- a) a construção e a implantação de um projeto e estruturas formativas, o que deverá passar necessariamente pela superação de obstáculos não só financeiros, mas principalmente políticos (de priorização e vontade política).
 - b) a definição de um projeto formativo, cujos programas dêem conta de aglutinar dirigentes com orientações e práticas diferentes em torno de um projeto comum, caso contrário, cada secretaria poderá vir a desenvolver programas educativos independentes, sem vínculos e eixos comuns;
 - c) construção de uma política de formação que atenda simultaneamente: a necessidade de divulgação de seu projeto político-sindical, para garantir a ampliação de suas bases, em todo o território nacional e a formação de seus próprios quadros dirigentes e técnicos;
 - d) a urgente preparação de recursos humanos para atuarem como monitores e formadores sindicais.
-

EXTRAPOLANDO AS CONCLUSÕES... UM RECADO AOS LEITORES

Além de satisfazer minha incessante curiosidade de "saber mais", o que esta história da educação sindical pode ensinar aos demais? A renovar conteúdos, a propor novas metodologias? A propor novas utopias?

"Acho que a utopia positiva consiste não em elaborar 'soluções' ou 'invenções' ...mas em fazer de tudo para que cada passo, por pequeno que seja, proceda rumo ao futuro: sem excluir a priori passos mais largos e tomadas de consciência mais radicais...."

Parece-me, contudo, que o caminho do futuro seja aquele que o passado nunca soube percorrer, mas que nos mostrou em negativo, descortinado suas contradições."

Manacorda, Mario Alighiero

Tomei emprestado as palavras deste eminente historiador da educação italiana, pois elas expressam alguns de meus sentimentos ao concluir este trabalho.

Considerando o ponto a que cheguei até aqui, deixo para pesquisadores e formadores algumas últimas reflexões que me parecem significativas pensando "o devir", os "futuros caminhos a percorrer".

Aos que se dedicam à pesquisa educacional e à educação escolar um alerta importante: não é só na escola, seja ela qual fôr, que os trabalhadores se educam. Meu trabalho percorreu o tempo todo um caminho "fora de", com a intenção de desvendar a tão complexa relação educação/sociedade, que muitos teóricos já percorreram. Nesse sentido reforça a idéia de que toda "batalha pedagógica" não pode ser separada da "batalha política e social" e, que a escola pública da maioria, não pode ser projetada como um lugar a parte das outras instâncias da sociedade, principalmente do trabalho.

Se os trabalhadores brasileiros, em sua experiência histórica, já vivenciaram e desenharam "escolas diferentes" porque essas experiências não podem ser levadas em conta para projetar a "escola pública com a qual "sonhamos" - democrática, universal e cidadã ? Porque insistir na adoção de modelos e referências que pouco ou nada têm a ver com as experiências e projetos dos setores mais organizados das classes trabalhadoras, fazendo de conta que não existem, ou que eles são incapazes de gestá-los? Por que a "história-oficial" insiste em subestimar as experiências educativas das classes subalternas, quando para muitos trabalhadores (senão, para a grande maioria) - trabalho, sindicato, escola - constituem dimensões inseparáveis da própria vida, embora não isentas de conflitos, descontinuidades e contradições?

Creio, que a ótica da reconstrução histórica, centrada exclusivamente, na escola e no sistema escolar restrinja possibilidades e horizontes tanto ao nível da pesquisa, como na proposição de projetos visando o futuro.

Enfim, espero ter contribuído para apresentar durante este trabalho dados históricos, reflexões que sirvam de contra-ponto às "falacias" e "generalizações simplistas" que, em se referindo à educação não escolar concebem-na como uma educação de segunda categoria, destituída de conteúdo e fundamentação teórica, (porque lida com conhecimento popular, não obedece à risca as formas convencionais de estruturação dos conteúdos programáticos-oriundos dos manuais acadêmicos ou das formulações dos autores clássicos). Enfim, toda sorte de considerações que, na maioria das vezes, é fruto da desinformação a respeito dessas experiências ou, que resultam de óticas político-ideológicas diferentes, no que diz respeito à concepções e posturas educacionais.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

A- Livros, Artigos e Teses

- Abramo, Fulvio e Karepovs Dainis (orgs.)- ***Na Contracorrente da História*** Documentos da Liga Internacionalista (1930 - 1933).São Paulo, Editora Brasiliense S. A.,1987.
- Abramo, Lais - "O Papel do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema na eclosão do Movimento Grevista de 1978"-in***Relatório de Atividades*** - FAPESP, 1982.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de -As Bibliotecas marxistas e as Escolas do Partido , in ***Revista Religião e Sociedade*** , no.9, Rio de Janeiro, jun. 1983.
- Antunes, Ricardo - ***O Novo Sindicalismo***. São Paulo, Editora Brasil Urgente , 1991.
- Araujo, Braz José de - ***Operários em Luta - Metalúrgicos da Baixada Santista (1933 - 1983)***.Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.
- Basbaum, Leôncio - ***História Sincera da República***, 3 vols., 5a.edição, São Paulo, 1985.
- Benevides, Maria Victoria - ***O PTB e o Trabalhismo***. São Paulo, Editora Brasiliense - CEDEC , 1989.
- Betto, Frei - A Educação na Classes Populares , in ***Encontros com a Civilização Brasileira***. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n.13, julho/1979.
- Benjamin, Walter - ***Magia e Técnica, Arte e Política***. 4a.edição,São Paulo, Editora Brasiliense S.A.,1985.
- Blass, Leila Maria da Silva - ***Imprimindo a própria história***.São Paulo, Edições Loyola, 1986.
- Bodea, Miguel - ***Trabalhismo e Populismo: O Caso do Rio Grande do Sul***. Dissertação de Mestrado, F.F.L.CH./USP, 1984.
- Boito, Armando Jr. (org.) - ***O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80***. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991.
- ***O sindicalismo de Estado no Brasil***.(2 vols.)Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, F.F.L. C.H,USP,1988.
- Boran, Jorge - ***O Senso Crítico e o Método Ver - Julgar - Agir***. São Paulo, Edições Loyola, 1981.
- Brandão, Carlos R. - ***Lutar com a Palavra*** . Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda.,1982.
- ***Saber e Ensinar: três estudos de educação popular***. Campinas) Papirus, 1984.
- ***Pensar a Prática - escritos de viagem e estudos sobre a educação***.São Paulo, Edições Loyola, 1990.
- Brant, Vinícius Caldeira (coord.)- ***Paulínia: Petróleo e Política***. Campinas e São Paulo, Sind. dos Petroleiros de Campinas e Paulínia e CEBRAP ,1990.

- Canêdo, Leticia Bicalho - *Bancários - Movimento sindical e Participação Política*. Campinas, São Paulo, Editora de UNICAMP, 1986.
- Camacho, Thimoteo - *O Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André*, Dissertação de Mestrado, PUC/S.Paulo, 1987.
- Campos, Rogério Cunha - *A Luta dos Trabalhadores pela Escola*. São Paulo, Edições Loyola, 1989.
- Cardoso, Adalberto Moreira - Força Sindical: Política e Pragmatismo, in *Novos Estudos / CEBRAP*, São Paulo, n.32, pp.165-182, março 1992.
- Carone, Edgard - *O P.C.B.* (3 volumes). São Paulo, Difel, 1982.
- Carvalho, Benedito - *FASE. Uma Experiência em Educação Popular no Brasil (1961-1968)*. São Paulo, edição mimeo., s.d.
- Castro, Sandra - *Movimento Operário Brasileiro - 1900/1979*. B. Horizonte, Editora Vega, 1980.
- Chaia, Miguel Wady - DIEESE: Saber Intelectual e Prática Sindical, in *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*. São Paulo, CEDEC, novembro 89, n.19.
- *Conhecimento e Organização Sindical - A Trajetória do DIEESE*. Tese de Doutorado, Depto de Sociologia, F.F.L.C.H., USP, 1988.
- Chaloub, Suraya Benjamin - *Processo Pedagógico Gerador de Consciência Crítica - Uma História de Vida..* São Paulo, Edições Loyola, 1989.
- Chauí, Marilena - PT : por uma nova política, in *DESVIOS, ano I n.1 - novembro, 1982*.
- *Cultura e Democracia*. 4a. edição, São Paulo, Cortez Editora, 1989.
- Chilcote, Ronald H. - *Partido Comunista Brasileiro (conflito e integração - 1922-1972)*. Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda., 1982.
- Corrêa, Hercules - *A Classe Operária e seu Partido*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1980.
- Costa, Sérgio Amad - *Estado e Controle Sindical no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz Editora, 1986.
- *O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960 - 1964)*. São Paulo, Editora do Grêmio Politécnico, 1981.
- Delgado, Lucília de Almeida Neves - *Trabalhadores no Brasil - 1961/1964*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1986.
- *Entre o Velho e o Novo: A CGT em Discussão*. Texto apresentado no Encontro Anual da ANPOCS - 22/26-Outubro, 1990.
- Dreifuss, René Armand - *1964: A Conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda., 1981.
- Fausto, Boris - Estado, Trabalhadores e Burguesia (1920-1945), in *Novos Estudos CEBRAP*, n. 20, São Paulo, março, 1988.

- Ferreira, Brasília Carlos - **Trabalhadores no Nordeste : Práticas Consentidas? (1930 -1935)**. Tese de Doutorado, Depto de Sociologia , F.F.L.C.H.,USP, 1992.
- Ferreira, Marieta de Moraes - História oral: inventário das diferenças, *in Entre-vistas : abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- Franco, Maria Sylvia Carvalho - O Tempo das Ilusões, *in Ideologia e Mobilização* São Paulo, co-edição CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- Freire, Paulo - **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1974.
- **A Mensagem de Paulo Freire - teoria e prática da libertação**. Porto, Editora Nova Crítica, 1977.
- e Gadotti, Moacir, Guimarães, Sergio **Diálogo e Conflito**. São Paulo, Autores Associados e Cortez Editora, 1985.
- e Faundez, Antonio- **Por Uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- e Shor, Ira - **Medo e Ousadia- O cotidiano do professor**. 3a.edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- Pedagogia da Esperança - Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 2a.edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992.
- Gianotti, Vito e Neto, Sebastião - **CUT - Por dentro e por fora**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1990.
- Ghiraldelli, Paulo Jr. - **Educação e Movimento Operário**. São Paulo, Cortez Editora e Autores Associados, 1987.
- Godelier, Maurice - O Marxismo e as Ciências do Homem *in História do Marxismo, vol.XI*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.
- Goff, Jacques Le e Nora, Pierre -**HISTÓRIA : novos problemas**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1988.
- Gomes, Angela de Castro - **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo, Edições Vértice, 1988.
- Gomes, Angela de Castro e D'Araújo Maria Celina - **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo, Editora Ática, 1989.
- Guerini, Irene e Pluviano, Marco - Lettere al Dopolavoro della Ercole Marelli Dai fronti della Seconda Guerra Mondiale, *in Differenza Rivendicazione Supplica - Le lettere ao potenti a cura di Camillo Zadra-Gianluigi, Fait, Treviso (Itália), Pagus Edizioni*, 1991.
- Hardman, Foot F. - **Nem Pátria, Nem Patrão**. São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1983.
- Konder, Leandro - **A Derrota da Dialética**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988.
- Leite, Marcia de Paula & Sólis, Sydney Sergio F. - O Último Vendaval: a Greve dos 700 mil, *in Revista Cara a Cara*, ano I, no. 2, julho-setembro, 1978.
-**Sindicatos e Trabalhadores na Crise do Populismo**. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, Campinas, 1983.
- Lefebvre, Henri - Perspectivas da Sociologia Rural *in Introdução Crítica à Sociologia Rural*. Martins, José de Souza (org.) São Paulo, Editora Hucitec, 1986.
- Leroy, Jean Pierre - **Uma Chama na Amazônia**. Rio de Janeiro, FASE, 1991.
- Lima, Joaquim Celso - **Navegar é Preciso - Memórias de um Operário Comunista**. São Paulo, Diniz, 1984.

- Lima, Heitor Ferreira - ***Caminhos Percorridos - Memórias de Militância***. São Paulo, Editora Brasiliense e Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP, 1982.
- Lima, Luiz Gonzaga de Souza - ***Evolução Política dos Católicos e Hipóteses para uma interpretação***. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1979.
- Loyola, Maria Andréa - ***Os Sindicatos e o PTB (estudo de caso em Minas Gerais)***. Petrópolis, Editora Vozes Ltda. e CEBRAP, 1980.
- Luizetto, Flávio - O Movimento Anarquista em São Paulo :A experiência da Escola Moderna no. I (1912 -1919), in ***Revista Educação e Sociedade***, Campinas, CEDES & Cortez Editora, n.24, agosto, 1986, pp.18-47.
- ***Utopias Anarquistas***. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- Magnani, Silvia Lang - ***O Movimento Anarquista em São Paulo (1906 - 1917)***. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- Mainwaring, Scott - ***Igreja Católica e Política no Brasil***. São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1989.
- Manocorda, Marco Alighiero - ***História da Educação***. 2a. edição. São Paulo, Autores Associados e Cortez Editora, 1989.
- Manfredi, Silvia Maria - ***Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica***. São Paulo, Edições Loyola, 1986.
- Maranhão, Ricardo - ***Sindicatos e Democratização (Brasil 1945/1950)***. São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1979.
- Mazzo, Armando - ***Memórias de um militante político e sindical no ABC***. S. Bernardo do Campo, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Depto. de Cultura, 1991.
- McLaren, Peter - ***Rituais na Escola - Em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação***. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- Medeiros, Leonilde Servolo - ***História dos Movimentos Sociais no Campo***. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
e Soriano, Joaquim C. - ***Reflexões sobre o sindicalismo Rural Brasileiro : A CONTAG***. Edição mimeo., s.d.
- Martins, José de Souza - ***Caminhada no Chão da Noite*** - São Paulo, Editora Hucitec, 1989.
- Martins, Heloisa Helena T. de Souza - ***Igreja e Movimento Operário (1954-1975)***. Tese de Doutorado, Depto de Ciências Sociais da F.F.L.C. H. , USP, 1986.
- Moraes, Reginaldo & Antunes, Ricardo e Ferrante, Vera B. - ***Inteligência Brasileira***. São Paulo, Editora Brasiliense S. A., 1986.
- Moriyón, F. G., (org.) - ***Educação Libertária- Bakunin e outros***. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- Munhoz, Fabio - ***Sindicalismo e Democracia: A Greve de 1957***. São Paulo, edição mimeo., s.d.
- Muraro, Valmir Francisco - ***Juventude Operária Católica***. Coleção Tudo é História n.97. São Paulo, Editora Brasiliense S. A., 1985.
- ***JOC: Uma Utopia Operária***. Dissertação de Mestrado, Depto. de História da F.F.L. C.H. da USP, 1983.
- Nagle, Jorge - História da Educação Brasileira: Problemas Atuais in ***Em Aberto***, Brasília, ano 3, n.23, set./ out. 1984.

- Nóbrega, Lígia de Moura P. - **CEBs e Educação Popular**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1988.
- Nogueira, Amaldo José França Mazzei - **A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978 -1983)**. Dissertação de Mestrado, Depto de Ciências Sociais do I.F.C.H. , UNICAMP, 1990.
- Novaes, Regina Reyes - Continuidades e Rupturas no Sindicalismo Rural, in **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1991.
- Oliveira, Regina Coeli de - **Análisis de la experiencia del Trabajo Social en la Fundacion Casa del Trabajador**. Tese de Mestrado, Universidade Nacional e Autônoma de Honduras, 1980.
- Paoli, Maria Célia & Sader, Eder - Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes), in **A Aventura Antropológica**. 2a. edição, Cardoso, Ruth (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- Paiva, Vanilda Pereira (org.) - **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular**. Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda., 1982.
- **Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1980.
- Perrot, Michelle - **Os Excluídos da História Operários, Mulheres, Prisioneiros**. 2a. edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S. A., 1988.
- Portela, Laélia Gurgel - **A Formação Sindical no Brasil nos Anos 80: Concepções e Práticas**. Dissertação de Mestrado, Depto de Administração de Sistemas Educacionais, Fundação Getúlio Vargas, R. Janeiro, 1990.
- Rodrigues, Iram J. - **Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: a Trajetória da CUT**. Tese de Doutorado, Depto de Sociologia, F.F.L.C.H., USP, 1993.
- Rodrigues, Leôncio Martins - Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964) in **História Geral da Civilização Brasileira (org. Boris Fausto) III. O Brasil Republicano**, 3a. edição, São Paulo, DIFEL, 1986.
- **CUT os Militantes e a Ideologia**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S. A., 1990.
- e Cardoso, Adalberto M.- **Força Sindical - Uma análise Sócio-Política**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S. A., 1993.
- Sacchetta, Hermínio - **O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos**. Campinas, Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- Schwarz, Roberto - **O Pai de Família e Outros Estudos**. 2a. edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992.
- Sader, Eder - **Quando Novos Personagens Entraram em Cena - Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S. A., 1988.
- Sandoval, Salvador - **Os Trabalhadores Param - Greves e Mudança Social no Brasil (1945 -1990)**. São Paulo, Editora Ática S. A., 1994.
- Santos, Raimundo - **A Primeira Renovação Pecebista (Reflexos do XXo. Congresso do PCUS no PCB - 1956-1957)**. B. Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- Sarti, Ingrid - **Porto Vermelho - Os Estivadores Santistas no Sindicato e na Política**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S. A., 1981.
- Silva, Luiz Dário da - **PSB - O Socialismo Pragmático**. Recife. CEPE: Companhia Editora de Pernambuco, 1989.

- Skidmore, Thomas - *De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.
- Spriano, Paolo - *1946-1956 Le Passioni di un Decennio*. Roma. Editrice L'Unità S.P.A., 1992.
- Spindel, Amaldo - *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*, São Paulo, Editora Símbolo, 1980.
- Tavares, Maria Hermínia Almeida de - *Crise Econômica e Organização de Interesses: Estratégias do Sindicalismo Brasileiros anos 80*. Tese de Livre Docência, Depto Ciências Políticas, F.F.L.C.H., USP, 1992.
- Sindicatos e Política na Construção da Democracia, in *A Democracia no Brasil - Dilemas e Perspectivas*, Reis, Fabio Wanderley e O'Donnell, Guilherme (orgs.), São Paulo, Vértice: Editora dos Tribunais, 1988.
- Telles, Jover - *O Movimento Sindical no Brasil*. 2a. edição, São Paulo, Livraria Edt. Ciências Humanas, 1981.
- Telles, Vera da Silva - *Lutas Urbanas e o Novo Caráter do Conflito de Classes*. Salvador, Artigo apresentado na 33a. Reunião da SBPC, edição mimeo., 1981.
- Thompson, E. P. - *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- Toledo, Caio Navarro de - *ISEB: Fabrica de Ideologias*. São Paulo, Editora Ática S. A., 1977.
- Torres, Carlos Alberto - *Leitura crítica de Paulo Freire*. São Paulo, Edições Loyola, 1981.
- Torres, Rosa Maria (org.) - *Educação Popular - Um Encontro com Paulo Freire*. São Paulo, Edições Loyola, 1987.
- Troyano, Annez Andraus - *Estado e Sindicalismo*. São Paulo, Edições Símbolo, 1978.
- Valquez, Petilda Serva - *Intervalo Democrático e Sindicalismo*, Bahia - 1942/1947. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1986.
- Verardo, Luiz Humberto - *Educação Política no Sindicato: Estudo de uma Experiência Recente*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp, 1992.
- Vianna, Luiz Wemeck - *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 3a. edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.
- Xavier, Maria Elizabete S. Prado - *Para um exame das relações históricas entre capitalismo e escola no Brasil: algumas considerações teórico-metodológicas*. Edição mimeo., s. d.
- Wanderley, Luiz Educardo W. - *Educar para Transformar (Educação Popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base)*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1984.
- Warde, Miriam Jorge - Anotações para uma Historiografia da Educação Brasileira in, *Em Aberto*, Brasília, ano 3., n.23, set./out. 1984.
- Weffort, Francisco Correa - Democracia e Movimento Operário: Algumas questões para a história do período 1945-1964 in *Revista de Cultura Contemporânea, CEDEC*, ano 1, n.1, pp.7-14, São Paulo, 1978.
- Democracia e Movimento Operário in *Revista de Cultura Política, CEDEC* e Global Editora, ano 1, n.1, pp.11-18, agosto, São Paulo, 1979.
- Wiarda, J. Howard - *O Movimento Operário Católico Brasileiro - Os Dilemas do Desenvolvimento Nacional*. University of Massachusetts, USA, publicado pelo Centro João XXIII, Rio de Janeiro, edição mimeo., 1974.

B) JORNAIS, REVISTAS ,BOLETINS E DOCUMENTOS

Cadernos CEDES - Centro de Estudos e Sociedade

- no. 1 - Concepções e Experiências de Educação Popular
- no. 2 - A Formação do Educador em Debate
- no. 3 - Educação e Política : Gramsci e o Problema da Hegemonia

Cadernos do CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae

- no. 3 - Concepção Dialética de Educação Popular - Oscar Jara
- no. 7 - Educação Popular e sua Dimensão Política - TAREA
- no. 9 - Os Centros de Educação Popular na Conjuntura Brasileira (1964/1986) - Pedro Pontual

Cadernos de Educação Popular -NOVA/VOZES

- no. 1 - Para Analisar uma Prática de Educação Popular - Educação Popular : Um Depoimento - Beatriz Costa e Bernard von der Weld
- no. 2 - Depoimento: Fala um Operário - Equipe NOVA
- no. 3 - Conversando com os Agentes - Saber Popular/Educação Popular Aída Bezerra e Pedro Benjamim Garcia
- no. 5 - Movimento do Trabalhadores : Um Debate - Equipe NOVA
- no. 9 - O Trabalhador e a Produção Hoje - Equipe NOVA
- no. 10 - MEB - Uma História de Muitos - Maria Aída B. Costa, Vera Jaccoud e Beatriz Costa
- no. 13 - Educação Popular em Debate - Vários Autores

Cadernos de Debate - no. 7 , Editora Brasiliense - "Por um Novo Sindicalismo".

Cadernos da F. N. T. (Frente Nacional do Trabalho)

- no. 1 - Série "Vinte e um anos de Luta".

Cadernos do Trabalhador - Grupo de Educação Popular / URPLAN /PUCSP

- no. 1 - 41 Dias de Resistência e Luta
- no. 2 - Forjando o Aço, Forjando a Luta
- no. 4 - Nas Raízes da Democracia Operária (A História da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo)

Cara a Cara , no. 2 - "Os Operários Tomam a Palavra".

Documentos referentes aos III, IV, V - CONCUTS - Congressos Nacionais da CUT

Um Projeto para o Brasil - Proposta da Fôrça Sindical, S.Paulo,Geração Editorial, 1993.

Memória & História - Instituto Astorjildo Pereira com o Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB - Milano) e Editora Novos Rumos.

Revista Forma & Conteúdo - Secretaria Nacional de Formação - CUT - no. de 1 a 6 .

Revista Proposta -FASE - Rio de Janeiro, do no. 1 (set.,1977) ao no.54 (julho, 1992).

IMPRENSA SINDICAL

- O Alfaiate - Órgão da União dos Alfaiates e Classes Anexas - R.J.(1923/1928).
- O Homem Livre - Jornal da Tendência Trotskista - S.Paulo (1933/34)
- O Proletário - Órgão da Federação Regional de S. Paulo, aderente à C.G.T.B. -(1931)
- O Trabalhador no Brasil - Órgão da C.G.T.B.- R. Janeiro -1933
- A Voz do Gráfico - Órgão da União dos Trabalhadores Gráficos do R.J. (1930 - 1932)
- O Bancário - *Jornal do sindicato dos Bancários do R.J. - (1942-1964)*
- Boletim Interno - Secretariado Nacional do P.C.B. (R.J.) - (1945-1946)
- A Classe Operária - Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro -R.J. (1928 -1953)
- Libertação - Democratização e Progresso, pela Org. Unitária do Povo-P. Alegre, (1945)
- MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores - Boletim de Orientação Sindical - (1945)
- Notícias Gráficas - Órgão Informativo da Corporação Gráfica - R.J (1945/64)
- Orla Marítima - Órgão de Unidade dos Trabalhadores do Mar - RJ .(1945/64)
- O Metalúrgico - Órgão dos Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos S.P. (1955/64)
- Voz Operária - Órgão Central do P.C.B., R.J.,(1949/1959)
- A Voz do Metalúrgico - Órgão do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos R.J. (1955/64)
- Vida Bancária e Folha Bancária - Jomais do Sindicato dos Bancários de São Paulo,(1936-1964)
- União Sindical - Órgão Oficial do S.T.C.U.T.C.A.R. - R.J.(1955/64)
- Tribuna Sindical - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI - R.J. - (1955/60)

Os jornais sindicais consultados (exceção feita aos periódicos do Sindicato dos Bancários de São Paulo) fazem parte do acervo do **Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano-Fondazione GianGiacomo Feltrinelli - Milano** , consultados pela autora na Itália , em 1992.